

FELIPE SILVEIRA DE SOUZA

**A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
PELA INICIATIVA PRIVADA:
A CRIAÇÃO DE PARQUES URBANOS POR
EMPREENDEDORES IMOBILIÁRIOS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutor em Geografia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a.
Margareth de Castro Afeche Pimenta.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Felipe Silveira de

A produção de espaços públicos pela iniciativa privada :
A criação de parques urbanos por empreendedores
imobiliários / Felipe Silveira de Souza ; orientadora,
Margareth de Castro Afeche Pimenta - Florianópolis, SC,
2013.

398 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Espaço Público. 3. Parque Urbano. 4.
Insegurança Urbana. 5. Esfera Pública. I. Pimenta,
Margareth de Castro Afeche. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
Título.

*Dedico essa tese a tod@s que lutam por um espaço público
mais acessível e democrático.
A meus pais que em 2013 fazem 70 anos de vida.
À Raquel pelo amor e pela cumplicidade nos últimos 10 anos.*

AGRADECIMENTOS

Toda tese tem um começo, um meio e um fim. Creio, no entanto, que a única coisa que podemos determinar com precisão é o **meio**, que justamente corresponde à produção dos argumentos que sustentam nosso trabalho. Quero dizer com isso que os quatro anos e meio que levei para realizar esse estudo são exatamente o ponto mediano de todo o processo. O **fim** não se determina, porque não se sabe até onde uma tese pode chegar. Ela será lida e a partir disso irá interagir com toda obra que lhe citar, de modo que não se sabe exatamente que resultados ela atingirá. O **início** da tese também não se conhece, mas certamente não é no projeto que foi submetido para entrada no Programa de Pós-Graduação. É o resultado de um encadeamento de vivências e de experiências, próximas e distantes, temporalmente e espacialmente, que culmina na elaboração de uma tese de doutorado. Por isso, pela imprecisão de determinar quem teve papel importante nesse processo, a tarefa de agradecer se torna muito difícil, embora muito necessária. Para aliviar o espírito da culpa de cometer alguma injustiça farei os agradecimentos praticamente sem referir nomes de pessoas. Cito as instituições e os “**lugares**”, sabendo que, na verdade, são elas, “**as pessoas**”, que dão sentido a tudo. Envio meus agradecimentos:

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo ensino público de qualidade oferecido. Aos professores que tive mais contato nesse Programa, quero lhes dizer que carregarei comigo novos aprendizados para além dos objetivos de minha pesquisa, como o conhecimento do território catarinense que contribuirá significativamente no meu papel como professor nesse Estado.

À professora Margareth de Castro Afeche Pimenta pela orientação, que conseguiu ser ao mesmo tempo crítica, no sentido de nos mostrar as imprecisões, e aberta, de modo que pude ousar e escrever de forma mais autoral. O respeito ao

processo de criação e elaboração dos argumentos foi fundamental para que eu conseguisse chegar a esse trabalho, que é o grande resultado dessa parceria.

Aos professores Oscar Alfredo Sobarzo Miño, Rosalina Burgos, Carmen Susana Tornquist e Ewerthon Vieira Machado, que aceitaram o convite para avaliar a tese, dando contribuições muito significativas para a melhoria desse trabalho.

Aos órgãos estatais responsáveis pelas áreas verdes estudadas: a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo (SVMA), em especial ao Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE); e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM). Ambas as estruturas demonstraram grande disponibilidade em atender aos anseios da pesquisa, com destaque para os servidores que aceitaram prestar depoimentos para nosso estudo, contribuindo muito para o desenvolvimento do trabalho.

Às entidades privadas gestoras dos parques estudados: Fundação Aron Birman no Parque Burle Marx em São Paulo; e Associação dos Amigos do Jardim Europa no Parque Germânia em Porto Alegre. As duas organizações foram muito cordiais e tiveram grande receptividade à pesquisa, fornecendo todos os dados que solicitamos, seja por documentos, seja por entrevistas.

Às associações de bairro que colaboraram para o estudo: ONG Projeto Aqui do Morro e Associação de Moradores do Jardim Sul, em São Paulo, e a Associação dos Moradores do Divina Providência, em Porto Alegre. Todas elas, a partir de entrevistas, foram muito prestativas e fundamentais para que pudéssemos ter uma visão dos bairros onde estão inseridos os parques pesquisados.

Aos 210 usuários entrevistados pela disponibilidade em responder nossas perguntas em meio às suas atividades. Muitas vezes as conversas se estenderam para além do momento formal de entrevista, produzindo uma troca de saberes muito interessante, normalmente cotejando o meu conhecimento sobre

a história dos parques com a experiência cotidiana dessas pessoas.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina, em especial ao Campus São José onde leciono, pelo apoio dado a meu doutoramento, com destaque para a licença total que me foi fornecida para capacitação, que vigorou de outubro de 2012 a setembro de 2013. Aos colegas e amigos que fiz no campus agradeço pela parceria e pelos votos de incentivo. Ressalto que os alunos do IF-SC com quem trabalhei também foram muito importantes, porque, de certa forma, me transmitiram o orgulho de ter um professor em processo de qualificação. Nas diversas vezes que fui à UFSC, encontrei ex-alunos do IF-SC que demonstravam satisfação em me ver estudando e “correndo atrás” do meu doutorado. Todas essas manifestações serviram de combustível nessa caminhada.

Aos amigos que fiz na geografia da UFSC, na pós-graduação ou na AGB-Florianópolis, que muito me ajudam nesse processo de territorialização em Santa Catarina.

Aos amigos de longa data, da infância e da adolescência em Porto Alegre, como as turmas do Julinho e do Movimento Escoteiro. Nos poucos momentos presenciais que nos encontramos, sempre ouvi palavras de apoio ao meu trabalho. Espero que com a conclusão dessa grande tarefa acadêmica possa vê-los mais vezes.

Aos amigos (no qual incluo colegas e professores) que fiz através do curso de geografia da UFRGS, que compartilharam as angústias e as alegrias durante a minha trajetória de formação profissional. Esses amigos da geografia da UFRGS, em especial a turma que todo ano passa o Reveillon junta, me ajudaram a crescer como pessoa no sentido pleno, para além dos limites da profissão.

À família da Raquel que sempre me tratou de forma afetuosa e que também me incentivou bastante.

À minha família que nesse longo processo foi meu porto seguro. A distância física que estou dos meus pais e de minha irmã e sua família, ao invés de nos separar, nos aproximou mais.

À Raquel, minha companheira nas horas mais difíceis e mais tranquilas, que viu todas as nuances desse processo de aprofundamento intelectual. Obrigado pelo seu amor e carinho.

OS ESPELHOS E OS PARQUES



Parques são como espelhos. Refletem a sociedade que os envolve. Nos parques urbanos temos um espaço composto principalmente por elementos naturais, mas o que se vê refletido nos seus espelhos é o homem. Está lá, em cada parte da paisagem, o homem, seus sonhos e suas vontades. O verde da mata camufla o mito/o desejo da ordem contido no desenho cuidadoso do jardim. Portanto, ir ao parque não é



fugir da cidade, pelo contrário, a cidade é o parque e vice-versa, pois são espaços que se refletem um ao outro. Cidade e parque são obras humanas: guardam em si o desejo da perfeição e a certeza do desvio. (Postado pelo autor no Facebook em 03/02/2013)

RESUMO

Esse trabalho traz uma análise de parques urbanos públicos criados a partir da década de 1990, que foram construídos e são geridos pela iniciativa privada ligada ao setor imobiliário com o objetivo de compreender que concepções de espaço público e urbano foram inseridas em seu processo de produção e que capacidade de apropriação social é oferecida por esses espaços. O espaço público é entendido como o lugar de encontro dos diferentes membros de uma sociedade pelo fato de possuir como uma de suas características principais a ampla acessibilidade aos indivíduos. Para que essa acessibilidade possa ser garantida, são produzidas leis e normas que permitem estabelecer relações de igualdade em uma sociedade composta por diferentes indivíduos. Ocorre que nem sempre as leis e as normas colaboram para que haja uma maior permeabilidade do espaço público, como se pode observar em dois estudos de caso: um na cidade de Porto Alegre, com o Parque Germânia, e outro na cidade de São Paulo, com o Parque Burle Marx, ambos resultados de grandes empreendimentos imobiliários privados. O estudo realizado permite dizer que há uma grande interferência dos interesses imobiliários na concepção de tais parques urbanos, a ponto de causar uma diminuição da permeabilidade do espaço público. Para realizar essa afirmação foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa que contou com diferentes instrumentos de coleta de dados que, em resumo, são: pesquisa documental, entrevistas, diário de campo das observações e dados populacionais do IBGE. Esse controle sobre o uso dos parques urbanos estudados, a partir de uma abordagem inspirada pelo paradigma da complexidade de Edgar Morin, é visto como um aumento da programação rígida do espaço público em detrimento da espontaneidade das relações sociais. Ou seja, o controle é uma forma de conter a imprevisibilidade característica dos espaços públicos que é vista como um problema que pode gerar a desvalorização dos empreendimentos imobiliários

construídos em conjunto com os parques urbanos. Em geral, os usuários dos parques estudados e os grupos midiáticos têm reforçado o discurso ordenador que vê no controle uma alternativa eficiente contra a insegurança urbana. Por outro lado, esse controle tende a reforçar a segregação urbana. Isso provoca o surgimento de resistências urbanas que buscam promover/discutir o acesso ao espaço público, que podem ser vistas como tentativas de re-complexificação espacial.

Palavras-chaves: Espaço Público; Parque Urbano; Insegurança Urbana; Esfera Pública; Apropriação espacial.

ABSTRACT

This work brings an analysis of urban public parks created from the 1990's, which have been built and are managed by private initiative related to real estate with the goal of understanding what conceptions of public and urban space were inserted in their production process and which capacity of social appropriation is offered by these spaces. The public space is understood as the meeting place of different members of society for having the wide accessibility to individuals as one of its main features. To guarantee this accessibility, laws and regulations are produced to establish relations of equality in a society composed of different individuals. It occurs that not always laws and regulations collaborate to provide a greater permeability of the public space, as can be observed in two case studies: one in the city of Porto Alegre, the Germania Park, and another in the city of São Paulo with the Burle Marx Park, both outcomes of large private real estate ventures. The study conducted allows to say that there is a huge interference of real estate interests in the conception of such urban parks, to the point of causing a decrease public space permeability . To make this claim, a qualitative survey was developed including different instruments of data collection, which, in brief, are: documentary research, interviews, diary of field observations, and censitary data from IBGE. This control over the use of studied urban parks, from an approach inspired by the paradigm of complexity Edgar Morin, is seen as an increase of the rigid programming of public space at the expense of spontaneity of social relations. That is, the control is a way to contain the unpredictability characteristic of public spaces which is seen as a problem that can cause the devaluation of real estate built in conjunction with the parks. In general, users of the studied parks and media groups have enhanced the ordainer discourse which sees control as an effective alternative against urban insecurity. Moreover, this control tends to reinforce urban

segregation. This causes the emergence of urban resistance that seeks to promote/ to discuss access to public space, which can be seen as attempts to spatial re-complexification.

Key-words: Space Public; Urban Park; Urban Insecurity; Public Sphere; Spatial Appropriation.

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabelas

Tabela 1: Três dimensões constitutivas do espaço público – Análise semântica – Segundo Lavallo (2005).....	62
Tabela 2: Número de parques urbanos em São Paulo e em Porto Alegre de acordo com a metragem.....	126
Tabela 3: Número de entrevistas e de usuários entrevistados nos parques Burle Marx e Germânia.....	157
Tabela 4: Número de entrevistados de acordo com o sexo e a faixa etária.....	158
Tabela 5: Renda média nominal por faixa salarial, das pessoas com 10 ou mais de idade do setores censitários do Distrito de Vila Andrade.....	196
Tabela 6: Renda média nominal por faixa salarial, das pessoas com 10 ou mais de idade do setores censitários do Bairro da Vila Ipiranga.....	245
Tabela 7: Demonstrativo Financeiro 2007-2011 do Parque Burle Marx.....	272
Tabela 8: Distribuição das despesas do parque entre 2010 e 2011.....	273
Tabela 9: Porcentagem das pessoas que declararam se sentir seguras nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, e no Brasil, de acordo com a referência espacial e com as classes de rendimento nominal <i>per capita</i> , na população com mais de 10 anos de idade.....	321
Tabela 10: Percentual de domicílios com cada tipo de dispositivo de segurança, no total de domicílios particulares permanentes, por tipo de classes de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil – 2009.....	323

Quadros

Quadro 1: Gradiente das espacialidades públicas proposto por Jacques Levy (2003).....	66
Quadro 2: Proposta de classificação tipológica de parques urbanos de São Paulo feita pelo Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis do PNUMA (2008).....	122
Quadro 3: Cruzamento das classificações de parques urbanos de São Paulo propostas pelo Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis do PNUMA.....	123
Quadro 4: Quantidade de área verde em Porto Alegre e São Paulo, de acordo com o tipo, e Índice de Área Verde por Habitante.....	134
Quadro 5: Quantidade de área de lazer em Porto Alegre e São Paulo, de acordo com o tipo e Índice de Área de Lazer por Habitante.....	135
Quadro 6: Descrição das entrevistas semiestruturadas feitas com gestores e representantes comunitários.....	156
Quadro 7: Perguntas presentes no questionários aplicados com usuários dos parques Burle Marx e Germânia.....	159
Quadro 8: Identificação da frequência apontada pelos usuários entrevistados no Parque Burle Marx.....	185
Quadro 9: Identificação de usos do Parque Burle Marx conforme as respostas obtidas à pergunta “Que atividades você costuma realizar no parque?”.....	202
Quadro 10: Identificação dos motivos que levam a ir ao Parque Burle Marx conforme as respostas obtidas à pergunta “Por que vem a esse parque?”.....	210
Quadro 11: Identificação da frequência apontada pelos usuários entrevistados no Parque Germânia.....	236
Quadro 12: Identificação de usos do Parque Germânia conforme as respostas obtidas à pergunta “ <i>Que atividades costuma realizar no parque?</i> ”.....	252

Quadro 13: Identificação dos motivos que levam a ir ao Parque Germânia conforme as respostas obtidas à pergunta “ <i>Por que vem a esse parque?</i> ”.....	260
Quadro 14: Identificação da percepção em relação a manutenção e conservação nos parques Burle Marx e Germânia.....	278
Quadro 15: Regulamento do Parque Burle Marx.....	284
Quadro 16: Comparativo das proibições contidas nos regulamentos entre os parques de São Paulo e Porto Alegre..	298
Quadro 17: Identificação do apoio para analisar a posição dos usuários do Parque Burle Marx em relação ao regulamento da área.....	306
Quadro 18: Identificação do tipo de apoio ao regulamento, a partir dos usuários classificados como “ <i>Aprova</i> ” e “ <i>Aprova com Ressalvas</i> ” no Quadro 17.....	307
Quadro 19: Identificação do apoio para analisar a posição dos usuários do Parque Germânia em relação ao cercamento da área.....	310
Quadro 20: Identificação do tipo de apoio ao cercamento, a partir dos usuários classificados como “ <i>Aprova</i> ” e “ <i>Aprova com Ressalvas</i> ” no Quadro 19.....	311
Quadro 21: Identificação das respostas de usuários dos parques Burle Marx e Germânia obtidas em relação a pergunta “ <i>Já percebeu algum tipo de conflito entre usuários pelas diferentes formas de uso que são feitas no parque?</i> ”.....	317

Gráficos

Gráfico 1: Distrito de residência dos usuários entrevistados no Parque Burle Marx.....	182
Gráfico 2: Distrito de residência dos usuários entrevistados no Parque Burle Marx em relação ao tipo de frequência.....	186
Gráfico 3: Tipo de frequência dos usuários do Parque Burle Marx em relação ao dia em que foram entrevistados.....	189

Gráfico 4: Distrito de residência do usuário do Parque Burle Marx de acordo com o dia em que foi realizada a entrevista.....	190
Gráfico 5: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Burle Marx, de acordo com o distrito de residência.....	194
Gráfico 6: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Burle Marx, de acordo com o dia da entrevista.....	195
Gráfico 7: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Burle Marx, de acordo com os bairros destacados do distrito de Vila Andrade.....	198
Gráfico 8: Usuários entrevistados dos bairros estudados do distrito de Vila Andrade de acordo com o dia de arguição.....	201
Gráfico 9: Respostas à pergunta “Realiza essas atividades normalmente sozinho (a) ou acompanhado (a) (grupo ou família)?”, entre os usuários entrevistados no Parque Burle Marx:	208
Gráfico 10: Bairro de residência dos usuários entrevistados no Parque Germânia.....	232
Gráfico 11: Tipo de frequência dos usuários do Parque Germânia em relação ao dia em que foram entrevistados.....	239
Gráfico 12: Bairro de residência do usuário do Parque Germânia de acordo com o dia em que foi realizada a entrevista.....	240
Gráfico 13: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Germânia, de acordo com o dia da entrevista.....	242
Gráfico 14: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Germânia, de acordo com o bairro de residência.....	243
Gráfico 15: Respostas à pergunta “Realiza essas atividades normalmente sozinho (a) ou acompanhado (a) (em grupo ou família)?”, entre os usuários entrevistados no Parque Germânia.....	257

Gráfico 16: Dado exposto no RIMA do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, que busca demonstrar o apoio da população ao empreendimento.....	352
--	-----

Figuras

Figura 1: Mapa conceitual com as etapas da coleta de dados...	44
Figura 2: Mapa conceitual sobre a organização dos argumentos da tese.....	49
Figura 3: A ágora grega no século IV A.C.....	70
Figura 4: Reprodução do mapa do Plano de Haussmann para Paris.....	99
Figura 5: Reprodução de mapa de 1863 do Central Park.....	100
Figura 6: Reprodução da Planta da Cidade-Jardim projetada por Ebenezer Howard.....	102
Figura 7: Passeio público do Rio de Janeiro antes da reforma feita por Auguste Glaziou.....	106
Figura 8: Mapa de São Paulo com a localização dos parques urbanos existentes em 2012, de acordo com o período em que foram inaugurados (Parte 1).....	113
Figura 8: Mapa de São Paulo com a localização dos parques urbanos existentes em 2012, de acordo com o período em que foram inaugurados (Parte 2).....	114
Figura 9: Parque D. Pedro II antes e depois do Plano de Avenidas.....	115
Figura 10: Reprodução do mapa do Plano de Áreas Verdes de Kliass e Magnoli (1967-1969).....	119
Figura 11: Mapa de Porto Alegre com a localização dos parques urbanos existentes em 2012, de acordo com o período em que foram inaugurados.....	129
Figura 12: Reprodução de um corte arquitetônico do projeto de Oscar Niemayer para a casa da Chácara Tangará.....	162

Figura 13: Localização do Parque Burle Marx em relação à cidade de São Paulo.....	163
Figura 14: Jardins elaborados por Roberto Burle Marx para a Chácara Tangará.....	164
Figura 15: Glebas originais do Projeto Panamby.....	166
Figura 16: Reprodução de um mapa do Loteamento Panamby apresentado na Revista Veja SP.....	169
Figura 17: Fundo Imobiliário Panamby e o Parque Burle Marx.....	177
Figura 18: Peça publicitária do empreendimento Chácara Tangará com destaque para o Parque Burle Marx.....	179
Figura 19: Parque Burle Marx e prédios do Projeto Panamby..	180
Figura 20: Mapa de São Paulo com o distrito de residência dos usuários entrevistados no Parque Burle Marx.....	183
Figura 21: Usuários entrevistados do Parque Burle Marx, conforme o tipo de frequência e o distrito de origem.....	188
Figura 22: Mapa de distritos de residência dos usuários do Parque Burle Marx de acordo com o dia em que foram entrevistados.....	192
Figura 23: Favela de Paraisópolis e os prédios da Vila Andrade.....	196
Figura 24: Favela da Peinha e os prédios do Panamby.....	197
Figura 25: Mapa de rendimento nominal médio por pessoas com mais de 10 anos (com rendimento), de acordo com os setores censitários investigados CENSO 2010, com destaque para os bairros destacados por nosso estudo.....	199
Figura 26: :Usuários praticando caminhada e corrida no Pq. Burle Marx.....	204
Figura 27: Mapa da área interna do Parque Burle Marx.....	205
Figura 28: Famílias com crianças no Gramado Central do Parque Burle Marx.....	206
Figura 29: Localização do Parque Germânia em relação à cidade de Porto Alegre.....	216
Figura 30: Zoneamento do 1º. PDDU para a região do Shopping Iguatemi após a LC 9/1980.....	219

Figura 31: Reprodução Croqui do Parque Alemanha contido no PLL 56/90 que originou a Lei 6.688/90.....	221
Figura 32: Imagem de satélite de 2002 com a demarcação da área do Parque Alemanha segundo a Lei 6.688/90 e com a localização do terreno que atualmente abriga o Parque Germânia.....	225
Figura 33: Localização do Jardim Europa e do Parque Germânia.....	229
Figura 34: Parque Germânia e os prédios do Jardim Europa...	230
Figura 35: Peça publicitária que mostra a área do empreendimento Jardim Europa, com os prédios voltados para o Parque Germânia.....	231
Figura 35: Mapa de Porto Alegre com o bairro de residência dos usuários entrevistados no Parque Germânia.....	234
Figura 36: Usuários entrevistados do Parque Germânia, conforme o tipo de frequência e o bairro de origem.....	238
Figura 37: Mapa dos bairros de residência dos usuários do Parque Germânia, de acordo com o dia em que foram entrevistados.....	241
Figura 38: Mapa de rendimento nominal médio por pessoas com mais de 10 anos (com rendimento) do Bairro de Vila Ipiranga, de acordo com os setores censitários investigados CENSO 2010, com destaque para o Jardim Europa.....	246
Figura 39: Moradias precárias no sul do Parque Germânia.....	247
Figura 40: Condomínios do BNH limítrofes ao Jardim Europa (norte do Pq. Germânia).....	248
Figura 41: Futebol improvisado no barranco – Parque Germânia.....	250
Figura 42: Mapa da área interna do Parque Germânia.....	251
Figura 43: “Cachorródromo” do Parque Germânia.....	254
Figura 44: Máquina que serve água quente para chimarrão – Parque Germânia.....	255
Figura 45: Rodas de amigos no Parque Germânia.....	258
Figura 46: Famílias junto ao playground do Parque Germânia.....	258

Figura 47: Carro da ronda privada motorizada do Jardim Europa.....	264
Figura 48: Câmera de vigilância do Jardim Europa.....	264
Figura 49: Fotografias para casamento tiradas no Parque Burle Marx.....	272
Figura 50: Estrutura para evento sobre os Jardins de Burle Marx.....	279
Figura 51: Entrada do Anexo do Parque Burle Marx.....	287
Figura 52: Quadra esportiva reformada pela comunidade da Peinha.....	288
Figura 53: Localização da Praça Ayrton Senna.....	290
Figura 54: Jogo de Futebol, cachorros e bicicleta na Praça Ayrton Senna.....	291
Figura 55: Grupo de recreação de comunidade carente.....	295
Figura 56: Grupo de recreação de classe média.....	295
Figura 57 – O Jardim Europa e o Parque Alemanha (área verde cercada à direita).....	301
Figura 58: Sítio da internet do Jardim Europa e a valorização Parque Germânia como cercado.....	304
Figura 59: Encontro entre jovens num sábado à tarde no Parque Germânia.....	315
Figura 60: Imagem da reportagem feita pelo Programa Brasil Urgente sobre uma ocorrência no Parque Burle Marx.....	331
Figura 61: Localização da Ponta do Coral em relação a cidade de Florianópolis.....	350
Figura 62: Cartazes eletrônicos para divulgação dos eventos chamados pelos movimentos Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo.....	359
Figura 63: Movimentação no evento Defesa Pública da Redenção.....	361

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS:

AAJE: Associação dos Amigos do Jardim Europa

AF: Área Funcional

AGB: Associação de Geógrafos Brasileiros

APP: Área de Preservação Permanente

ATE-2: Área Turística Exclusiva

AVL: Área Verde de Lazer

CEISA: Condor Empreendimentos Imobiliários S. A.

EIA/RIMA: Estudo de impacto ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

FEMA: Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo

FII: Fundo de Investimento Imobiliário

FUNDURB: Fundo de Desenvolvimento Urbano de São Paulo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA: ONG Instituto Socioambiental

IVS: Índice de vulnerabilidade social

LC: Lei Complementar

PBM: Parque Burle Marx

PD: Plano Diretor

PDDU: 1º. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre

PDDUA: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-Ambiental de Porto Alegre

PDE-2002: Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2002

PLL: Projeto de Lei do Legislativo

PMPA: Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PMSP: Prefeitura Municipal de São Paulo

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRE: Planos Regionais Estratégicos de São Paulo

SMAM: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre

SVMA: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo

TAC: Termos de Ajuste de Conduta (TAC)

TCA: Termo de Compromisso Ambiental

UC's: Unidades de Conservação

UEU: Unidades de Estruturação Urbana

UTCS: Unidade Territorial de Comércio e Serviços

UTR: Unidade Territorial Residencial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OS ESPAÇOS PÚBLICOS SOB O OLHAR COMPLEXO: DESDOBRANDO O FENÔMENO PARQUE URBANO..... 31

PARTE I: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS..... 51

1. ESPAÇO GEOGRÁFICO E COMPLEXIDADE: CONEXÕES NECESSÁRIAS PARA ENTENDER O ESPAÇO PÚBLICO.....51

1.1 O DEBATE SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO..... 60

1.1.1 Esfera pública e acessibilidade: reflexos no espaço público..... 68

1.1.2 As mudanças dos espaços públicos diante de um cenário de transformações urbanas..... 74

2. OS PARQUES URBANOS COMO EXPRESSÃO MATERIAL E SIMBÓLICA DO ESPAÇO PÚBLICO MODERNO..... 91

2.1 PARQUES URBANOS NO BRASIL: DE SIMULACROS DE UMA VIDA EUROPEIZADA AOS USOS ATUAIS..... 104

2.2. A CONCEPÇÃO DE PARQUE URBANO EM PORTO ALEGRE E SÃO PAULO..... 111

PARTE II: DOIS CASOS PARTICULARES: A ARTICULAÇÃO DIRETA ENTRE A INICIATIVA PRIVADA E O ESTADO NA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS..... 139

3. AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ESFERA PÚBLICA E SEUS EFEITOS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO..... 139

3.1 O PARQUE BURLE MARX.....161

3.1.1 Caracterização do uso..... 180

3.2 O PARQUE GERMÂNIA..... 214

3.2.1 Caracterização de uso..... 231

4. A INTERFERÊNCIA DOS INTERESSES PRIVADOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: ORDEM E CONTROLE267

4.1 A GESTÃO DE PARQUES URBANOS EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS: COMPARAÇÕES ENTRE O PARQUE BURLE MARX E O PARQUE GERMÂNIA268

4.2 O REFORÇO DA NORMA: CARACTERÍSTICA COMUM EM PARQUES URBANOS GERIDOS POR EMPREENDEDORES IMOBILIÁRIOS..... 284

4.3 O APOIO DOS USUÁRIOS E DA MÍDIA: A SEGURANÇA COMO PRIORIDADE EM DETRIMENTO DA LIBERDADE.... 305

CONCLUSÕES: A PROGRAMAÇÃO RÍGIDA DO ESPAÇO PÚBLICO E O CONTRAPONTO DADO POR COLETIVOS URBANOS: COMPLEXIDADE, ACESSIBILIDADE E DEMOCRACIA..... 343

A. UM PARÊNTESE IMPORTANTE - O CASO DA PONTA DO CORAL EM FLORIANÓPOLIS: REPETIÇÃO DE MODELOS E ARTICULAÇÃO POPULAR COMO RESISTÊNCIA..... 348

B. PELO RESGATE DA COMPLEXIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO: A DEMOCRACIA EM PAUTA DIANTE DA PROGRAMAÇÃO RÍGIDA..... 357

REFERÊNCIAS..... 369

ANEXO I..... 387

ANEXO II..... 389

ANEXO III..... 391

ANEXO IV..... 393

ANEXO V..... 395

ANEXO VI..... 397

INTRODUÇÃO: OS ESPAÇOS PÚBLICOS SOB O OLHAR COMPLEXO: DESDOBRANDO O FENÔMENO PARQUE URBANO

Esta é uma pesquisa que visa estabelecer uma estratégia geográfica para se analisar a produção do espaço público como fenômeno. Um espaço público cada vez mais influenciado pelo privado, como conseguimos demonstrar a partir de dois estudos de caso que envolvem parques urbanos que foram criados por empreendedores imobiliários. Um parque em Porto Alegre, outro em São Paulo com realidades muito similares em termos de concepção de uso e de gestão, que acabam imprimindo novos modelos de espaço público nessas cidades. Modelos mais enrijecidos de espaço público, onde a acessibilidade ampla que lhe dá sentido é afetada por medidas de controle espacial.

O espaço público é um tipo de espaço social complexo que compõe a esfera pública tendo, como principal característica, o livre acesso a qualquer indivíduo, e por isso, é constituído pelo encontro dos diferentes membros de uma sociedade. O acesso e o encontro entre esses indivíduos que são diferentes entre si é sustentado porque o espaço público está estruturado a partir de um aparato legal que visa garantir, através de princípios de igualdade e de isonomia de direitos, o usufruto coletivo de um mesmo espaço. Retomando um pouco a origem do espaço público, podemos dizer que ao longo da história ocidental (mais precisamente desde a Grécia Antiga), esse é o local que se tornou-se a responsável pelo encontro de pessoas que habitam um determinado território. Dessa forma, podemos dizer que o espaço público é, por excelência, um resultado do convívio democrático nas mais diferentes sociedades. E como poderíamos atribuir a qualquer espaço, como fenômeno em si ou como produtor de outros, o espaço público pode ser lido a partir da tríade ordem-desordem-organização, proposta por Edgar Morin.

Para Morin (2005) devemos encarar a organização dos fenômenos através de um olhar que contemple ao mesmo tempo ordem e desordem¹. Para o autor, pensar em ordem comporta a ideia de busca pelas determinações dos fenômenos e mais do que isso, compreende também as noções de regularidade, estabilidade, constância e até mesmo de estrutura. Entretanto não é possível dizer que a *ordem* é a *organização* das coisas, pois a aleatoriedade e o acaso também estão presentes na formação dos fenômenos que estão em constante interação. Por isso devemos apontar que a ordem é uma das partes constitutivas da organização, sendo constantemente (re) produzida e (re) configurada por ela. A organização, além de ser constituída pela ordem, também possui em si a desordem. A desordem, para Morin (2005), é algo que vai além da noção de acaso, comportando uma dimensão objetiva que corresponde as instabilidades, as irregularidades, aos desvios, as agitações de um fenômeno, e uma dimensão subjetiva que coloca para o ser humano o princípio da incerteza.

Podemos pensar o espaço público como uma organização resultante da tensão entre a ordem e a desordem. Lê-se o

¹ Gomes (1997), por exemplo, fala que a geografia tem como princípio metodológico e como amálgama da sua produção, a compreensão da *ordem espacial*, que seria a lógica da distribuição das coisas no espaço. O que regeria essa lógica da distribuição espacial pode variar de acordo com o que se estuda. Ou seja, o que está por trás da distribuição espacial da vegetação são fatores diferentes daqueles que influenciam na dispersão da população urbana, como é explicitado no exemplo dado pelo autor. Resumindo, cabe aos geógrafos compreender as diferentes lógicas (fatores), da relação entre homem e natureza, que provocam a distribuição (concentração/dispersão) das coisas no espaço. Embora acreditemos que a visão do autor aponte uma visão de ordem mais ampla do que a noção de determinação, definir que a geografia deve estudar a ordem dos processos, pode tornar a disciplina pouco atenta para àquilo que causa aleatoriedade dos fenômenos geográficos.

espaço público a partir da ordem porque ele é estruturado através de leis e normas, forjadas dentro de um Estado político (assimétrico, diga-se de passagem), com o objetivo de regular as ações sociais que ocorrem no interior desses espaços. Essa regulação possui um duplo viés, pois em uma perspectiva democrática pode ser a garantia do usufruto coletivo do espaço e em uma perspectiva autoritária pode se caracterizar como a exigência da regularidade, da constância de seu uso a partir de parâmetros pré-estabelecidos, em tese análoga ao pensamento do geógrafo anarquista Piotr Kropotkin. Em pleno século XIX, em um trabalho sobre o papel da Lei e da autoridade, Kropotkin apontava sobre a dualidade da criação da norma, que por um lado ajuda a manter a estrutura da sociedade em suas mesmas bases, e que por outro, circunscreve direitos aos indivíduos inspirada em princípios e valores humanitários que transversalizam a história da sociedade, inclusive em comunidades onde não havia lei escrita. Para Kropotkin, o fato de abrigar valores humanitários que atravessaram a história da sociedade, colaborava para a crença de que as leis não deviam ser questionadas, e que por consequência, precisariam ser obedecidas:

Mas, se a Lei só apresentasse um amontoado de prescrições unicamente favoráveis aos dominadores, teria grande dificuldade para ser aceite, para se fazer obedecer. Ora bem, o legislador salta o obstáculo e confunde num único e mesmo código as duas correntes de costumes de que acabamos de falar: as máximas que representam os princípios de moral e de solidariedade elaborados pela vida em comum e as ordens que devem para sempre consagrar a desigualdade (KROPOTKIN, 2013, p. 11)

O conteúdo ácido das afirmações feitas por Kropotkin servem de alerta para a necessidade de analisar criticamente o caráter das leis e seus efeitos sobre a sociedade e o espaço. A história do espaço público revela o papel da lei e da ordem na sua produção e demonstra a assimetria da sociedade. Os parques urbanos, por exemplo, são espaços públicos marcados por um projeto ordenador do tempo livre dos trabalhadores na Inglaterra Vitoriana (COSGROVE, 1998, MASCARENHAS, 2006;)². Segundo Capel (2002), na Grã-Bretanha do século XIX, os parques urbanos eram importantes espaços para proporcionar à população operária, a recreação e a diversão regulada racionalmente, sendo tratados como instrumentos de saúde pública pelo Estado.

Entretanto, pensar os espaços públicos apenas a partir da ordem de sua organização seria compreender a questão de forma amputada. Por serem espaços coletivos e de diversidade, são ricos em complexidade, portanto, sujeitos a ações imprevistas ou desviantes, que alteram a constância e a regularidade desses espaços, o que nos permite dizer que são locais onde a desordem também se faz presente. A presença da desordem no espaço público também possui dupla face, já que por uma perspectiva autoritária pode significar a ruptura com a norma que garante o usufruto coletivo do espaço, como em usos segregacionistas, assim como por uma perspectiva democrática podem atualizar os parâmetros da ordem, para que não haja o congelamento ou a padronização (a partir de um parâmetro ideal definido externamente) do espaço.

² No Brasil, os parques urbanos surgiram com outras motivações. Os primeiros parques brasileiros foram construídos com o objetivo de se tornarem simulacros de uma vida europeia, visando atender às expectativas de uma elite burguesa que via na Europa um modelo de civilização a ser seguido - fato que ainda permanece (MACEDO & SAKATA, 2008).

É importante destacar que a ordem e a desordem são intrinsecamente relacionais: uma em relação a outra; e em relação àquela que analisa essa dialógica. Quando dizemos que a ordem é relacional à desordem, é porque a desordem só pode ser lida a partir daquilo que é compreendido como ordem. Se entendermos que o regulamento de um parque é definidor de uma ordem, àquilo que fugir a regra poderá ser compreendido como desordem. E o contrário também ocorre. Quando afirmamos que a ordem e a desordem dependem daquele que os analisa, queremos dizer que de acordo com os pressupostos do pesquisador, um mesmo processo pode ser lido como ordem ou como desordem.

Esse último ponto cria uma dificuldade analítica de modo que tentamos superá-la criando um par dialógico inspirado na relação entre ordem e desordem, mas que ao nosso ver torna mais operacional a compreensão dessa dialógica. Trata-se da relação/tensão entre a programação e a espontaneidade do uso do espaço.

Primeiramente devemos dizer que a tensão entre o espontâneo e o programado produz o movimento de auto-reconstrução das cidades. Afirmamos, inspirados na noção de programa de Edgar Morin³, que *programado* é aquilo que possui

³ Para Morin (2005b, p. 250), “o programa (“aquilo que está inscrito previamente”) é um conjunto de instruções codificadas que, quando aparecem as condições específicas da sua execução, permitem o controle, o comando por um aparelho de seqüências de operações definidas e coordenadas para alcançar certo resultado”. O autor traz essa noção para falar da produção do conhecimento, que seria uma relação de oposição e complementaridade entre o programa e a estratégia. A estratégia corresponderia, diferentemente do programa que tem operações pré-estabelecidas, em ações concebidas passo a passo, de acordo com as variações apresentadas pelo meio. O desenvolvimento do conhecimento se dá mais fortemente a partir da preponderância do pensamento estratégico sobre o programado. Por

uma intencionalidade premeditada, com vias a ordenar, sobre um determinado preceito (intenção), as relações estabelecidas em sociedade.

O problema da programação, portanto, não está exatamente na sua existência, mas no preceito/intencionalidade que ela pode carregar como base para sua manifestação. Uma programação com a intencionalidade de manter o *status quo* social tende ser seletiva e pode gerar mais desigualdade entre os indivíduos que compõem uma sociedade. Um exemplo do que queremos dizer quando falamos em programação encontramos nas características do mercado imobiliário, no qual o acesso a moradia se dá partir da aquisição de propriedade, determinando localizações e grandes diferenciações na qualidade de vida dos habitantes da cidade. O planejamento urbano, em especial àquele que se constitui como “forte” (CHALAS, 2008), típico do modernismo, poderia ser entendido como uma *programação*, ou seja, como algo carregado de uma intencionalidade que visa eliminar possíveis espontaneidades geradoras de algum tipo de desordem àquilo que é desejado no interior de um Estado aliado ao mercado. Em uma leitura análoga, contudo, por um viés psicossocial, Sennett (1975) constata que a prática do planejamento urbano pode ser vista como produtora de uma ordem, que na tentativa de superar os conflitos sociais, acaba por segregar ainda mais os indivíduos e conseqüentemente aprofunda mais as diferenças que causam animosidades.

Queremos deixar claro que aquilo que estamos compreendendo como programação não é a ordem em si, mas é um conjunto de ações que visa estabelecer um determinado tipo de ordem. Acreditamos que no espaço urbano atual, um produto do desenvolvimento capitalista, as programações tendem a ser calcadas em uma intencionalidade com base na (re) produção do capital. Diante de tal situação temos a criação/revelação de uma

isso é necessário incentivar um pensamento que seja mais estratégico do que programado (MORIN, 2002).

ordem rígida, pouco afeita às ideias de autonomia, de liberdade e de democracia⁴.

Por outro lado, todo ato ao entrar em um meio complexo pode ter sua trajetória alterada, respondendo a uma *ecologia da ação* (MORIN, 2005b; 2007)⁵, podendo inclusive não atingir com eficácia os objetivos esperados. De modo análogo, Milton Santos também afirma isso quando fala do caráter dos *eventos*. Para o geógrafo brasileiro, evento é algo que é resultado de um feixe de vetores que não pode ser identificável antes de ser percebido, pois se completa quando é integrado ao meio. Os eventos se originam, portanto, da autonomização da ação (SANTOS, 2004), e por isso, há imprevisibilidade no resultado, pois a eficácia do ato não depende somente da racionalidade da decisão e da execução.

Atentar para os eventos é, para Santos (2004), fundamental para a interpretação geográfica dos fenômenos sociais. Diante desse fato, buscamos colocar em oposição àquilo que entendemos como programação, uma noção que estamos chamando de *espontaneidade*, que compreenderia as relações sociais que não estão previstas pela programação, mas que pelo grau de subversividade/criatividade que podem ter, geram a necessidade da existência da mesma. Quer dizer, a espontaneidade das relações sociais gera a indignância da

⁴ Salientamos novamente que a ordem é fundamental em uma sociedade que busca o caminho da autonomia individual e coletiva, pois garante a coexistência entre os diferentes indivíduos de uma sociedade. O problema está no fato de que a ordem em pauta tem conotação repressora, hegemônica e dominadora. Essa ordem não consegue conviver com a desordem.

⁵ A ecologia da ação, de que fala Morin (2005b; 2007), é regida por dois princípios básicos: primeiro, toda ação ao se propagar e interagir no meio, se distancia da intencionalidade que lhe deu origem; segundo, pelo fato da ação sofrer várias inter-retroações do meio onde se propaga, torna-se imprevisível a última consequência do ato.

programação dotada da ideia de dominação (das elites para com a população em geral).

Nenhuma programação consegue abarcar totalmente as atividades humanas, pois é sempre possível a existência de desvios, de espontaneidades que recriam a tensão geratriz provocada por movimentos de ordem e desordem. O espaço urbano, nesse contexto, é uma organização que vive simultaneamente da ordem e da desordem. No entanto, é perceptível, por exemplo, que há uma proliferação de um discurso midiático que apela para a ideia de caos social, de desordem, apontando a necessidade de reestabelecimento de uma ordem. Essa ordem exigida pela “opinião pública” tem caráter burguês e não transforma a sociedade em mais justa e igualitária. Questões como essa reforçam uma programação mais enrijecedora do espaço público.

Ou seja, uma perspectiva ideal de espaço público como lugar de encontro dos diferentes membros de uma sociedade, pela sua ampla acessibilidade, não se concretiza efetivamente, especialmente em sociedades desiguais como a brasileira, cujo histórico político é de autoritarismo dos governantes. Vivemos em uma sociedade fragmentada em classes e grupos sociais e podemos dizer que isso promove encontros mais seletivos entre os indivíduos. Dessa forma, os diferentes grupos e classes sociais se distribuem de forma relativamente homogênea pela cidade, tornando mais segmentado o espaço urbano, pois cada lugar no tecido metropolitano tende a corresponder a um grupo e/ou classe social. Sennett (1975), inclusive, fala que quanto mais segregada a sociedade estiver, mais necessária ela torna a criação de novas leis e normas de convívio.

Contudo, se a sociedade atual produz a programação de um espaço mais segmentado, será que é possível afirmar o seu contrário? Ou seja, o espaço programado pode acentuar a segmentação social? Acreditamos que sim, pois há uma retroalimentação nesse processo.

Segundo Lefebvre (2002), a produção do espaço é um dos modos de (re) produção da própria sociedade e através do espaço construído, podemos compreender um pouco sobre nossa organização social, política, econômica e cultural. Nossa tese de doutorado, portanto, buscou elucidar as características da produção do espaço, através da análise de parques urbanos públicos que foram implantados em grandes empreendimentos imobiliários nas duas últimas décadas. Esse recorte foi feito com o objetivo de tornar claro quais modelos de ordenamento espacial estão presentes no momento em que o espaço público é produzido por agentes privados. Muitas pesquisas falam em privatização do espaço público, pela tomada desses lugares por grupos sociais restritivos ou por empresas, mas há poucos estudos que avaliam a produção de espaços públicos pela iniciativa privada. Com a expansão do processo de urbanização no Brasil e a ampliação dos modelos de gestão que articulam a iniciativa privada e o Estado sob a bandeira do neoliberalismo, a produção do espaço público por esses agentes tende a ser um processo cada vez mais comum. Como a criação do espaço público, tal qual enfatizamos até aqui, tem relação com a produção de normas (programação), torna-se relevante enfatizar quais fatores foram colocados como pressupostos ordenadores no momento de produção desses locais.

Dentro desse contexto, compreendemos que a esfera pública burguesa, apesar de ser um espaço político ampliado em relação ao existente anteriormente (Antigo Regime), é assimétrica em termos de poder, o que torna possível afirmar que a acessibilidade pública do espaço, garantida mediante leis e normas, pode ser distorcida dependendo do julgamento de quem tem força para legislar, provocando a redução da permeabilidade do espaço público. Tais argumentos nos direcionam para a problemática da pesquisa: será que as leis e as normas produzidas na concepção de parques urbanos públicos que resultaram de grandes empreendimentos imobiliários privados,

garantem a ampla acessibilidade aos indivíduos de uma sociedade?

A busca pelos elementos que dão base à programação desses espaços públicos nos permitiu tornar visível de que modo esse tipo de parque urbano influencia na sociedade onde estão instalados, assim como o contrário, ou seja, como a sociedade e sua organização exercem ingerência na concepção desses lugares. A partir da pesquisa pudemos concluir que as leis e as normas produzidas na concepção e na programação de parques urbanos públicos que resultaram de grandes empreendimentos imobiliários privados, afetam/alteram a ampla acessibilidade característica dos espaços públicos, produzindo uma experiência coletiva urbana fragmentada aos indivíduos que usam esses espaços, mas que mesmo assim, é vista por eles como fundamental, na medida em que se sentem mais seguros e/ou que visualizam uma conservação da materialidade do espaço construído/preservado.

Para chegarmos a essa conclusão fizemos dois estudos de casos em parques urbanos públicos criados no interior de grandes loteamentos privados: o Parque Germânia, na cidade de Porto Alegre/RS, que surgiu em 2006 com a implantação do empreendimento Jardim Europa; e o Parque Burle Marx em São Paulo/SP, que foi inaugurado no ano de 1995 junto ao loteamento Panamby. Os motivos que levaram a definição desses dois parques como objeto de estudo estão na similaridade dos processos que lhes deram origem e no modo como são administrados: ambos são oriundos da aplicação da Lei Federal do parcelamento do solo urbano – 6.676/79 – através dos planos diretores municipais, ou seja, correspondem a áreas de propriedade privada que ao serem loteadas, tiveram de repassar à municipalidade uma parcela de seu terreno original, que pelo tamanho pôde ser convertido em parque urbano; os dois parques são áreas geridas totalmente ou parcialmente pela iniciativa privada; os loteamentos, que lhes permitiram surgir, são voltados para classes média-alta e alta das cidades em questão;

e, por fim, possuem peculiaridades normativas em relação aos demais parques das cidades onde se localizam.

As peculiaridades normativas desses parques, aliás, foi o que nos chamou a atenção a ponto de quereremos produzir essa tese. Ambos os parques apresentam uma programação rígida de uso do espaço público. Acreditamos que isso se explica pelos objetivos dos empreendedores imobiliários que construíram esses espaços públicos e que ainda hoje os administram. O enrijecimento da norma através de uma programação endurecida do espaço permite aos empreendedores imobiliários um maior controle sobre as ações, garantindo a manutenção da valorização imobiliária das propriedades por eles produzidas no entorno desses parques urbanos. O avanço desse tipo de produção do espaço público colabora para a fragmentação do tecido urbano, por torná-lo mais homogêneo.

As peculiaridades desses parques em relação ao contexto urbano das cidades onde se localizam residem basicamente em dois pontos - um em cada cidade. Em Porto Alegre, o Parque Germânia é totalmente cercado e possui horário de funcionamento, algo raro no cenário da capital gaúcha, e em São Paulo, o Parque Burle Marx conta com um regulamento bastante rígido de uso, a ponto de não permitir uma série de práticas sociais - como jogo de futebol, uso de bicicletas por adultos, piqueniques, uso de skates, entrada de animais domésticos - que são comuns em outros parques paulistanos.

É importante que fique claro que a peculiaridade levantada em cada parque estudado só tem sentido no contexto urbano das cidades onde eles se localizam. O fato do Parque Germânia ser cercado e ter horário de funcionamento só chama a atenção dentro do cenário porto-alegrense, pois em São Paulo praticamente todos os parques possuem grades e hora de uso. Em Porto Alegre, onde há nove parques urbanos, apenas três desses espaços possuem cercas e horário de funcionamento: o Germânia, o Gabriel Knijnik (os mais recentes da cidade), e o Saint-Hilaire (que também abriga uma unidade de conservação).

Há outros parques que possuem cercas, como o Harmonia e o Chico Mendes, mas que não possuem horário de funcionamento. Por outro lado, o regulamento mais restritivo do Parque Burle Marx apenas se destaca como peculiaridade dentro do cenário paulistano, onde cada parque possui o seu conjunto particular de regras, diferentemente de Porto Alegre em que há uma regulamentação única para esse tipo de espaço público, que vale para toda a cidade. Em São Paulo, havia, em 2012, 100 parques urbanos (entre áreas municipais e estaduais) que possuíam elementos muito distintos entre si, diferentemente de Porto Alegre, onde os parques urbanos têm características próximas. Em São Paulo, há parques contemplativos (como o Burle Marx), de lazer ativo, balneáveis, etc., que possuem tamanhos distintos e, por consequência, demandam normas diferenciadas. Foi a diferença do regulamento do Parque Burle Marx que nos incitou a trazê-lo para o estudo.

Além disso, o Parque Burle Marx, por ser de 1995, é mais antigo que o Parque Germânia que data de 2006. Essa diferença, embora não seja grande, permite que possamos traçar uma linha do tempo do desenvolvimento de parques urbanos a partir de empreendimentos imobiliários nos quais a iniciativa privada se torna também gestora dos mesmos.

Buscamos, portanto, através desses parques urbanos, demonstrar que características possuem essa produção do espaço público que articula o Estado e a iniciativa privada. Trazemos a tona como esses agentes importantes da produção espacial programaram tais espaços públicos, e apontamos que o resultado da parceria entre o Estado e a iniciativa privada tende a ser uma fórmula rígida que dificulta a existência de espontaneidades. Ou seja, acreditamos que a programação dos parques urbanos estudados colabora para a construção da segmentação social característica da sociedade atual, através de um modelo de espaço público mais normativo e restritivo que se propagará pelo espaço urbano com um todo.

Para que pudéssemos chegar a tais considerações realizamos uma coleta de dados exaustiva que mobilizou uma série de procedimentos metodológicos de caráter qualitativo, como: entrevistas; pesquisa documental; observações com registro em diário de campo e em fotografia; resgate de dados secundários (apresentado como mapa conceitual na Figura 1).

Sobre as entrevistas, resumidamente é possível dizer que foram feitas um total de oito arguições de longa duração com gestores, empreendedores e associações de bairro, que atingiram mais de 5 horas de gravação. Além disso, nos parques, para que pudéssemos traçar um perfil de usuário, foram feitas 68 entrevistas com frequentadores do Parque Burle Marx em que 87 pessoas foram arguidas e 71 entrevistas no Parque Germânia em que 123 pessoas passaram pelo mesmo processo, o que gerou cerca de 6 horas de material.

Já a pesquisa documental, que foi realizada nos arquivos históricos das cidades de Porto Alegre e São Paulo, permitiu a coleta de reportagens que ajudaram a reconstruir o histórico das áreas e compreender um pouco do cotidiano desses locais. Outro dado que pode ser extraído dos jornais analisados foram materiais publicitários que estabeleciam a relação dos parques estudados com os empreendimentos imobiliários (assim como encontramos esse tipo de informação nos folders comerciais produzidos pelos empreendedores imobiliários). Nos arquivos históricos também pudemos coletar documentos institucionais, como programas e leis, que colaboraram para o entendimento de como o Estado intervém nesses espaços (os projetos de lei que interessavam também foram motivo de busca nas câmaras legislativas e nos sítios da internet).

O registro em diário de campo, outro procedimento adotado, permitiu que pudéssemos guardar nossas impressões e observações durante os momentos em que estávamos nos parques. Associado a esse procedimento está o registro fotográfico de nossas visitas, que tratou de coletar imagens de relevância analítica para a pesquisa.

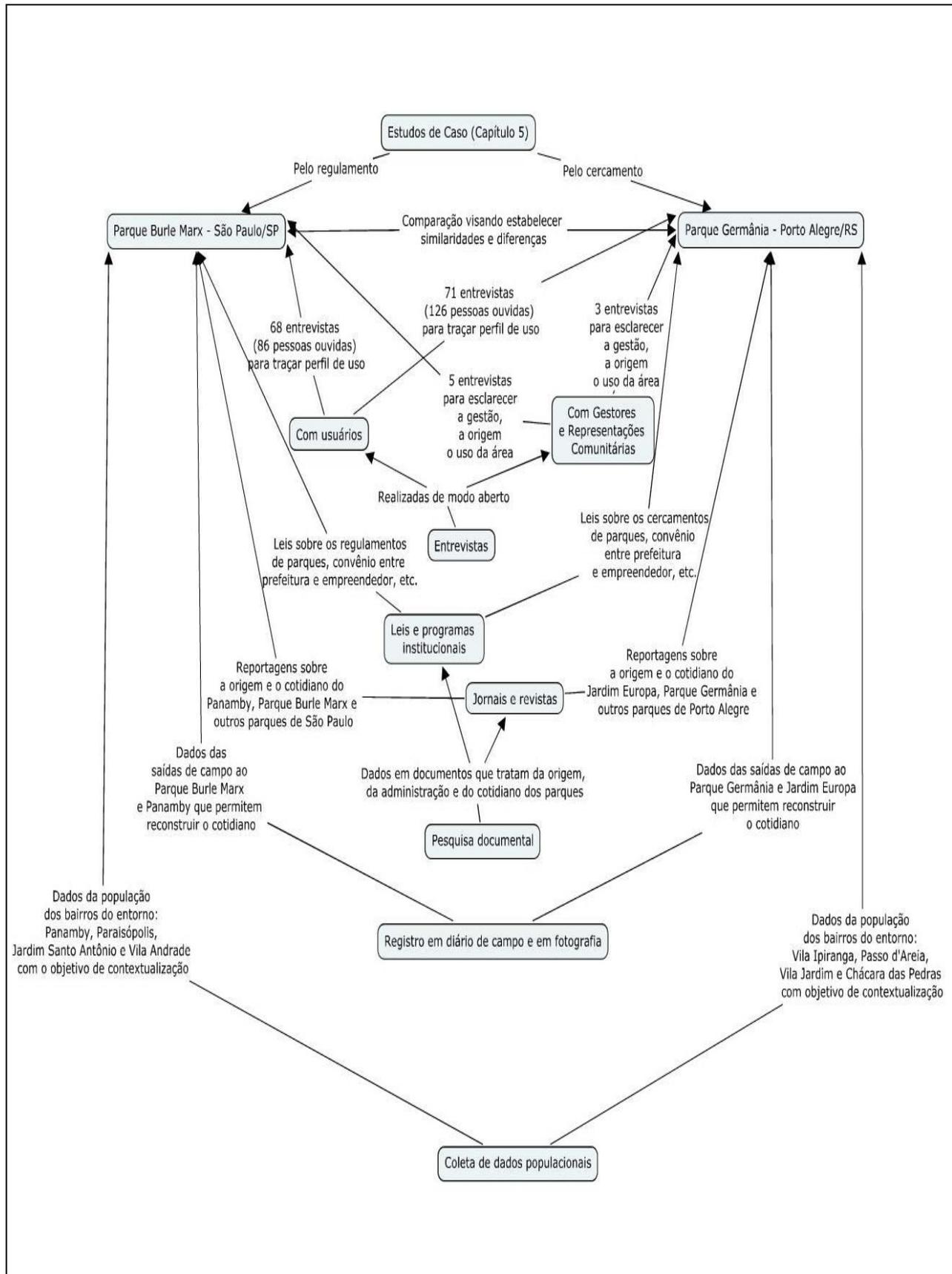


Figura 1: Mapa conceitual com as etapas da coleta de dados
 Fonte: Felipe Silveira de Souza (2013) com auxílio do programa Cmap Tools.

Além dos materiais produzidos pelos instrumentos anteriores, também realizamos uma etapa de coleta de dados populacionais produzidos pelo IBGE, para que pudéssemos tecer considerações gerais sobre aqueles que habitam os empreendimentos e o entorno dos parques e consequentemente ampliarmos nossa visão sobre os bairros que compõem o contexto urbano mais diretamente relacionado a esses espaços públicos.

Todos os dados coletados foram analisados mediante uma abordagem qualitativa, que nos permitiu realizar comparações entre os dois parques, com o objetivo de destacar o que havia de similar e de diferente entre esses dois espaços públicos. O processo comparativo é feito com todo o cuidado durante os capítulos nos quais tratamos dos estudos de caso (3 e 4), contidos na Parte II do trabalho. Os capítulos da Parte I, 1 e 2, servem de suporte teórico para os estudos de caso, onde tratamos de conceitos e temas como: espaço geográfico, espaço público, esfera pública, parque urbano e transformações urbanas contemporâneas.

No primeiro capítulo, intitulado *“Espaço geográfico e complexidade: conexões necessárias para entender o espaço público”*, iniciamos o debate pontuando nosso entendimento sobre o espaço geográfico. Após traçarmos esse primeiro debate, passamos a tratar das transformações do espaço público ao longo da história do Ocidente. Buscamos realizar um resgate dos conceitos de esfera pública e espaço público, demonstrando a importância desse debate para a geografia, especialmente diante de um cenário de transformações urbanas. As metamorfoses recentes das espacialidades públicas diante de novas questões culturais e de problemas sociais como a violência urbana, são analisadas pelo fato de provocarem a emergência de novas alternativas em relação a espaços coletivos, como: shoppings, áreas de lazer em condomínios, etc. Diante de tal situação, afirmamos que a produção do espaço público passa a ser programada com algumas das características

desses novos objetos espaciais, especialmente no que corresponde ao controle sobre quem usa o espaço, não significando necessariamente uma novidade, como demonstra a história dos parques urbanos.

“Os parques urbanos como expressão do espaço público moderno” é o segundo capítulo da tese, onde nos dedicamos a remontar o surgimento dos parques urbanos na história do Ocidente. Dessa forma destacaremos o processo de urbanização e de ordenamento engendrado na industrialização da sociedade, que provocou a necessidade de fornecer espaços para o lazer regulado durante o século XIX e início do XX. Buscamos mostrar, também, que os parques urbanos, embora surjam de um ordenamento rígido do espaço, passam por um movimento de abertura e de popularização que dura pouco, pois diante de problemas sociais como a criminalidade urbana, retoma-se uma tendência de fechamento e/ou de seletividade do espaço público. Ao final desse capítulo, procuramos delinear as características gerais de uso, de concepção e de gestão desse tipo de espaço público nas cidades de São Paulo e Porto Alegre.

No terceiro capítulo, *“As transformações recentes da esfera pública e seus efeitos sobre a produção do espaço público urbano”*, trazemos a tona que a questão da formação de uma nova esfera pública brasileira pós-democratização e a implantação de um modelo neoliberal de Estado refletem sobre a produção do espaço público urbano. Para isso apresentamos os dois estudos de caso: Parque Burle Marx em São Paulo e Parque Germânia em Porto Alegre. Para deixar mais clara a escolha desses espaços como objetos empíricos da pesquisa, fizemos uma contextualização histórica e sócio-espacial (através dos usos) desses parques urbanos. Nesse delineamento inicial mostramos alguns sinais dados através da origem e do uso do espaço, que caracterizam a presença de um processo de programação do espaço público por uma via rígida.

No quarto capítulo, intitulado *“A interferência dos interesses privados na produção do espaço público: Ordem e controle”*,

apontamos que boa parte da rigidez do espaço público produzido se dá através da gestão, pelo fato de que, para além da construção, os agentes privados se tornaram os administradores desses locais. O gerenciamento desses espaços passa a ser feito a partir das preocupações do mundo privado, o que afeta a vida pública. A presença de elementos normativos que os diferenciam dos demais parques da cidade é algo estudado diante dessa situação. Mais do que isso, mostramos a partir da análise do discurso midiático e das falas dos usuários entrevistados, que existe apoio para a produção de espaços públicos mais restritivos, por aspectos que transitam entre a segurança pessoal, a manutenção da ordem estabelecida, a preservação material das áreas e a conservação das práticas sociais já existentes.

Na derradeira parte de nossa tese que intitulamos “*A programação rígida do espaço público e o contraponto dado por coletivos urbanos: complexidade, acessibilidade e democracia*” trazemos nossas conclusões sobre a análise dos parques urbanos estudados, nas quais reforçamos que a produção de espaços públicos através de parcerias entre empreendedores imobiliários e Estado gera, por ser resultado de uma programação rígida, espacialidades mais normativas, seja pelo desenho arquitetônico, seja pelos regulamentos de uso. Esse modelo mais normativo de gestão do espaço será reproduzido pela grande mídia como necessário a cidade como um todo. Cria-se uma representação social que deseja o controle dos processos sócio-espaciais do cotidiano. Ou seja, essa gestão simboliza a tentativa de resgate de um modelo de ordem que tem origem burguesa e que está calcada na exclusão social. Entretanto, como todo espaço é um ponto de complexidade, na medida em que está sujeito a ecologia da ação, é possível perceber que existe tentativas de desvio, que podem recomplexificar o espaço. Exemplos da atuação de coletivos em busca de uma acessibilidade ampla ao espaço público apontam nessa direção. A recomplexificação é necessária e exige uma

reforma do pensamento de modo que se compreenda o mundo de uma forma orgânica, onde ordem e desordem passem a ser incorporados como ferramenta teórica e prática.

Para que se percebam mais claramente as interconexões entre os conceitos e temas da tese na forma como organizamos os capítulos, fizemos um mapa conceitual que visa, através de suas articulações, demonstrar o encadeamento complexo mobilizado como argumento (Figura 2).

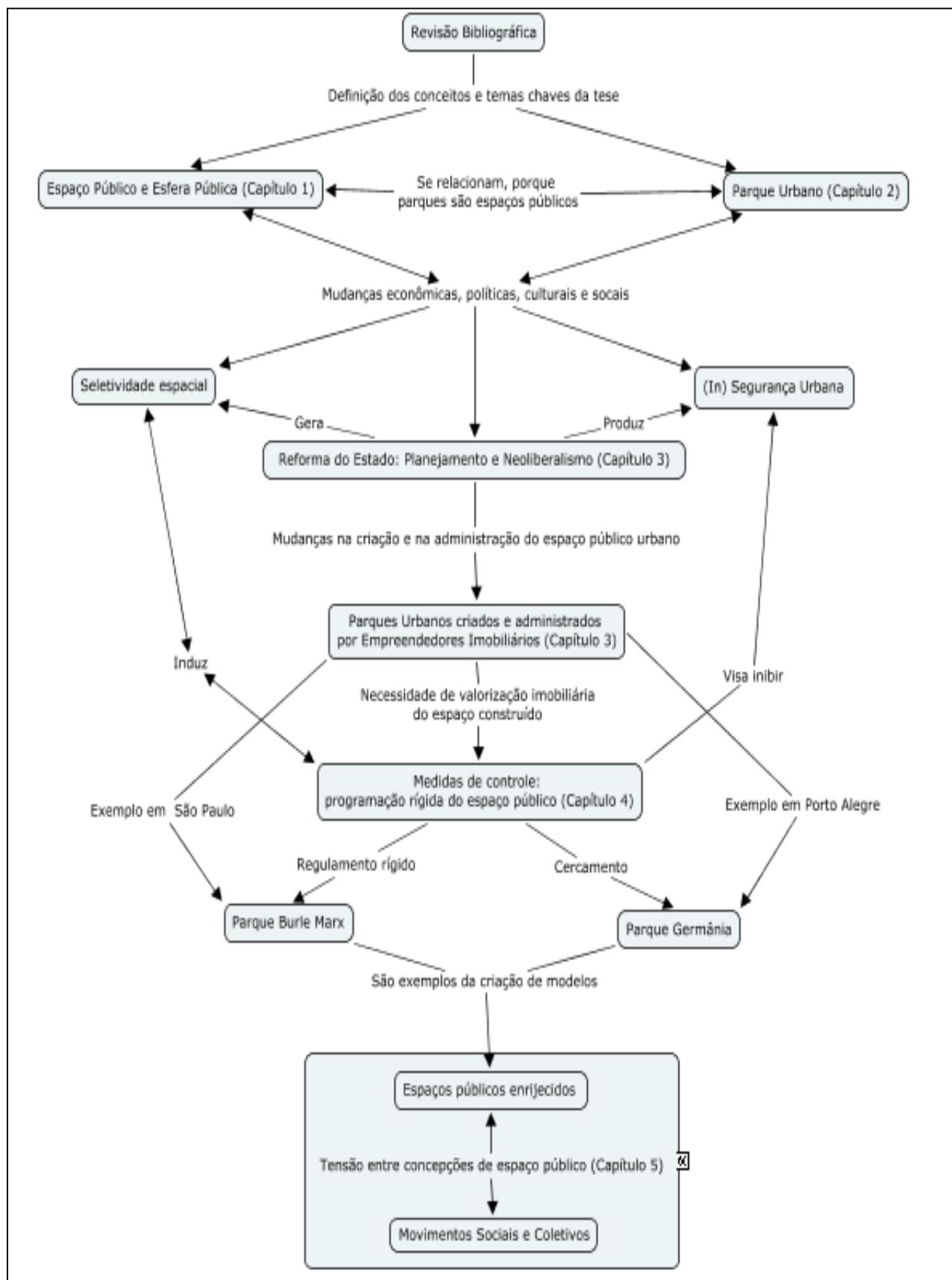


Figura 2: Mapa conceitual sobre a organização dos argumentos da tese
 Fonte: Do autor (2013) com auxílio do programa Cmap Tools

PARTE I: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

1. ESPAÇO GEOGRÁFICO E COMPLEXIDADE: CONEXÕES NECESSÁRIAS PARA ENTENDER O ESPAÇO PÚBLICO

Antes de entrarmos mais diretamente no objeto de estudo que motivou esta pesquisa de doutorado, o espaço público, queremos fazer alguns apontamentos sobre como compreendemos o espaço geográfico - categoria analítica que em nossa perspectiva é a base do nosso campo de produção do conhecimento.

Devemos dizer que “espaço” é uma categoria que permeia a produção científica de áreas muito distintas entre si, tornando-se polissêmica, com múltiplas interpretações e possibilidades. Por ser fundamental na elaboração científica da geografia, têm, nessa produção acadêmica, concepções muito bem articuladas e interessantes. Tais construções teóricas sobre o que seja o espaço – ora divergentes, ora convergentes - permitem que possamos compreender, através da geografia, um pouco mais da história terrestre – em uma dialética que envolve homem e natureza (ou em uma tríade que envolve homem-natureza-espaço).

Uma das compreensões mais interessantes sobre o que é o espaço na geografia foi realizada por Milton Santos. Ele atribui o termo geográfico ao seu conceito de espaço e o define como sendo um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Nesse espaço opera-se uma relação contraditória e solidária entre os objetos que condicionam as ações, assim como, entre as ações que criam novos objetos e/ou se propagam através dos objetos pré-existentes. Pode-se dizer que esse quadro provoca a dinâmica do espaço (SANTOS, 2004). Os parques urbanos, nosso objeto específico de estudo, são objetos geográficos produzidos por ações, e que por sua vez, suscitam outras ações, em um processo extremamente dinâmico e sistêmico. Todo objeto geográfico é resultado de um grupo de ações no espaço, e produtor de outras tantas.

Entretanto, as ações que os suscitaram e que foram produzidas através desses objetos são distintas, pela própria diferença que lhes é inerente.

Toma forma dessa relação entre objetos e ações outra grande contribuição de Milton Santos (2004) sobre o dinamismo espacial: a noção de inércia-dinâmica do espaço geográfico. Ao mesmo tempo em que o espaço é inerte, porque se cristaliza na permanência dos objetos materiais que condicionam a ação humana, ele é dinâmico, pois, embora limitem as ações, os objetos não as definem diretamente, gerando novas possibilidades de criação de objetos e ações. Essa **relação de tempo** que simultaneamente produz permanências e transformações, criações e destruições de ações e objetos, provoca o movimento do espaço geográfico.

O caráter dos objetos e das ações ao longo do tempo histórico e seus efeitos no presente, assim como a projeção desses sistemas no futuro, devem ser compreendidos como cruciais na explicação geográfica (SANTOS, 2004). Tal noção é muito interessante, e, de certa forma, unificadora da produção do conhecimento geográfico, pois como o próprio Milton Santos nos aponta, os objetos podem ser naturais ou artificiais⁶. Segundo o autor:

Esses objetos são tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram (SANTOS, p. 72).

Portanto, uma explicação que pretenda revelar um conteúdo geográfico do espaço deve, a partir de um dado objeto (material ou não), independentemente da área, apontar como

⁶ Embora Milton Santos também destaque que os objetos naturais estão sendo, ao longo da história humana, substituídos por objetos artificiais, criando uma nova natureza. Uma natureza humanizada.

esse condiciona as ações, e de que modo essas mesmas ações influenciam o objeto estudado. Por isso é necessário resgatar a historicidade da produção espacial, para entender as ações e os objetos contidos nele.

Fica claro, a nosso ver, que o espaço é uma categoria que deve ser levada em consideração desde o início de uma pesquisa geográfica. No entanto o espaço geográfico só será revelado mais plenamente ao final do trabalho de investigação, pois só o término do relatório (monografia, dissertação ou tese) o tornará visível (ainda que no recorte de estudo e/ou como representação), já que a partir desse momento estarão articuladas as relações estabelecidas entre os objetos e as ações que foram motivos de análise.

Para Milton Santos, a amarração entre os objetos e as ações é uma lógica que precisa ser desvendada. Segundo o autor (2004):

Esses objetos e essas ações são reunidos em uma lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Trata-se de reconhecer o valor geográfico dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social (p.78).

Para a geografia é fundamental a compreensão da importância do espaço no entendimento dos diversos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais. Por isso é mister desvendar as lógicas que promovem a construção do espaço, e além disso, compreender que esse mesmo espaço possui objetos e ações interligadas, que promovem sua contigüidade,

exigindo um pensamento que articule/desdobre o fenômeno estudado nas suas múltiplas dimensões espaciais de origem e ocorrência.

No que corresponde a essa angústia, é importante estar atento a alguns riscos gerados na tentativa de desvendar a lógica que estrutura o espaço, para não incorrer em uma leitura determinística de mundo. Nossa tentativa de superar esse problema teórico-metodológico foi a de se aproximar dos debates realizados por Edgar Morin sobre o paradigma da complexidade. Em especial destacamos a tríade organizadora ordem-desordem-organização apresentada por esse autor, pois acreditamos que essa leitura possui uma importância fundamental para a epistemologia do espaço geográfico, como uma **relação de processo**.

Morin (2003a, p.192) afirma, por exemplo, que as cidades são espaços produzidos por intensas relações sociais que podem ser geradas tanto por motivações intencionais e estruturais, assim como por situações ocasionais (acaso) e espontâneas, o que gera dinamicidade e complexidade a essa realidade. Para esse autor, mesmo nos sistemas mais totalitários (mais ordenadores) a desordem sempre existiu, pois cresce como uma resistência à opressão do regime. Como uma “anarquia co-organizadora” (MORIN, 2003a, p.193).

A seguir reproduzimos um trecho no qual Morin descreve uma série de relações cotidianas que ocorrem no espaço urbano, demonstrando a interconexão ordem-desordem-organização presente na realidade cosmopolita⁷.

Como um ecossistema natural a primeira vista, a megalópole parece por vezes obedecer a uma grande ordem cósmica e constituir um fervilheiro louco de agitações

⁷ Mesmo que seja uma citação extensa, fizemos questão de manter o texto na íntegra, pois o autor consegue nesse trecho descrever com sabedoria e poesia, a vida urbana que oscila entre ordem, desordem e organização.

egoístas. É, vista de cima, uma enorme máquina cronometrada que obedece estritamente ao relógio astral: de manhazina despertam, lavam-se, vestem-se, saem de casa, as vagas sucessivas de padeiros, operários, empregados, patrões, funcionários; os metros, autocarros, táxis, automóveis, caminhões circulam como glóbulos sanguíneos nas artérias e distribuem os seus carregamentos nas oficinas, nas fábricas, nos escritórios; o consumo de gás, de eletricidade, de gasolina segue todos os dias a mesma curva, conhece as mesmas máximas e mínimas; entre o meio-dia e as 14 horas milhões de bocas alimentam-se, dessedentam-se, e depois tudo recomeça até às tantas horas da tarde ou, por vagas, operam-se os regressos a casa, seguidos de um fluxo de saídas à noite obedecendo a constâncias e regularidades. **Tudo se inscreve em ciclos, ritmos, periodicidades**, inclusive as percentagens de acidentes, de mortes súbitas, de suicídios...

Eis portanto uma **ordem** formidável, que obedece simultaneamente à ordem do astro Sol e à ordem do Estado solar. **Mas, vista de muito perto, esta ordem dissolve-se** e transforma-se em agitações quase brownianas. Cada um procura, encontra, não encontra os seus amores, os seus amigos, o seu trabalho por coincidência, fortuna, infortúnio, através de tentativas e desacertos; cada um traz a sua clandestinidade, vive dos corpo-a-corpo secretos, sonha com vidas imaginárias, vagueia entre o sonho e a realidade. A procura corre em todos os sentidos atrás da oferta, a oferta atrás da procura, no mercado de trabalho, dos negócios, das trocas, do desejo. Nas ruas e nas praças, paragens, multidões, atropelos.

No metro da manhã, sou esmagado entre outras nádegas, outras barrigas, outros rostos. Depois do trabalho, os desejos desencadeiam-se, toma-se um copo, faz-se amor, telefona-se, volta-se a casa, sai-se, passeia-se, vai-se ao restaurante, ao cinema, dança, goza-se, comunica-se, rebenta-se de solidão e de miséria”. (MORIN, 2005, p.99-100, grifo nosso).⁸

O texto de Morin apresentado mostra a relatividade da ordem e da desordem, onde a ordem ligada aos ciclos, ritmos, periodicidades do cotidiano se refrata na escala do indivíduo, ou seja, é sempre redefinida dependendo da escala de observação do acontecimento. Conforme Marcelo Lopes de Souza (1997) que por um outro viés escreveu um artigo inspirado pela teoria do caos, no qual discute o papel do paradigma da complexidade na questão do desenvolvimento sócio-espacial, deve-se considerar, no debate do mundo social, a união entre contingência e determinidade, de modo que compreendamos a história como produzida tanto pelos contextos estruturais, assim como pelas *flutuações* geradas nas diferentes escalas.

Na sociedade há “atratores” (códigos de conduta, lógicas específicas dos modos de produção, etc.), mas a evolução de uma sociedade e as configurações desta em momentos históricos definidos (seja em termos de um regime político, de um estilo de desenvolvimento, de uma forma de

⁸ É importante que se diga que a conjugação feita por Edgar Morin entre o astro Sol e o Estado Solar não pressupõe uma leitura que vise tornar equivalentes os fenômenos naturais e sociais, tal como a sociologia feita pela Escola de Chicago. A relação feita entre esses dois termos, a nosso ver, funciona mais como metáfora argumentativa do que como fundamento interpretativo da realidade.

organização sócio-espacial) não são verdadeiramente predizíveis.

Nesse sentido podemos afirmar que movimentamo-nos mais ou menos ordenadamente em sociedade, porém quando mudamos a escala de leitura do fenômeno, percebemos que se dividem os desejos que podem alimentar ao mesmo tempo liberdades e autonomias subversivas e criativas, assim como egoísmos pouco conciliadores. Lefebvre (2000) é outro autor que ao falar sobre o espaço social também destaca que esses são produzidos por uma ordem e uma desordem relativas. Henri Lefebvre fala em uma ordem próxima (indivíduo, família) e em uma ordem distante (mundo da produção econômica e jurídica), que estão em constante interação na produção do espaço.

Pensar a multiplicidade humana no plano individual e coletivo nos coloca diante, portanto, da questão teórico-metodológica da escala do fenômeno. O corpo do indivíduo assim como a sociedade nacional em que vive, podem ser compreendidas como escalas geográficas. Isso porque a escala geográfica tem correspondência com a origem e a dimensão do fenômeno. Em um exercício exploratório⁹, por exemplo, Smith (2000) examina uma sequência de escalas específicas como o corpo, a casa, a comunidade, a cidade, a região, a nação, o globo, tentando demonstrar o que identifica cada uma e como são estabelecidas as trocas entre elas, concluindo, que a escala é definidora de diferenças.

Nesse campo de compreensão escalar, Milton Santos (2004) afirma que o espaço é uma contiguidade, que se constitui

⁹ Smith (2000) faz a análise de uma intervenção urbana proposta por Krzysztof Wodiczko, que criou e desenvolveu veículos para sem-tetos, na perspectiva de resgatar, e principalmente de tornar visíveis direitos que eram a eles sonogados, como o direito à moradia, à segurança, à privacidade, à mobilidade. Essa visibilidade garantida através de um evento estético lhes permitiria “saltar escalas” pelo enfrentamento com outras esferas de poder.

como uma totalidade, o quê, por outro lado, não deve nos levar a pensar que cada parte do espaço reflete de maneira diretamente miniaturizada as dinâmicas ocorrentes no todo. Ou seja, a cada escala geográfica de análise se percebe variações do comportamento espacial. A importância metodológica de refletirmos sobre o papel da escala na produção do conhecimento geográfico, portanto, permite nos livrar da armadilha de pensar o recorte espacial como reprodução exata e menor do todo. A escala estabelece princípios de diferenciação espacial, criando uma **relação de variedade** do fenômeno.

Assim como existem similaridades das partes em relação ao todo, existem diferenças de comportamento dessas no que corresponde à organização do mesmo todo. Nesse sentido, ao pensar em relações espaciais, devemos necessariamente refletir sobre as relações escalares. Compreender como o global aciona o local, e como o local absorve essa ação, retroagindo-a novamente para o global, é um grande desafio para a geografia.

Castro (1995) aponta a necessidade de se compreender a dimensão dos fenômenos, e mais do que isso, destaca a importância de entender que os processos mudam de acordo com a sua dimensão, gerando, inevitavelmente, a busca pela explicação/lógica que promove essas transformações de comportamento/característica.

Esse princípio escalar tem relação direta com os princípios da totalidade herdados da cultura clássica, em especial, da dialética. Ou seja, para as relações que envolvem as partes e o todo. Milton Santos (2004) chama a atenção para o fato de que o espaço geográfico é uma totalidade que envolve intrinsecamente o universal e o particular. Esse desdobramento do universal em particular, e do seu inverso, interessa à geografia, pois é aquilo que produz as diferenças espaciais. Nas palavras de Milton Santos (2004)

A transformação do todo, que é uma integral, em suas partes – que são as suas diferenciais, dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas

variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular.

(...) Mas, as “condições”, as “circunstâncias”, o meio histórico, que é também geográfico, devem paralelamente ser considerados, pois “não podem ser reduzidos à lógica universal”. (...)

Não se pode, desse modo, considerar uma dialética que hierarquize estrutura (essência, totalidade nua), processo, função e forma segundo um movimento linear, ou de maneira unívoca pois, de um lado, a estrutura necessita da forma para se tornar existência e, de outro lado, a forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social.

O texto destacado de Milton Santos é importante para pensarmos como deve se realizar uma pesquisa em geografia, pois mesmo que se faça um recorte espacial com o intuito de garantir a realização de uma investigação, jamais poderemos ficar presos na explicação da parte pela parte. A parte não se explica sozinha, já que só possui sentido na relação que estabelece com o todo. Se apartarmos o todo da explicação sobre as partes, estaremos produzindo uma meia verdade. E como diz o provérbio: “uma meia verdade é uma mentira inteira”. Contudo, reiteramos que a parte não é a miniatura do todo, já que ela possui propriedades que desdobram o global no local, gerando outras singularidades. Por tamanha complexidade, uma pesquisa nunca dará conta do todo, mas esse mesmo todo não poderá ser ignorado no processo de investigação.

A relação estabelecida entre as partes e o todo também produz o movimento do espaço, de modo que podemos

encontrar a partir desse pressuposto epistemológico, mais uma grande aproximação com o paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin (2008, p.147), quando esse afirma que um *“sistema é um todo que toma forma ao mesmo tempo em que seus elementos se transformam”*.

Se acreditamos que o espaço é um sistema relacional entre o todo e as partes, temos nessa contribuição uma importante informação: tempo e espaço fazem parte de uma mesma realidade que jamais se completa, pois está em constante movimento.

Todos os apontamentos traçados tiveram o objetivo de apontar, ainda que brevemente, a complexidade que deve ser articulada no processo de leitura e compreensão do espaço geográfico. A *organização dos fenômenos a partir de uma dialógica que envolve ordem e desordem, a relação entre o todo e as partes da contiguidade espacial, e a evolução dinâmica e aberta do espaço-tempo* demonstram que a realização de uma pesquisa em geografia é sempre um grande desafio, pois todos esses pontos tornam o objeto de estudo muito propenso a transformações. O estudo, cada vez maior, do espaço público, (uma parte do espaço geográfico), demonstra o quão complexa é a evolução de um fenômeno/produto espacial. As transformações de suas características e formas ao longo da história humana revelam essa condição, conforme demonstraremos a seguir.

1.1 O DEBATE SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

A tarefa de conceituar o que é o espaço público é bastante complexa. Isso porque são muitos os debates existentes sobre o tema. Durante nosso trabalho de mestrado em que também tratamos desse assunto definimos, baseados em diversas obras sobre essa questão, que o espaço público é uma forma espacial que se constrói na interação entre os diferentes indivíduos de uma sociedade, que projetam, a partir de então, através de leis e normas de conduta, relações de igualdade entre eles mesmos, de modo a garantir a existência do encontro entre os diferentes

(SOUZA, F. S. 2008). Ou seja, o par dialógico igualdade/diferença produz e é produzido através do espaço público. Mesmo assim, podemos dizer que essa é, ainda, uma visão parcial sobre essa questão.

Se a compreensão sobre a categoria espaço é bastante complexa como falamos durante o início desse capítulo, a categoria público também não deixa ser. Há uma diversidade de interpretações que permeiam a categoria *público*. Acerca dessa temática, Lavallo (2005), em um trabalho muito interessante, analisa, a partir de uma abordagem semântica sobre o espaço público, as diversas variações no entendimento da categoria em questão. A partir de um estudo linguístico da evolução histórica entre os séculos XIV e XX do vocábulo “público” (e de seus derivados como espaço público) na língua espanhola (castelhano), o autor busca apontar elementos que ajudem na construção de uma plataforma pré-teórica que permita, aos pesquisadores do assunto, trabalhar melhor com a polissemia da categoria.

Em seus estudos, Lavallo (2005) traz a tona três grandes dimensões que constituem a categoria público a partir de sua análise semântica. A primeira interpretação afirma o público como aquilo que é acessível a todos indivíduos, constituindo, portanto, uma *dimensão social* da categoria. São termos próprios dessa visão sobre o público: parque público, via pública, transporte público, etc (número I conforme a Tabela 1). A segunda possibilidade interpretativa sobre público aponta essa categoria como aquilo que é comum, geral e de interesse de todos, gerando a formação de uma *dimensão política*. Nessa dimensão política sobre o público temos como expressões características: bem público, poder público, educação pública, etc (coluna II segundo a Tabela 1). Por fim, a terceira dimensão, que é chamada pelo autor de *comunicacional*, diz respeito a categoria público como aquilo que é amplamente difundido ou como aqueles que assistem a um espetáculo. São próprios dessa dimensão comunicacional de público, os termos: publicidade, publicar, opinião pública, público (espectador), etc (coluna III de acordo com a Tabela 1). A seguir apresentamos a

tabela em que Lavallo (2005) mostra um panorama sobre as diferentes dimensões constitutivas da categoria público, a partir de sua análise semântica:

Tabela 1: Três dimensões constitutivas do espaço público – Análise semântica – Segundo Lavallo (2005)

	I	II	III
Público:	Aquilo que é aberto, irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluído das possibilidades de apropriação privada.	Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo.
Próprio de termos como:	Parque público, via pública, transporte público, telefone público, mulher pública, casa pública.	Bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública.	Publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público, em público, público (espectador).
Privado:	Aquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	Aquilo que por ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso.	Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de particulares.
Associa, organiza dicotomias como:	Casa x rua, conhecimento x estranho, fechado x aberto, família x mundo, segurança x perigo, moral x direito.	Particular x geral, interesse x razão, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade, mercado x estado.	Local x geral, opinião particular x opinião pública, irrelevante x relevante, “irreal” x verossímilante, ignorado x notório.
Tensão:	Espaço público como oposto ao mundo da privacidade:	Espaço público como oposto ao mundo da propriedade: público	Espaço público como oposto ao mundo das particularidades:

	público x íntimo privado (privacidade)	x privado-capital (propriedade)	público x individual privado (particularidades).
Exemplo :	<i>Priver</i> (francês, s. XIX): domesticar, amansar, amestrar. V. gr. “pássaro privado” (não existe mais).	<i>Private</i> (francês, s. XVI): privilegiado, de alto nível de governo.	<i>La cour e la ville</i> (francês, s. XVII): audiência das obras de teatro (<i>le public</i> aparece em meados do s. XVII).
Real Acade- mia Espa- nhola:	1ª e 2ª acepções: “notório”, “vulgar ou notado por todos”	3ª, 4ª e 9ª acepções: “potestade, jurisdição de autoridade para fazer uma coisa”; “pertencente a todo o povo”; comum do povo ou cidade”.	10ª e 11ª acepções: “conjunto de pessoas aficionadas que partilham a mesma afeição”, “pessoas reunidas para assistir um espetáculo”.

Fonte: Lavalley, 2005, p. 36.

Para Lavalley (2005) somente a articulação das três dimensões (social, política e comunicacional) constitui um fenômeno puramente público (no sentido categorial do termo). Segundo o autor, “no espaço público articulam-se interesses sociais, condições de institucionalização e expedientes de intermediação comunicativa (LAVALLE, 2005, p.41)”. Compreendemos que nosso objeto de estudo, o parque urbano, atende essas três dimensões, pois se caracteriza por ser um espaço acessível e de visibilidade pública, sendo considerado pela sociedade como um bem de todos.

Os espaços públicos de maior acessibilidade são aqueles lugares que atendem essas diferentes dimensões da categoria público. Aproximamos-nos, assim, dos apontamentos feitos por Lussault (2003), quando afirma que o espaço público não pode ser um termo associado a qualquer tipo de espaço coletivo que propicie sociabilidade entre as pessoas. O autor distingue os *espaços comuns* dos espaços públicos. Os espaços comuns seriam aqueles relativos às práticas sociais dos indivíduos e, portanto, os espaços públicos seriam uma de suas expressões.

Para tentar tornar mais clara essa visão, Lussault (2003) propõe analisar os espaços comuns de acordo com algumas *relações de contrariedade*. O primeiro conjunto de contrariedade corresponde ao *privado versus o público*, que busca dar ênfase a delimitação (normatividade) jurídico institucional de um espaço. O fato de serem institucionalmente delimitados, como públicos ou como privados, provoca a distinção dos valores e das formas de uso (autorizadas) do espaço. A segunda relação de contrariedade diz respeito a contraposição entre *íntimo e externo (intime versus extime, em francês)*¹⁰, que procede ao debate sobre a normatividade “psicológica”. O íntimo corresponde “a afirmação do eu ‘moderno’ e de seu indispensável vetor, a interioridade” (LUSSAULT, 2003, p.335). O externo (*extime*) corresponde ao processo de intersubjetividade advinda do processo comunicacional que envolve a relação entre o eu (*ego*) e o outro (*alter ego*). Embora seja comum relacionar a intimidade com o espaço privado e o externo (*extime*) com o espaço público, essa não é uma ligação que se possa fazer de maneira direta, pois a intimidade não é deixada de lado na experiência pública do espaço, assim como lugares privados, como cafés e *pubs*, permitem as manifestações da exterioridade. Por último, o terceiro par de contrariedade que o autor propõe para analisar o espaço comum e o espaço público articula o *individual versus o social*, buscando trabalhar esse tema a partir do viés das normas sociais. Segundo o autor, os sistemas normativos não institucionais são mais ou menos interiorizados pelos indivíduos, definindo as formas de relação consideradas legítimas dentro de um grupo e constituindo uma fronteira entre a instância individual e a instância social. Esses sistemas normativos por não serem institucionais “são convertidos, em totalidade ou em parte, em normas jurídicas” (LUSSAULT, 2003, p.336) – que também

¹⁰ O termo *extime* utilizado pelo autor não possui tradução em português, por se tratar de um neologismo em francês. Dessa forma optamos pelo uso da palavra externo, que acreditamos, mesmo assim, não preencher todo o conteúdo que o autor visa imprimir ao par de oposição.

afetarão as normas psicológicas. O autor acredita que levar em consideração essas três relações de contrariedade colabora para uma leitura mais ampla das práticas sociais sobre o espaço. Certamente, com a compreensão do espaço público como uma das modalidades possíveis do espaço comum, podemos apurar melhor suas características em relação as demais formas de espacialidade.

Na mesma obra em que Michel Lussault tece essas considerações sobre o espaço público e o espaço comum¹¹, Jacques Levy destaca outras questões sobre o tema. O autor aponta que o espaço público corresponde àquele que é acessível a todos, possuindo a capacidade de “resumir a diversidade das populações e das funções de uma sociedade urbana no seu conjunto” (LEVY, 2003, p. 336, tradução nossa). Assim, o autor tece seu debate a partir do par acessibilidade e esfera exterior (*extimé*). A acessibilidade é fundamental para que os indivíduos possam se encontrar no espaço (mesmo que isso não seja possível plenamente), e partir desse fato conjuga-se a forma espacial pública como um espaço político fundamental a existência da cidade. Quanto ao exterior (*extimé*), é fundamental sua compreensão, na medida em que dificilmente os espaços públicos terão vida enquanto locais de encontro se os indivíduos que nele se cruzam estiverem reféns do íntimo¹². É necessário que os indivíduos estejam abertos à possibilidade de se encontrar sem a projeção de sua intimidade sobre o outro, através de certa aceitação da condição de anonimato.

Dentro dessa perspectiva o autor propõe a compreensão do espaço público “como um *continuum* diferenciado por gradientes e não como uma lista fechada de objetos materiais” (LEVY, 2003, p.337). Buscando resumir esse pensamento o autor apresenta uma sistematização (Quadro 1), onde busca estabelecer, a partir dos parâmetros de acessibilidade e

¹¹ LEVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie: et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.

¹² Levy (2003) traça essa análise a partir dos escritos de Richard Sennett em “*O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*”.

exterioridade (*extimé*), esse gradiente de diferenciação do espaço público. Para o autor, as células coloridas do quadro exprimem aqueles espaços que no senso largo podem ser chamados de públicos e os termos em fonte itálica devem ser entendidos como exemplos, e não como realidades estáveis.

Quadro 1: Gradiente das espacialidades públicas proposto por Jacques Levy (2003).

“Extimo” /Íntimo Acessi- bilidade	Espaço “societal”	Espaço coletivo	Espaço individual	Espaço comunitário
Acesso livre	Domínio público: ruas, praças, parques...	_____	_____	_____
Acesso normati- zado	Domínio semi-público: estações, transportes públicos, cafés, cemitérios, shoppings, grandes lojas	<i>Entradas de prédios “residenciais”</i>	_____	<i>“Espaço paroquial”: bairros tradicionais, bairros “étnicos”, cidades</i>
Acesso restrito	Domínio semi-privado: táxis, boutiques, cinemas, teatros, bares	<i>Áreas comuns de prédios, ruas privadas</i>	<i>“Zones-tampons” entre indivíduos, postos de trabalho, jardins privados</i>	<i>Locais de culto, “gueto”</i>
Acesso reserva- do	_____	<i>Locais de trabalho, clube.</i>	Espaço privado: residências, automóveis	<i>Condomínios fechados, “lotissements fermés”, “gated communities”.</i>

Fonte: Levy, 2003, p.338, tradução nossa.

Esse quadro demonstra, ao expressar os lugares a partir de um gradiente de intensidade, que os parques urbanos (assim como as ruas e as praças) são os exemplos mais significativos de espaço público, em função de sua ampla acessibilidade e de sua potencialidade socializadora. Baumann (2009) inclusive reforça essa tese, ao dizer que o espaço público é a única forma espacial em que os homens e as mulheres não precisam ser previamente selecionados para usufruírem. Para o autor esse fato faz com que aqueles que se encontram no espaço público sejam anônimos uns aos outros e desconhecidos para aqueles que fazem a manutenção desse espaço. Pelo fato de ser tratado como ponto de conexão entre os diferentes membros de uma sociedade, emerge a correlação que se estabeleceu entre o espaço público e a ágora grega, que ao longo da produção teórica (ocidental) sobre esse tipo de lugar, construiu uma forma de pensar a questão.

Nessa direção, outra contribuição interessante é trazida à tona tanto por Lussault (2003) quanto por Levy (2003), com relação à origem (da compreensão) do espaço público a partir da ágora grega. A constituição da ágora como um tipo ideal de espaço público provoca até hoje uma série de confusões conceituais. Boa parte dessa confusão está relacionada a tradução feita em francês do termo alemão *Öffentlichkeit* (esfera pública) - sugerida por Jurgen Habermas em seu livro "Mudança Estrutural da Esfera Pública"¹³ – por espaço público. As noções de Habermas sobre uma esfera pública comunicacional passaram a ocupar (e embaralhar) o lugar das interpretações originais de espaço público como lócus de práticas sociais comuns. Muitos autores passaram a acreditar que originalmente a discussão sobre espaço público tinha sido estabelecida por Habermas, o que não parece ser verdadeiro cronologicamente (LEVY, 2003). Cabe salientar que a tradução francesa que

¹³ Em francês a obra de Jurgen Habermas ganhou o título de "*L'espace public. Archeologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*".

transformou esfera pública em espaço público não foi realizada de modo neutro. Levy (2003), ancorado em um debate proposto por François Tomas, afirma que em virtude da degradação dos espaços urbanos públicos em relação a “crise” das sociabilidades cidadinas, os intelectuais franceses do final da década de 1970 aceitaram bem o desvio semântico da categoria, pois tinham por objetivo resgatar a base material ideal de “realização perfeita da discussão cidadã, livre e igualitária” (LEVY, 2003, p.340, tradução nossa). Sendo assim, Jacques Levy sugere que diante dessa ambigüidade seria mais correto utilizar esfera pública para designar a cena deliberativa e o campo da opinião pública, reservando o uso do termo espaço público para a análise das características espaciais de objetos socializadores como praças e parques.

Embora possamos concordar com as ressalvas destacadas por Levy (2003), na medida em que acreditamos ser mais plausível chamar de espaço público a relação entre a materialidade do espaço construído e a ação pública que nele ocorre baseada na acessibilidade, não podemos sonegar as contribuições dadas para o entendimento da questão pública realizadas por Jurgen Habermas, assim como por Hannah Arendt e por Richard Sennett, na medida em que eles nos ajudam a compreender aspectos que correspondem ao acesso ao público. Embora não sejam a mesma coisa, a esfera pública e o espaço público possuem relações muito próximas, na medida em que o segundo integra a primeira, reafirmando sua existência, e a primeira determina a acessibilidade desse espaço público.

1.1.1 Esfera pública e acessibilidade: reflexos no espaço público

A relação entre o espaço público arquitetônico e a esfera pública política inicia com os estudos sobre a última, que se remetem à democracia grega da antiguidade. Em estudos famosos e reconhecidos, como os de Arendt (1991) e de Habermas (2003), revela-se o papel da *ágora* como local

fundamental para a existência da democracia grega, já que nela ocorriam as assembleias (*ekklesia*) que deram sustentação a esse regime político, cuja principal característica foi a ampliação da acessibilidade ao poder, já que todo cidadão¹⁴ poderia definir os rumos da *polis*. A *ágora* como espaço arquitetônico revelava a abertura e as contradições dessa sociedade (especialmente pelo fato de que as mulheres e os escravos estavam alijados da vida pública, já que não eram considerados cidadãos), potencializando a existência da democracia ateniense.

Souza, M. J. L. (2006) ressalta o papel da *ágora*, local de ocorrência da *ekklesia*, como um ponto de transição entre as esferas pública e privada na medida em que além de ser o espaço do debate público, também se promovia dentro dela o comércio, se estabeleciam contratos privados, etc.

Segundo Sennett (2008):

Na *ágora*, múltiplas atividades transcorriam simultaneamente, enquanto as pessoas se movimentavam, conversando em pequenos grupos sobre diferentes assuntos ao mesmo tempo. Não havia nenhuma voz dominante (SENNETT, 2008, p.52).

A *ágora* era um espaço de grande imensidão, com aproximadamente 40 quilômetros quadrados, aberto e despavimentado, embora pudessem existir algumas edificações (SENNETT, 2008). A *ágora* (Figura 3), sob esse ponto de vista, é o exemplo de um espaço público mais próximo da realidade contemporânea, pois é o lugar de encontro dos indivíduos privados em público.

¹⁴ Só os homens atenienses eram considerados cidadãos, ou seja, as mulheres, os estrangeiros (*metecos*) e os escravos não tinham direitos nessa esfera pública. Mesmo assim trata-se da primeira sociedade ocidental que registra um processo de ampliação da esfera pública de decisão.

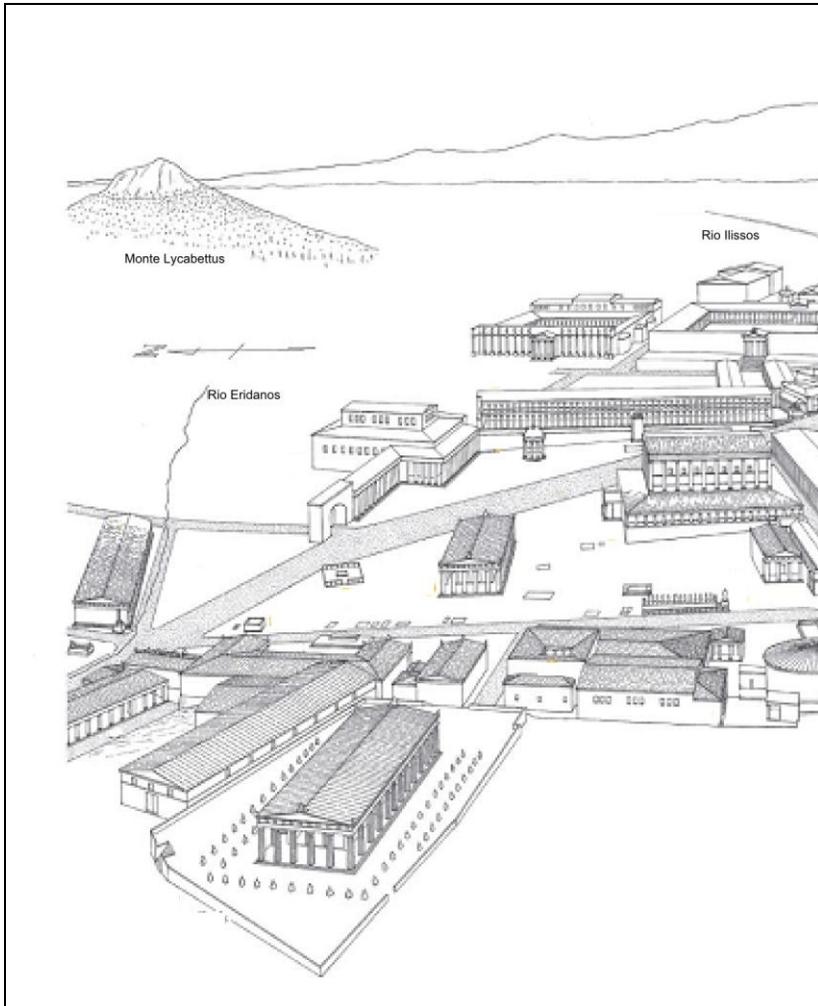


Figura 3: A ágora grega no século IV A.C.
Fonte: CAMP II (2013)

Segundo Mumford (2004), a função social dos espaços abertos comum nos países latinos, como a *piazza*, a *grand-place*, a *plaza*, o *campo*, descende da ágora grega, pois nela se

combinavam outras funções urbanas como: o direito, o comércio, o governo, a religião e a sociabilidade. O surgimento da democracia, que provoca a constituição de uma esfera pública compartilhada entre indivíduos privados e estranhos entre si, dará origem ao espaço público, que por sua vez propiciará sustentabilidade a esse modelo político (GOMES, 2002). Inclusive a evolução da democracia ateniense provoca, ao longo da existência da ágora, modificações físicas desse espaço com o objetivo de atender melhor aos anseios de funcionamento do sistema político (SENNETT, 2008).

É possível, portanto, perceber que a vida democrática depende, em parte, da existência do espaço público arquitetônico, não exatamente como matéria, como espaço físico, mas como local de amplo acesso que permite o encontro entre os indivíduos de uma sociedade. Entretanto, as condições de acessibilidade ao espaço público podem variar de uma sociedade para outra, no tempo e no espaço. A variação dessa acessibilidade é resultado da produção da lei. Arendt (1991) afirma que a palavra grega *nomos* (lei) tem origem no vocábulo *nemein* que significa distribuir, possuir (o que foi distribuído) e habitar. Dessa forma, a existência da lei tem como objetivo estabelecer o lugar do privado e do público, como se fosse uma linha divisória (ARENDDT, 1991). Cabe salientar, no entanto, que a produção da lei nesse modelo político-organizacional é papel da esfera pública. Assim, autores como Gomes (2002) definem o espaço público como o lócus da lei. Por esse motivo que a lei torna-se, para essa pesquisa, um dado fundamental, pois nos ajuda a entender sobre que base foi programado o espaço público estudado e as condições de acessibilidade que ele oferece.

Hoje em dia vivemos diante de uma esfera pública burguesa que teve sua origem com o fim do Antigo Regime na Europa, como resultado da pressão social para ampliação de direitos. Em um primeiro momento, essa esfera pública incorpora a burguesia e depois, após a mobilização das classes operárias, ela passa a acomodar – de modo tímido, diga-se de passagem –

as reivindicações populares. Para Habermas (2003) a esfera pública burguesa se constitui:

(...) inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade; mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 2003, p.42).

A partir da leitura de Habermas percebe-se que a formação da esfera pública burguesa tem o objetivo de permitir que pessoas privadas discutam com e pelo Estado, a formação das leis que regerão o espaço como um todo, ou seja, tanto a esfera privada quanto a própria esfera pública. É nesse sentido que reforçamos que há um ponto de junção entre a esfera pública (como a cena pública deliberativa) e o espaço público (como a materialidade que permite o encontro entre os diferentes membros da sociedade que compõem essa instância de deliberação). Um exemplo que demonstra essa relação é o fato de que o parque urbano, nosso objeto de estudo mais específico, como materialidade do espaço público moderno só passou a existir, quando houve a incorporação dos antigos jardins privados reais pelo Estado, após as revoluções burguesas que culminaram em mudanças político-institucionais na Europa, entre os séculos XVII e XVIII. As transformações desse período promoveram a ampliação da acessibilidade dos indivíduos à esfera pública. Esse alargamento da esfera pública atinge e realça a acessibilidade dos espaços públicos que começaram a ser construídos durante o período. Porém, através de leis e normas de usos, pode-se dizer que o acesso a esse tipo de espaço é constituído por parâmetros burgueses, ou seja, que estão sujeitos a modos de convívio considerados legítimos por parte de um grupo que tem mais poder nessa esfera pública, que

apesar de mais aberta, é assimétrica. Dito isso, reforçamos que a condição de acessibilidade à esfera e ao espaço público está sempre em disputa, pois sua abertura oscila entre momentos de grande controle e outros de maior permeabilidade, especialmente em países como o Brasil, onde a formação da esfera pública burguesa ocorreu de forma tardia e mais seletiva, já que a grande desigualdade social persiste até os dias de hoje.

Também é importante salientar, que para além das condições de acessibilidade da esfera e do espaço público, houve, desde a origem da esfera pública burguesa, transformações sociais que acarretaram mudanças no modo como a sociedade a encara. Para Habermas (2003), por exemplo, a ampliação da esfera pública gerou um aumento do intervencionismo estatal e tornou menos nítida as diferenças entre Estado e sociedade, despolitizando dessa forma os indivíduos, que passaram a ser meros consumidores de produtos culturais. Arendt (1993) também destaca que a ampliação da esfera pública também teve alguns ônus, pois significou a passagem de uma esfera política para uma esfera do social, onde a ação política começa a ser posta de modo secundário à ação instrumental, ou seja, estabelece-se uma crença de que os problemas da sociedade podem ser resolvidos pela habilidade tecnológica e/ou científica do homem e pelo próprio desenvolvimento capitalista, sem a necessidade de debate. “*O declínio do homem público*” é como Sennett (1988) percebe o retraimento dos indivíduos em relação a esfera pública, que teria como motivações a massificação provocada pela industrialização e a desvalorização das relações sociais que não tenham sido ativadas pela via da intimidade, o que coloca o espaço privado em posição de primazia.

Os caminhos percorridos por esses intelectuais foram bastante variados, fazendo crer que as transformações da esfera pública tendem a ser geradas por múltiplas dimensões da realidade – social, cultural, econômica, política, etc. Mais do que isso, a leitura dos três autores permite dizer que existe uma série de metamorfoses que geram um distanciamento da vida pública, em seu sentido político de participação na esfera pública e

também em seu sentido territorial de uso dos espaços públicos arquitetônicos. Todavia, acreditamos que é necessário cotejar essas leituras com problemas que afetam a relação entre espaço e esfera pública, e por consequência, alteram a acessibilidade as duas, conforme as condições sociais brasileiras. Desse modo tornaremos mais compreensível as angústias sobre a programação do espaço público pela iniciativa privada que deram origem a essa pesquisa.

1.1.2 As mudanças dos espaços públicos diante de um cenário de transformações urbanas

A esfera pública, como afirmamos desde o início, possui como um de seus espaços possíveis de realização aquilo que estamos chamando de espaço público (como materialidade de um espaço acessível aos membros da sociedade, por ser de propriedade de todos). Se a esfera pública passa por transformações, o espaço público também estará sujeito a mudanças.

Um dos principais estudos feitos no Brasil sobre a relação entre o espaço público e a geografia, foi realizado por Paulo César da Costa Gomes (2002). O autor chama a atenção para algo que já destacamos: a diferença entre a esfera pública e o espaço público. A esfera pública (para o autor, sinônimo de vida pública) é algo distinto do espaço público, na medida em que esse último é a materialização de um espaço acessível a todos os membros de uma sociedade, servindo como lugar de manifestação da esfera pública. Entretanto a esfera pública pode se manifestar em espaços privados, na medida em que ela está ligada à vida vivida fora da intimidade.

Ao debater a esfera pública, Gomes (2002) destaca o papel da obra de Habermas, corroborando com a sua tese de que a esfera pública está em transformação¹⁵. Essa mudança da esfera

¹⁵ Embora Gomes (2002) concorde com a transformação da esfera pública proposta por Habermas, ele chama a atenção para a crescente

pública, no entendimento do autor, interfere na produção do espaço público porque é o resultado de um *recoo da cidadania*. Dentro desse contexto, Gomes (2002) busca definir o que é cidadania, dando ênfase ao processo que leva a sua degradação, conforme trecho a seguir:

(...) a cidadania é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território. Esse pacto associativo é formal e pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo. A coabitação desses indivíduos ocorre assim sobre um espaço que é também objeto de um pacto formal, que instaura limites, indica usos, estabelece parâmetros e sinaliza as interdições. Esse tipo de espaço normatizado é a matriz do espaço público e o principal lócus de reprodução da vida coletiva, e toda a ação social que pretenda subverter a existência desse espaço ou transformar seu estatuto é necessariamente redefinidora dos termos e corresponde a um recoo da cidadania, recoo que é tanto da institucionalização das práticas sociais que compõem um quadro de vida democrático e cidadão quanto físico, do arranjo material que limita e qualifica as ações (p.173-174).

As transformações do espaço público e da esfera pública são para o autor, portanto, o resultado do recoo da cidadania, na medida em que a cidade torna-se cada vez mais fragmentada. O recoo da cidadania produz um encolhimento do espaço público. Gomes (2002) afirma que esse fenômeno pode ser visualizado em várias metrópoles brasileiras, através de quatro processos

crítica em relação a tese habermasiana. A crítica está pautada no fato de que Habermas sugere o espaço público do início da modernidade como um parâmetro ideal – como se isso houvesse acontecido de fato.

principais que não se excluem, podendo, portanto, se complementar e se sobrepor um ao outro: *a apropriação privada de espaços comuns; a progressão de identidades territoriais; o emuralhamento da vida social; e o crescimento de ilhas utópicas.*

1) *A apropriação privada do espaço comum:* Como exemplos do processo de apropriação privada do espaço comum, o autor destaca como agentes: os comerciantes informais que ocupam calçadas e praças em regiões centrais; as áreas residenciais que avançaram com grades sobre as calçadas, a fim de se proteger da rua considerada perigosa, assim como para garantir um espaço de convívio interno e seguro. Essa situação provoca um recuo da cidadania na medida em que afeta a acessibilidade dos indivíduos.

2) *A progressão de identidades territoriais:* outro processo destacado por Gomes (2002) é a progressão de identidades territoriais como resultado do processo de diferenciação social que busca se concretizar através do espaço. Esse fenômeno pode ser chamado também de *tribalização* e é, de certa forma, responsável pela atual imagem urbana como um local fragmentado que traduz a ideia de mosaico.

Trata-se da própria negação do conceito anterior de cidade unitária, coesa e hierarquizada por funções, classes ou usos, em benefício de uma noção de simples ajuntamento demográfico, a aglomeração (GOMES, 2002, p.181).

O autor cita o papel fragmentador de territorialidades produzidas pelo tráfico de drogas, pelas torcidas de futebol, pelas galeras de baile funk, por comunidades evangélicas, por *tribos urbanas* (grupos identitários). A reivindicação de um espaço identitário, para o autor, na medida em que ocorre no espaço público, o subverte, pois é a negação dos ideais cosmopolitas de respeito à diversidade.

3) *O emuralhamento da vida social*: Esse tipo de situação é resultado do individualismo contemporâneo que possui um caráter hedonista e narcísico. Hoje o homem, segundo Gomes (2002), possui uma série de recursos que lhe permitem o isolamento do convívio público. *Walkman*, serviços telemáticos, telefonia, redes de televisão, internet, videocassetes, são exemplos de objetos que tornam o homem mais confinado, na medida em que permitem que o mundo chegue a casa sem a necessidade de ida à rua. Com isso, ocorre uma vivência cada vez menor do espaço da cidade, que passa a ser, a partir de então, um meio de circulação necessário ao deslocamento entre locais de confinamento, tais como os *shoppings centers* - em uma tese análoga a de Sennett (2008). O autor salienta, no entanto, que esse abandono do convívio social nos espaços públicos é característico das classes médias e altas, pois os segmentos mais pobres da sociedade continuam usufruindo (por falta de renda) desses locais. Aliás, isso colabora para a ideia socialmente difundida de coisa pública como algo de baixa qualidade, pois geralmente os serviços públicos atendem à população mais pobre. Produz-se um *apartheid*, pois as possibilidades de compartilhamento de um espaço são vistas com desconfiança pelos segmentos mais abastados da sociedade.

4) *O crescimento de ilhas utópicas*: o aumento do número de condomínios exclusivos revela uma procura das classes médias e altas para morar em ambientes cada vez mais homogêneos e isolados. Dentro desses condomínios busca-se recriar uma cidade através de equipamentos urbanos como clubes, mini-mercados, e em alguns casos, escolas. Todos esses equipamentos são resguardados por estratégias de segurança e vigilância ostensivas, através de grades (que os separam da rua pública) e de monitoramento interno por câmeras. Como o acesso a esse tipo de imóvel se faz a partir da disponibilidade de renda, cria-se um espaço homogêneo formado por pessoas que compartilham um mesmo status social. Efetiva-se, assim, na

tentativa de recriação da cidade, a sua antítese, ou seja, um espaço que recusa a diferença, a acessibilidade plena, a possibilidade de encontro com o diverso, a construção de uma individualidade verdadeira dentro de uma coletividade multifacetada.

Todos esses processos constituem, para Gomes (2002), demonstrações do recuo da vivência da cidadania, pois revelam a recusa em conviver com civilidade (no sentido de respeito ao outro e a diferença). É a negação dos pactos sociais estabelecidos através de normas que regem os costumes e os usos do espaço público. Essa situação provoca a fragmentação sócio-espacial que inibe o sujeito de conhecer a cidade em sua unidade.

Embora seja bastante interessante a compreensão do problema realizada por Gomes (2002), gostaríamos de fazer algumas ressalvas em relação aos processos que a seu ver deflagram o recuo da cidadania. No que tange a *apropriação privada do espaço comum* (item 1), cabe enfatizar com relação a informalidade e a atividade comercial no espaço público, que esse tipo de uso ocorre desde o início da história ocidental, fazendo parte da rotina dos espaços públicos. Já afirmamos anteriormente, com o exemplo da ágora grega, que os espaços públicos mesclam atividades públicas e privadas. Portanto, o grande problema não é a ação comercial em si (seja ela formal ou informal), mas a substituição da vida pública por uma vida pautada pelo consumo. A vida pautada no consumo é que não produz cidadania, pois acarreta em diferentes níveis de acessibilidade aos equipamentos públicos ou privados, na medida em que as diferenças de renda entre as classes sociais são significativas (SANTOS, 2007).

Aliás, a formação tardia da esfera pública brasileira torna difícil aceitar completamente uma tese que fale em recuo da cidadania, como se ela tivesse em algum momento da história do país se tornado plena a ponto de sofrer recuos. A cidadania no Brasil é heterogênea, porque a formação da esfera pública em nosso país tem base seletiva e assimétrica. Milton Santos (2007)

aponta que a base da sociedade brasileira é autoritária, destacando, diante dessa situação o enfraquecimento/alijamento da cidadania ao indivíduo no país. Nos países subdesenvolvidos, segundo o autor, pode-se perceber diferentes níveis de cidadania, que vai dos mais cidadãos para àqueles que ainda não podem ser considerados como (cidadão de 1^a., 2^a., 3^a classe até o não-cidadão). O caso brasileiro mostra a formação de uma cidadania comprometida pela velocidade dos processos socioeconômicos, que ao tardar para ocorrer em nosso país, deslançou um processo negativo (SANTOS, 2007):

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a *instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos*¹⁶, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento de busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário. (SANTOS, 2007, p.25)

O “milagre econômico” do período militar calçou-se na supressão das liberdades civis, eliminando o embrião de cidadania que se desenvolvia ao mesmo tempo que alargou uma nova classe média em detrimento de uma enorme massa de

¹⁶ Como o livro o Espaço do Cidadão, do qual faz parte essa citação foi escrito em 1987, aqui, no trecho em itálico, o autor se refere ao período militar que perdurou entre 1964-1985.

pobres que o regime, para além de suprimir, aumentou (SANTOS, 2007). No Brasil o embrião da cidadania dá lugar ao consumidor mais-que-perfeito (para aqueles poucos que atingirem esse *status*) – que não questiona a qualidade do que consome, pois está em conformidade com a espoliação, desconhecendo o seu direito de reclamar, pois não crê que a sua reclamação seja atendida.

Portanto, a desobediência ao arcabouço legal, que para Gomes (2002) é entendida como manifestação do recuo da cidadania, pode na verdade, em alguns casos, ser o grande agente produtor de cidadania, porque questiona, justamente, a lei construída em uma esfera pública seletiva e de origem autoritária.

Outro ponto de divergência nosso com Gomes (2002) diz respeito ao processo de *progressão das identidades territoriais*. Mesmo que concordemos com a afirmação do autor de que há uma negação da cidade no momento em que a produção de uma identidade territorial se opõe e/ou se nega a conviver com outras formas identitárias, não podemos sonegar que existe uma série de exemplos que mostram que as múltiplas identidades territoriais e suas diversas territorialidades podem conviver sob o signo da tolerância, e construir, apesar da diferença, um espaço democrático, como tivemos a oportunidade de presenciar quando analisamos o Parque Farrroupilha em Porto Alegre (SOUZA, F. S. 2008). Tal situação, inclusive, revela que a progressão de identidades territoriais é um processo contraditório, o que em nossa dissertação de mestrado fez com que chamássemos isso de *(não) produção de sociabilidades*, na medida em que simultaneamente é gerado o encontro entre indivíduos no interior da territorialidade, assim como é negado em relação ao exterior da mesma. Contudo, cabe reforçar, que mesmo havendo a separação dos grupos, pode ocorrer a existência do exercício da tolerância que assim permite recriar a democracia no espaço urbano. Então o problema não é a existência de identidades territoriais, mas falta de tolerância entre as mesmas. A falta de tolerância tem força quando as identidades territoriais são construídas por princípios de pureza, onde o contato passa a ser

evitado para rechaçar uma perda da essência que motivou a construção dessas (SENNETT, 1975).

Em um texto de 2005, Gomes traz novos elementos sobre esse debate, incorporando o papel das identidades na formação do espaço público. Nesse artigo reconhece que o espaço público é o lugar:

“que vemos o desfile das diferenças individuais, de grupos de afinidade, de “tribos identitárias”, enfim, ele é o *locus* da representação das diferenças, é também, simultaneamente, o *locus* onde essas diferenças podem ser vividas como uma experiência e um exercício de tolerância” (GOMES, 2005, p. 253).

Para Gomes (2005) as normas que regulam a convivência no espaço público é que permitem seu uso democrático. Ainda que se reconheçam as diferenças que nos delimitam dos outros como legítimas, essa variedade deve estar contida em sua manifestação para não se sobrepor, tornando-se hegemônica em relação aos demais grupos. O autor, no entanto, sinaliza que há um reforço identitário que não abre margens para o diálogo, comprometendo a vida pública – sendo um dos fatores de “emudecimento do espaço público”¹⁷.

Marcelo Lopes de Souza no livro *Fobópole* (2008) traz uma perspectiva que acreditamos ser mais interessante para tratar a questão da identidade no espaço público do que as trazidas por Gomes (2002; 2005). O autor afirma que não devemos nem supervalorizar as identidades territoriais, como fazem os “multiculturalistas”, na medida em que elas possuem uma força que pode asfixiar a vida pública e o espaço público, nem desprezá-las, como fazem os “anti-multiculturalistas” e os “liberais”, sob o risco de, não reconhecendo sua legitimidade,

¹⁷ Ao invés de falar em recuo da cidadania, o autor fala em “emudecimento dos espaços públicos”, pois como lócus de trocas comunicacionais essa espacialidade se encontra ameaçada.

ampliar a força da matriz cultural dominante - ocidental/ “moderna” – e sofrer com a perda da possibilidade do desvio. É necessário buscar a síntese entre a produção do espaço público e o desenvolvimento da cultura a partir da construção identitária.

Por isso não cabe, segundo Souza, M. J. L (2008), restringir o termo “público” aos logradouros públicos nos marcos do Estado de direito – a não ser sob o ponto de vista liberal. Se o espaço público é caracterizado pela acessibilidade, podemos, então, analisá-lo por níveis de intensidade¹⁸. Segundo o autor:

Os espaços públicos são espaços “de todos”, no sentido de serem, teoricamente, acessíveis a todos os cidadãos; contudo, mesmo sob o regime “democrático”-representativo um logradouro público pode ser alvo de uma “privatização branca”, ao passo que, por exemplo uma ocupação de sem-teto pode se mostrar, a despeito de um certo grau de “fechamento” (para fins de proteção), ao mesmo tempo bastante aberta para o exterior e internamente dotada de uma cena pública dinâmica e democrática. A questão de “público” de um espaço não parece, assim, ser uma questão de “tudo ou nada”, mas sim de níveis de intensidade (SOUZA, M. J. L. 2008, p.82).

Souza, M. J. L (2008) afirma que podemos falar de um espaço público a partir de um mínimo de liberdade e acessibilidade. Agora, quanto maior for a autonomia coletiva e individual, assim como o nível de acessibilidade e pluralismo, mais consistente será a esfera pública e mais vitalidade e densidade terão os espaços públicos. Contudo, apesar das críticas realizadas a Gomes (2002), Souza M. J. L (2008) também compreende que o espaço público passa por um

¹⁸ Essa visão que entende o público a partir de níveis de intensidade é similar a ideia de LEVY (2003) apresentada no início desse capítulo.

processo de degradação – chamado pelo autor de *anemia dos espaços públicos*.

A anemia dos espaços públicos tem como características: o encolhimento das margens de manobra; a deterioração da sociabilidade e da civilidade; e as restrições ao exercício da cidadania (SOUZA, M. J. L. 2008, p.84). Tal processo é desencadeado por transformações sociopolítico-espaciais, como por exemplo, a formação de enclaves territoriais criminosos (tráfico) e a construção de “condomínios exclusivos”, que interdita a liberdade ao acesso e impedem a expressão pública, tornando constante a lembrança do medo.

Souza, M. J. L. (2008c) reforça que os espaços públicos, dentro desse contexto, estão anêmicos, mas não anômicos (sem normas). A retórica funcionalista e conservadora busca afirmar que o problema do espaço público é a falta de sanções e regulamentações claras, produzindo um discurso de reforço da ordem, na medida em que há um suposto enfraquecimento das normas¹⁹. A “cidade vigiada”, resultado da disseminação dos aparatos de controle no espaço público e privado, ameaça a espontaneidade e a autonomia, reforçando – ao invés de superar - a anemia dos espaços públicos. Ou seja, ao invés de deixar o indivíduo mais seguro, o que a expansão dos aparatos de controle tem feito é ampliar a sensação de insegurança, num processo em que a consequência torna-se a causa, denotando a complexidade do fato²⁰. Baumann (2009), quando se refere a presença de uma *mixofobia* na sociedade urbana atual, que

¹⁹ Essa tese de enfraquecimento das normas é até certo ponto defendida por Gomes (2005), quando esse autor afirma que a ineficiência do Estado, gerada pela corrupção ou pela incompetência, permite que o espaço público seja “controlado por outros agentes sociais ou que se transformem em áreas de aparência abandonada” (p. 262). O poder público em geral agiria de forma populista ou demagógica não tomando decisões e medidas por medo das reações.

²⁰ Um dos princípios de complexidade apontado por Morin (2003b) é o do Anel Retroativo. Esse princípio versa sobre a relação entre causa e consequência, onde o efeito gerado por um processo pode ser o seu próprio ativador.

revela uma recusa a convivência com estranhos e com a diferença, reflete de modo muito similar, já que para evitar o diferente criam-se fronteiras que tornam a vida fora delas perigosa.

A atual fragmentação do tecido sociopolítico-espacial – resultado da expansão dos processos de segregação - colabora com a anemia do espaço público, pois “exerce uma força de inércia e condiciona uma socialização deformada” (SOUZA, M. J. L. 2008, p.87). Nesse sentido, é possível afirmar que houve perda de consistência e de vitalidade dos espaços públicos, com a ressalva de que não é possível crer na existência de uma idade áurea desses lugares, como sugere Jürgen Habermas.

Não podemos perder de vista, segundo o autor, que o Estado possui papel fundamental nesse processo através do monitoramento das ações sociais. Aliás, os planejadores urbanos ao invés de produzirem espaços de diversidade, têm produzido locais que visam reduzir a heterogeneidade. A heterogeneidade é vista como problemática dentro de uma perspectiva funcionalista de planejamento urbano. Sennett (1975), ao fazer a crítica do papel do planejamento urbano na cidade contemporânea, aponta:

Al planear ciudades según el modelo de máquina, el urbanista trata de “integrar” estas necesidades de una forma trascendente, y a todos los efectos de esta integración el conflicto y el dolor entre las piezas de la ciudad humana son considerados dañinos, cualidades en suma que han de ser eliminadas. (...)

La experiencia real e inmediata del hombre, en su posible libertad y diversidad, es considerada menos importante que la creación de una comunidad libre de conflicto; el sentido de vivir en el presente es atropellado por una sociedad ideal en que los hombres viven en tal armonía que nadie puede imaginárselos creciendo de tal modo o manera que infrinjan las interrelaciones

“correctas” que sostienen mutuamente (p.113).

Nos dias de hoje, com o estreitamento da relação do Estado com a iniciativa privada na gestão urbana como decorrência da crença neoliberal, vem à tona um processo de desenvolvimento urbano mais pontual e seletivo, que acaba produzindo espaços sociais mais homogêneos e/ou de baixo conflito, conforme pudemos observar no processo de criação dos parques urbanos que foram os objetos de estudo desta tese (cuja leitura aprofundaremos no Capítulo 3).

A antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira (2003) também se dedicou ao estudo da influência dos processos de segregação na vida pública. A partir de seu estudo em São Paulo, a autora afirma que as estratégias de segurança, que visam proteger as pessoas, possuem efeitos que extravasam a garantia de proteção. Essas estratégias, ao transformarem a paisagem urbana, “afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos” (CALDEIRA, 2003, p.301).

A autora defende como princípios de um espaço público, quatro pontos que foram estabelecidos na obra de Iris Young²¹: 1) diferenciação social sem exclusão; 2) diferenciação do espaço social pela diversidade de usos; 3) *erotismo* – atração pelo outro, prazer de ser retirado da rotina para encontrar o novo, o surpreendente; 4) *publicidade* – espaço público como *lócus* aberto e acessível a todos, no qual sempre podemos encontrar os diferentes. Dessa forma, o espaço público deve ser marcado por uma política democrática baseada na incerteza e pela abertura, além da própria negociação de significados. Baumann (2009) fala algo similar ao que Caldeira apresenta, quando afirma que o planejamento urbano deveria favorecer o cultivo e a proteção de sentimentos de mixofilia, com a abertura de espaços

²¹ YOUNG, Iris Marion. *Justice and Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

públicos livres e altamente acessíveis, de modo que o encontro com o estranho fosse estimulado, contrapondo-se ao desenvolvimento de processos mixofóbicos.

Tais perspectivas ideais de espaço público são apelos diante de cidades onde a proliferação de enclaves fortificados (shoppings centers, conjuntos comerciais e empresariais, condomínios fechados) tende a tornar mais distante a perspectiva de encontro.

Essa proliferação de enclaves demonstra que os fragmentos produzidos expressam desigualdades irreconciliáveis. Ou seja, demonstra a falta de tolerância com o outro. Dentro desse processo, segundo Caldeira (2003), as elites abandonam o espaço público que assim fica restrito aos pobres. Os espaços públicos tornam-se territórios do medo e se distanciam dos ideais modernos. Ao tratar do mesmo assunto, Graça (2007) afirma existir uma espécie de “agorafobia”, que expressa uma ideia próxima a de Baumann, quando esse autor fala em mixofobia. Caldeira (2003) reitera que esse processo faz com que a vida cotidiana pública atual caracterize-se pela incivilidade, intolerância e discriminação.

A indiferença em relação à esfera pública nos dias atuais, que apresentamos com os argumentos de Habermas, Sennett e Arendt, é outro aspecto a ser considerado, pois a nosso ver se reforça dentro de um cenário de insegurança urbana. Essa indiferença com conotação de passividade se refletirá em um uso mais funcional do espaço público, ou, até mesmo, em sua rejeição como lugar fundamental à sociabilidade. Acrescenta-se que no cenário brasileiro, onde há uma passividade da esfera pública maior pela tradição autoritária de nosso país, o quadro de ampliação da criminalidade urbana reforça, na subjetividade coletiva, o medo. Esse medo coloca diante da população o seguinte dilema histórico e filosófico: liberdade ou segurança? Essa questão, apontada nos debates feitos por Baumann (2003), diz muito sobre a realidade brasileira.

Baumann (2003) afirma que a sociedade atual é produtora de uma busca incessante pelo paraíso perdido que se daria através do resgate da ideia de *comunidade*. O autor, a partir de

Ferdinand Tonnies, afirma que comunidade seria a organização social baseada no entendimento comum (natural) que precede a sociedade atual - costurada por um consenso construído por tensões. Na comunidade as relações são harmônicas pela homogeneidade do grupo que a forma e pela coesão compartilhada em função do sentimento de unidade. Essas características da comunidade constroem um arquétipo idealizado de espaço seguro em um mundo de insegurança (pela instabilidade do emprego, pela criminalidade urbana, pela falta de assistência social). Isso explica a existência de uma atração pela ideia de comunidade na sociedade contemporânea, que pode ser visualizada no desenvolvimento de *gated communities* (condomínios fechados), por exemplo.

A intensa vigilância e presença de instrumentos de defesa nas *gated communities* nos mostra, por outro lado, que em um mundo de fluxos informacionais cada vez mais intensos, como o nosso, a tentativa de reconstrução da comunidade só se faz mediante um aparato de controle sobre o externo e o estranho, já que sua existência se efetiva a partir da manutenção da *mesmidade*, da homogeneidade. O controle das fronteiras da comunidade pressupõe a abdicação da liberdade em detrimento da segurança, conforme o posicionamento levantado por Baumann.

A promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade equivale a escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal um tipo muito inseguro de segurança); e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado (e, no limite, sem uma injeção de segurança, acaba por ser uma liberdade muito pouco livre). Essa circunstância provoca nos filósofos uma dor de cabeça sem cura conhecida. Ela também torna a vida em comum um conflito sem fim, pois a segurança sacrificada em nome da liberdade

tende a ser a segurança dos outros; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser a liberdade dos outros. (2003, p. 24)

Portanto, torna-se necessário um equilíbrio entre a liberdade e a segurança. Ocorre que a incessante busca pela comunidade na sociedade moderna tem o preço *“pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e “à identidade”* (BAUMANN, p.10, 2003). A comunidade que se expressa no processo de guetificação (de formação de enclaves urbanos) se consolida ao custo da liberdade..

Contudo não há existência de uma esfera pública com vitalidade se abrimos mão da liberdade. Hannah Arendt (1991) diz que para os gregos a liberdade é condicionante da vida pública porque significa a saída do reino da necessidade (que seria o espaço privado). Embora a sociedade grega tenha atingido a liberdade necessária contraditoriamente em uma sociedade escravista, como já dissemos anteriormente, não podemos sonegar essa condição como fundamental à existência de uma esfera pública de grande vitalidade. O estabelecimento de normas que visem controlar o acesso a esfera e ao espaço público, podem, isso sim, representar um freio à cidadania – se retomarmos a crítica que fizemos a Gomes (2002). Sennett (1975) lembra que os pedidos de ordenamento são mais frequentes quando as comunidades se encontram separadas:

Lo que los investigadores comienzan a descubrir sobre las comunidades de la clase trabajadora opulenta es que las denuncias de ley y orden son mayores cuando las comunidades están más aisladas de otras personas de la ciudad. (...) Las ciudades americanas se han hecho, durante los dos decenios últimos, relativamente homogéneas; no parece que sea por casualidad que el temor al extraño haya crecido en la medida que estas comunidades

étnicas han sido marginadas (SENNETT, 1975, p. 201).

Podemos, diante desse fato, pensar nos riscos que uma normatização feita de cima para baixo, de um grupo em direção a outro, tem de afetar a liberdade em detrimento de uma suposta segurança.

Segundo Baumann (2003) o cenário atual de insegurança social é provocado pelo quadro de desregulamentação econômica, que conhecemos como neoliberalismo, provocando uma instabilidade pela supressão de gastos que garantem o salário social da população e que traz como consequência o estabelecimento da segurança (em sentido amplo) por medidas individualizadas (a quem puder comprar), já que o Estado se ausenta desse campo. Esse cenário reforça uma forma de produção imobiliária que valoriza as noções de comunidade e de segurança ofertadas como mercadoria.

Em nosso estudo, os parques urbanos públicos analisados correspondem diretamente a uma produção imobiliária desse caráter. Esses parques públicos, por serem resultados de empreendimentos imobiliários que tentam resgatar a comunidade como ideal, carregam em si diversos símbolos da esfera privada (como cercamento, vigilância ostensiva, excesso de regramentos). Ou seja, é possível perceber através deles a existência de uma redefinição das características dos espaços públicos estatais. Essa redefinição está pautada pelas diversas faces que possui as transformações da vida pública. Trata-se da tentativa de resgatar o espaço público através da programação rígida de seu uso. Ou seja, é mais um “antídoto” que traz em si o veneno da exclusão, da fragmentação e da eliminação da diversidade, tornando o espaço público o seu avesso.

Chamamos esse processo de “*enrijecimento das normas frente à espontaneidade*” em nossa dissertação de mestrado (SOUZA, F. S. 2008). A espontaneidade é um tipo de relação criativa, aberta e livre pela qual os grupos sociais ressignificam e reordenam o espaço construído, permitindo a constante transformação do espaço. Já a norma constitui o arcabouço legal

que permite a convivência em sociedade, usufruindo, no caso do espaço público, de uma experiência comum. Entretanto, o reforço da norma visando inibir a espontaneidade (na medida em que ela é imprevisível) através da programação do uso do espaço, pode realçar a sua homogeneização, levando a produção de uma cidade distante dos ideais democráticos. Entendemos, portanto, que quanto maior for a tensão entre a norma e a espontaneidade, maior será a possibilidade do conflito e da tolerância entre os grupos que na diversidade ocupam o espaço, e mais nos distanciaremos de uma “ética da normalidade”, que tende a estandardizar os indivíduos, conforme expressão cunhada por Morin (2005).

Entretanto, cabe salientar que a história dos parques urbanos mostra que o desejo da ordem e da eliminação dos conflitos sociais sempre esteve ao lado da sua produção. O resgate histórico da produção de parques urbanos permite uma compreensão mais clara das transformações vigentes da esfera e do espaço público.

2. OS PARQUES URBANOS COMO EXPRESSÃO MATERIAL E SIMBÓLICA DO ESPAÇO PÚBLICO MODERNO

Como vimos anteriormente, a conceituação de espaço público é um tanto quanto complexa, dificultando a definição de quais locais podem ser chamados de públicos. As transformações ocorrentes na esfera e no espaço público durante a modernidade, inclusive acentuam essa dificuldade de delimitação. O surgimento de espaços híbridos, como *shoppings centers*, onde a sociabilidade pública ocorre ao mesmo tempo em que a acessibilidade é restringida através do controle e da vigilância ostensiva aos usuários, acentua essa confusão teórica. No entanto, nosso objeto de pesquisa, o parque urbano, é um tipo de espaço geográfico que pode ser considerado, atualmente, como público no seu sentido mais pleno. Nos parques urbanos, a ampla acessibilidade e o conseqüente encontro entre os diferentes membros de uma sociedade são características destacadas que marcam a sua existência como espaço público.

Aliás, é importante que se diga que a acessibilidade é, em nossa visão sobre a temática, a principal característica do espaço público moderno. É pela acessibilidade que melhor separamos o espaço público do espaço privado. Todos os indivíduos da sociedade podem acessar o espaço público arquitetônico, constituído por ruas, calçadas, praças, parques, etc. O espaço privado por outro lado é um espaço restritivo, pois quem define o acesso (o modo como ocorre) é quem o detém (como propriedade privada). Muitos autores como Gomes (2002) chegam a dizer que o espaço público tem como matriz originária a normatização – a presença da lei. Mas a lei também atinge o espaço privado (já que ele não é um espaço sem lei). A ordem legal está tanto no espaço privado, quanto no espaço público. Portanto, é a acessibilidade do espaço público (que é estabelecida e garantida pela lei) que o diferencia do espaço privado. Entretanto, é importante dizer que pela intrínseca relação entre as histórias da esfera pública e do espaço público arquitetônico, pode-se afirmar que a ampla acessibilidade dos parques urbanos foi algo alcançado com o avanço do tempo, na

medida em que as classes populares passaram a conquistar direitos sociais.

Pode-se dizer também que, primitivamente, os parques urbanos surgiram na Itália renascentista como “parques-jardins” (MURET, 2000). O chamado *corso* italiano, uma espécie de passeio, foi a matriz das áreas verdes públicas, segundo Bartalini (1999), que inspirou o *cours* francês e o *mall* inglês – por onde desfilava a aristocracia seiscentista. Assim, é viável afirmar que a origem dos parques urbanos está nos jardins. Os primeiros parques urbanos abertos, tais como conhecemos, resultaram da incorporação pública dos jardins particulares que pertenciam a realeza e a grandes proprietários burgueses (MUMFORD, 2004; CAPEL, 2002), entre o final do século XVIII e o início do século XIX²². Até boa parte do século XVIII, os jardins que existiam eram espaços privados construídos pela realeza ou pela aristocracia (e mais tarde pela burguesia) para seu uso particular. Essa situação talvez explique o significado etimológico do vocábulo parque com origem no francês *parc* (por sua vez derivado do latim *parricum*), correspondendo no século XVI a: “bosque cercado onde há caça”; “terreno arborizado que circunda uma propriedade”; “jardim público” (CUNHA, 1982).

Os parques, portanto, tem uma forte ligação com a criação de jardins, que por sua vez eram construídos com diversos objetivos, pois podiam tanto servir para receber pessoas, como para permitir a seu proprietário um retiro da vida pública em atividades como a caça. Em todo caso, os jardins eram símbolos de ostentação pessoal. É esse tipo de jardim privado que será convertido a partir do século XVIII, em um espaço aberto a todos quando da ampliação da esfera pública. Embora existam casos

²² Segundo Mumford (2004), a maior contribuição deixada pelo palácio real às cidades foram os jardins que se transformaram em parques, como o Parque St. James e o Green Park em Londres, o Jardim das Tulhérias em Paris e o Tiegarten em Berlim. Outras contribuições também foram dadas pelos palácios às cidades, como os jardins zoológicos (fruto das caçadas e das expedições reais), os museus (originários de coleções feitas na corte) e os brinquedos de diversão como carrosséis e rodas-gigantes (que adornavam os jardins reais).

de abertura de jardins reais à população comum, como na Inglaterra com o Hyde Park no século XVI, é somente com a Revolução Francesa que esse quadro de abertura dos jardins se acentua (CAPEL, 2002). Ou seja, a grande transformação dos jardins privados em parques urbanos públicos corresponde a formação da esfera pública burguesa na Europa. Essa relação é que nos permite compreender que há uma correspondência direta entre a formação da esfera pública burguesa e a construção de espaços públicos arquitetônicos, como os parques urbanos, na modernidade²³.

A transformação dos jardins reais em espaços públicos se dá, como já dissemos, especialmente durante as revoluções burguesas na Europa, porém os parques urbanos ganham importância de fato durante a Revolução Industrial, pois essas espacialidades ao mesmo tempo em que garantiam um espaço de exibição para a burguesia, permitiam institucionalizar/ocupar o tempo livre dos trabalhadores (o ócio). A urbanização provocada pelo processo de industrialização reduziu os espaços livres que poderiam servir para o lazer, o que gerou a necessidade de criar parques. A saturação das cidades industriais e o medo das doenças que na análise médica da época eram provenientes do acúmulo das massas em um espaço restrito, faz com que os parques tornem-se instrumentos sanitários, pois neles estariam contidos o ar puro, a água fresca e o sol, todos necessários a boa saúde humana. Devido a degradação das cidades pelo ritmo

²³ Reclus (2010) aponta que na região mediterrânea, o amor pela cidade (pelo debate público) fez com que os entornos agrícolas se esvasiassem em detrimento dos espaços urbanos, na medida em que pequenos proprietários em vez de habitarem os campos preferiram as cidades. Nas palavras do autor: *“O grande privilégio de discutir os interesses públicos, por tradição, transformou todo mundo em cidadãos. O apelo da ágora como na Grécia, da vida municipal como na Itália, atrai habitantes para a praça central onde se discutem os interesses comuns, mais ainda sobre os passeios públicos do que entre as paredes sonoras da casa de cidade. É assim que na Provença, o pequeno proprietário, em vez de habitar os campos, permanece, contudo, um ‘urbano’ inveterado”* (RECLUS, 2010, p. 76-77).

incessante da Revolução Industrial, o geógrafo francês do século XIX, Élisée Reclus, destaca a necessidade de ampliação das praças, que a nosso ver é correspondente ao desejo pela implantação de parques:

Pelo fato de seu próprio desenvolvimento, a aglomeração urbana, assim como todos os seus organismos, tende a morrer. Obedecendo às condições do tempo, ela já se encontra velha quando surgem outras cidades impacientes por viver a sua vez. Sem dúvida, ela conserva, apesar de tudo, algumas condições de duração, graças a força da inércia comum daqueles que a habitam, graças à rotina e à força da atração que todo o centro exerce sobre o círculo dos arredores; mas, sem contar os acidentes mortais que podem golpear as cidades tanto quanto os homens, cada pessoa urbana não rejuvenesce, não se refaz incessantemente senão sob a condição de despender uma soma de esforços cada vez mais considerável, e, amiúde, ela recua ante essa constante necessidade. A cidade deve alargar suas ruas e praças, reconstruir, deslocar ou destruir suas muralhas, substituir velhas construções, doravante sem finalidade, por edifícios que correspondam às suas necessidades (RECLUS, 2010, p. 56-57).

Segundo Mumford (2007), o urbanista austríaco Camillo Sitte reforçou esse caráter higiênico dos parques, definindo-os como uma *verdura sanitária* agindo como “pulmões” da cidade. Tal compreensão fez com que a construção de parques urbanos por parte do Estado, com destaque para a Inglaterra, fosse considerada uma política de saúde pública, além de ter por objetivo a criação de uma alternativa de lazer regulado para a população operária. Segundo Capel (2002, p. 299).

Desde finales del siglo XVIII los parques y jardines van siendo considerados, como hemos visto, desde perspectivas prácticas y funcionales, además de por sus valores estéticos, que dominaban en el setecientos. En 1833 existía ya en Gran Bretaña un *Select Committee on Public Walks and Places of Exercise*, que tenía como objetivo prever el establecimiento de espacios verdes abiertos en todas las grandes ciudades, específicamente dirigidos a mejorar la salud de las clases trabajadoras y populares. Dichas clases eran acusadas de ebriedad, glotonería, vocinglería y reyertas. Había que facilitar la diversión alternativa que no debilitaría los cuerpos y restaurara debidamente la mente en los ideales de salud, cooperación y concordia social.

En la década de 1830 y 1840, cuando aparecen problemas de orden social y salud pública en Gran Bretaña tras la primera fase de la Revolución industrial, la “*rational recreation*”, el ocio racionalmente canalizado y la “diversión regulada” se convirtió en una cuestión importante en el proceso de regeneración social y salud pública.

Portanto, podemos dizer que os parques urbanos abertos são equipamentos gerados em um movimento de busca por uma ordem social, que tenta se concretizar a partir da produção do espaço urbano. Cosgrove (1998) reforça essa noção quando fala na construção de parques como a produção de paisagens simbólicas que visam comunicar a seus usuários uma intenção.

A despeito das grandes mudanças sociais que ocorreram desde suas origens vitorianas, os códigos de comportamento ainda têm legitimidade no parque porque a própria paisagem, a organização do espaço, a

seleção de plantas, o uso das cores e a maneira de manutenção permanecem largamente imutáveis. Transmitem eles um específico conjunto de valores. Se descrevermos a história desses parques verificaremos que o objetivo explícito de seus criadores era o controle social e moral. Visando melhorar o bem-estar físico e moral da classe trabalhadora (cuja dissolução interromperia os lucros), a classe média vitoriana ativamente desencorajava os passatempos tradicionais: beber em tavernas, brigas de galo, festivais locais ou feiras. Substituíram essas formas de diversão pelos parques públicos, elaborando regras de conduta mais precisas. Apesar do passar do tempo, essas áreas características da paisagem urbana inglesa ainda simbolizam os ideais de decência e da propriedade pertencente à burguesia vitoriana (COSGROVE, 1998, p. 107-108).

A criação de jardins públicos, que seria o equivalente ao parque urbano do qual estamos falando, é na análise de Segawa (1996), um antídoto criado no interior do Estado burguês para ocupar o papel da praça medieval, cuja característica principal é a espontaneidade nas relações sociais. Por esse paralelo é possível afirmar que apesar do objetivo ordenador, os parques urbanos tornaram-se importantes pontos de conexão social na cidade contemporânea, e por isso, realmente se aproximaram do papel de uma praça. Se retomarmos o significado etimológico da palavra “praça” (do latim vulgar, *plattea*) veremos que ela surge no período medieval (século XIII) para expressar “*lugar público, cercado de edifícios*” “*largo*” “*mercado, feira*” (CUNHA, 1982). Especialmente em relação ao primeiro significado, podemos ver que há uma grande similaridade da função exercida por um parque urbano na cidade contemporânea quando comparamos com a praça medieval. Entretanto, mesmo que vejamos semelhanças entre esses dois equipamentos urbanos na

atualidade, também há diferenças. Pela acessibilidade e dificuldade de implantação de regimentos especiais de uso, as praças estão mais próximas, como equipamento urbano, das calçadas e das ruas, do que dos parques.

Queremos dizer com isso que os parques urbanos, como espaços públicos que são, possuem diferença de concepção de uso quando os comparamos com as ruas, as praças e as calçadas. As ruas, as praças e as calçadas tendem a ser espaços abertos, livres, portanto, tornam-se de difícil enrijecimento na medida em que estão (pela abertura plena) mais propensos a manifestações espontâneas e/ou livres da sociedade – especialmente os dois últimos equipamentos, já que, com o advento do automóvel, as ruas tiveram reduzidas a sua capacidade de absorver outras atividades²⁴. Os parques urbanos também possuem características similares, no entanto, nem sempre são espaços abertos²⁵. Antas Jr. (1995), por exemplo, aponta que é a lei que diferencia os parques das praças, já que os primeiros tendem a ser espaços com regras e normas próprias e por isso se convertem mais facilmente em locais que determinam padrões e formas de comportamento. Para esse autor, embora os dois ofertem a possibilidade do lazer, os parques tendem a ser mais regulados do que as praças. Segawa (1996) compreende a questão de modo similar afirmando que os parques são locais vigiados, de comportamento controlado.

Devemos lembrar que o surgimento dos parques urbanos na Europa dos séculos XVIII e XIX foi derivado de antigos jardins reais, o que provocou uma tendência desses espaços serem fechados (cercados) em relação a malha urbana. Essa

²⁴ Por outro lado, em espaços muito comunitários, a praça pode facilmente, diante de seu tamanho menor, ser de difícil apropriação para quem não é da comunidade e não compartilha os mesmos códigos de conduta.

²⁵ A cidade de Porto Alegre, que estudamos, é uma exceção no Brasil, pois boa parte de seus parques são abertos, se confundindo com as ruas e as calçadas. Já a cidade de São Paulo tem a maioria absoluta de seus parques, cercados, conforme veremos a seguir.

característica permite a existência de regras específicas de uso nas áreas dos parques. O conteúdo dessas regras que são delimitadas para que haja o “bom convívio” entre seus frequentadores pode, por outro lado, realmente estabelecer um comportamento padrão. É nesse sentido que a produção inicial dos parques urbanos na Europa, e pelo mundo afora, pode ser compreendida dentro de um projeto de ordenamento social burguês que visava o controle do comportamento social através do disciplinamento do uso do espaço público. Trata-se de um processo de produção do espaço público que vê a espacialidade social como um *cenário*, onde os papéis são previstos e ensaiados. A *cenarização* do espaço público urbano é um projeto burguês, pois por mais que houvesse a inserção das camadas populares na esfera pública europeia, a representatividade delas nesse espaço político era muito pequena, fazendo com que as prerrogativas estabelecidas para o uso desses locais fosse determinada pelas camadas sociais de elite.

Essas intenções relacionadas com a instauração de uma ordem na produção do espaço urbano, em um sentido mais amplo, são reforçadas através de grandes intervenções urbanas, como a que fora posta em prática no plano de reformulação do centro de Paris pelo barão Georges-Eugène Haussmann. Charles-Adolphe Alphand ficou encarregado, durante a remodelação urbana que Haussmann agenciou como prefeito do Sena de Napoleão III, de promover a construção de um sistema de áreas verdes incorporando florestas como o Bois de Boulogne e o Bois de Vincennes, que haviam pertencido a coroa, integrando-os por meio de grandes avenidas, indo, portanto, para além das criações pontuais de espaços públicos abertos. Além dessas duas áreas citadas, outros parques foram criados, como o Monceau, o Mensoris e o Buttes-Chaumont (KLIASS, 1993). A Reforma de Paris gera como consequência a inserção do parque como um dos elementos estruturantes do desenho urbano. Bartalini (1999) afirma que na França os parques eram criados em função da cidade e que isso os vinculou ao urbanismo. Na figura 4 apresentamos a reprodução de um mapa com o plano elaborado durante o governo Haussmann, onde as áreas

quadriculadas representam os bairros novos e as hachuradas com linhas diagonais correspondem à esquerda (oeste) ao Bois de Boulogne e à direita ao Bois de Vincennes (leste).

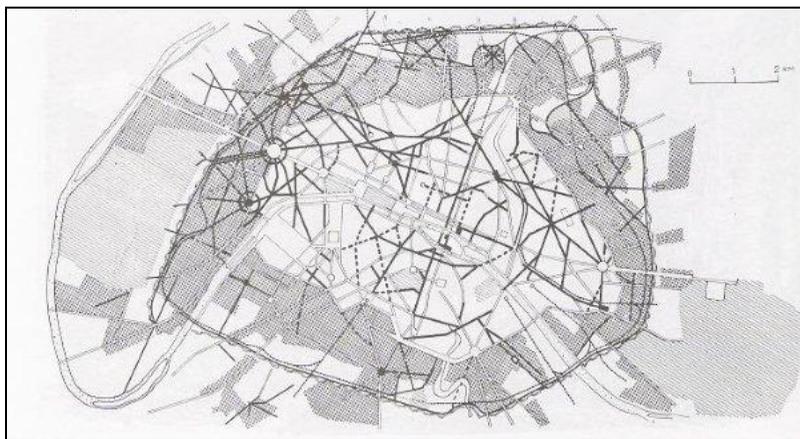


Figura 4: Reprodução do mapa com o Plano de Haussmann para Paris
Fonte: Ottoni (1996)

Segundo Sennett (1975), Hausmann trouxe importantes contribuições para as cidades de hoje em dia, porém o autor também aponta que deve-se resgatar o fato de que seu projeto tinha por objetivo a criação de uma estrutura urbana que permitisse um maior controle sobre a massa trabalhadora. Ao abrir as ruas e torná-las retilíneas, Hausmann superava as dificuldades de deslocamento das autoridades policiais em caso de insurreição civil, já que na antiga Paris o traçado curvo da malha viária dificultava a ação governamental em momentos de crise. Sennett (1975) afirma, igualmente, que o pensamento urbano de Hausmann estava estruturado em pressupostos de terrível simplicidade, com destaque para duas ideias: a primeira era a crença no fato de que se há inter-relação entre as dimensões sociais, culturais, econômicas, etc, ao se estruturar uma delas a outra também reorganizará; e o segundo pressuposto é acreditar que as transformações espaciais através

do planejamento podem mudar as ações sociais, deixando de lado o inverso.

De qualquer modo é importante dizer que as ideias de Hausmann, sobre reordenamento urbano e sobre o papel dos parques dentro desse processo, extravasaram as fronteiras francesas. Acompanhando essa tendência, nos Estados Unidos, a criação de parques urbanos também ocorreu com os projetos urbanísticos de grande vulto. Destaque para Frederik Law Olmsted, figura mais emblemática do Movimento de Parques Americanos, que teve relevância na implantação de projetos urbanos nas cidades americanas, onde a questão do lazer regulado era intensamente realçada. Entre os projetos desenvolvidos por Olmsted, sobressai a construção do Central Park de Nova Iorque (KLIASS, 1993) – a Figura 5 mostra a reprodução de um mapa de 1863 desse espaço público, seis anos após sua inauguração (1857).

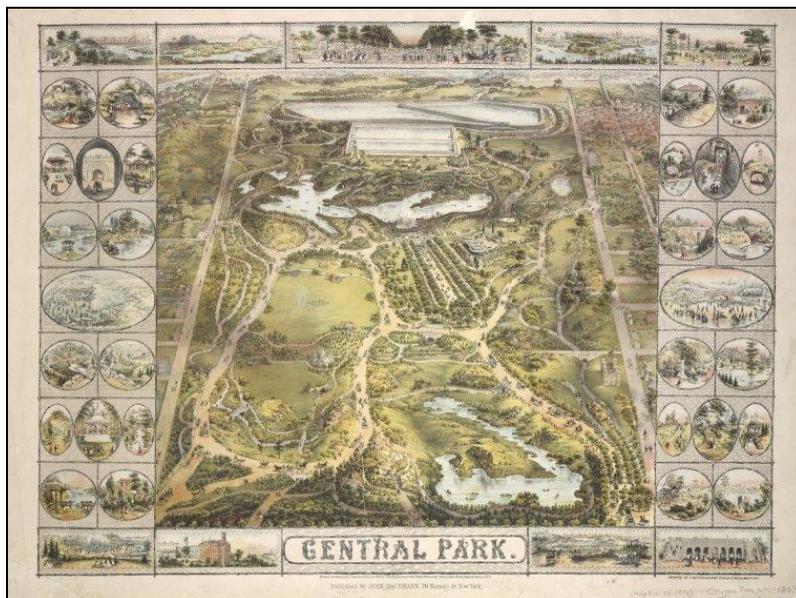


Figura 5: Reprodução de um mapa de 1863 do Central Park.
Fonte: Burke (2013).

O reordenamento urbano que eclode na Reforma de Paris promovida por Hausmann, para além do disciplinamento do uso do espaço, gera outro processo concomitante: a valorização fundiária das áreas reformadas, com os parques urbanos exercendo uma importante função nesse conjunto. Ligado a isso está o fato de que a medida que o processo de urbanização se acelerou, ocorreu uma rarefação da “natureza verde”. Essa rarefação torna os espaços verdes, como os parques urbanos, valorizados comercialmente. Segundo Henrique (2010, p.67):

No século XIX, inicia-se um movimento mais intenso de associação entre a natureza na cidade e a especulação imobiliária, com a construção de jardins e parques pelos agentes imobiliários, com o objetivo de valorização dos loteamentos construídos no entorno. A natureza na cidade passa a ser uma ‘isca’ ou uma imagem/símbolo. Isto posto num momento de grande valorização da natureza na cidade, quer seja por motivos estéticos (os passeios e a exibição de poder) ou pelas razões higienistas (de saneamento da cidade cada vez mais poluída pelas indústrias) (HENRIQUE, 2010, p.67)

Os parques Regent’s na Inglaterra, Bois de Boulogne na França e Central Park nos EUA, são exemplos de áreas construídas sob a ideia de natureza comercial e exclusiva. O Regent’s Park e o Bois de Boulogne, inclusive, foram construídos por empresas que detinham os lotes do entorno, e que depois puderam ser postos a venda de forma mais valorizada. Sobre o processo ocorrido em Londres durante o século XIX, Capel (2002) destaca:

En Londres la Corona inició una política de valoración económica de sus propiedades, dentro de la cual se incluyó la urbanización

de terras, y ello daría lugar a comienzos del siglo XIX a la conversión del espacio de Royal Marylebone Park en un gran parque, Regent's Park, al que se abrían las viviendas de aspecto variado, pero siempre elegantes y palaciegas, construidas a su alrededor: *crescents, terraces y villa* elegantes. (CAPEL, 2002, p. 297).

A sobrevalorização da natureza verde e a transformação disso em produto imobiliário foi o centro da urbanização inspirada nos parâmetros defendidos por Ebenezer Howard no seu texto *Cidades-jardins de Amanhã*, publicado originalmente em 1902, onde o autor descreve a necessidade de incorporar e de mesclar elementos da natureza (do campo) ao processo de ocupação urbana do espaço, que para tal deveria ser rarefeita e afastada do centro. O projeto de Howard acreditava na complementaridade do campo e da cidade, cujos aspectos positivos permitiriam uma vida com maior qualidade urbana. No projeto de cidade-jardim de Howard (1996), o parque urbano se tornava uma peça fundamental (Figura 6).

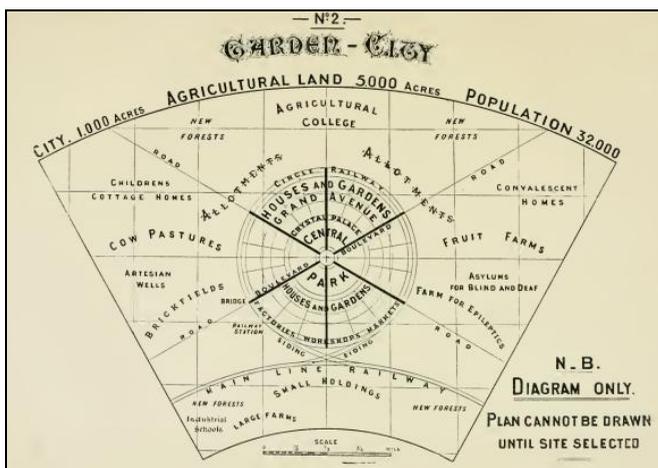


Figura 6: Reprodução da planta da Cidade-Jardim projetada por Howard
 Fonte: E. Howard (1996) – *Cidade-Jardins de Amanhã*.

Empreendedores imobiliários compreenderam que as ideias de Howard possuíam aderência social a ponto de se tornarem uma boa mercadoria imobiliária – o que se distanciou das concepções originais de sociedade propostas por Howard²⁶. A partir das cidades-jardins (bairros-jardins), surgiram muitos parques espalhados pelo mundo, inclusive no Brasil.

O aspecto de jardim deu ao parque urbano, portanto, uma capacidade de gerar valor imobiliário pelo fato de haver poucas áreas verdes nas cidades. Todavia devemos recolocar que para além de jardins, os parques urbanos também funcionam como praças. A partir de sua trajetória histórica pode-se dizer que os parques urbanos são espaços híbridos arquitetonicamente, pois: são jardins (bosques) que permitem ao homem contemplar a natureza verde perdida no ambiente urbano²⁷ e, ao mesmo tempo, pelo processo de acessibilidade pública, se comportam como grandes praças, devido aos encontros entre indivíduos e a sociabilidade cosmopolita que propiciam. Para valorização imobiliária acreditamos que se destacam mais os aspectos de jardim do que os de praça, já que esse último equipamento é menos controlável.

Diante disso, discordamos um pouco da visão apresentada por MACEDO & SAKATA (2002) que havíamos levado em consideração quando defendemos nossa dissertação de mestrado – SOUZA, F. S. (2008). Para os autores, parque urbano é:

Todo tipo de espaço público destinado a recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é

²⁶ Segundo Mumford (2004) teve como uma de suas principais influências o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin.

²⁷ Pelo fato de serem jardins que aludiam a natureza perdida com o processo de urbanização engendrado pela Revolução Industrial, os parques urbanos foram desenhados com características do romantismo, movimento cultural e artístico que procurou tecer críticas ao desenvolvimento econômico e urbano do período.

auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada por nenhuma estrutura construída no seu entorno. (MACEDO & SAKATA, 2002, p. 14)

É preciso, primeiramente, relativizar a noção de auto-suficiência dos parques em relação ao entorno. Os autores propõem auto-suficiência quando comparam a realidade de parques urbanos com a de praças. Com certeza os parques urbanos possuem mais autonomia em relação ao entorno do que as praças, que pelo tamanho reduzido, são mais propensas a ter sua dinâmica alterada/influenciada por aquilo que a cerca. Porém, a relação entre a produção do entorno e a evolução do parque muitas vezes ocorre de modo bastante estreito. Ao longo da história dos parques urbanos, muitos projetos imobiliários, como as cidades-jardins, surgiram de uma relação extremamente imbricada de valorização do empreendimento pelo uso do espaço público construído. Além disso, aqueles autores ao conceituarem parque, não fazem distinção entre áreas públicas e privadas, pois a obra, que por eles foi realizada, apresenta tanto parques urbanos quanto parques de diversão (que são geralmente privados). Por isso, para dar precisão ao que consideramos como parque urbano público, chamamos a atenção tanto para o aspecto paisagístico de jardim que possuem, estabelecendo uma conexão com a natureza verde, quanto para o caráter público baseado na acessibilidade ampla manifestada nas praças. Como se caracterizam por abrangerem áreas amplas no tecido da cidade, os parques urbanos poderiam ser pensados como um coletivo de praças aglomeradas, o que lhes dá vitalidade e diversidade de usos, tornando necessário compreendê-los a partir das teorias sobre o espaço público.

2.1 PARQUES URBANOS NO BRASIL: DE SIMULACROS DE UMA VIDA EUROPEIZADA AOS USOS ATUAIS

Retomando a análise histórica do surgimento dos primeiros parques urbanos, devemos dizer que no Brasil, a criação desses

equipamentos corresponde a processos que possuem alguma diferença com o cenário europeu. A formação de uma esfera pública ampliada no Brasil é tardia, assim como o processo de industrialização no nosso território terá efetividade apenas no século XX, não havendo na centúria XIX, portanto, a existência de um grande operariado urbano. O início da produção de parques urbanos no Brasil está mais relacionado com a tentativa das elites locais de produzir uma vida europeizada através do objeto geográfico do que com a necessidade de atender uma população cada vez mais urbanizada. Encontram-se também parques urbanos, que assim como no cenário europeu, surgiram de empreendimentos imobiliários voltados para as elites, como no caso do Parque Villon (hoje em dia chamado de Parque Trianon) em São Paulo, que derivou do projeto que deu origem a Avenida Paulista e que inclusive era privado, tornando-se aberto ao público em geral somente em 1911 – 19 anos depois de sua inauguração (BURGOS, 2003). Ou seja, os primeiros parques urbanos existentes no Brasil visavam a construção de simulacros de uma vida europeia para as elites locais (MACEDO & SAKATA, 2002). Trata-se de uma produção simbólica do espaço (persistente até os dias atuais), se retomamos o debate feito por Bourdieu (2007).

Segundo Macedo & Sakata (2002) o marco inicial da produção de parques urbanos no Brasil será, assim como o começo da formação da esfera pública brasileira, a chegada da Família Real portuguesa em 1808. A vinda da Corte de Portugal representou efetivas reestruturações nas velhas e pequenas cidades do país, para que houvesse o desempenho de novas funções administrativas. Com isso, passeios públicos, parques e jardins começam a aparecer nas cidades brasileiras. O primeiro parque urbano do Brasil é o Passeio Público do Rio de Janeiro (Figura 7), cuja criação é anterior a vinda da Corte Portuguesa. Porém, o Campo de Santana - segundo parque surgido no país – é o resultado de um espaço alagadiço que foi incorporado para atender a Família Real. Macedo & Sakata (2002) consideram o Jardim Botânico do Rio de Janeiro como um parque, e assim ele estaria entre as áreas com essa característica que foram criadas

quando da chegada da Família Real, já que sua inauguração ocorre em 1808²⁸.

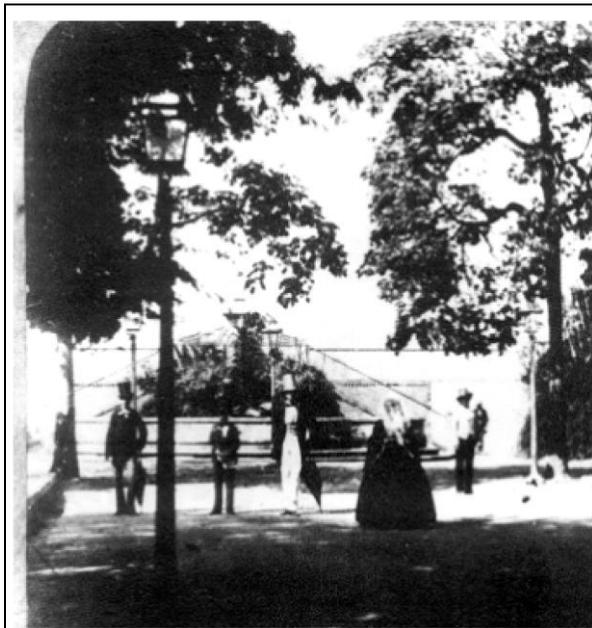


Figura 7: Passeio público do Rio de Janeiro antes da reforma feita por Auguste Glaziou²⁹

Fonte: Segawa (1996)

²⁸ Entretanto os jardins botânicos geralmente foram criados para serem institutos de pesquisa sobre plantas e nem todos se transformaram em parques. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, embora seja um espaço de grande sociabilidade, possui acesso restrito na medida em que existe a cobrança em dinheiro para que se possa entrar em sua área. Essa restrição faz com que prefiramos separá-lo do conceito de parque urbano, achando mais apropriado classificá-lo como jardim botânico.

²⁹ Foto feita por Revert Henrique Klumb, anterior à 1862, que foi o ano de inauguração do Passeio Público após a reforma feita pelo francês Auguste Glaziou. O registro fotográfico, inclusive, foi feito com o objetivo de subsidiar os estudos para a reforma do espaço (SEGAWA, 1996).

No período compreendido entre o final do século XIX e o início do XX, para além da produção de um simulacro da vida urbana europeia, ganha força no país uma perspectiva higienista (importada da Europa), que passa, desde então, a orientar a produção do espaço urbano brasileiro compreendendo que a criação de jardins e parques urbanos era fundamental à saúde da população urbana (SEGAWA, 1996).

Não se tinha nas cidades brasileiras uma grande necessidade de construção de parques para as camadas trabalhadoras da sociedade, conforme afirmam Macedo & Sakata (2002) ao dizerem que havia muitos vazios urbanos entre o final do século XIX e início do século XX, especialmente nas várzeas de rios que entrecortavam grande parte das cidades brasileiras e tornavam-se áreas populares de lazer urbano, antecedendo praças e parques.

As várzeas dos rios Tietê e Pinheiros em São Paulo, por exemplo, atendiam demandas de lazer – como o futebol. No entanto, com a retificação dos rios Pinheiros e Tietê, entre as décadas de 30 e 60 do século XX, os alagamentos periódicos das várzeas começam a diminuir e aos poucos essas áreas passam a ser incorporadas para urbanização (ANTAS JR, 1995).

O binômio êxodo rural/industrialização de meados do século XX é o responsável por esse aumento da urbanização, gerando um adensamento do espaço urbano como resultado da ampliação da ocupação vertical e horizontal. Os espaços vazios da área urbana, que antes davam conta do lazer da população metropolitana, tornam-se escassos (MACEDO & SAKATA, 2002). A medida que o desenvolvimento econômico capitalista passa a se estabelecer mais fortemente com o avanço da industrialização, começa a ocorrer no Brasil, em um processo muito similar ao quadro europeu, tanto a construção de parques urbanos para atender o operariado urbano (que começa a sentir a necessidade de ter áreas verdes públicas), como a implantação desses equipamentos visando a valorização fundiária. Ambas as origens descritas dos parques urbanos no Brasil, nesse período, correspondem a escassez desses espaços nas cidades.

A urbanização brasileira ocorre de forma predatória e veloz. Vale dizer que a regulação do processo de urbanização dentro do Estado brasileiro é tardia, pois as primeiras leis federais que limitam a capacidade do proprietário privado do solo urbano de realizar plenamente suas vontades, só surgem de modo muito tímido após o entendimento da propriedade como função social gerado pela Constituição de 1934. Todavia, essa função social existente na legislação federal brasileira desde a década de 1930 não teve uma conceituação precisa ou devidamente operacionalizada até a constituição de 1988, o que dificultou sua observância. Ocorre que durante todo esse período e, até mesmo, após a constituição de 1988, prevaleceu o entendimento, dado pelo Código Civil de 1916, do direito de propriedade individual irrestrito (FERNANDES, 2002). O Estado permaneceu, na maior parte da história republicana brasileira, omissa no seu papel de regular o desenvolvimento urbano.

Contudo, é importante retomar que a partir do surgimento da função social da propriedade na Constituição de 1934, surgem de modo acanhado algumas legislações federais secundárias que permitem controlar a produção privada do espaço urbano a partir da regulação de loteamentos, como através dos Decretos-Leis 58/1937 e 271/1967, desde que as municipalidades criassem dispositivos legais para sua efetivação, o que era muito variável (HORN, 2013)³⁰.

O processo de urbanização, diante dessa falta de efetividade reguladora, avançou de modo muito privatista nas cidades brasileiras, produzindo uma precariedade com relação a espaços públicos. Muitos poucos parques urbanos surgem e quando estão presentes na malha urbana, tornam-se raridades. Esse processo leva a valorização de áreas próximas a parques urbanos, pela disponibilidade de lazer ao ar livre que esse tipo de

³⁰ Segundo Blanco (2008), as legislações, entre 1937 e 1979 (quando surge a Lei 6.766), tendem a se preocupar basicamente com a questão do direito do adquirente do lote, do negócio em si, das relações pessoais, não atentando para aspectos de conteúdo urbanístico.

equipamento oferece. Em outras palavras, por possuírem a presença de natureza verde e por ofertarem a possibilidade do lazer ao ar livre, ambos escassos no ambiente metropolitano, os parques urbanos têm seu valor de uso convertido de modo mais explícito em valor de troca. Por essas condições que a maior parte dos parques urbanos que surgem na primeira metade do século XX tende a ser realizada nas áreas centrais e nobres das cidades, onde havia quem estivesse disposto a pagar por essas amenidades (embora o Estado também tenha colaborado para esse direcionamento, na medida em que seus esforços eram concentrados espacialmente, pela própria articulação que mantinha com os empreendedores imobiliários). Somente a partir da segunda metade do século XX, com o aumento do proletariado urbano e a necessidade cada vez maior por espaços livres públicos, é que muito debilmente começa-se a observar a produção de parques urbanos nas áreas mais periféricas. Para que novas áreas públicas surgissem na periferia, foi importante que as leis de parcelamento do solo urbano se tornassem mais efetivas. A criação da Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, de número 6.676, em 1979, criou um dispositivo mais efetivo de criação de novos espaços públicos a partir dos processos de loteamento (criação de lotes a partir de glebas que levam a construção de novas vias) e de desmembramento (criação de lotes a partir de glebas, com o aproveitamento das vias já existentes). Tanto nos loteamentos, quanto nos desmembramentos, a lei exige que haja a reserva de área pública, cuja porcentagem será aplicada pelos municípios³¹, normalmente em seus Planos Diretores. Isso foi um avanço em relação às legislações anteriores, que não expressavam tão claramente essa necessidade. Mas a passagem da responsabilidade aos municípios de fiscalizar os loteamentos, com relação aos repasses de área pública, carece de aplicação

³¹ Na lei original, o Artigo 4º., Parágrafo Primeiro dizia que a reserva de área pública não poderia ser inferior à 35%, o que no entanto foi modificado pela Lei 9.785 de 1999, que estabelece que a legislação municipal define esses valores mínimos.

em boa parte das cidades brasileiras, já que os Planos Diretores tem sido historicamente um espaço onde o mercado imobiliário tem muito poder. Além disso, quando leis progressistas são construídas, dificilmente elas são aplicadas, demonstrando que a ideia de que o Plano Diretor pode eliminar problemas sócio-espaciais é muito ilusória (VILLAÇA, 2012).

As favelas, resultado da supervalorização da terra urbana que não permite o acesso a moradia à população com pouca renda, acabam, por vezes, ocupando as áreas livres dos loteamentos, reforçando esse quadro de ausência de espaços públicos. Todavia, a “ilegalidade” percebida na favela não é notada, igualmente, nos loteamentos de classe média-alta que se intitulam como condomínios. Esse quadro revela uma seletividade da aplicação legal no nosso país por parte dos poderes públicos municipais, que enxergam as favelas como ilegalidades, mas que aceitam que muitos loteamentos e desmembramentos sejam enquadrados como condomínios, ou seja, como outra forma de ocupação urbana que, ao invés de ser regulada pela Lei Federal 6.766/79, está normatizada pela lei 4.591/64 que não exige a reserva de área pública. Marcelo Lopes de Souza (2006) afirma que muitos loteamentos de alta renda deixam de ser assim chamados, porque o termo normalmente está associado a moradores de baixa renda, havendo a preferência pelo uso do termo condomínio, o que provoca uma “cortina de fumaça” que confunde e acaba permitindo que espaços que deveriam ser públicos, como ruas e praças, sejam totalmente privatizados. Quando isso não ocorre, temos situações como a estudada por Sobarzo (2004) em Presidente Prudente/SP, em que uma Lei Municipal, através de uma “concessão de uso especial para moradores”, permitiu fechar áreas que pela Lei Federal 6.766/79 deveriam ser públicas, em uma clara situação de ilegalidade.

O quadro colocado nos permite dizer, portanto, que a criação de parques urbanos no Brasil tem crescido depois de uma grande estagnação, porém, de modo muito limitado à potencialidade que teria, inclusive, pelos mecanismos de regulação do solo urbano previstos na legislação atual. Esse

crescimento não acontece, porque não se passa da legislação à execução, por interesses privados que insistem em determinar a produção do espaço urbano. Uma situação paradoxal é criada, já que por um lado o Estado reforça o uso programado do espaço público pelo indivíduo, mas faz “vistas grossas” na regulação do capital responsável pela produção urbana.

Buscando dar uma referência sobre esse processo, podemos lembrar que em Porto Alegre, uma cidade onde os parques urbanos possuem uma importância muito grande, o primeiro que foi criado a partir de um loteamento surgiu apenas no ano de 1982 (Parque Mascarenhas de Moraes). É certo que a área destinada a ser pública pelos loteamentos e desmembramentos nem sempre permite, por suas características, a implantação de parques. Por outro lado, é possível perceber pela proximidade temporal desse acontecimento em Porto Alegre, que a produção do espaço urbano tem um caráter muito privatista.

Para além desse fato, em geral existe muitas tipologias de parques urbanos no Brasil, o que acaba por tornar mais complexo o quadro de oferta desse tipo de espaço público. Há locais como São Paulo, onde existe uma grande variedade de tipologias e de tamanhos de parques urbanos, assim como há cidades, como Porto Alegre, que tendem a ver esse tipo de espaço público de uma forma mais homogênea.

2.2. A CONCEPÇÃO DE PARQUE URBANO EM PORTO ALEGRE E SÃO PAULO

As cidades de Porto Alegre e de São Paulo possuem os parques urbanos como espaços públicos fundamentais em suas estruturas urbanas. Acreditamos que o uso de parques e praças nessas cidades corresponde diretamente a um número pequeno de balneários em seus territórios. Nas grandes cidades litorâneas, como Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo, o uso de praias como espaço público é muito acentuado e maior que o de parques. Talvez isso explique, em parte, a pouca presença de

parques urbanos em Florianópolis³², na medida em que as praias acabam comportando as atividades de lazer em público (embora possamos fazer a ressalva de que no Sul do Brasil existe uma sazonalidade de uso devido às baixas temperaturas no inverno). Como Porto Alegre só possui poucas praias próprias para banho em um pequeno trecho do Lago Guaíba, assim como São Paulo só tem algumas partes da represa de Guarapiranga com balneabilidade, acaba que os parques tornam-se as grandes áreas de lazer urbano, ou seja, os grandes espaços públicos dessas cidades. A tese de que o avanço da urbanização sobre as várzeas e as margens dos rios (que geralmente eram grandes vazios urbanos) desloca o uso público do espaço para os parques urbanos, ampliando sua importância no contexto brasileiro, é reforçada quando se estuda Porto Alegre e São Paulo.

A cidade de São Paulo possuía, no início de 2013, 100 parques urbanos, sendo 96 municipais e 4 estaduais. Trata-se de um número significativo de parques, o que demonstra a importância desse tipo de equipamento na capital paulista. Na Figura 8 (pp. 114-115), que está dividida em duas partes, podemos visualizar todos esses parques.

³² Florianópolis possui apenas os parques urbanos de Coqueiros, da Luz e do Córrego Grande – que seria mais um hortoflorestal. O Parque Francisco Dias Velho (projeto de Burle Marx), onde hoje é o aterro da área central, encontra-se totalmente descaracterizado. Há projetos urbanos como Sapiens Parque e como o Parque Hotel Marina Ponta dos Corais que preveem a construção de espaços públicos desse tipo, mas de forma controversa, como veremos, em relação ao segundo caso, em nossas conclusões. As demais áreas verdes da cidade são Unidades de Conservação, cujo objetivo principal é a preservação de ecossistemas. Embora muitas dessas Unidades de Conservação se tornem áreas de grande sociabilidade, como o Parque Municipal da Lagoa do Peri, o objetivo de preservação dos ambientes presentes nesses espaços pode, inclusive, levar a fechamentos ao público, para recuperação ambiental. Há projetos urbanos como Sapiens Parque e como o Parque Hotel Marina Ponta do Coral que preveem a construção de espaços públicos desse tipo, mas de forma controversa, como veremos, em relação ao segundo caso, em nossas conclusões.

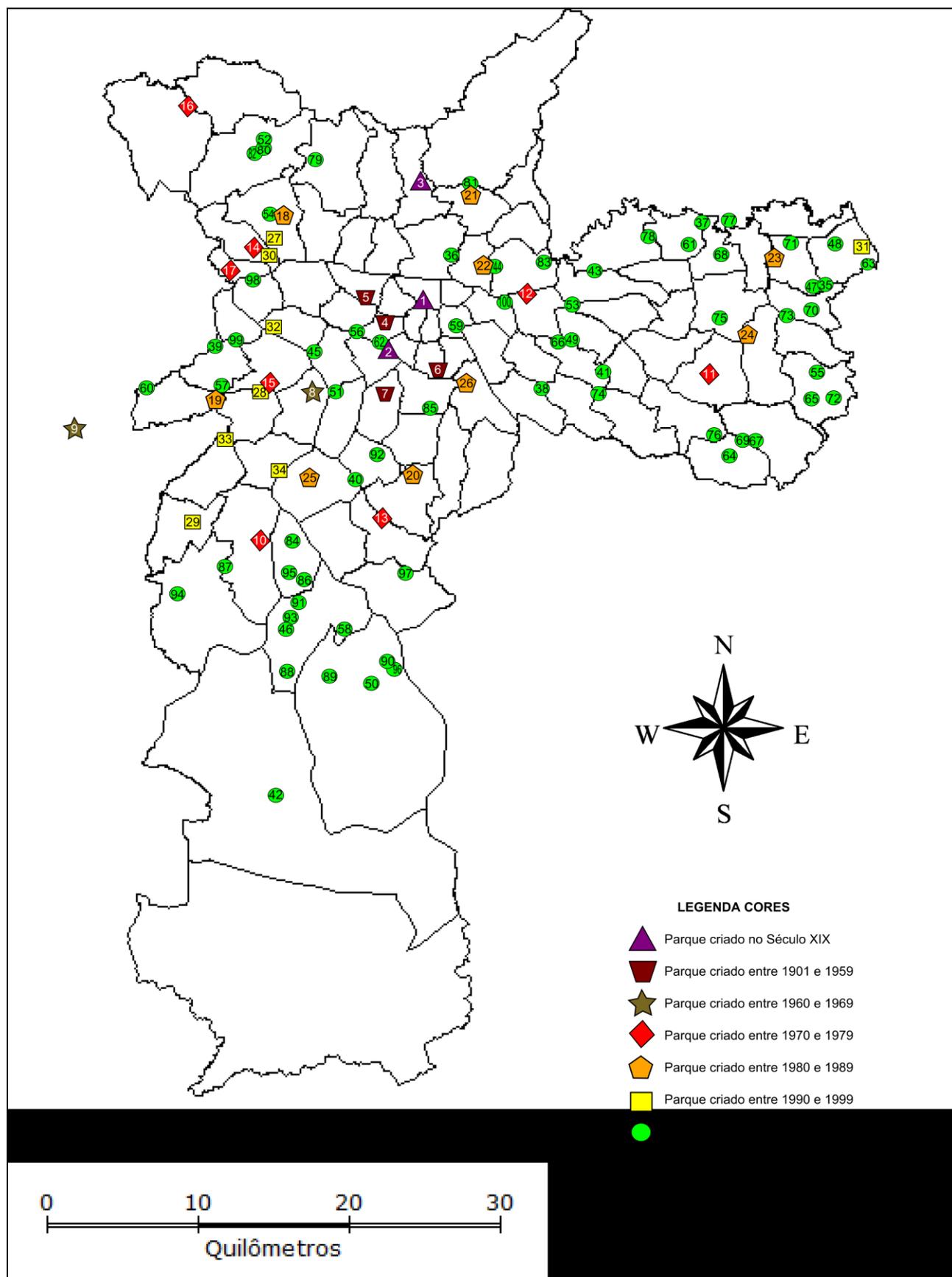


Figura 8: Mapa de São Paulo com a localização dos parques urbanos existentes em 2012, de acordo com o período em que foram inaugurados (Parte 1).

Fonte: Elaboração do autor com base em dados de KLIASS (1993), SVMA (2012) e Whately et al (2008).

LEGENDA NÚMEROS				
No.	Parque	Ano de Inauguração	Área (m ²)	Distrito
1	Luz	1825	113.400	Bom Retiro
2	Ten. Siqueira Campos (Trianon)	1892	48.000	Jardim Paulista
3	Horto Florestal	1896	1.740.000	Mandaqui
4	Buenos Aires	1913	25.000	Consolação
5	Água Branca	1929	136.765	Barra Funda
6	Aclimação	1939	112.200	Liberdade
7	Ibirapuera	1954	1.584.000	Moema
8	Alfredo Volpi	1966	142.400	Morumbi
9	Cemucan	1968	904.691	Cotia (RMSP)
10	Guarapiranga	1974	152.605	Jardim São Luis
11	Carmo	1976	1.500.000 + 890.000 (APA)	Parque do Carmo
12	Piqueri	1978	97.200	Tatuapé
13	Nabuco	1979	31.300	Jabaquara
14	São Domingos	1979	80.000	São Domingos
15	Previdência	1979	91.500	Butantã
16	Anhanguera	1979	9.500.000	Anhanguera
17	Vila dos Remédios	1979	109.800	Jaguara
18	Rodrigo de Gáspari	1980	39.000	Pirituba
19	Raposo Tavares	1981	195.000	Raposo Tavares
20	Lina e Paulo Raia	1982	15.000	Jabaquara
21	Lions Club Tucuruvi	1987	23.700	Tucuruvi
22	Vila Guilherme	1988	62.000	Vila Guilherme
23	Chico Mendes	1989	61.600	Vila Curuçã
24	Raul Seixas	1989	33.000	José Bonifácio
25	Severo Gomes	1989	34.900	Santo Amaro
26	Independência	1989	161.300 + 21.188 (área incorporada)	Ipiranga
27	Jardim Felicidade	1990	28.800	Pirituba
28	Luis Carlos Prestes	1990	27.100	Butantã
29	Santo Dias	1991	134.000	Capão Redondo
30	Cidade de Toronto	1992	109.100	São Domingos
31	Santa Amélia	1992	34.000	Itaim Paulista
32	Villa Lobos	1994	732.000	Alto de Pinheiros
33	Eucaliptos	1995	15.448	Campo Limpo
34	Burle Marx	1995	138.279 + 24.110 (área incorporada)	Vila Andrade
35	Chácara das Flores	2002	41.738	Vila Curuçã
36	da Juventude	2003	240.000	Santana
37	Ermelino Matarazzo	2005	5.000	Ermelino Matarazzo
38	Ecológico Prof. Lydia Natalizio	2005	60.000	Vila Prudente
39	Colinas de São Francisco	2005	49.053	Rio Pequeno
40	Cordeiro	2007	34.000	Santo Amaro
41	Linear Ipiranguinha	2007	10.000	Aricanduva
42	Linear Parelheiros	2007	16.000	Parelheiros
43	Linear Tiquatira	2007	320.000	Penha
44	do Trole	2007	121.984	Vila Guilherme
45	Victor Civita	2008	13.648	Pinheiros
46	São José	2008	95.000	Cidade Dutra
47	Natural Quississana	2008	26.921	Vila Curuçã
48	Linear Itaim	2008	21.000	Itaim Paulista
49	Linear Rapadura	2008	18.581	Vila Formosa
50	Shangrilá	2008	75.643	Grajaú
51	do Povo	2008	134.000	Itaim Bibi
52	Linear do Fogo	2008	35.445	Jaraguá
53	Linear do Aricanduva	2008	63.224	Carrão
54	Jacinto Alberto	2008	40.910	Pirituba
55	Vila do Rodeio	2008*	613.200	Cidade Tiradentes
56	Zilda Natel	2009	2.386	Perdizes
57	Linear Sapé	2009	26.240	Rio Pequeno
58	Guanhembu	2009-2012	71.920	Cidade Dutra
59	Benemérito José Brás	2009-2012	22.300	Brás
60	Juliana de Carvalho Torres	2009-2012	10.000	Raposo Tavares
61	Linear Mongaguá	2009-2012	60.000	Ermelino Matarazzo
62	Prefeito Mário Covas	2009-2012	5.396	Jardim Paulista
63	Águas	2009-2012	70.320	Itaim Paulista
64	Aterro Sapopemba	2009-2012	304.477	São Rafael
65	Ciência	2009-2012	177.531	Cidade Tiradentes
66	Esportivo do Trabalhador	2009-2012	286.000	Vila Formosa
67	Guabiroteira	2009-2012	302.880	Iguatemi
68	Jardim da Conquista	2009-2012	559.292	Iguatemi
69	Jardim Primavera	2009-2012	148.976	Vila Jacuí
70	Lajeado	2009-2012	37.000	Lajeado
71	Linear Água Vermelha	2009-2012	126.634	Vila Curuçã
72	Linear Consciência Negra	2009-2012	162.678	Cidade Tiradentes
73	Linear Guaratiba	2009-2012	29.000	Guaianases
74	Linear Integração Zilda Arns	2009-2012	224.000	Sapopemba
75	Linear Rio Verde	2009-2012	734.696	Itaquera
76	Nebulosas	2009-2012	45.000	São Mateus
77	Vila Jacuí/Linear Antonio Arnaldo	2009-2012	171.000	São Miguel
78	Vila Silvia	2009-2012	4.400	Cangaíba
79	Linear Canivete	2009-2012	46.000	Brasília
80	Pinheirinho d'Água	2009-2012	250.306	Jaraguá
81	Sena	2009-2012	22.000	Tremembé
82	Senhor do Vale	2009-2012	22.000	Jaraguá
83	Ten. Roberto Faria Lima	2009-2012	50.250	Vila Maria
84	Barragem do Guarapiranga	2009-2012	88.584	Socorro
85	Casa Modernista	2009-2012	12.607	Vila Mariana
86	Jacques Cousteau	2009-2012	67.326	Socorro
87	Jardim Herculano	2009-2012	75.277	Jardim Ângela
88	Linear Ribeirão Caulim	2009-2012	3.213.000	Cidade Dutra
89	Linear do Ribeirão Cocaia	2009-2012	1.261.516	Grajaú
90	Linear Cantinho do Céu	2009-2012	513.824	Grajaú
91	Linear Castelo	2009-2012	103.337	Cidade Dutra
92	Linear Invernada	2009-2012	4.500	Campo Belo
93	Linear Nove de Julho	2009-2012	537.514	Cidade Dutra
94	M'Boi Mirim	2009-2012	190.000	Jardim Ângela
95	Praia São Paulo	2009-2012	31.300	Socorro
96	Prainha	2009-2012	92.092	Grajaú
97	Sete Campos	2009-2012	83.267	Pedreira
98	Leopoldina/Orlando Villas Boas	2009-2012	55.000	Vila Leopoldina
99	Ecológico de Campo Cerrado	2009-2012	13.090	Jaguare
100	Belém	2009-2012	210.000	Belém

Figura 8: Mapa de São Paulo com a localização dos parques urbanos existentes em 2012, de acordo com o período em que foram inaugurados (Parte 2).

Fonte: Elaboração do autor com base em dados de KLIASS (1993), SVMA (2012) e Whately et al (2008).

A maior parte desses parques urbanos paulistanos, um número de 66, pelo que é possível demonstrar com a Figura 8, foi criada no século XXI. Ou seja, desde a criação do primeiro parque urbano da cidade (o da Luz, em 1825) até o final do século XX, foram construídos 44 espaços públicos desse tipo. Em doze anos de século XXI o número de áreas implantadas foi superior ao período de 175 anos entre a efetivação do Parque da Luz e o final do século XX. Nesse ínterim alguns parques surgiram e desapareceram, como o Parque Dom Pedro II (Várzea do Carmo) que foi descaracterizado e destruído com a implantação do Plano de Avenidas de Prestes Maia (Figura 9).

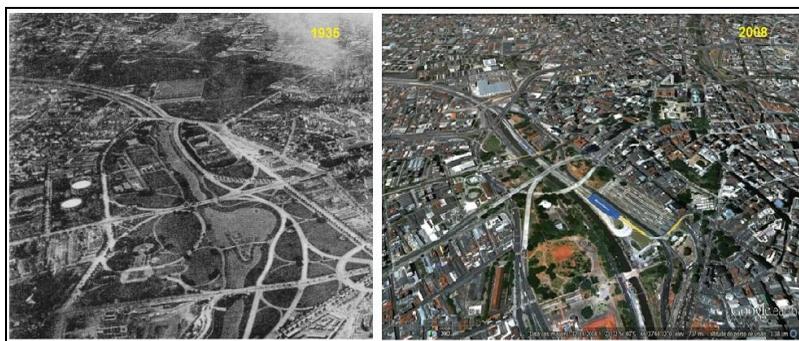


Figura 9: Parque D. Pedro II antes e depois do Plano de Avenidas
Fonte: Elaboração do autor (2013) a partir de Silva (2012) – Foto de 1935 – e Google Earth – Imagem de satélite em 3D de 14/12/2008.

Além disso, a política de implantação de parques em São Paulo, durante o século XX, usou muito timidamente alguns instrumentos urbanísticos que poderiam promover a construção desses espaços públicos. A doação de áreas para a municipalidade é definida, por exemplo, em 1923, através da Lei 2.611 que aponta que as glebas iguais ou superiores à 40.000 m² ao serem arruadas deveriam reservar, como espaços livres, 5% do terreno caso fosse localizado na área urbana, 7% em área suburbana e 10% na área rural. Essa legislação não previa, porém, sanções a quem não a cumprisse e dessa forma ela foi superada pela lei de mercado. O Ato 663 do governo provisório,

em 1934, tornou ainda mais frágil a Lei 2.611/23 no que diz respeito a doação de áreas para a municipalidade, pois deu anistia aos loteamentos que estavam na clandestinidade – legalizando o ilegal – e estabeleceu multas que nunca foram corrigidas em termos de inflação (BARTALINI, 1999). Mudanças nesse quadro só ocorreram na década de 1970, com a Lei 7.805 de 1972 que estabelece que 15% de todo terreno a sofrer arruamento ou loteamento deveria ser doado para a implantação de áreas verdes municipais (BURGOS, 2003). Contudo, segundo Bartalini (1999), desse período em diante torna-se muito grande o número de loteamentos clandestinos, além de favelas, nos terrenos que deveriam dar suporte as áreas verdes. Mesmo em loteamentos regulares, sobravam para a prefeitura os terrenos mais difíceis de ocupação – beiras de córregos e/ou locais de excessiva declividade³³. Situações como essa atrapalharam a implantação de novos parques. O surgimento de novas áreas de parques em São Paulo, a partir da década de 1980, passa a ser feito principalmente por meio de terrenos oriundos de loteamentos, diferentemente do que ocorria antes, quando essas extensões provinham de desapropriações, em sua grande maioria (BARTALINI, 1999). Em um período de grande urbanização, quando os terrenos livres antes disponíveis para o lazer começaram a escassear, a morosidade na implantação de novos parques criou uma situação preocupante.

Por isso chama a atenção o grande número de parques criados a partir do século XXI. É possível creditar às políticas públicas adotadas, esse crescimento significativo na quantidade de parques. Essas políticas são alinhavadas no Plano Diretor Estratégico de 2002 (Lei Municipal 13.430/02), onde se cria o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos d'Água e

³³ Segundo Bartalini (1999) a lei 9.413/81 buscou a reparação desse problema estipulando que 50% da área verde doada deveria ser escolhida pelo poder municipal, condicionando sua localização à terrenos com declividade inferior a 30% e com um único perímetro. Estranhamente o Parque Burle Marx, nosso objeto de estudo em São Paulo, que foi criado em 1995, possui dois perímetros.

Fundos de Vale, que prevê a construção de *parques lineares*³⁴ para a preservação de margens de rios e do sistema hídrico, por consequência. A colocação desse novo tipo de área verde amplia o significado de parque urbano na capital paulista, tornando-o de difícil conceituação. A dificuldade de conceituar parques urbanos na atualidade, inclusive foi dita por um funcionário da Secretaria do Verde e do Meio-Ambiente entrevistado pela pesquisa.

(...) A população acha que um parque é... uma área gradeada é um parque, uma área fechada é um parque. Então, muitas pessoas querem uma área próxima da casa delas... quer que transforme em um parque, mas, na verdade, o que faz o parque são outras características: é o tipo de manejo que é dado na área, que é um manejo diário, ele não ocorre de tempos em tempos, ele é diariamente. Tem uma administração, uma sede, tem uma supervisão da Secretaria do Meio Ambiente. Então tem... é acompanhado todos os fatores, temos um trabalho de fauna, tem um trabalho de herbário, que trabalha também as espécies botânicas, né? E é uma área que atende à população no lazer também, né? Então, o que muitas pessoas confundem é que uma área fechada é um parque, não temos uma dimensão definida, estamos até discutindo, nesse momento, um sistema... o sistema de áreas verdes de São Paulo, municipal, né? Quais seriam as características dadas as tipologias que temos, entende? Como ela é muito não homogênea, então a gente está até buscando definições, né? Existem trabalhos,

³⁴ São parques que geralmente são construídos acompanhando o leito de um curso d'água, preservando a vegetação de suas margens. Por essas características tendem a ser estreitos, porém compridos, permitindo a implantação de caminhos para pedestres e ciclovias.

teses, tudo, mas que hoje elas são... nós achamos elas obsoletas em relação ao que existe hoje com os parques na cidade.

Se tomarmos por orientação a classificação de parques feita por Rosa Kliass e Miranda Magnoli, entre 1967 e 1969, para o Plano de Áreas Verdes de Recreação de São Paulo, feito no governo Faria Lima (KLIASS, 1993), talvez possamos considerar a real necessidade de ampliação da concepção do que é um parque, pois o trabalho cuidadoso das arquitetas precisa ser lido com as características da urbanização atual. Na categorização de Kliass e Magnoli, da década de 1960, os parques encontram-se divididos em: Metropolitanos, que atendem um público em um raio superior à 5 km; Setoriais, que atingem um público de até 5 km de raio; de Bairro: cujo raio de atendimento é de até 1km; e de Vizinhança, com um raio de no máximo 500m (Figura 10).

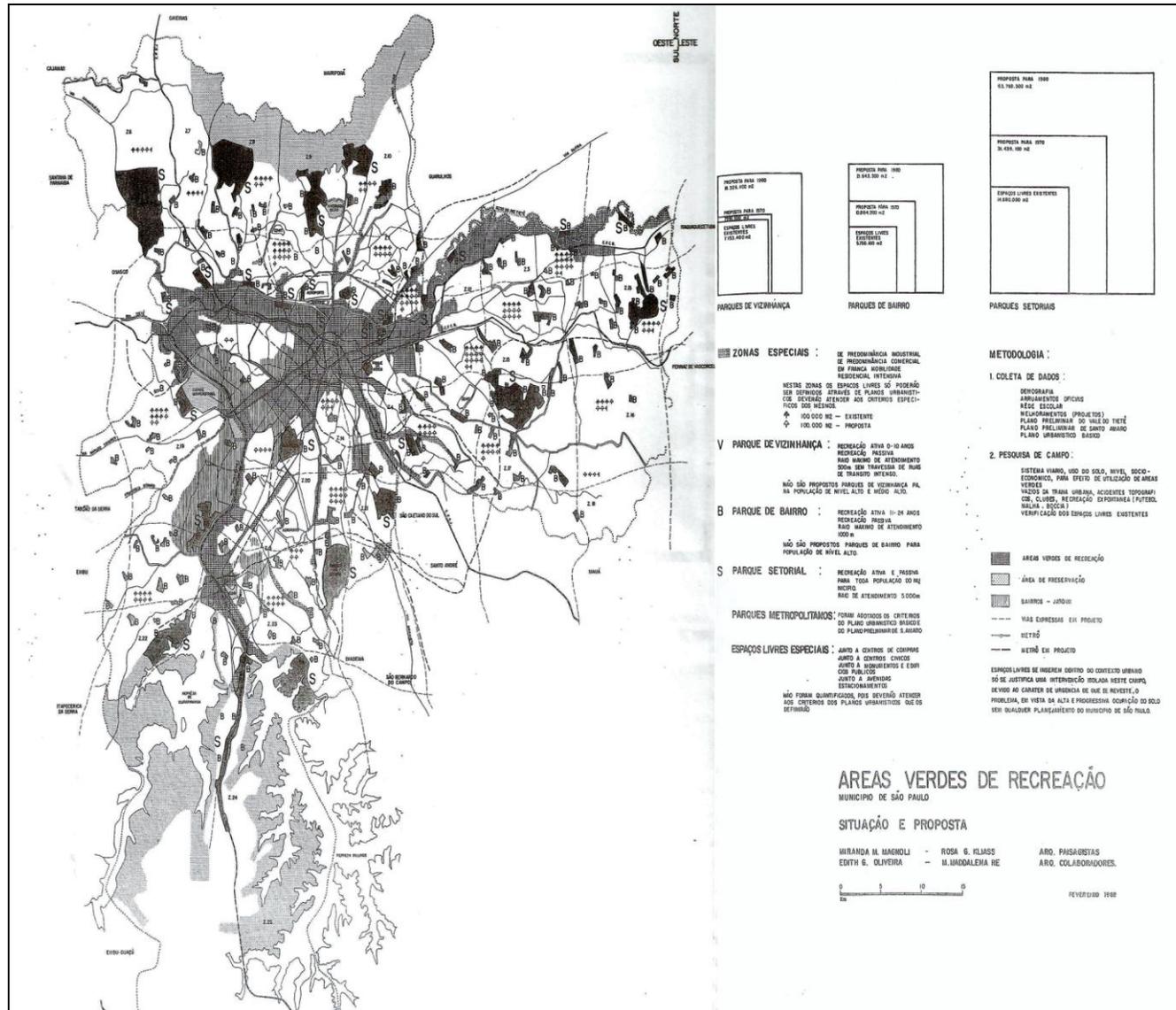


Figura 10: Reprodução do Mapa do Plano de Áreas Verdes de Kllass e Magnoli (1967-1969)
Fonte: Kllass (1993)

Em relação ao uso, os parques de maior raio de abrangência deveriam incorporar as funções dos menores, ou seja, os parques setoriais, por exemplo, seriam compostos de atividades presentes nos parques de bairro e de vizinhança (KLIASS, 1993)³⁵. A criação dessa categorização e o plano como um todo tinham por objetivo orientar as metas de implantação de parques urbanos, buscando que a oferta desse tipo de equipamento fosse ampliada. Kliass e Magnoli (1967-1969), a partir da análise de fotos aéreas, de dados sobre uso do solo e densidades populacionais, definiram as áreas com potencial paisagístico e passíveis de desapropriação, para determinar, em conjunto com os parques já existentes, onde e que tipo de parque atenderia melhor a população. Visualiza-se a partir da proposta apresentada no Plano de Áreas Verdes, onde são apontados quatro tipos de parque conforme o raio de abrangência, a abertura para uma complexificação tipológica na criação de novos parques urbanos, já na década de 1960³⁶. O Plano de Áreas Verdes de Recreação de São Paulo não foi implantado, embora possamos encontrar sua influência no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1971 (Lei Municipal 7.668/71), na descrição dos elementos correspondentes ao Sistema de Áreas Verdes, especialmente quando fala em “parques de vizinhança” e “parques distritais”³⁷.

³⁵ A análise do mapa que contém o Plano de Áreas Verdes, presente na obra de Kliass (1993), Figura 10, permite perceber que a área da Chácara Tangará, onde hoje se localiza o Parque Burle Marx, já estava, em 1969, sendo vista como possível terreno de um Parque Setorial.

³⁶ Embora sistemas de áreas verdes já existissem na Europa do século XIX, como a que foi implantada em Paris pelo Barão Haussmann.

³⁷ Parque de Vizinhança, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1971, é um “*local para recreação contemplativa de adultos e recreação ativa infantil. Área com tratamento paisagístico e ‘play-ground’*” com tamanho mínimo de 10.000 m². Já Parque Distrital é um “*local para permanência prolongada, destinado ao lazer*”, com área mínima de 100.000 m² com o objetivo de atingir uma população de 400.000 à 800.000 pessoas em um raio de 6 km.

A noção de raio de abrangência, no entanto, muda com o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, especialmente no que diz respeito a possibilidade de circulação no território urbano. Ou seja, só isso já colocaria a necessidade de revisão conceitual sobre o que é um parque urbano em São Paulo. Além disso, percebe-se que as tipologias, conforme o uso predominante dos parques urbanos, têm se ampliado muito em São Paulo: há parques horto-florestais; ecológicos; esportivos; de balneário; lineares e mistos. Ou seja, se fizermos o cruzamento entre a tipologia de parques urbanos de acordo com a área de abrangência proposta por Kliass e Magnoli, e uma classificação que contenha essa pequena diferenciação de tipos de uso que explanamos aqui, perceberemos que há uma multiplicidade de modelos de parque em São Paulo, sendo realmente necessários novos meios de compreender esse tipo de equipamento na cidade.

O *Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: construindo políticas públicas integradas na Cidade de São Paulo* do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e que foi desenvolvido pela ONG Instituto Socioambiental (ISA) em conjunto com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) chega a fazer uma proposta de classificação que, a nosso ver, demonstra a dificuldade de conceituar parques urbanos (Whately et al., 2008). O estudo do PNUMA propõe que os parques sejam classificados conforme: a sua extensão territorial; e pelas funções que desempenham preponderantemente, conforme podemos observar no Quadro 2.

Quadro 2: Proposta de classificação tipológica de parques urbanos de São Paulo feita pelo Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis do PNUMA (2008).

Classificação dos parques por extensão		Classificação dos parques de acordo com a funcionalidade preponderante	
Pequenos	Até 100.000 m ²	Naturais	Possuem alta integridade de ecossistemas naturais, como recursos hídricos e matas preservadas ou com potencial de serem recuperados e mantidos.
Médios	Entre 100.000 m ² e 500.000 m ²	Históricos	Possuem a presença de elementos históricos significativos como museus, Patrimônios Históricos Tombados.
		Lazer	Caracterizam-se pelos equipamentos de lazer. São locais com baixa ou nula integridade dos Recursos Naturais, cuja vegetação em geral foi implantada como paisagismo.
Grandes	Mais de 500.000 m ²	Lineares	É definido de uma maneira geral, através de uma tipologia única, de configuração longilínea e extensiva. Porém, pelo fato de que a rede hídrica pode se estender por ambientes florestais, rurais e urbanos, percorrendo, portanto, pontos do território com características biofísicas, sociais, funcionais e morfológicas distintas, o parque possuirá dimensões, formas e funções diferenciadas que podem ser tratadas em categorias distintas, que devem ainda ser definidas pela SVMA, na medida em que são áreas verdes recentes no quadro paulistano.

Fonte: Whately et al. (2008)

O cruzamento desses dois grupos de classificação resultam em nove tipos de parque divididos em quatro grupos (Quadro 3), que permitiriam criar rotinas de gestão em comum (Whately et al., 2008).

Quadro 3: Cruzamento das classificações de parques urbanos de São Paulo propostas pelo Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis do PNUMA.

Grupo 1 - Elementos Naturais		
Grandes	Médios	Pequenos
Grupo 2 - Elementos Históricos e Tombamento		
Grandes	Médios	
Grupo 3 – Elementos de Lazer e Atividades		
	Médios	Pequenos
Grupo 4 – Parques Lineares³⁸		

Fonte: Whately et al (2008).

A proposta feita pelo programa do PNUMA demonstra a variedade de tipos de parques no território paulistano. Por outro lado, a nosso ver, essa multiplicidade de tipologias pode ser considerada, até certo ponto, uma descaracterização do conceito sobre o que é um parque urbano. Essa “abertura tipológica” sobre o que é um parque urbano colaborou fortemente para que o governo paulistano, durante a gestão de Gilberto Kassab, pudesse atingir o objetivo do programa institucional “100 Parques para São Paulo” que previa, justamente, atingir tal número de equipamentos desse tipo. Um programa de forte apelo eleitoral em uma cidade que tem uma carência histórica por espaços públicos³⁹. De qualquer forma é inegável dizer que a cidade de São Paulo ampliou, pelo projeto, consideravelmente o número de áreas verdes públicas. Para que se atingisse a meta, foi necessária a aplicação da Lei Federal do Parcelamento do Solo

³⁸ Os parques lineares não foram subdivididos por serem considerados uma novidade tipológica na estrutura de áreas verdes de São Paulo.

³⁹ A pesquisa de Sobarzo (2004) demonstra, a partir do estudo de Presidente Prudente/SP, como a produção de espaços públicos está fortemente atrelada ao objetivo de atender a fins eleitorais. Quando os espaços públicos são construídos na periferia das cidades, podem facilmente propiciar a dominação política das camadas mais pobres da sociedade, já que nessa localização urbana a escassez desse tipo de equipamento urbano é grande.

Urbano (6.676/79), que pelo Plano Diretor vigente na cidade estabelece a reserva pública de 15% para área verde, 5% para área institucional e 25% para malha viária. Também foram criados parques a partir de obrigações geradas pela concessão de licenciamento ambiental (como no caso da construção do Rodoanel) e de desapropriações pelo poder público. O Plano Diretor Estratégico de São Paulo⁴⁰ de 2002 igualmente cria fontes financeiras que permitiram angariar recursos para a implantação de novos parques, como os Termos de Compromisso Ambiental (TCA), o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) e Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB)⁴¹ – que ampliaram significativamente os recursos da SVMMA, conforme aponta Macarrão (2008).

A ampliação do número de parques urbanos em São Paulo nesse século gera uma diversidade maior de tipologias desse equipamento urbano. Mas a imprecisão em separar o que são parques do que são praças, já é destacada no trabalho de Bartalini (1999).

⁴⁰ O Plano Diretor Estratégico de 2002, construído no ano seguinte a aprovação do Estatuto da Cidade, conta com uma série de instrumentos urbanísticos que poderiam ampliar o número de parques da cidade, dentre os quais: transferência do direito de construir; direito de preempção; áreas de intervenção urbana; concessão urbanística. Dessa forma o PDE-2002 previa a implantação de 13 parques até 2006, mais 8 até 2012 (sem contar com os lineares), o que foi modificado com a construção dos Planos Regionais Estratégicos (PRE) cuja previsão estabeleceu 49 parques até 2006 e 22 até 2012. Em relação aos Parques Lineares, o PDE-2002 previa 15 até 2006 e 22 até 2012, o que foi modificado pelos PRE que apontaram 100 até 2006 e 81 até 2012 (MACARRÃO, 2012).

⁴¹ O FEMA tem sua renda formada pela aplicação de penalidades dos Termos de Compromisso Ambiental e dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC). O FUNDURB é constituído por valores gerados por dotação orçamentária, por transferência de outros entes da Federação, por aplicação de instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade e por multas correspondentes ao não cumprimento de normas.

As áreas verdes de São Paulo abrigam muitas modalidades de lazer, possuindo diversas formas e nomes. Há locais como o Parque Buenos Aires que era chamado de praça, outros como o Parque da Luz que era chamado como jardim (BARTALINI, 1999, p.8).

Os parques e praças na capital paulista são geridos institucionalmente como coisas muito distintas. Enquanto os parques urbanos estão vinculados ao Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE-5) da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), as praças são vinculadas a Secretaria das Subprefeituras. Em Porto Alegre, por outro lado, tanto as praças como os parques são responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM).

As diferenças entre o que é um parque urbano entre Porto Alegre e São Paulo vão além das diferenças de gestão administrativa. Na capital paulista, os parques geralmente são cercados e possuem diferentes tamanhos⁴² e objetivos no que diz respeito aos usos permitidos (cada área possui o seu regulamento, havendo formas de uso possíveis em determinados parques que não são válidas em outros). Na capital gaúcha o número de parques é muito menor e, mesmo com variação de tamanho, nunca são inferiores a 100.000 m² (como alguns parques de São Paulo) – conforme é visto na Tabela 2 - possuindo características de uso muito próximas, já que os equipamentos oferecidos por eles são similares e o regulamento de parques e praças da cidade é único (embora haja regulamentos extras para espaços específicos, como no caso do

⁴² Uma tendência observada por Macarrão (2009) e Bartalini (1999) mostra que há uma diminuição da área média dos parques a partir da década de 1970, o que está relacionada, segundo os autores, ao aumento desse tipo de espaço público com origem em loteamentos (embora tenhamos notado que com os parques lineares, haja a retomada de um crescimento médio na área dos parques).

Monumento ao Expedicionário no Parque Farroupilha que foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal).

Tabela 2: Número de parques urbanos em São Paulo e em Porto Alegre de acordo com a metragem.

Metragem	Número de Parques Urbanos	
	São Paulo	Porto Alegre
Até 10.000m ²	7 (7%)	Nenhum
10.001m ² a 50.000m ²	34 (34%)	Nenhum
50.001 m ² a 100.000m ²	19 (19%)	Nenhum
100.001m ² a 500.000m ²	28 (28%)	6 (66,7%)
500.001m ² a 1.000.000m ²	7 (7%)	2 (22,2%)
Acima de 1.000.000m ²	5 (5%)	1 (11,1%)

Fonte: Autor com base em dados de KLIASS (1993), SVMA (2012), Whately et al (2008), LUDKE, MOHR & MENEGAT (2007) e SMAM (2013).

A Tabela 2 demonstra que existe grande variação de metragem nos parques paulistanos quando se compara com a realidade porto-alegrense. Enquanto em São Paulo 60% dos parques possuem até 100.000m² (10 hectares), nenhum atende esse tamanho de área em Porto Alegre. O fato de possuírem áreas amplas garante que todos os parques da capital gaúcha ofereçam uma grande variedade de atividades de lazer, enquanto nos parques paulistanos essa não é necessariamente uma premissa. Falamos disso, pois, de acordo com Muret (2000), assim como um parque urbano não corresponde a todo tipo de espaço não construído na cidade, ele não pode ser limitado a um terreno onde ocorre uma única prática de lazer. Alguns parques de São Paulo, por exemplo, por seu tamanho reduzido acabam se tornando, muito direcionados a uma prática específica de lazer, como no caso do Parque Zilda Natel, de 2.346 m², localizado no Sumaré, que contém basicamente equipamentos para a prática de skate (embora contenha aparelhos para ginástica de pessoas da terceira idade). Esse tipo de espaço

público seria chamado em Porto Alegre de praça, pelo tamanho e pelo pequeno grupo de atividades que contém⁴³.

Ou seja, o uso da nomenclatura parque adotada pelas prefeituras dos municípios explica um número de parques em Porto Alegre significativamente menor que em de São Paulo, demonstrando também uma diferença nas políticas públicas em relação a esse tipo de espaço público nas duas cidades. Em Porto Alegre há um número elevado de praças, pelos critérios mais fechados que a cidade utiliza para a definição do que seja um parque urbano e pelos instrumentos legais utilizados para a implantação de novas áreas⁴⁴. Em relação a esse último ponto, enquanto em São Paulo os parques surgem de aplicações da Lei 6.676/79, de desapropriações, e de obrigações relativas a licenciamentos ambientais, em Porto Alegre a política atual de criação de parques depende quase que exclusivamente da aplicação da Lei do Parcelamento do Solo Urbano, conforme relato de um funcionário da SMAM.

Os parques urbanos... não existe uma previsão de construção de parques urbanos... existe... o parque urbano, em

⁴³ Praças porto-alegrenses como Carlos Simão Arnt (conhecida como “da Encol”, com 22.000 m²) e México (com aproximadamente 40.000 m²) são dois exemplos de áreas que, em termos de tamanho e uso, poderiam ser chamadas e administradas, caso fosse adotado os critérios paulistanos, como parques, desde que fossem cercadas.

⁴⁴ Existem algumas áreas públicas de Porto Alegre que são chamadas de parques, mas que não são administradas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas sim pela Secretaria Municipal do Esporte (SME). A SMAM não trata esses espaços como parques urbanos, não incluindo-as na contabilidade de áreas verdes correspondentes a esse tipo de equipamento urbano. Acreditamos que isso está relacionado às dimensões que esses espaços possuem e pelas atividades que oferecem - que se resumem as de tipo esportivo. Tratam-se dos parques: Ararigóia (Bairro Jardim Botânico) e Tenístico José Montaury (Bairro Moinhos de Vento) com aproximadamente 10.000 m²; Tamandaré (Bairro Petrópolis) com aprox. 20.000 m²; e Alim Pedro (Bairro Passo d’Areia) com aprox. 40.000 m².

Porto Alegre, ele é uma consequência de parcelamento do solo. Ele é um parque, porque o parcelamento... a área era grande demais e a área de doação tinha tamanho para ser um parque. A gente não planeja “Ah, em tal lugar vai ser um parque”, isso não se faz. Todos os parques, a maioria deles, são oriundos de parcelamento do solo...

Que tem a obrigatoriedade de doação para áreas públicas, para equipamento de lazer, saúde e educação. Então, se a área doada for... pode ser duas praças, uma praça ou é tão grande que é um parque, que é o caso do Germânia. Então a gente não tem como ter a previsão agora, eu poderia dizer “Ah, o parque da Orla”, que está todo mundo falando e que está no jornal.

Só que a maior parte desse espaço já é área pública e já é área de parques, então não é um parque novo.

É uma reestruturação de um parque existente. Então, tem um parque já chega até a orla que é o Harmonia, tem o outro que chega até a orla que é o Marinha, tem uma outra praça que já existe, outra praça, outra praça e tudo isso terá agora uma linguagem, mas já existente. Então não tem previsão de novo parque na cidade.⁴⁵

A Figura 11 apresenta um mapa de Porto Alegre com os parques urbanos existentes em 2012, onde fazemos referência ao período de inauguração, a área e ao bairro onde está cada um desses espaços públicos.

⁴⁵ Os parques Marinha do Brasil e Harmonia (oficialmente chamado de Maurício Sirotsky Sobrinho) incluem territorialmente parte da Orla do Lago Guaíba.

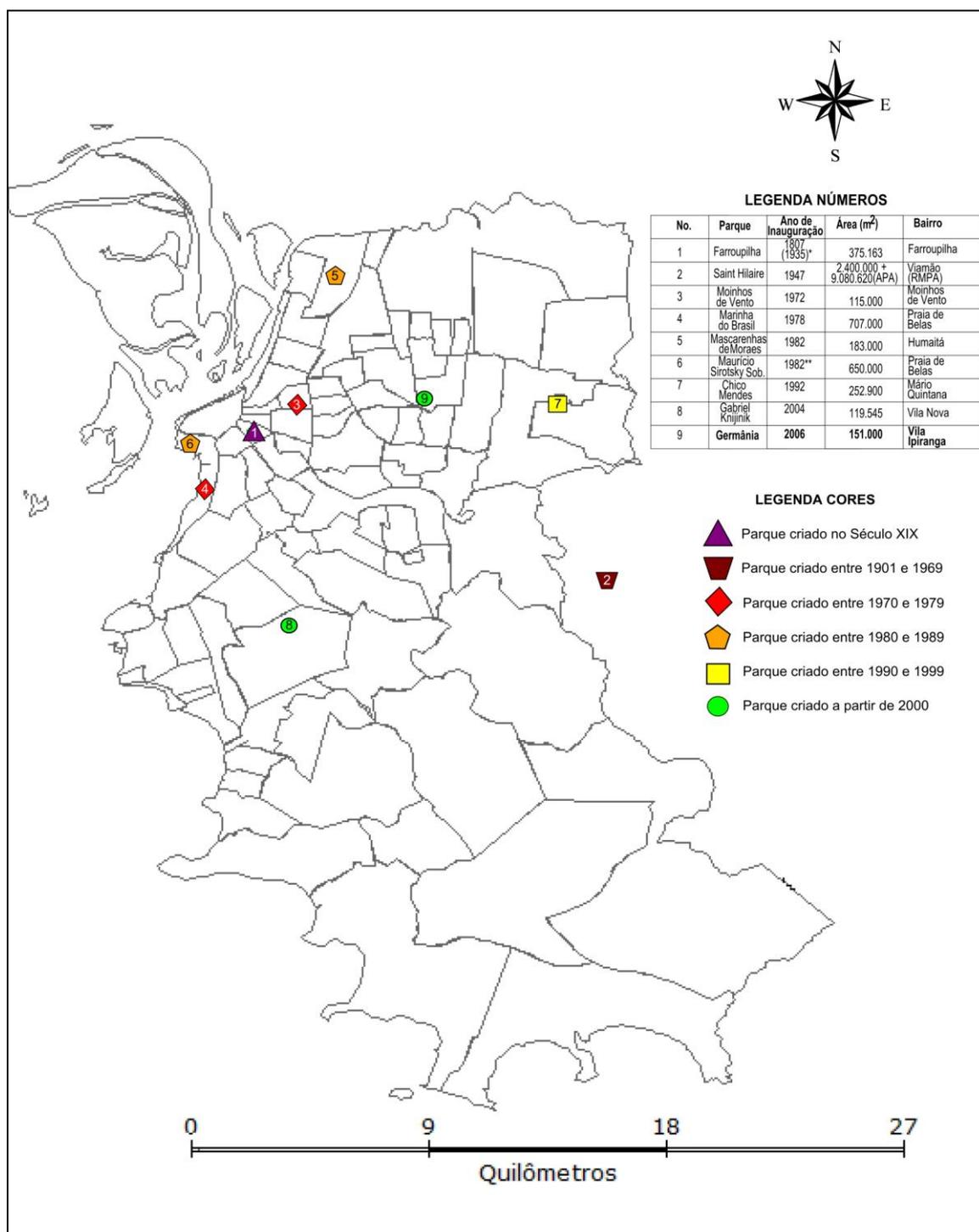


Figura 11: Mapa de Porto Alegre com a localização dos parques urbanos existentes em 2012, de acordo com o período em que foram inaugurados.

Fonte: Autor com base em dados de LUDKE, MOHR & MENEGAT (2007) e SMAM (2012)

Pelo mapa da Figura 11, é possível perceber que o número de parques urbanos de Porto Alegre cresceu muito timidamente ao longo de sua história. O Decreto 108 de 1927, por exemplo, que estabelecia as regras para a obtenção da autorização de arruamentos solicitados por agentes privados, previa a doação de terras à municipalidade para praças e largos, quando a intendência achasse necessário, desde que não ultrapassasse 10% do terreno a ser arruado. Quer dizer, não havia exatamente uma prescrição exata de quanto seria a porcentagem doada do terreno, pois isso era avaliado, caso a caso, pela municipalidade, que inclusive poderia não exigir a doação, o que de certa forma fragilizava a esse instrumento. Na Lei 1.233 de 1954 que dispõe sobre arruamentos, aparece uma delimitação mais efetiva sobre a doação de áreas de “verde público” para a municipalidade em loteamentos, que seria de 10% do total do terreno em zona urbana e de 15% em zona suburbana e rural. Mesmo assim poucos parques urbanos acabaram surgindo, já que a porcentagem ainda era muito pequena para permitir a implantação desse tipo de equipamento urbano. Até a década de 1960 havia apenas dois parques urbanos na cidade de Porto Alegre e nenhum tinha surgido a partir de repasses feitos por loteamentos (só surgindo praças desse tipo de processo) já que o Parque Farroupilha⁴⁶ era oriundo de uma área pública existente desde 1802 (que em um primeiro momento servia para pouso de gado, que era trazido por peões, para ser abatido na cidade), e o Parque Saint Hilaire que tinha por objetivo preservar reservatórios de água que se localizavam em uma região periférica (terreno que foi adquirido pela prefeitura por meio de compra). Os parques Moinhos de Vento e Marinha do Brasil que foram criados na década de 1970, também não resultaram de processos de loteamento: o primeiro ocorreu pela desapropriação do antigo hipódromo e o segundo durante a

⁴⁶ O Parque Farroupilha tem esse nome pela feira que comemorou o centenário da revolução de mesmo nome, em 1935, que gerou seu ajardinamento a partir de um projeto feito por Alfred Agache.

efetivação de um aterro sobre o Lago Guaíba (que originalmente tinha o objetivo de abrigar imóveis residenciais no local onde hoje está esse espaço público). Somente a partir da década de 1980 começam a surgir parques resultantes de loteamentos, quando em 1982 é inaugurado o Parque Mascarenhas de Moraes - localizado em uma área que já havia sido aterro sanitário. Outro parque do mesmo ano, o Maurício Sirotsky Sobrinho, de modo diferente, surgiu de uma área não utilizada do aterro feito no Lago Guaíba (o mesmo que deu origem ao Parque Marinha do Brasil). Uma lei municipal do ano seguinte (Lei Complementar 85/1983), que versa sobre o parcelamento do solo urbano, define que no mínimo 35% e no máximo 50% da área loteada deveriam ser reservadas para a municipalidade - que poderia implantar equipamentos urbanos e/ou comunitários, como parques e praças. No entanto, somente na década de 1990 surgirá um novo parque, o Chico Mendes (1992), que foi o segundo com origem em um parcelamento do solo, surgindo de dois loteamentos.

Na década de 2000, no entanto, é quando se percebe, de fato, a timidez do crescimento do número de parques urbanos em Porto Alegre, pois, na comparação, enquanto houve a inauguração de dois desses equipamentos na cidade, em São Paulo nesse mesmo período ocorre a criação de 66. Somente um dos parques foi criado em Porto Alegre, durante os anos 2000, pelo processo de parcelamento do solo urbano: o Germânia (2006), já que o Parque Gabriel Knijnik foi construído a partir de uma doação feita por uma pessoa física⁴⁷.

É viável creditar o número elevado de parques em São Paulo a área territorial da cidade que é significativamente maior do que Porto Alegre. A capital gaúcha tem 496.827 km², já a paulista possui 1.522.986 km². Ou seja, São Paulo é territorialmente três vezes maior que Porto Alegre. Todavia a população paulistana é de 11.376.685 habitantes e a porto-

⁴⁷ O Parque Gabriel Knijnik é o resultado da doação de um sítio por um engenheiro que hoje dá nome à área. Em seu testamento, Gabriel Knijnik doou a área ao município para que nele fosse feito um parque urbano.

alegrense é de 1.503.094 pessoas, quer dizer, São Paulo tem um pouco mais de sete vezes o número de residentes de Porto Alegre.

Diante disso, é possível colocar na política de criação de parques urbanos essa diferença entre a capital paulista e a gaúcha. Em Porto Alegre há um crescimento tímido do número de parques pelo entendimento que os gestores públicos da cidade têm em relação ao que seja um parque urbano, pois como já dissemos, nessa cidade todos os parques possuem mais de 100.000 m². Com isso, nos processos de loteamento acabam sendo criadas muitas áreas denominadas de praça, ao invés de parques. Além disso, as políticas de implantação de novos parques na capital gaúcha dependem, segundo entrevista concedida por funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, de situações ligadas a lei de parcelamento do solo urbano, não havendo atualmente a prática corrente de criar parques a partir de desapropriações e de medidas de mitigação ambiental, como ocorre em São Paulo. Se pensarmos que a política de parques urbanos da cidade depende basicamente da aplicação da lei de parcelamento do solo urbano, caímos em um paradoxo, já que a criação de áreas verdes passa a ser resultado da incorporação urbana, num processo em que é preciso urbanizar para ter acesso a esse tipo de espaço público. Da mesma forma, o número de glebas a serem loteadas diminui ano a ano, tornando cada vez mais difícil a implantação dos parques.

Por outro lado é importante fazer uma ressalva, Porto Alegre tem bons índices de Área Verde por morador, chegando a 49m² por habitante (SMAM, 2013) se forem contadas as áreas federais e estaduais, além das municipais. Se contabilizar apenas as áreas municipais atinge-se o valor de 16m², o que ultrapassa igualmente a meta estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 12 m² por habitante⁴⁸. São Paulo, contando as áreas verdes (parques, praças e unidades de

⁴⁸ É interessante observar que a questão das áreas verdes na cidade continua sendo tratada por órgãos ligados à saúde pública.

conservação) de todas as esferas de poder (municipal, estadual e federal), atinge um valor de 12,4 m² por habitante (SVMA, 2013), menor do que o de Porto Alegre e um pouco superior ao recomendado pela OMS⁴⁹. Há diferença de método entre Porto Alegre e São Paulo com relação a contagem, já que a capital gaúcha contabiliza as áreas verdes complementares (canteiros e rótulas arborizadas, por exemplo), todavia se for retirado esse valor do cálculo, mesmo assim ela está à frente da capital paulista, pois o número continua praticamente o mesmo, atingindo 48,87 m² por habitante.

O fato de Porto Alegre atingir valores muito superiores de área verde em relação a São Paulo está diretamente relacionado às Unidades de Conservação presentes em seu território. Das áreas verdes porto-alegrenses, as UC's compreendem 84,9%, enquanto na capital paulista correspondem a 71%, conforme visualizamos no Quadro 4.

⁴⁹ É provável que esse valor da área verde por habitante tenha crescido, pois o dado só conta com aquelas as que foram criadas até 2011. Poderíamos ter recalculado a área verde por habitante, entretanto teríamos que atualizar os dados de Porto Alegre e nos desdobrar sobre dados de praças e unidades de conservação, o que não seria possível diante dos prazos da pesquisa.

Quadro 4: Quantidade de área verde em Porto Alegre e São Paulo, de acordo com o tipo, e Índice de Área Verde por Habitante

Cidade	Porto Alegre (dados de 2012)		São Paulo (dados de 2011)	
	m ²	%	m ²	%
<i>Tipo de Área Verde</i>				
<i>Praças</i>	4.522.344	6,52	9.518.725,85	6,78
<i>Parques</i>	4.948.067	7,13	30.231.828,74	21,55
<i>Unidades de Conservação</i>	58.951.327	84,95	100.542.659,3	71,67
<i>Áreas complementares</i>	977.581	1,41	-	-
<i>Total</i>	69.399.319	100	140.293.213,89	100
Índice de Área Verde por Habitante	49m ² ⁵⁰		12,4m ²	

Fonte: SVMA (2013) e SMAM (2013)

Porém é importante salientar que esse tipo de dispositivo territorial – Unidade de Conservação - é bem distinto, em seus objetivos, com relação a um parque urbano. Enquanto o primeiro é destinado prioritariamente à preservação ambiental, no segundo o objetivo é oferecer à população urbana um lugar de contato com a natureza, para lazer e convívio público. Ambos são espaços que dentro de uma metrópole podem ser frutos do planejamento urbano e do urbanismo, no entanto, a Unidade de Conservação é um objeto gerado a partir de uma institucionalidade política dentro do Estado, quase sem intervenção paisagística, enquanto um parque urbano, que também é produto da lei, é um espaço arquitetônico-paisagístico. Se utilizarmos o debate feito por Lavallo (2005), que destacamos no capítulo 1, as Unidades de Conservação correspondem mais diretamente a dimensão política de público - com o objetivo de definir essa área como um bem público, tal como a educação e a

⁵⁰ A Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre utilizou o número de 1.400.000 habitantes para fazer o cálculo de área verde por habitante. Entretanto, dados oficiais do IBGE, apontam que a cidade possui 1.503.094 pessoas vivendo em seu território. Optamos por deixar os valores apresentados pelo site da SMAM, por não saber se os dados sobre praças e áreas verdes complementares estavam atualizados, mas se recalculássemos de acordo com a população definida pelo IBGE, Porto Alegre possuiria 46,1 m² por habitante.

saúde. De outro modo, os parques urbanos respondem às três dimensões de público – social, política e comunicacional – especialmente por se caracterizarem pela ampla acessibilidade. Com isso, queremos dizer que a presença de parques urbanos não substitui a necessidade de unidades de conservação, e vice-versa. A municipalidade de São Paulo, diante dessa diferença, criou um indicador de áreas de lazer que contabiliza todas as áreas verdes que não sejam Unidades de Conservação, com objetivo de compreender a disponibilidade da oferta de espaços públicos para atividades voltadas para contemplação, práticas esportivas, ações culturais, etc, visando atender a Lei Municipal Nº 14.173 de 2006, que prevê indicadores da qualidade dos serviços públicos. No Quadro 5 apresentamos o resultado obtido pelos cálculos da Prefeitura de São Paulo no ano de 2011, comparando-os com dados de Porto Alegre, cuja contagem foi nossa, diante da inexistência de materiais com a análise desse indicador na capital gaúcha.

Quadro 5: Quantidade de área de lazer em Porto Alegre e São Paulo, de acordo com o tipo e Índice de Área de Lazer por Habitante.

Cidade	Porto Alegre (dados de 2012)		São Paulo (dados de 2011)	
	<i>Tipo de Área Verde</i>	m ²	%	m ²
<i>Praças</i>	4.522.344	47.75	9.518.725,85	31,59
<i>Parques</i>	4.948.067	52.25	20.609.548,74	68.41
<i>Total</i>	9.470.111	100	30.128.274,59	100
Índice de área de lazer por habitante	6,76 m ²		2,77 m ² ⁵¹	

Fonte: SVMA (2013) e SMAM (2013)

⁵¹ Os dados apresentados pela Prefeitura de São Paulo não levam em conta a presença do Parque Urbano de Anhanguera, pois devido ao seu tamanho elevado não há como definir a quantidade de área que atende o princípio de lazer. Esse parque funciona como uma área de preservação, embora não esteja no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Apesar de contar com um volume substancial de unidades de conservação, Porto Alegre, quando se leva em consideração somente os parques e as praças, ainda atinge um valor superior a São Paulo. Isso se explica pelo fato do índice de Área Verde por habitante da cidade ser muito superior à capital paulista⁵². No entanto, chama atenção o fato de que as áreas de lazer - analisadas por esse indicador - mais representativas de São Paulo são parques urbanos enquanto em Porto Alegre são praças. Um dado que é esclarecido pelo fato de que a denominação de parque urbano na capital gaúcha é mais fechada do que a paulista, em relação a metragem e aos tipos de equipamentos internos. Fica difícil, desse modo, realizar uma comparação que permita deduzir exatamente se há diferenças significativas na característica espacial da oferta de áreas de lazer nas duas cidades – diante da diferença conceitual sobre o que é um parque urbano. Mas, se analisarmos cada cidade individualmente, podemos dizer que em São Paulo essa oferta territorial maior de parques do que de praças pode indicar uma maior normatividade do espaço público oferecido para lazer, já que esses espaços normalmente são cercados e contém regulamentos de uso próprios. Em Porto Alegre fica difícil estabelecer essa diferença, na medida em que tanto os parques quanto as praças são regidas por um mesmo regulamento, assim como geralmente não possuem cercas, se confundindo com a malha urbana da cidade. No entanto, a maior oferta de praças pode representar que o espaço público existente tende a ser de baixa diversidade interna, sendo mais comunitário, o que de certa forma, colabora menos (do que um parque) para o encontro entre grupos e classes sociais diferentes.

Vimos, portanto, que as cidades de Porto Alegre e São Paulo possuem modos distintos de tratar os parques urbanos.

⁵² É importante salientar, apenas, que no ano de 2012 houve a inauguração de parques em São Paulo, como iniciativa do Programa 100 parques, o que deve ter alterado os indicadores de área verde e de área de lazer por habitante, o que, entretanto, não deve mudar a posição de superioridade de Porto Alegre em relação a capital paulista.

Entretanto, também é possível dizer que ambas tem nos últimos anos apostado na mesma solução: aumentar as parcerias com o setor privado.

Para além das dificuldades de implantação de novos parques urbanos ou praças, há entraves no que diz respeito aos recursos financeiros para fazer a manutenção dessas áreas. Implantar um parque significa ter um custo contínuo, que normalmente vem das rubricas destinadas às secretarias municipais de meio-ambiente, que geralmente recebem recursos parcos nos orçamentos municipais (SOUZA, F. S. 2008). Essa situação provoca, como solução financeira, uma aproximação com a iniciativa privada que vai além das obrigações de reserva pública geradas pela Lei do Parcelamento do Solo Urbano. Cria-se um estreitamento entre o público e o privado para administrar os parques urbanos e as praças – ou para garantir capacidade de administração pela doação de recursos (em troca de publicidade).

Esse cenário de parceria entre Estado e empresas se configura mais facilmente nesse momento histórico atual, diante do neoliberalismo implantado no Brasil desde a década de 1990. Nesse modelo de organização do Estado cria-se a ideia de que a iniciativa privada é fundamental e por vezes mais eficiente para a gestão da coisa pública. Essa noção traz consequências para a produção dos espaços públicos, pois a iniciativa privada, além de reservar áreas para novos parques urbanos, em loteamentos realizados por ela, como determina a Lei 6.676/79, passa também a geri-los, trazendo um fato novo para análise.

PARTE II: DOIS CASOS PARTICULARES: A ARTICULAÇÃO DIRETA ENTRE A INICIATIVA PRIVADA E O ESTADO NA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

3. AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ESFERA PÚBLICA E SEUS EFEITOS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Nas duas últimas décadas observa-se o caso que mobiliza a construção dessa tese: a criação e a gestão de parques urbanos pela iniciativa privada em parceria com o Estado, em locais de grandes loteamentos voltados para as classes média e alta. Tal processo pode ser visto como a retomada de um fenômeno que foi muito comum na implantação dos primeiros parques urbanos no Brasil e no mundo, quando os incorporadores imobiliários promoviam a construção desses equipamentos em conjunto com a produção de moradias, na tentativa de valorizar seus empreendimentos. Acontece que hoje em dia pela Lei Federal 6.766/79, aplicada nos municípios brasileiros pelos seus planos diretores, os loteamentos são obrigados a estabelecer uma reserva de área pública, que dependendo do tamanho poderá ser utilizada para a criação de parques urbanos. Entretanto, o que chama a atenção nas últimas duas décadas é que, além de construir os parques, os empreendedores passam a administrar essas áreas, em conjunto com o poder público municipal.

Nesse capítulo apresentamos os estudos de caso que dão sustentação a nossa tese de doutorado. Os referidos estudos foram realizados nas cidades de São Paulo e de Porto Alegre, em parques urbanos que tiveram uma história similar de surgimento. Os parques Burle Marx (São Paulo) e Germânia (Porto Alegre) possuem contextos de origem próximos, pois:

a) ambos são resultados da Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano 6.676/79, ou seja, correspondem a terrenos de

propriedade privada que ao serem loteados, obrigaram os empreendedores a repassar para a municipalidade uma parte da área a ser incorporada, que pelo tamanho e pela característica paisagística foram convertidas em parques urbanos;

b) são áreas administradas totalmente ou parcialmente pela iniciativa privada, através de organizações que estão diretamente ou indiretamente ligadas as construtoras envolvidas nos empreendimentos imobiliários que lhes deram origem;

c) surgem em loteamentos voltados para classes média-alta e alta das cidades em questão;

d) possuem peculiaridades normativas em relação aos demais parques das cidades onde se localizam.

Este último ponto que apresentamos (d) é o eixo principal da tese, pois acreditamos que há uma programação – definição prévia de usos – mais rígida nos parques urbanos surgidos de loteamentos para populações ricas que além de construídos, são administrados pelos empreendedores imobiliários que foram seus agentes produtores. A fórmula enrijecida da programação atende as necessidades dos empreendedores imobiliários que passam a ter um maior controle sobre o uso do espaço. Reforça-se, assim, a segmentação, a fragmentação da sociedade atual, pelo desenvolvimento de um modelo/tipo de espaço público mais normativo e restritivo.

No entanto, gostaríamos de resgatar, antes de apresentar os casos, os movimentos que resultam na transformação da esfera pública nas últimas décadas, que alçam os agentes privados da produção do espaço urbano à gestão da coisa pública. O fato dos parques urbanos públicos que estudamos serem administrados pelos agentes privados deve ser visto, portanto, como um reflexo de políticas neoliberais que passam a ter grande força no Brasil a partir da década de 1990 e que provocam um estreitamento da relação entre o Estado e a iniciativa privada, ampliando o número de parcerias e de acordos

na gestão do espaço urbano. Essas parcerias e/ou acordos permitem aos agentes privados da produção do espaço urbano, ampliar a sua própria capacidade de reprodução do capital através da construção, reconstrução e gerenciamento desse espaço. Dentro desse contexto, a programação de uso mais rígida dos parques urbanos que estudamos pode ser vista como um reflexo de uma forma de produção do espaço que acentua a necessidade de reprodução do capital.

Desde o início dessa tese afirmamos que o espaço público arquitetônico corresponde diretamente a esfera pública. Transformações na esfera pública afetam as características de acessibilidade e uso do espaço público. Essa afirmação permite-nos, portanto, apontar que as mudanças recentes na relação entre a sociedade civil e o Estado, que produzem a esfera pública, serão sentidas na produção e no uso do espaço público. Se hoje o espaço público não tem correspondido plenamente à complexidade social existente, se tornando um espaço cada vez mais homogêneo, é porque a atual relação entre a sociedade civil e o Estado dificulta o afloramento da autonomia dos indivíduos, já que os infantiliza por meio de um planejamento e de uma gestão urbana tecnocráticos. O Estado, protetor do estatuto público, através de seus técnicos, tende a pensar a ação no espaço de forma descolada de grande parte da sociedade, pois os indivíduos, em grande parte, preferem desobrigar-se desse papel – isenção essa que possui relação com a passividade social e o autoritarismo histórico da esfera pública brasileira.

Mas o que seria o planejamento e a gestão urbana? O termo *planejamento* hoje em dia é muito pouco usado, sendo substituído, desde a passagem do modelo fordista para o toyotista, por *gestão*. Entretanto, segundo Souza, M. J. L. (2004), não são termos que se excluem, pois planejamento e gestão se complementam. Planejamento significa tentar prever a evolução de um fenômeno futuro, buscando simular os desdobramentos de um processo, com vistas à precaução e a possíveis benefícios. Gestão corresponde a administrar uma situação de acordo com os marcos da disponibilidade de recursos, visando

atender necessidades imediatas. Ou seja, o planejamento é a preparação para a gestão futura.

O planejamento e a gestão do espaço urbano, quando feitos articulando o Estado e a sociedade civil, podem, dependendo de seu arranjo institucional, servir para dar vivacidade à esfera pública. Podemos dizer que o planejamento e a gestão urbana são de fundamental importância no que diz respeito à busca por um espaço público que atenda a necessidade de respeito à diversidade social aliada a isonomia de direitos, ou seja, que permita aos indivíduos atingirem sua autonomia como cidadãos (SOUZA, M. J. L. 2004).

O arranjo institucional (fórmulas de participação que definem quem e como participam) é fundamental para a ativação de uma cidadania plena e conseqüentemente deve estar aberto para as reivindicações populares. Porém, o planejamento e a gestão urbana no Brasil, de longa data, têm sido executados de modo tecnocrático e autoritário pelo Estado. E mesmo que nas últimas décadas tenha ocorrido uma abertura política no Estado brasileiro - que ampliou a participação da população nos processos decisórios de planejamento e gestão do espaço urbano - não é possível afirmar que isso tem correspondido plenamente para investir de cidadania a totalidade dos indivíduos que compõem a sociedade. Os processos de participação não se tornam um caminho para a autonomia, porque a inserção efetiva da população tem sido constantemente burocratizada através de fórmulas de participação que são seletivas e/ou fragmentadoras (como ocorre nos conselhos, temáticos ou setoriais, em que apenas alguns grupos representativos da sociedade são ouvidos). Segundo Maricato (2013) é importante entender a ampliação dos processos participativos como uma conquista da população brasileira, sem deixar, por outro lado, de perceber que o Estado, em uma sociedade patrimonialista e desigual, possui uma capacidade muito grande de cooptação e até mesmo de corrupção, assim como aplica as leis geralmente de modo seletivo (o que explicaria a baixa execução do Estatuto da Cidade). Acrescentamos que em um cenário neoliberal, a ampliação da participação da sociedade civil tem alçado, com

maior eficácia, as grandes corporações ao planejamento e à gestão urbana, quando comparado ao papel exercido pela população (como um todo) dentro dessa nova esfera pública. No que tange a esse debate, emergem estratégias de controle e de cooptação, que tendem a reproduzir o *status quo* baseado na desigualdade social e de direitos. Ou seja, acabam reproduzindo distorções já existentes na esfera pública brasileira.

É premente reforçar, portanto, que o planejamento e a gestão urbana estão atualmente influenciados pela Reforma do Estado construída com o avanço da ideologia neoliberal. O neoliberalismo é um modelo de desenvolvimento da economia capitalista baseado na ideia de que a intervenção estatal é, em longo prazo, fatal para a economia, assim como para a liberdade política (ANDERSON, 2007). Essa retomada do liberalismo econômico foi engendrada no momento em que boa parte das nações ocidentais adotava políticas de cunho *keynesiano*, ou seja, com uma forte regulação do Estado na economia, inclusive com sua participação direta através de empresas estatais. As crises econômicas da década de 1970⁵³ são vetores que aceleram a retomada de princípios liberais na economia.

⁵³ A crise econômica do início da década de 1970, gerada pela crise do petróleo e pelo aumento da concorrência japonesa (MAMIGONIAN, 2005), reforçou a corrente ideológica liberal, especialmente nos Estados Unidos e Reino Unido, onde a direita conservadora chegava ao poder com a eleição de Reagan e Thatcher. Com a ascensão de Reagan ao poder nos EUA, um intenso crescimento econômico foi gerado nesse país. Tal pujança econômica fez com que a adoção do modelo neoliberal fosse comemorada. Contudo, não foi apenas com a adoção de políticas neoliberais que o governo americano conseguiu retomar o crescimento econômico. Houve uma postura híbrida que por um lado foi impulsionada por ações de cunho *keynesiano* - com gastos estatais fortíssimos em compra de armas e incentivos à modernização do parque industrial, com adoção de quotas de importação visando proteger alguns setores da economia - e por outro lado uma atitude neoliberal - com a abertura econômica para bens de consumo simples e matéria-prima visando reduzir o valor da mão-de-obra, com a cobrança de juros da dívida que estrangularam os países periféricos, com a redução de impostos das grandes empresas, com uma política

No Brasil, o avanço das ideias neoliberais ocorre no final da década de 1980, devido a forte recessão econômica do período. Mecanismos internacionais como o FMI, com a grande alta da inflação, fizeram chegar ao Brasil (e às demais nações endividadas do mundo) uma versão de neoliberalismo diferente da que ocorrera nos EUA. Essa versão resultou: no esvaziamento da máquina produtiva estatal, através da privatização de empresas e serviços públicos; na abertura econômica a produtos de origem estrangeira; em um controle fiscal austero, com cortes nos gastos públicos, buscando atingir a meta de superávit primário (que permitiria a esses países pagar suas dívidas no exterior).

Segundo Stiglitz (2002), a imposição, por parte das potências ocidentais, da adoção de políticas neoliberais pelos países periféricos foi bastante prejudicial, pois não havia uma estrutura reguladora forte para dar conta da abertura econômica. Como aponta o autor, a ideia de autorregulação do mercado pela concorrência não funciona em Estados que possuem um mercado incompleto. Assim:

(...) as políticas do chamado Consenso de Washington eram baseadas em um modelo simplista de economia de mercado, o modelo do equilíbrio competitivo, no qual a mão invisível de Adam Smith não só funciona, como funciona muito bem (STIGLITZ, 2002, p.108).

A política neoliberal que foi implantada inicialmente no Brasil durante o governo Collor de Mello, por exemplo, gerou um processo de “*mercadificação*” de tudo. Com vistas a permitir a acumulação do capital em novos campos que estavam fora do alcance do cálculo da produtividade, áreas como as de utilidade pública (telecomunicações, eletricidade, transporte, etc.) foram

agressiva de ampliação do mercado econômico americano através da consolidação de acordos com países da periferia (MAMIGONIAN, 2005).

privatizadas (HARVEY, 2008). Na busca pelo superávit primário foram realizados cortes nos gastos públicos em setores sociais como saúde, educação e previdência, que sustentam o salário social. Com isso se alterou o fluxo financeiro, no interior do Estado, que leva recursos das classes altas para as mais baixas – o que no Brasil já era feito de modo bastante limitado na comparação com outros países que adotaram a política de bem-estar social. Conforme Baumann (2009), tais cortes são um dos principais fatores que promovem a escalada do medo nas sociedades urbanas atualmente, por fragilizar os indivíduos ao deslocar para eles mesmos a segurança profissional, econômica, física, etc. Segundo o autor, a modernidade sólida havia constituído a *solidariedade* (através de associações, sindicatos, coletivos *part time*) para substituir os efeitos da dissolução da *irmandade* (dos laços comunitários) e assim administrar o medo. Com a desregulamentação econômica, a solidariedade é rompida e o medo aflora. E o medo, conforme explicitamos no capítulo 1, é um dos principais motores da produção urbana nos dias atuais.

Apesar de o medo estar presente (por diferentes motivos) em todas as classes sociais, não podemos ignorar conforme propõe Harvey (2008) que o neoliberalismo é, sobretudo, um projeto de restauração do poder de classe (da elite perante as camadas populares). O medo generalizado, nesse caso é o efeito colateral desse processo de restauração do poder de classe. Para geografizar esse debate, acrescentaríamos dizendo que além de ser um projeto de restauração do poder de classe, o neoliberalismo trata-se de um novo uso do território, conforme termo cunhado por Milton Santos (1998). Segundo esse autor, em conjunto com Silveira (2008), o neoliberalismo acarreta importantes mudanças no uso do território, tornando-o mais seletivo:

O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e de serviços, levados pelo império da competitividade a buscar,

sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis. A tendência à concentração econômica agrava essa tendência. Desse modo a acumulação, em certos pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços (SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L., 2008, p. 302)

Se a seletividade espacial no uso do território é uma das características da relação entre espaço e neoliberalismo, podemos dizer no que tange ao planejamento urbano, que a gestão dos problemas metropolitanos tende a ser realizada, cada vez mais, conforme as leis de mercado (que são justamente as desencadeadoras de tais dificuldades urbanas). O atendimento das demandas de mercado e a mercantilização da cidade passam a ser a prioridade do planejamento urbano. Sobre esse processo em Florianópolis, Pimenta (2005) aponta que:

Existe um processo de concepção e planificação da cidade que distingue os atores com poder de indução real daqueles que são obrigados a se submeter a essa lógica implacável. Enquanto a cidade é produto social, ou seja, o processo de valorização do solo depende da própria expansão urbana, a apropriação privada da renda define, pelo livre jogo de mercado, a estrutura da cidade (PIMENTA, 2005, p.47).

É possível chegar a seguinte compreensão a partir dessa afirmação: que existe um processo de privatização do público que se dá pela via do planejamento e da gestão urbana, que significa “[...] *a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos*” (BOBBIO, 1986, p. 27). Ou seja, o projeto neoliberal reforça um modelo de esfera

pública existente no Brasil, que é tradicionalmente desequilibrada pela forte presença que o interesse privatista (mais do que privado) tem nas decisões do Estado.

Um bom exemplo desse processo é revelado por Maricato (2001) ao debater o modelo de “Plano Estratégico” comum em diversas cidades brasileiras. A autora afirma que esse tipo de planejamento tem o papel de desregular, de fragmentar e de privatizar o espaço urbano, pois, segundo os parâmetros neoliberais, a cidade deve se tornar competitiva, e com isso é abandonada a abordagem holística modernista no planejamento urbano em detrimento de renovações espaciais pontuais articuladas com processos de valorização imobiliária.

Em relação à ação pontual gerada por um planejamento urbano feito dentro de um molde neoliberal, alguns estudos demonstram que as parcerias entre empreendedores imobiliários e prefeituras tendem a reforçar a concentração dos investimentos em espaços públicos nas áreas centrais e/ou nobres como apresentado nos trabalhos de Serpa (2005) em Salvador, Burgos (2006) em São Paulo, de Mascarenhas (2006) no Rio de Janeiro e por nós efetuada em Porto Alegre (SOUZA, F. S. 2008; 2010). Serpa (2003), ao discutir a concentração dos investimentos e da construção de espaços públicos nas áreas nobres e/ou centrais de Salvador devido ao estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, traz a seguinte contribuição:

Embora o discurso oficial defenda a ideia de que os novos equipamentos têm fomentado um novo comportamento nas atividades de lazer dos baianos, até então restritas à praia, poucos se beneficiam, além dos turistas e dos moradores do entorno, dos novos parques e praças. Geralmente distantes dos bairros periféricos da cidade, os novos equipamentos vêm segregar ainda mais a população de baixa renda, que, sem carro e sem transporte coletivo eficiente, assiste apenas pela propaganda oficial, na tevê, a

beleza de uma nova Salvador que surge para inglês ver (SERPA, 2003, 125-126).

O incentivo às parcerias, como instrumento importante para a melhoria ou qualificação dos espaços públicos, tem sido recorrente em documentos estatais ou endereçados ao Estado. Um exemplo do que estamos falando está no estudo feito pelo *Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis do PNUMA* que propõe a ampliação das parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, já que a maior parte dos funcionários administradores de parques urbanos de São Paulo, entrevistados por essa pesquisa, acredita que essa medida poderia facilitar o trabalho burocrático que atrapalha a gestão desses espaços públicos. Segundo os administradores, questões cotidianas de manutenção poderiam ser resolvidas de modo rápido com a formação de acordos com a iniciativa privada, já que esta preza pela agilidade na execução das tarefas. Os usuários também seriam apoiadores desse tipo de acordo, pois 87% dos entrevistados pelo Datafolha para o trabalho do PNUMA, disseram ser favoráveis aos patrocínios ou parcerias - embora nessa mesma pesquisa 91% dos usuários tenham dito que não sabiam se havia algum tipo de acordo com a iniciativa privada nos parques que frequentavam (Whately et al., 2008)

A nosso ver é possível perceber o reflexo da articulação estreita entre a iniciativa privada e o Estado, em relação aos espaços públicos, através de dois processos⁵⁴: nos projetos de adoção de parques e praças; e na criação e gestão de novas áreas de lazer públicas por empresas da construção civil.

1) Os projetos de adoção de parques e praças são parcerias público-privadas que garantem recursos financeiros aos espaços públicos em troca de publicidade para as empresas adotantes. Por isso é facilmente perceptível o caráter comercial desse tipo

⁵⁴ De certa forma, esses dois processos também foram visualizados pelo Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis do PNUMA ao tratar do caso do Parque Lina e Paulo Raia (adoção) e do Parque Burle Marx (criação e gestão) – Whately et al. (2008).

de política pública, na medida em que há uma tendência de concentração dos investimentos nos espaços públicos das áreas centrais e nobres das cidades. Em São Paulo e em Porto Alegre há esse tipo de acordo. Na capital gaúcha, por exemplo, existe desde 1986 (com a LC 136/86, que foi substituída pela LC 681/09).

Embora Maricato e Ferreira (2002) apontem que as parcerias que envolvem a iniciativa privada na manutenção de espaços públicos são exemplos de mitigação dos impactos gerados pela valorização imobiliária, desonerando os cofres públicos, em um estudo que realizamos em Porto Alegre, no ano de 2010, constatamos que dos oito parques estudados⁵⁵ da cidade, apenas quatro eram adotados, e destes, somente um se localizava na periferia⁵⁶ (SOUZA, F. S. 2010). Os parques eram: Farroupilha (da Redenção), adotado pela Pepsi; Moinhos de Vento (Parcão) apoiado por uma parceria entre o Grupo Zaffari e o Hospital Moinhos de Vento; Mascarenhas de Moraes, cujos recursos provinham da Construtora Rossi; e Germânia, mantido pela Construtora Goldsztein. Fizemos o cruzamento dos parques

⁵⁵ Na época tínhamos a compreensão de que Parque Saint Hilaire era em sua totalidade uma Unidade de Conservação, todavia ele possui uma parte que não é considerada como. De todo modo, o Saint Hilaire também não é um parque adotado, pois fica, inclusive, em outro município, no caso, Viamão.

⁵⁶ O parque de periferia adotado é o Mascarenhas de Moraes, que se localiza no bairro Humaitá da cidade de Porto Alegre. A adoção foi feita pela construtora Rossi que está com uma série de empreendimentos imobiliários no bairro. O Humaitá, bairro onde fica esse parque, está passando por grandes transformações urbanísticas. De um bairro caracterizado por condomínios populares e de classe média-baixa (do BNH) e por algumas favelas, o Humaitá está sofrendo mudanças significativas em decorrência do surgimento do novo estádio do Grêmio de Foot-Ball Porto Alegrense (Arena do Grêmio). Está previsto, na área correspondente ao novo estádio, a construção de hotel e escritórios. Os empreendimentos da Rossi já possuem uma estrutura urbana voltada para o seguimento de classe média (e não classe média-baixa). Ou seja, trata-se da incorporação de uma nova área pelo setor imobiliário porto-alegrense, que revela o avanço de uma nova fronteira urbana.

de Porto Alegre estudados, com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)⁵⁷ dos bairros onde estão inseridos. Nenhum dos parques adotados estava em bairros com índice inferior à 0,8 (quanto mais próximo de 1, melhor). Os dois parques da cidade de bairros com IVS inferior a 0,8 não eram adotados. O mais grave desse projeto de adoção de espaços públicos, no caso específico de Porto Alegre, é que o governo municipal não deixa de investir o mesmo que já creditava aos parques adotados, conforme entrevistas dadas por representantes da prefeitura à jornais da cidade (SOUZA, F. S. 2010). Assim, podemos dizer que os recursos que chegam aos espaços públicos da periferia são muito menores quando comparados aos parques, das áreas centrais e nobres, adotados, porque se resumem ao investido pela prefeitura, não somando valores advindos de empresas privadas. A falta de interesse das empresas privadas em adotar os parques urbanos de periferia está relacionada com o fato das empresas desejarem reproduzir suas marcas para públicos que tenham capacidade de consumo.

Em São Paulo, onde a parceria entre a prefeitura e a iniciativa privada é definida atualmente pelo Decreto 52.062/10 (que estabelece os critérios dos Termos de Cooperação) ocorre uma situação similar à Porto Alegre. Todavia, diferentemente da capital gaúcha, segundo a entrevista feita com um funcionário do DEPAVE-SVMA, quando as empresas passam a investir, a prefeitura diminui seus investimentos nas áreas que foram adotadas, podendo se dedicar a outros espaços públicos. Esse é um modelo que julgamos ser mais justo, pois não trata de inflar uma área específica com investimentos tanto da iniciativa privada quanto do Estado, preservando em si um princípio distributivo. Ressalta-se, por outro lado, que esses projetos de parcerias possuem um caráter eminentemente comercial. No caso da capital paulista, havia, em 2012, três parques que recebiam

⁵⁷ Esse indicador varia entre 0 e 1, sendo construído a partir de relações entre índices de habitação, saúde, saneamento, renda, demografia e educação, extraídos do Censo Demográfico de 2000 (PMPA, 2010). Quanto mais próximo de 1, melhor é a condição de vida.

recursos da iniciativa privada por um modelo próximo ao que ocorre na cidade gaúcha. São eles: o Parque Mário Pimenta Camargo (do Povo), no Itaim Bibi, que recebe recursos da construtora WTorre; o Parque Lina e Paulo Raia (da Conceição), em Jabaquara, que tem como parceiro o Itaú; e o Parque Prefeito Mário Covas, no Bela Vista (adjacente a Avenida Paulista) que também tinha adoção do mesmo banco⁵⁸. Tiramos dessa conta o Parque Burle Marx, que estudamos mais aprofundadamente durante essa tese, na medida em que ele, além de receber recursos, é administrado por uma entidade privada. De qualquer modo, todos esses parques que possuem alguma parceria com a iniciativa privada estão em locais de grande visibilidade grande visibilidade comercial, nos permitindo concordar com Serpa (2003), quando esse autor afirma que os parques e as praças se tornaram *outdoors* tridimensionais.

⁵⁸ O Parque do Povo foi adotado pela empresa WTorre através de um Termo de Cooperação assinado em 11/07/2007, que previa investimentos de 6 milhões para implantação do parque em troca de placas publicitárias que dariam notoriedade ao acordo. O primeiro contrato tinha duração de 3 anos e foi renovado. A WTorre é responsável por empreendimentos comerciais e corporativos no entorno desse parque - como o Shopping Iguatemi JK (adjacente ao parque) do qual detém 50% do capital, e o WTorre Plaza. Vale dizer que a área onde se localiza o Parque do Povo pertence a Caixa Econômica Federal e ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e era ocupada por associações esportivas e até mesmo por moradias, que foram removidas quando os proprietários repassaram à prefeitura o direito de uso do terreno para a implantação desse equipamento urbano. Já o Parque Lina e Paulo Raia (antigo Parque da Conceição) foi construído em uma área adjacente à sede administrativa do Banco Itaú. Os prédios que compõem a sede possuem 7 andares subterrâneos tendo ligação com a estação de metro da Conceição. Como compensação ambiental em relação à obra foi firmado em 1985 um acordo vitalício entre o DEPAVE e o Banco Itaú, ficando este último responsável por custos de manutenção, jardinagem e segurança (Whately et al., 2008) O Parque Prefeito Mário Covas provavelmente foi adotado pela localização privilegiada em que se encontra (Avenida Paulista).

2) A criação e gestão de novas áreas de lazer públicas por empresas da construção civil é outro fenômeno que tem tomado força através das parcerias entre a iniciativa privada e o Estado. Esse tipo de construção de parques urbanos por empreendedores privados atravessa a história como pudemos ver durante o capítulo 2. Atualmente para atender a Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano (6.676/79) que é aplicada pelos planos diretores municipais, é obrigatória a reserva de área pública quando ocorre a incorporação imobiliária. Entretanto, as empresas conseguem, apesar de perderem áreas para o poder público, conferir uma valorização a seus empreendimentos mediante a construção de parques urbanos. Afinal não é possível sonhar a potência, que esse tipo de equipamento possui de agregar valor monetário ao espaço, independentemente do país. Assim, nos reportamos a pesquisadora argentina Cláudia Natenzon (1995):

Este valor del suelo urbano, no es el mismo para todos los puntos de la planta urbana. Y si pudiera construir una curva de precios por metro cuadrado a lo largo de calles y avenidas, veríamos que dicha curva se elevaría en los alrededores de plazas e parques (NATENZON, 1995, p.137)

Percebemos no fenômeno mais recente, que os empreendedores imobiliários para além de se tornarem meros construtores do espaço público (o que, aliás, não seria nenhuma novidade), investem-se (ou são investidos) da qualidade de gestores desses locais. Os exemplos dos parques analisados como estudo de caso para essa tese demonstram que a gestão, mais do que a simples criação do espaço público, permite a valorização dos empreendimentos imobiliários que se localizam no entorno. Para chegar a essa conclusão tivemos que nos aprofundar na concepção dos parques urbanos criados pela iniciativa privada. Esses locais demonstram que há consequências maiores do que a valorização dos

empreendimentos imobiliários obtida pela forma de gestão desses espaços públicos. Nota-se que está em gestação um modelo de espaço público que corresponde à seletividade da esfera pública como um todo. Surgem, nas cidades pesquisadas, espaços públicos que manifestam mais fortemente o fenômeno da programação rígida do espaço que mina a sua espontaneidade.

Em São Paulo e em Porto Alegre fomos buscar os exemplos que sustentaram nossos argumentos sobre a característica normativa de parques urbanos projetados a partir de parcerias ou acordos entre o Estado e a iniciativa privada. A ideia do projeto de pesquisa nasce da peculiaridade do surgimento do Parque Germânia em Porto Alegre, nossa cidade natal, onde entre 2005 e 2007 realizamos nossos estudos para a confecção da dissertação de mestrado intitulada “*O espaço público contemporâneo: A complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre* (SOUZA, F. S. 2008)⁵⁹.”

A pesquisa que resultou em nossa dissertação de mestrado foi feita nos parques Farroupilha (na área central da cidade), Moinhos de Vento (localizado em um bairro nobre de mesmo nome) e Chico Mendes (na periferia). Procuramos mostrar a diferença de tratamento dado aos diferentes parques urbanos pelo poder público, além de ressaltar as características de sua produção. Pudemos mostrar que o arranjo institucional em relação aos parques urbanos de Porto Alegre favorecia àqueles que ficavam nas áreas centrais e nobres, em detrimento da periferia, o que refletia no uso desses locais.

Durante o processo da pesquisa de mestrado, mais precisamente em 2006, foi inaugurado um novo parque urbano na cidade, que era diferente de todos os demais, mesmo daqueles que não havíamos incluído em nosso estudo. A grande diferença que saltava aos olhos era o fato do Parque Germânia ser totalmente cercado e com horário de funcionamento. Em outras cidades brasileiras, onde os primeiros parques urbanos

⁵⁹ Defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

surgiram de antigos bosques privados ou de centros de pesquisa, como jardins botânicos (caso do Rio de Janeiro e de São Paulo), é comum que tenham cercas, assim como é em grande parte da Europa Ocidental. Mas em Porto Alegre o cercamento de um parque, e principalmente, o estabelecimento de um horário de funcionamento para ele, não é prática corrente⁶⁰. Os parques na capital gaúcha tendem a ser áreas totalmente abertas. Depois descobrimos que havia outro parque na cidade, o Gabriel Knijnik, um pouco mais novo (inaugurado em 2004) que era quase todo cercado e que também possuía horário de funcionamento⁶¹. Entretanto o Parque Germânia

⁶⁰ O primeiro parque urbano de Porto Alegre é o oficialmente chamado, desde 1935, Parque Farrroupilha, que, no entanto, é uma área pública desde 1807, quando foi doado pela Alteza Real Portuguesa, através do governador Paulo José da Silva Gama, para servir de descanso aos tropeiros que traziam o gado para ser abatido em matadouros da cidade. Posteriormente, em 1884, deixou de ser potreiro e passou a ser ocupado cada vez mais com atividades de lazer e com feiras, sendo chamado de Campos da Redenção, em homenagem a libertação dos escravos do 3º. Distrito da cidade. Mesmo tendo sediado importantes feiras, não há registros de cercamentos em sua história e talvez por isso haja uma tradição de não gradear parques na cidade de Porto Alegre. É possível dizer que no caso da Redenção, primeiro houve sua consolidação como espaço público, para posteriormente ocorrer a implantação do jardim – com o embelezamento que recebeu no momento em que virou o Parque Farrroupilha, em 1935.

⁶¹ Porto Alegre possui 9 parques urbanos: Farrroupilha, Marinha do Brasil, Mascarenhas de Moraes e Moinhos de Vento (Parcão) que não possuem cercas no seu entorno; Chico Mendes e Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia) que possuem cercas, mas não têm horário de abertura e fechamento da área; Saint-Hilaire, Gabriel Knijnik e Germânia que possuem cercas e horário de funcionamento, sendo que os dois últimos são os parques mais jovens da cidade. No entanto, como já fora dito no transcórre do texto, somente a área do Parque Germânia está plenamente cercada, a área dos parques Saint-Hilaire e Gabriel Knijnik ainda não foram totalmente gradeadas, além disso esse último parque possui a peculiaridade de ser resultado da doação de uma antiga chácara, feita em testamento, pela pessoa que hoje dá nome a esse espaço público.

continuava nos chamando a atenção pelo fato de ser construído pela iniciativa privada e administrado, em parte, por ela. Desde então, passamos a acreditar que esse último dado (ser construído e administrado pela iniciativa privada) influenciava na decisão sobre o cercamento.

Essa inquietação foi o embrião da pesquisa, que dali para adiante só se ampliou. Logo no início do trabalho, acreditamos que era necessário aumentar o escopo de análise, procurando na literatura um caso que fosse similar ao que deu origem ao Parque Germânia em Porto Alegre. A partir da leitura dos estudos de Burgos (2006) e de Barroso (2011), passamos a entender que o Parque Burle Marx atenderia a expectativa de compreender um caso similar em um contexto geográfico diferente, no caso a cidade de São Paulo. Mais do que isso, o fato do Parque Burle Marx ter sido inaugurado em 1995, ou seja, mais de uma década antes do Parque Germânia, poderia ser compreendido como um referencial para esse modelo de produção do espaço público urbano, forjado na parceria entre prefeitura e empreendedores imobiliários.

A coleta de dados sobre esses dois parques urbanos mobilizou uma série de procedimentos metodológicos para que pudéssemos dar conta do problema de pesquisa. Retomando alguns pontos sobre a coleta de dados que foram apresentados durante a introdução da tese, lembramos que realizamos 8 entrevistas semi-estruturadas de longa duração, com questões abertas, com gestores, empreendedores e representantes de associações de bairro, alcançando mais de 5 horas de gravação (Quadro 6).

Quadro 6: Descrição das entrevistas semiestruturadas feitas com gestores e representantes comunitários.

	Entrevistado (s)	Objetivo	Número de entrevistas	Número de entrevistados
Parque Burle Marx	Representantes da Fundação Aron Birmann	Resgatar a história do convênio entre a Prefeitura de São Paulo e a Fundação e analisar as características da gestão realizada no Parque Burle Marx	1	2
	Funcionários da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo	Resgatar a história do convênio entre a Prefeitura de São Paulo e a Fundação e analisar as características da gestão realizada no Parque Burle Marx e nos demais parques da cidade.	2	2
	Representante da Associação de Moradores do Jardim Sul	Analisar a percepção dos moradores do Bairro Panamby e arredores em relação ao Parque Burle Marx.	1	1
	Representante da ONG Projeto Aqui do Morro	Analisar a percepção dos moradores do Bairro Jardim Santo Antônio e arredores em relação ao Parque Burle Marx.	1	1
Parque Germânia	Funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre	Resgatar a história do convênio entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Construtora Goldsztein e analisar as características da gestão realizada no Parque Germânia e nos demais parques da cidade.	1	2
	Representante da Associação dos Amigos do Jardim Europa	Resgatar a história do convênio entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Construtora Goldsztein e analisar as características da gestão realizada no Parque Germânia.	1	1
	Representante da Associação dos Moradores do Divina Providência	Analisar a percepção dos moradores do Bairro Vila Jardim e arredores em relação ao Parque Germânia.	1	1

Fonte: Sistematizado pelo autor

Nos estudos de campo que fizemos nos citados parques, para que pudéssemos realizar um perfil dos usuários a partir de um levantamento qualitativo, foram feitas 68 entrevistas estruturadas com frequentadores do Parque Burle Marx em que 87 pessoas foram arguidas e 71 entrevistas no Parque Germânia em que 123 pessoas passaram pelo mesmo processo. A soma das entrevistas com usuários dos parques chega a aproximadamente 6 horas de material. Além disso, por opção metodológica, fizemos um número de entrevistas maior durante os finais de semana, na medida em que o fluxo de usuários nos dois parques estudados é significativamente superior nos sábados e domingos. Tentamos manter uma proporção de um terço de entrevistas em dias úteis e dois terços nos finais de semana. As tabelas 3 e 4 apresentam dados gerais sobre os usuários entrevistados durante o nosso processo de pesquisa.

Tabela 3: Número de entrevistas e de usuários entrevistados nos parques Burle Marx e Germânia.

Parque	Número de Entrevistas	Número de Entrevistados	Dias da semana em que as entrevistas foram realizadas		Entrevistados de acordo com o dia da semana.	
			Dia útil	Fim de semana	Dia útil	Fim de semana
Burle Marx	68	87	24	44	29 ⁶²	58
Germânia	71	123	24	47	43	80

Fonte: Sistematizado pelo autor.

⁶² O número de entrevistas e de entrevistados no Parque Burle Marx se manteve praticamente o mesmo, porque há pouca prática de uso do parque em grupo ou em família durante os dias úteis. Nesses dias o parque tende a ser utilizado quase que exclusivamente com práticas esportivas de caminhada, corrida e alongamento, conforme descreveremos em momento posterior no texto.

Tabela 4: Número de entrevistados de acordo com o sexo e a faixa etária.

Parque	Sexo	Número de Entrevistados	Faixa Etária				Sem registro
			Jovem até 19 anos ⁶³	Adulto Jovem 20 a 29 anos	Adulto 30 a 59 anos	Idoso A partir de 60 anos ⁶⁴	
Burle Marx	Mulheres	42	6	13	17	5	1
	Homens	45	3	9	22	8	3
	Total	87	9	22	39	13	4
Germânia	Mulheres	56	4	17	29	5	1
	Homens	67	13	20	25	8	1
	Total	123	17	37	54	13	2

Fonte: Sistematizado pelo autor

⁶³ O entrevistado de menor idade no Parque Burle Marx tinha 13 anos e no Parque Germânia tinha 15 anos.

⁶⁴ O entrevistado de maior idade no Parque Burle Marx tinha 81 anos e no Parque Germânia tinha 77 anos.

Todos os usuários entrevistados responderam basicamente as mesmas perguntas abertas, com o objetivo de permitir uma comparação entre as percepções dos frequentadores de um mesmo parque e entre os dois espaços públicos estudados. As questões que foram respondidas são apresentadas no Quadro a seguir:

Quadro 7: Perguntas presentes no questionários aplicados com usuários dos parques Burle Marx e Germânia.

Temática	Pergunta feita na entrevista	Objetivo
Identificação do usuário entrevistado	Qual é a sua idade?	Estabelecer um perfil etário do público entrevistado.
	Qual é o seu sexo?	Estabelecer um perfil de gênero do público entrevistado.
Perfil do usuário entrevistado	Com que frequência utiliza o parque?	Descobrir se usuário entrevistado é um frequentador assíduo ou não.
	Mora em que bairro? ⁶⁵	Entender se o parque é mais utilizado por pessoas dos bairros próximos ou não.
	Com que meio de transporte vem ao parque?	Analisar que tipo de mobilidade urbana é acessado para ir ao parque.
	Por que vem a esse parque?	Destacar os motivos que levam os entrevistados a frequentar tal parque.
	Que atividades costuma realizar no parque?	Descrever os usos que são feitos no parque.
	Realiza essas atividades normalmente em grupo (amigos ou família) ou sozinha?	Ressaltar se o uso feito do parque é familiar, em grupo de amigos ou individual.

⁶⁵ Nas primeiras entrevistas perguntávamos se o usuário morava perto do parque, o que percebemos ser bastante impreciso em termos de distância. Por isso, ao final passamos a perguntar sobre o bairro que moravam.

Avaliação da gestão	Como percebe a manutenção e a conservação do parque?	Avaliar como os usuários entrevistados percebem a gestão do parque.
Percepção de conflitos de uso	Já percebeu algum tipo de conflito entre usuários pelas diferentes formas de uso que são feitas no parque?	Analisar se há conflitos de uso no parque e observar como o usuário entrevistado se coloca diante deles.
	<p>No Parque Burle Marx: O que você acha do regulamento do parque e as restrições que ele estabelece?</p> <p>No Parque Germânia: O que você acha do fato desse parque ser cercado?</p>	Descrever a percepção dos usuários entrevistados em relação as medidas normativas peculiares desses espaços, mostrando as diferentes nuances dos discursos.

Fonte: Sistematizado pelo autor

Em nossos estudos de campo também aproveitamos para registrar em um diário e em fotografias, nossas impressões e observações de um modo mais sistemático. Paralelo a esses procedimentos, realizamos uma pesquisa documental nos arquivos históricos das cidades de Porto Alegre e de São Paulo para coleta de reportagens e de documentos institucionais como programas e leis que tratassem diretamente ou indiretamente dos parques estudados. Os projetos de leis sobre o assunto também foram motivo de busca nas câmaras legislativas e nos sítios da internet. Nas construtoras e nos jornais analisados procuramos coletar materiais publicitários que relacionassem os parques com os empreendimentos imobiliários. Dados populacionais produzidos pelo IBGE também foram analisados para que pudéssemos tecer considerações gerais sobre aqueles que habitam os empreendimentos e o entorno dos parques. Todos esses procedimentos de coleta com o objetivo de ir além

da aparência das ações e dos objetos que compõem o espaço geográfico.

Por preferência de organização do texto e dos argumentos, optamos por apresentar os dados ao longo da exposição da tese. Algumas falas colhidas, inclusive já referendaram parte do que nos propomos a discutir. Nesse contexto, ao invés de mostrar os resultados obtidos por cada instrumento de coleta, vamos continuar apresentando-os à medida que o argumento do texto exigir. Acreditamos que assim a leitura ficará mais fluída e os pontos explanados mais concisos e organizados.

Iremos, diante disso, primeiramente contextualizar cada um desses parques através do processo histórico que lhes deu origem e dos usos que recebem, para posteriormente, nos subcapítulos seguintes, tecer algumas comparações, buscando ressaltar as similaridades e as diferenças que os constituem como espaços públicos, e mais do que isso, mostrar através desse procedimento que os parques urbanos criados e geridos por empreendedores privados tendem a possuir uma programação rígida de uso pelo fato de serem instrumentos de valorização imobiliária, o que exige um maior controle sobre as ações que ocorrem nesses locais. Faremos a apresentação de cada parque na ordem cronológica de surgimento, ou seja, primeiro falaremos sobre o Parque Burle Marx, depois sobre o Parque Germânia.

3.1 O PARQUE BURLE MARX

O Parque Burle Marx é um espaço público que foi criado no ano de 1995 no Distrito de Vila Andrade, Zona Sul da cidade de São Paulo, junto a Marginal Pinheiros (Figura 13). Sua área é parte da antiga Chácara Tangará, onde hoje se encontra o loteamento Panamby que lhe deu origem.

A Chácara Tangará era uma área de vegetação nativa (um dos poucos locais com formações remanescentes de Mata Atlântica na cidade de São Paulo) que pertencia ao empresário Francisco Matarazzo Pignatari (Baby Pignatari, dono de diversas indústrias no país, como a Cia. Brasileira do Cobre). Ela é

resultado de diversas aquisições de terreno que começaram a partir de 1951 e que findaram no ano de 1968 (BARROSO, 2006). Baby Pignatari adquiriu o primeiro terreno que compõe a Chácara com o objetivo de morar com sua primeira esposa, Nelita Alves Lima. Para fazer a habitação da chácara, Baby Pignatary contratou Oscar Niemayer para a parte arquitetônica, e para elaboração dos jardins, o paisagista Roberto Burle Marx. Segundo Oliveira (2012), tudo leva a crer que o primeiro projeto de Burle Marx e Niemayer para a casa de Baby Pignatari tenha sido feito em 1955. Para se ter uma ideia da grandiosidade do terreno da Chácara Tangará, nesse mesmo ano ela contava com 383.000 m². Só a casa projetada por Niemayer teria 8.000 m² de área construída (Figura 12), enquanto no projeto de Burle Marx estava proposta a existência de um parque privado, dada a grande dimensão do terreno.

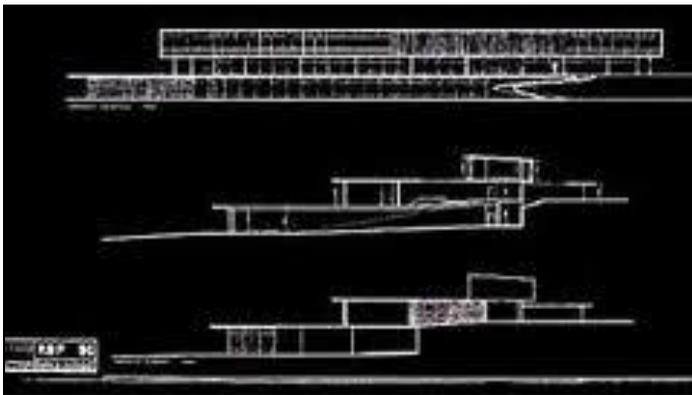


Figura 12: Reprodução de um corte arquitetônico do projeto de Oscar Niemayer para a casa da Chácara Tangará
Fonte: Oliveira (2012)

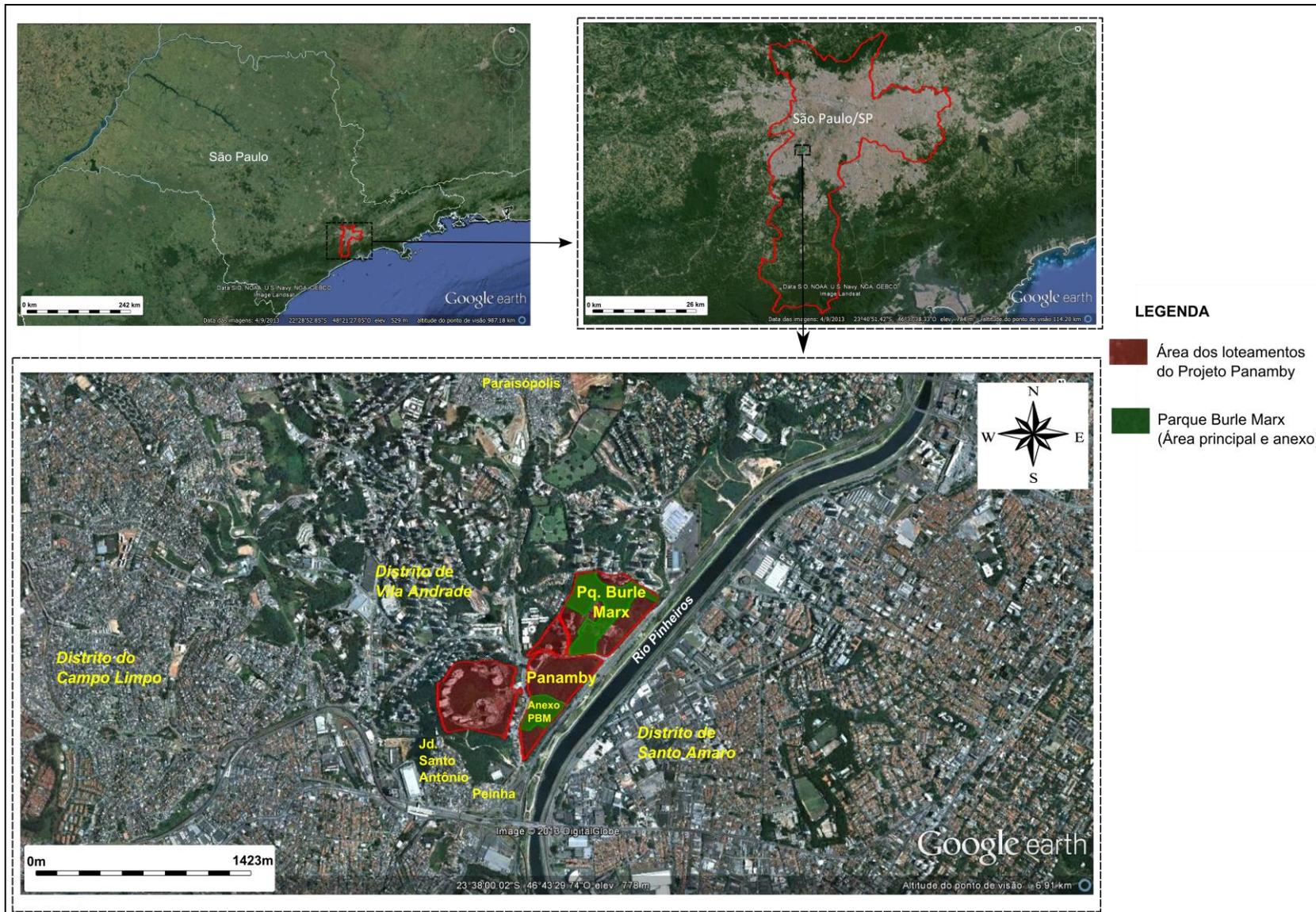


Figura 13: Localização do Parque Burle Marx em relação à cidade de São Paulo
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite do programa Google Earth (2013)

No entanto, os projetos de Niemayer e Burle Marx foram realizados parcialmente, pois, em 1957, o casamento de Baby Pignatari acabou e ele deixou de habitar a chácara. A Figura 14 apresenta parte do jardim feito por Burle Marx, que hoje ornamenta o parque que leva o seu nome⁶⁶. Cabe salientar, que mesmo depois do divórcio houve a aquisição de novos terrenos junto à área, sendo que em 1968, ano da última compra, a Chácara Tangará atingiu o tamanho de aproximadamente 482 mil metros quadrados (BARROSO, 2006).



Figura 14: Jardins elaborados por Roberto Burle Marx para a Chácara Tangará

Fonte: Fotografado pelo autor

Essa enorme área da cidade de São Paulo ficou praticamente sem intervenções do final da década de 1950 até a década de 1990, pois a venda foi interdita. Somente com o

⁶⁶ Da casa projetada por Oscar Niemayer, nada sobrou, pois ela foi destruída na década de 1990, quando da execução do Projeto Panamby. No seu lugar está o Palácio Tangará, um hotel de luxo. Entretanto, o hotel não foi finalizado, por problemas financeiros da construtora Birmann.

falecimento do único herdeiro de Pignatari⁶⁷, em 1986, é que a venda pode ser concluída (OLIVEIRA, 2012). A venda foi feita para Lubeca S/A Empreendimentos e Participação, construtora criada pela Bunge y Born (a multinacional argentina de alimentos e fertilizantes) que buscava efetivar um loteamento de alto padrão na região, tendo como sócia a incorporadora Birmann S/A - que comprou $\frac{1}{4}$ do terreno (BOTELHO, 2010). A Lubeca já havia feito na cidade o Centro Empresarial de São Paulo, também na Zona Sul.

Em função da presença de mata nativa e de um patrimônio cultural importante para a cidade de São Paulo, houve grande mobilização de movimentos da sociedade civil que buscavam a preservação da área, se posicionando contra a efetivação do loteamento chamado de Panamby, já que nela encontravam-se edificações antigas e algumas obras de Oscar Niemayer que chegaram a ser executadas, assim como as ações de paisagismo efetuadas por Roberto Burle Marx para a antiga Chácara (Figura 14), além de remanescentes de Mata Atlântica da cidade de São Paulo. Esses grupos propunham que a Chácara Tangará fosse transformada na sua totalidade em um parque público. Entretanto, uma série de mudanças na legislação paulistana, realizadas a partir da gestão de Jânio Quadros (1986-1989), permitiu o processo de loteamento da área (BARROSO, 2011).

A principal mudança de legislação que se efetivou no governo Jânio Quadros, com relação à área em questão, foi a aprovação de um Plano de Melhoramentos que trazia como motivação explícita no projeto de lei (100/88), a melhoria do fluxo viário da região, com a efetivação de um arruamento no interior da antiga Chácara Tangará, permitindo que houvesse uma maior fluidez entre a Avenida Giovanni Gronchi e a Marginal Oeste do Rio Pinheiros. Segundo Barroso (2006), o Plano de Melhoramento Público encaminhado pelo governo Jânio Quadros e aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo como Lei 10.552 de 1988, continha o mesmo arruamento do Plano Diretor

⁶⁷ O empresário Baby Pignatari morreu no ano de 1977.

do loteamento Panamby feito pelo escritório Aflalo e Gasperini em conjunto com a KRAF Paisagismo. O Projeto de Lei 100, que traz o Plano de Melhoramentos, também fala que o arruamento proposto circundaria um parque que seria implantado futuramente, demonstrando que havia uma articulação dessa ação com o plano de incorporação da área feito pela Lubeca. Esse arruamento dividiu a antiga chácara em três glebas⁶⁸ (Figura 15), com a desapropriação de 38.244,29 m² para a construção das vias públicas, o que corresponde a 7,9% da área total do terreno de propriedade da Lubeca (BARROSO, 2006).

Pode-se dizer que essa desapropriação melhorou as condições de incorporação para a Lubeca, pois ela conseguiria, com a presença prévia do arruamento, enquadrar o projeto como sendo um desmembramento, e não um loteamento.



Figura 15: Glebas originais do Projeto Panamby

Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagem de satélite do programa Google Earth de 14/12/2008

Segundo a Lei Municipal 9.413/81, responsável por definir os parâmetros de parcelamento do solo urbano na cidade de São Paulo estabelecidos pelo Plano Diretor vigente na época (Lei

⁶⁸ A metragem original das glebas é a seguinte: “A” com 170.539,80 m²; “B” com 31.963,68 m²; e “C” 241.467,86 m².

10.676/88), nos desmembramentos havia a necessidade de reserva compulsória de 15% para áreas verdes e de 5% para áreas institucionais, mas sem a necessidade de doar alguma área à municipalidade para vias de circulação de veículos, já que há um aproveitamento das já existentes (como se prevê nesse tipo de parcelamento do solo urbano)⁶⁹. Essa mesma Lei previa que nos casos de loteamento, o empreendedor deveria doar os mesmos 15% para áreas verdes e 5% para áreas institucionais, mais 20% para a construção de vias de circulação de veículos, que, caso não fossem atingidos, deveriam ser convertidos em áreas verdes. Ou seja, o Plano de Melhoramentos permitiu que a Lubeca pudesse, ao invés de doar 40% da área conforme a legislação para loteamentos, reservar apenas 27,9% do terreno original (20% da obrigatoriedade em relação à desmembramentos, mais 7,9% que foram desapropriados por esse Plano).

Diante do que foi possibilitado com a lei de melhoramentos realizada no governo Jânio Quadros, a Lubeca, a partir do Plano Diretor do loteamento Panamby, tinha a ideia de criar dois parques urbanos – um público de 63.000 m² e um privado de 10.500 m² (REVISTA VEJA SP, 14 de junho de 1989) - nas APP's geradas pela presença de mata nativa. A ocupação

⁶⁹ É interessante observar que no Plano Diretor de 1988, em seu Anexo, havia a identificação da Lei 9.413/81 como a principal fonte de reserva de áreas verdes que a prefeitura contava no período, o que era visto como limitado, já que estava baseada em critérios exclusivamente quantitativos. Até mesmo a possibilidade de delimitação, por parte do poder municipal, de 50% da área a ser reservada, prevista pela Lei 9.413/81, não atenderia as necessidades do município. Além disso, o próprio Plano Diretor de 1988 também sinaliza que boa parte dos loteamentos não foi aprovada, mas que posteriormente foram regularizados sem a reserva de área verde necessária. Com isso a reserva de grandes áreas para parques ocorria de forma casuística e esporádica, exigindo o estabelecimento de uma nova política para a implantação desses espaços públicos. Como o Plano Diretor de 1988 era apenas indicativo e dependia de outras leis para seu funcionamento, como a de zoneamento, na prática acabou-se por continuar a vigorar, em boa parte dos aspectos, o PD de 1971 (MACARRÃO, 2009).

urbana se daria através de dois tipos de uso: residencial multifamiliar; e de serviços e comércio voltados para a Marginal Pinheiros (esse uso funcionaria como uma barreira acústica).

Segundo Barroso (2006), quando o Partido dos Trabalhadores (PT) ganha a eleição para a prefeitura de São Paulo em 1988, por temer alguma possível intervenção do poder público, a loteadora Lubeca empenha-se em agilizar as obras do Plano de Melhoramentos feito no governo Jânio Quadros e pede autorização, no final dessa gestão, para realizar as obras à suas expensas. Mesmo assim, houve intervenção, conforme é registrado na reportagem intitulada “*Sonho Ameaçado*”, de 14 de junho de 1989, onde a Revista *Veja SP* tece uma crítica a esse processo, enfatizando que “a nova cidade da Lubeca” estava sendo “estrangulada pelas mãos do poder público”:

(...) A nova cidade da Lubeca traria progresso para a cidade na forma de impostos, empregos e abertura de novas oportunidades, sem pesar nos cofres públicos – todas as obras de infra-estrutura correriam por conta da empresa, que inclusive, já gastou ali mais de 50 milhões de dólares, até agora, em trabalhos preliminares. Para completar, tudo isso funcionaria como uma vigorosa e estimulante lufada de ar fresco numa cidade que precisa desesperadamente de novos investimentos – e que perdeu toda e qualquer esperança de progresso pela via do poder público, já que não pode contar com uma prefeitura que se declara sem dinheiro e cuja única realização, até agora, foi justamente interromper as grandes obras que vinham da gestão anterior.

A cidade dentro da cidade, entretanto, está ameaçada de morrer no berço – estrangulada, precisamente, pelas mãos do mesmo poder público municipal que nada tem feito na área que lhe compete melhorar.

Na manhã da última quinta-feira, a prefeita Luíza Erundina visitou de surpresa o local do projeto e, embora já tivesse anteriormente concordado com suas linhas gerais, resolveu mudar de ideia. Erundina, agora, quer rever o projeto, segundo ela mesma explicou aos diretores da Lubeca (...) (REVISTA VEJA SP, 1989, p.27).

A referida reportagem tratava de apresentar o projeto como algo inovador e necessário à cidade de São Paulo, mostrando alguns dados do projeto original. Como já dissemos, nesse primeiro projeto só havia a previsão para um parque público, de aproximadamente 63.000 m², mais uma área de 10.500 m² que seria um parque privado. A Figura 16 mostra uma reprodução do mapa do empreendimento, que foi apresentado na reportagem da Revista Veja SP.



Figura 16: Reprodução de um mapa do Loteamento Panamby apresentado na Revista Veja SP
Fonte: REVISTA VEJA SP (14/06/1989)

A versão da prefeitura de São Paulo para a suspensão das obras foi a de que o parcelamento do solo da Chácara Tangará não atendia os requisitos de destinação de área pública. De

acordo com a lei municipal sobre desmembramentos, 9.413/81, a reserva de áreas públicas estava em localizações inadequadas. Além disso, o parcelamento não atendia ao Plano Diretor da época (Lei 10.365/88), no que diz respeito à preservação de área de vegetação permanente⁷⁰.

O impasse entre a Prefeitura de São Paulo e a construtora Lubeca durou até setembro de 1989, conforme assinalado pela reportagem “*Solução à vista*” da Revista Veja SP de 27/09/1989 (BERNARDI, 1989). Nessa reportagem, a referida publicação reforça os elogios ao Projeto Panamby e refaz as críticas à Prefeitura de São Paulo, embora afirme a construção de um acordo entre as partes, com uma série de quesitos, entre eles a renegociação do valor destinado à área pública para parque urbano, que passaria de 72.300 m²⁷¹ para 138.000 m², e o respectivo cercamento dessas áreas, tal como em outros jardins públicos.

O acordo foi firmado, considerando que a Lubeca não estava efetivando um desmembramento, mas sim um loteamento, onde novas vias estavam sendo implantadas, e por consequência deveria doar mais área verde à municipalidade, por isso o acréscimo ao parque⁷². Ermínia Maricato, Secretária

⁷⁰ Essa versão da prefeitura consta em uma carta enviada pela Secretária de Habitação da cidade de São Paulo, prestando esclarecimento ao Condephaat sobre o processo de negociação entre a prefeitura e a Lubeca - que está em anexo no trabalho de Barroso (2006).

⁷¹ Na reportagem da revista Veja SP do dia 14 de junho de 1989, que apresentamos anteriormente, a área prevista para parques era de 63.000 m² públicos e 10.500 m² privados, somando um total de 73.500 m² de parque. Na reportagem do dia 27 de setembro de 1989, fala-se em 72.500 m² como a área que estava prevista para parque pela empreendedora, o que provavelmente é o valor correto, dado que o terreno do Panamby a ser incorporado à época era de 384.000 m², ou seja, a reserva mínima deveria ser de 72.300 m², que corresponderia aos 15% previstos em lei.

⁷² Lembrando que a legislação para loteamentos previa a doação de 20% para vias de circulação de veículos. Como foram usados apenas

de Urbanismo de São Paulo à época e que participou da construção desse novo acordo, assinala, em um artigo escrito em conjunto com José Whitaker Ferreira, onde analisa e critica as parcerias público-privadas, que o pacto firmado entre o poder público e os empreendedores imobiliários do Panamby seria um exemplo a ser seguido de como o Estado pode frear os impulsos urbanizadores da iniciativa privada (MARICATO & FERREIRA, 2002).

As linhas gerais do acordo são: doação de 24.110,78 m² de área institucional para instalação de uma creche a ser construída pela Lubeca; doação de 138.279,22 m² de área verde, na forma de dois parques públicos, que deveriam cercados e equipados pela empreendedora; recomposição e restauração dos jardins feitos por Burle Marx, localizados em um dos parques; recuperação da vegetação que já estava degradada nas áreas dos parques, a ser desenvolvido pela Lubeca com acompanhamento do DEPAVE; doação de 5.000 mudas de árvores pela Lubeca à Administração Regional do Campo Limpo, para arborização da região; manutenção da vegetação de preservação permanente que permanecer de propriedade privada, em locais definidos pelo relatório do Prof. Dr. Hermógenes de Freitas Leitão Filho⁷³; transplante da vegetação de preservação permanente que tiver de ser removida para a implantação de edificação; direito da Lubeca de contabilizar a área doada no cálculo de coeficiente de aproveitamento, no que exceder às doações apontadas pela Lei 9.413/81, independentemente do modo de subdivisão dos lotes – com a manutenção dos coeficientes de aproveitamento dos lotes limediros à Marginal Oeste do Rio Pinheiros, Gleba C, considerados pelo projeto anterior, devido a transformação do parque privado para público – sem prejuízo do coeficiente de

7,9% da área para o arruamento, o restante deveria ser somado à reserva de áreas verdes.

⁷³ Professor da UNICAMP que foi consultado para analisar as condições ecológicas da mata em que se encontrava a Chácara Tangará. Seu relatório aponta que era possível conciliar o empreendimento imobiliário e a mata existente.

aproveitamento já deferido em função da doação das áreas atingidas pelo sistema viário local.

Todavia, antes mesmo do embargo às obras do Projeto Panamby feito pela prefeitura em junho de 1989, houve um pedido de tombamento ao Condephaat⁷⁴ e ao Conpresp⁷⁵ feito pela Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo, que tinha por objetivo a preservação das obras de arquitetura e paisagismo presentes na área, assim como a conservação da mata nativa. Em julho desse mesmo ano, o Condephaat tombou provisoriamente a Chácara Tangará (BERNARDI, 1989). Portanto, quando o acordo da Prefeitura de São Paulo e a empreendedora Lubeca foi firmado, em setembro, a área da Chácara Tangará já estava tombada. Diante dessa situação, Prefeitura e Lubeca se mobilizaram para derrubar a medida tomada pelo Condephaat.

A Secretária de Habitação da cidade de São Paulo na época, Ermínia Maricato, em declaração dada a Revista Veja São Paulo, do dia 24/09/1989, disse que: *“Para a prefeitura o tombamento da área não é tão interessante quanto ganhar mais um parque público”* (BERNARDI, 1989, p. 29). Nesse mesmo contexto, em carta enviada ao Condephaat para explicar o acordo firmado entre a Lubeca e a Prefeitura de São Paulo, Ermínia Maricato, ao se referir às áreas verdes que seriam preservadas na forma de parque, expressa que:

A área verde destinada para parques públicos passa de 72.332,34 m² para 138.279,22m², com dimensões superiores às do Parque do Morumbi. A localização dos parques, também alterada, possibilita a apropriação efetiva dos mesmos pela

⁷⁴ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, responsável por tombamentos em nível estadual.

⁷⁵ Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, responsável pelos tombamentos em nível municipal.

população. A PMSP não se vê obrigada a onerar o parco orçamento com a desapropriação de área de preservação em região extremamente valorizada no mercado imobiliário nem com a instalação de equipamentos que vão tornar efetivo o uso da área.

Preservar não significa apenas a manutenção do ecossistema considerado importante mas na extensão do seu conhecimento e apropriação por toda a população. O simples tombamento não viabilizaria essa apropriação coletiva do parque. Cabe ressaltar que o acordo depende também de novos EIA/RIMAS.

Para concluir, o resultado do acordo foi enviado para todos os vereadores e entidades que em algum momento participaram deste processo, bem como para o CONDEPHAAT, COMPRESP e CONSEMA. Não havendo manifestações contrárias considera-se que o mesmo satisfaz aos interesses da Cidade, muito pelo contrário, recebeu apenas manifestações favoráveis (...). (MARICATO apud BARROSO, 2006, p.90-91)⁷⁶.

Portanto a postura do governo municipal diante do fato era a de evitar o tombamento total, explicitando que os parques permitiriam uma maior apropriação social e consequente preservação da mata (fato que questionaremos mais adiante). O acordo entre a Prefeitura de São Paulo e a Lubeca gerou um isolamento do Condephaat nessa discussão, segundo relato feito por Luiz Paulo Marques Ferraz, que na época era membro da Equipe Técnica de Áreas Naturais desse conselho, em entrevista cedida à pesquisa de Volochko (2007). No depoimento, Luiz Paulo Ferraz diz acreditar que a Prefeitura não quis assumir o

⁷⁶ Essa carta está em anexo no trabalho de Barroso (2006).

compromisso com o tombamento, porque os gastos com a desapropriação deveriam ser cobertos com o orçamento do município. Para ele, o tombamento era um sinal dado à prefeitura de que aquela área era importante para o Estado, todavia não houve interesse municipal em avançar com essa medida de proteção. Percebe-se ao longo do processo que o componente “meio-ambiente”, que foi colocado como principal argumento para o tombamento, foi aos poucos sendo incorporado pela Prefeitura e pela empreendedora no modo como passaram a defender que melhor do que o instrumento jurídico do tombamento era a criação de parques urbanos (VOLOCHKO, 2007). É importante destacar que houve denúncias em relação ao acordo que a Prefeitura fez com a Lubeca. Ronaldo Caiado, candidato à presidência pelo Partido Social Democrático (PSD), em meio a campanha eleitoral de 1989, denunciou que o Partido dos Trabalhadores havia feito um acordo com a Lubeca para receber dinheiro (200 mil dólares) em prol da campanha de Lula⁷⁷. As denúncias circularam nos jornais desse período como “Caso Lubeca”. Entretanto nunca foi provada a existência desse esquema de corrupção, fazendo com que Lula e o PT fossem absolvidos e Ronaldo Caiado indiciado por crime eleitoral.

Em dezembro de 1989, o Condephaat autoriza a empresa Lubeca a terminar as obras de arruamento. Um ano depois, em dezembro de 1990, no entanto, o Condephaat realiza o tombamento parcial da área (BARROSO, 2006). O Conpresp também chega a tombar e a embargar a obra no ano de 1990, mas volta atrás pelo fato de que a lei de melhoramentos viários era anterior ao pedido de tombamento. O tombamento parcial do Conpresp foi efetivado de fato em 16 de dezembro de 1992, tendo como base um polêmico estudo do biólogo Prof. Dr. Hermógenes de Freitas Leitão Filho, que afirmava ser

⁷⁷ A carta da Secretária de Habitação da cidade de São Paulo, Erminia Maricato, ao Condephaat, da qual utilizamos um trecho, tinha o objetivo de esclarecer esse conselho sobre o acordo realizado entre a prefeitura e a empresa Lubeca, diante do cenário de denúncias de irregularidade apresentadas na imprensa.

plenamente possível conciliar o empreendimento imobiliário com a preservação da mata, na medida em que as áreas mais importantes para conservação estavam sendo contempladas como parque ou como área não edificável, atendendo a legislação ambiental municipal (Lei 10.365/87), conforme aponta Barroso (2006). O tombamento feito pelo Conpresp atinge a zona composta pelo Parque Burle Marx e seu anexo, vistos como uma área de vegetação permanente, além dos bens nele construídos - o jardim feito por Burle Marx e a casa remanescente em Taipade-Pilão – assim como, algumas poucas áreas de formação florestal contidas nos lotes voltados para implantação do projeto Panamby. Já o tombamento parcial feito pelo Condephaat, foi definido pela Resolução SC-10 de 1994, e basicamente correspondem às áreas naturais do Parque Burle Marx somada aos lotes privados reservados para o Projeto Panamby que já estavam protegidos pelo tombamento feito pelo Conpresp⁷⁸.

Os processos de tombamento retardam o desenvolvimento do empreendimento. Devido aos escândalos noticiados desde o início do projeto imobiliário, o grupo Lubeca muda de nome para Panamby Empreendimentos e consegue, enfim, durante o governo Paulo Maluf no ano de 1993, a licença final para execução do loteamento e parcelamento do solo (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 01/09/1993). Foi assinado um Termo de Assunção, que oficializou o acordo firmado entre a Prefeitura e a Panamby Empreendimentos, onde a creche que seria construída junto ao loteamento foi destinada pelo poder público para a Favela Água Branca, em terreno adjacente a Marginal esquerda do Tietê, sendo parte do Cingapura construído naquela região, cuja visibilidade era maior para o governo Maluf (BOTELHO, 2010).

Entretanto, o Projeto Urbanístico Panamby foi efetivado, de fato, por um Fundo de Investimentos Imobiliário (FII)

⁷⁸ No tombamento feito pelo Condephaat foi levado em consideração o Decreto Estadual 30.443/89, que determinava que na área prevista, por estudo botânico, para parque na Chácara Tangará, fosse proibido o corte de árvores.

administrado pelo Banco Brascan (Fundo de Investimento Imobiliário Panamby)⁷⁹. Os bancos Bradesco e Brascan, mais o grupo Bunge y Born fizeram o Fundo que, em 1995, valia 67,2 milhões de reais. Os principais cotistas do FII Panamby, no mercado primário, foram os fundos de previdência, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobrás) e Valia (da Cia. Vale do Rio Doce), que compraram 67% das cotas. Os demais 33% ficaram com o Banco Bradesco e o Grupo Bunge y Born - que repassaram parte de suas cotas a outros investidores, como construtoras. Segundo o presidente do Banco Brascan na época, Arthur Parkinson, os investidores deveriam ganhar cerca de 20% em cima dos empreendimentos que seriam feitos no Panamby (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 12/11/1995, p. 9-9)⁸⁰. Esse fundo, além de desenvolver o empreendimento nas três glebas resultantes do arruamento da Chácara Tangará, agregou outro terreno de 233.402 m² que posteriormente resultou no Condomínio Villaggio Panamby, que ao contrário das áreas originais do Projeto Urbanístico Panamby, não realizou nenhuma doação de área à municipalidade (BOTELHO, 2010). A Figura 17 mostra a área do Parque Burle Marx em conjunto com as glebas que foram empreendidas pelo Fundo de Investimento Panamby.

⁷⁹ Durante o período de obras paradas houve a tentativa, por parte da Panamby Empreendimentos, de vender a área. Entretanto, a valorização imobiliária da área tornava o preço muito alto e reduzia os possíveis compradores. Além disso, havia obrigações já assumidas com a prefeitura e com as concessionárias públicas de serviços como água, luz e esgoto, que geravam um menor interesse para investidores imobiliários, ainda mais, quando a partir de 1994, com o Plano Real, a moeda brasileira se aproxima em valor do dólar americano. Para superar as dificuldades financeiras, que impediam a incorporação imobiliária, houve ideia de formação de um Fundo Imobiliário capitaneado em um primeiro momento pelo Bradesco e pelo Banco Brascan (BOTELHO, 2010).

⁸⁰ O pagamento dos cotistas se deu mediante a compra dos terrenos pelas incorporadoras, que pagavam em moeda corrente ou em permuta, repassando parte do valor obtido com a venda dos imóveis construídos, o que segundo Botelho (2010) foi a principal forma de transação.

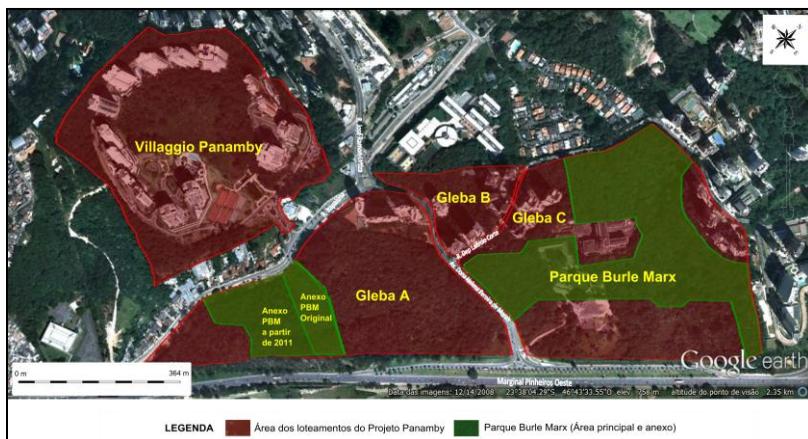


Figura 17: Fundo Imobiliário Panamby e o Parque Burle Marx
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite do programa Google Earth.

No prospecto de venda do Fundo de Investimentos Imobiliários Panamby (2012) feito na época de lançamento, dois aspectos são colocados como referentes a um elevado grau de “privilégio” que o projeto continha: localização com amplo acesso e completa infraestrutura urbana; e qualidade urbanística de seus planos diretores que preveem a preservação das condições naturais do terreno. Embora o documento fale das vantagens da localização e da infraestrutura⁸¹, a ênfase maior é dada à qualidade ambiental da área.

Os imóveis produzidos originalmente no loteamento Panamby contam com áreas privadas de mata nativa e são voltados comercialmente para pessoas das classes média-alta e alta que buscam contato com a natureza. O prospecto do Fundo

⁸¹ Volochko (2007) aponta uma série de deficiências na infraestrutura urbana do distrito de Vila Andrade com relação a malha viária que persistem até hoje, e que demonstram a fragilidade da defesa da qualidade desse aspecto na região, ressaltando, portanto, que o Projeto Panamby foi o avanço de uma fronteira urbana de incorporação imobiliária.

Imobiliário Panamby ressalta esse aspecto, tanto nas glebas originais do projeto, quanto no novo terreno adquirido, explicando, através do nome escolhido para o empreendimento, a concepção de uma produção do espaço voltada para a harmonia com a natureza. Assim diz:

Panamby, em Tupi-Guarani, significa Borboleta Azul. Este foi o nome escolhido para batizar um projeto que certamente será modelo para os anos futuros. Símbolo da transformação, a borboleta é também um símbolo da vida. Agente da polinização, é ela quem leva o pólen de uma flor para fecundar outra. Esta é a proposta do Projeto Urbanístico Panamby/Villaggio de Panamby: A transformação de uma área, com total respeito à natureza, visando melhorar a qualidade de vida. (FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PANAMBY, 2011, p. 7).

O Villaggio Panamby, que corresponde ao terreno que foi comprado posteriormente, foi pensado para que chegasse a manter 76% de área verde ou livre, para lazer ou esporte (o restante seria de 9% para vias internas e 15% para edificações, em que estavam previstas a construção de 15 torres). Já na área original do projeto, o prospecto destaca que os setores estão rigidamente demarcados, permitindo um conjunto harmonioso, perfeitamente integrado à natureza (FUNDO DE INVESTIMENTO PANAMBY, 2012). Um exemplo dessa exploração comercial da natureza, durante o desenvolvimento imobiliário do Panamby, é encontrado no informe publicitário do empreendimento Chácara Tangará apresentado na Figura 18 (primeiro empreendimento do projeto). Ou seja, a preservação de parte da mata foi a obrigação que se tornou peça publicitária. No anúncio comercial está colocada a relação do empreendimento com o Parque Burle Marx.

O LANÇAMENTO MAIS ESPERADO DE SÃO PAULO, COM ASSINATURA BIRMANN E TURNER.



4 suítes e 5 salas em 225m² de área privativa. Mais 4 vagas demarcadas. Mais depósito privativo e 96 combinações de plantas. E isso é só um detalhe.

Chácara Tangará
O PRIMEIRO EMPREENDIMENTO DO BAIRRO PANAMBY, NA DIVISA COM O PARQUE BURLE MARX.

Bairro Panamby: planejado para ser uma reserva de qualidade de vida.

Situado entre bairros tradicionais e bem-estruturados, o Bairro Panamby traz o mais moderno conceito urbano, unindo preservação, espaço planejado e infraestrutura já implantada. Além disso, conta com o Parque Burle Marx, a mais bela reserva verde da cidade.

Rua da Figueira Chata Junto ao Parque Burle Marx

VENHA VISITAR HOJE MESMO O PLANTÃO DE VENDAS

BIRMANN | Turner | Itau | ABARA

CONDOMÍNIO DO ADMINISTRADO DA BIRMANN - Av. República de China, 477 - Fone: 011 713 3000 - 10º andar - 05508-000, São Paulo - SP

Figura 18: Peça publicitária do empreendimento Chácara Tangará com destaque para o Parque Burle Marx.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 28/10/1995

Portanto, o Parque Burle Marx que é resultado desse projeto imobiliário, sendo inaugurado no dia 01 de outubro de 1995, como o 30º. parque urbano municipal da Cidade de São Paulo, tornou-se peça fundamental do processo de valorização do empreendimento Panamby, como bem ressaltou um dos empreendedores ligado a Fundação Aron Birman, em entrevista concedida para a tese, quando perguntamos se o Parque Burle Marx valorizava os imóveis construídos no entorno:

Ah, acho que vital, eu acho que hoje, um empresário inteligente – e acho até engraçado que têm tão poucos parques – a coisa mais inteligente que você pode fazer é um parque, porque o parque, hoje, digamos assim, a demanda por verde, por este visual

verde, pelo convívio com a natureza é um negócio muito forte e um prédio de frente para um parque ainda tem uma valorização muito forte, muito importante. Então eu não tenho dúvida que com o... no aspecto, digamos, negócio da coisa, deveriam ter muito mais parques em São Paulo

O Parque Burle Marx (Figura 19), portanto, passa de obrigação do empreendedor pela Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano, 6.676/79, a um dos principais instrumentos de valorização do empreendimento Panamby.



Figura 19: Parque Burle Marx e prédios do Projeto Panamby
Fonte: Fotografado pelo autor (Julho/2012)

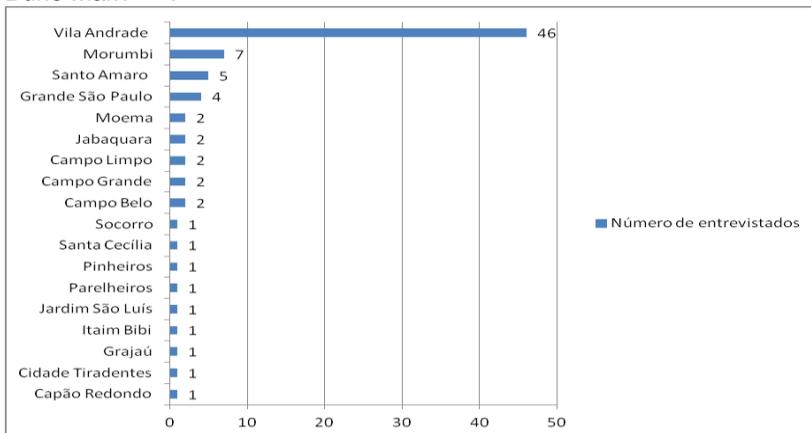
3.1.1 Caracterização do uso

Segundo os dados das entrevistas realizadas com usuários do Parque Burle Marx, podemos dizer que se trata de uma área bastante utilizada pelas pessoas que moram nos empreendimentos imobiliários do entorno.

Fazemos essa afirmação deixando claro, desde esse momento, que nossa pesquisa teve caráter qualitativo, por questões de tempo, de capacidade operacional e de objetivo (já que estávamos mais preocupados com a percepção dos entrevistados em relação a manutenção, conflitos de uso e normas). Os dados mais concretos, como o distrito de residência dos usuários arguidos, sofrem limitações para o universo contido no parque, já que o número de variáveis possíveis talvez pudesse ser mais bem atingido por uma metodologia de cunho quantitativo, como um levantamento estatístico. Todavia, mesmo com dificuldade de realizar afirmações sobre o universo diante de dados mais concretos/objetivos, acreditamos que eles nos apontam alguns indícios do tipo de uso que é feito no/do parque.

Diante desse argumento, podemos dizer que as entrevistas que feitas com usuários do Parque Burle Marx permitem apontar que a grande maioria de seus frequentadores é do distrito de Vila Andrade, onde se localiza esse espaço público, conforme o Gráfico 1 apresentado a seguir.

Gráfico 1: Distrito de residência dos usuários entrevistados no Parque Burle Marx^{82 83}.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para facilitar a visualização espacial desses dados, elaboramos um mapa que pode ser analisado na Figura 20. Nessa representação cartográfica também aproveitamos para apresentar todos os distritos da cidade de São Paulo, servindo como base para outros mapas feitos a partir da divisão distrital.

⁸² Foram entrevistados 88 usuários durante o processo de entrevistas, entretanto, perguntávamos nas primeiras entrevistas se o usuário morava próximo ao parque, o que não permitia um registro claro da localização de sua moradia. Por isso só temos dados de 81 usuários.

⁸³ Englobamos os usuários que moram em outras cidades da Região Metropolitana de São Paulo no grupo “Grande São Paulo”. Ao total foram 4 usuários que citaram as cidades de: Diadema, Itapeverica da Serra, Embu e São Bernardo do Campo.

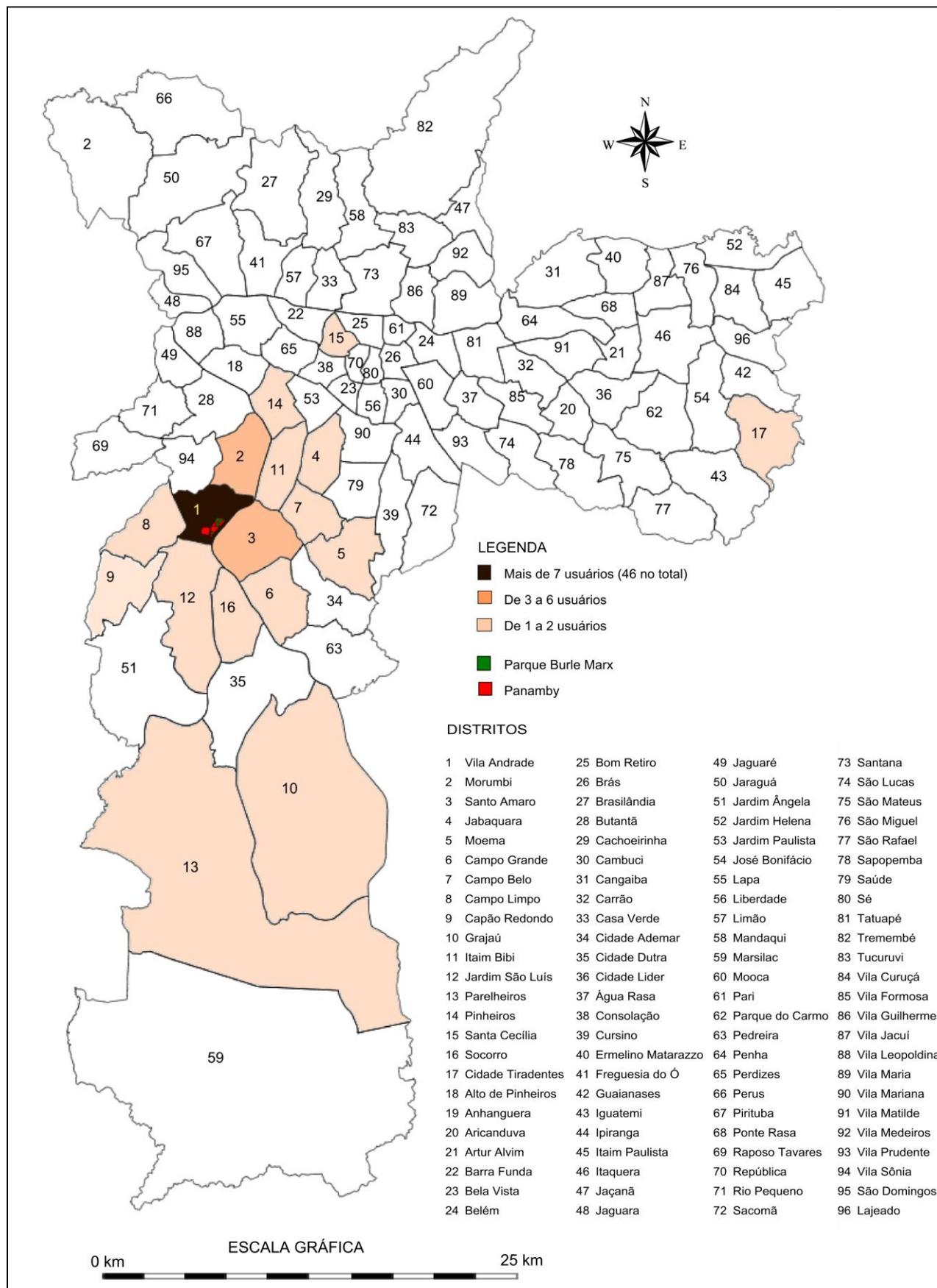


Figura 20: Mapa de São Paulo com o distrito de residência dos usuários entrevistados no Parque Burle Marx

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de base do programa Google Earth.

Como já apontamos, a análise dos dados contidos no Gráfico 1 e na Figura 19, permite-nos dizer que esse espaço como é fortemente utilizado por pessoas do distrito onde se localiza, já que a grande maioria dos frequentadores arguidos, 46 de 81 no total, revelaram ser moradores da Vila Andrade. No trabalho realizado por Burgos (2003), a partir da classificação feita por Kliass (1993), o parque é enquadrado como de bairro, que pela categorização original possui a abrangência de 1 km de raio. Cremos que esse raio não reflete exatamente a distância do público que o frequenta, mas concordamos que o uso seja feito principalmente por pessoas do entorno do parque.

Existe a estimativa de que o Parque Burle Marx receba 17.600 pessoas por mês (SINAENCO, 2012) o que não é um valor muito elevado, na medida em que a cidade de São Paulo possui 11.253.503 de habitantes e que a população da Região Metropolitana atinge 19.683.975 de moradores, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010. Tal dado, a nosso ver, indiretamente reforça a noção de que o Burle Marx é um parque de uso mais proximal, já que pelas entrevistas nota-se que há uma concentração de usuários vindos dos distritos do entorno, como Vila Andrade, Morumbi e Santo Amaro. Todavia é possível perceber, especialmente pelo que está contido no mapa, que os usuários entrevistados que não pertencem aos distritos que se localizam no entorno imediato do Parque Burle Marx, tendem a ser da Zona Sul de São Paulo, sendo exceção os casos de pessoas vindas de pontos mais distantes como a Zona Norte e a Zona Leste (em que registramos apenas uma moradora da Cidade Tiradentes que foi ao parque porque estava trabalhando em uma campanha publicitária de um empreendimento imobiliário junto ao Panamby). Fica mais nítida essa relação de frequência e proximidade com o parque a partir do cruzamento das respostas sobre o lugar de residência e o número de vezes que utiliza a área. Mas, primeiramente, antes de mostrarmos o cruzamento desses dados, é importante que apresentemos a identificação que fizemos das respostas à pergunta “*Com que frequência utiliza o parque*”? Essa categorização está contida no Quadro 8.

Quadro 8: Identificação da frequência apontada pelos usuários entrevistados no Parque Burle Marx

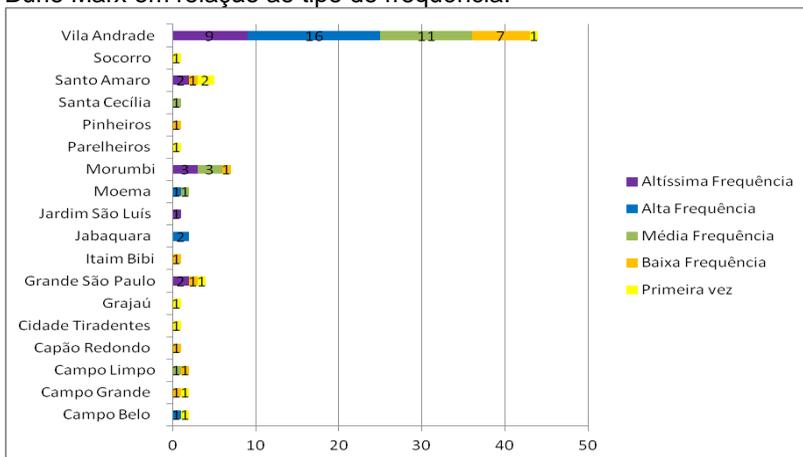
Identificação da frequência do usuário	Número de vezes que o usuário declarou ir ao Parque Burle Marx	Número de usuários entrevistados⁸⁴
“Altíssima”	Mais de 2 vezes por semana.	18
“Alta”	Entre 1 e 2 vezes por semana.	20
“Média”	Entre 1 e 3 vezes por mês.	18
“Baixa”	Menos de 1 vez por mês.	16
“Primeira Vez”	Primeiro dia que foi ao parque.	13

Fonte: Sistematizado pelo autor

Com as identificações de frequência explicadas é possível apresentar um gráfico em que cruzamos esse dado com o lugar de residência (Gráfico 2).

⁸⁴ Apesar de termos entrevistado 87 usuários, tivemos dois registros que não puderam ser incluídos, porque a gravação feita ficou inaudível na resposta a essa pergunta. Por isso, a soma dos respondentes a essa questão fica em 85.

Gráfico 2: Distrito de residência dos usuários entrevistados no Parque Burle Marx em relação ao tipo de frequência.



Fonte: Sistematizado pelo autor

Pelo gráfico é possível afirmar que os distritos que possuem mais usuários entrevistados tendem a se caracterizar pela altíssima e alta frequência, enquanto aqueles que foram sinalizados como local de residência por poucas pessoas tendem a corresponder a uma baixa frequência ou a primeira visita. Isso tem relação também com a distância que os distritos estão do parque. Na Figura 21 trazemos uma série de mapas da cidade de São Paulo que mostra os usuários de acordo com o distrito e o tipo de frequência, onde fica mais fácil visualizar a relação da distância com a intensidade de uso do parque.

Os usuários entrevistados que foram pela primeira vez ao parque são de variados distritos, como é demonstrado no mapa. Aliás, com quatorze usuários afirmando que estavam na área pela primeira vez, demonstra-se que o parque ainda é pouco conhecido, o que a nosso ver está relacionado com diversos fatores, como o grande número de parques que São Paulo possui (100 em 2012), além do empecilho do trânsito bastante intenso da capital paulistana, que inibe grandes deslocamentos.

Com relação aos usuários de baixa e média frequência entrevistados, encontramos uma tendência de uso por pessoas de distritos próximos, com a marca mais forte da Vila Andrade, que sedia o parque. O mapa contido na Figura 21 que apresenta os entrevistados de “Altíssima Frequência” torna bastante visível esse padrão onde os distritos mais próximos tendem fornecer o maior número de usuários.

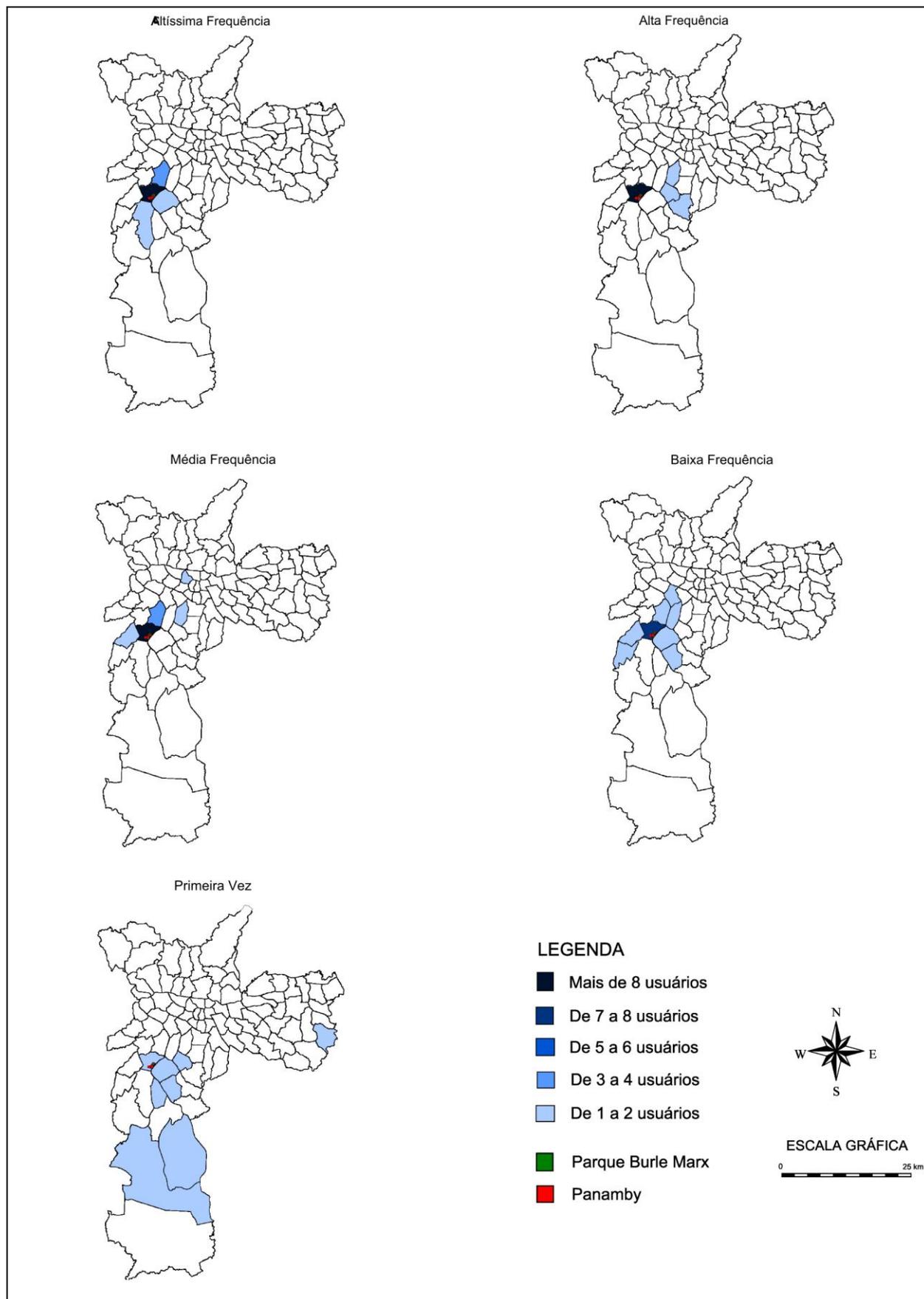
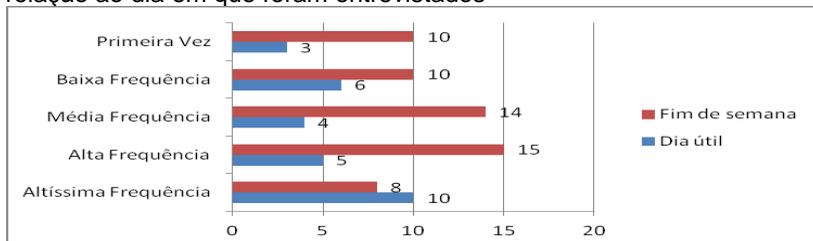


Figura 21: Usuários entrevistados do Parque Burle Marx, conforme o tipo de frequência e o distrito de origem.

Fonte: Elaborado pelo autor

Entretanto, no mapa apresentado como de “Alta Frequência” esse perfil não tem tanta nitidez. Acreditamos que alguns fatores colaboram para que esse quadro não fique tão evidente: o domínio pleno de usuários da Vila Andrade nesse segmento; a ocorrência de que nenhum outro distrito foi apontado por mais de 2 usuários, favorecendo a aleatoriedade (ainda mais em uma pesquisa de cunho qualitativo); além do fato de que esse grupo se constitui por pessoas que vão ao parque entre uma e duas vezes por semana, podendo corresponder a usuários de fim de semana, cuja abrangência territorial tende a ser maior⁸⁵. No Gráfico 3 mostramos o cruzamento dos tipos de frequência dos usuários entrevistados com o dia em que foi feita a arguição, onde torna-se possível perceber que os usuários mais frequentes foram interpelados especialmente em dias úteis, enquanto as pessoas que pela primeira vez estiveram no parque foram encontradas, em sua maioria, nos finais de semana.

Gráfico 3: Tipo de frequência dos usuários do Parque Burle Marx em relação ao dia em que foram entrevistados



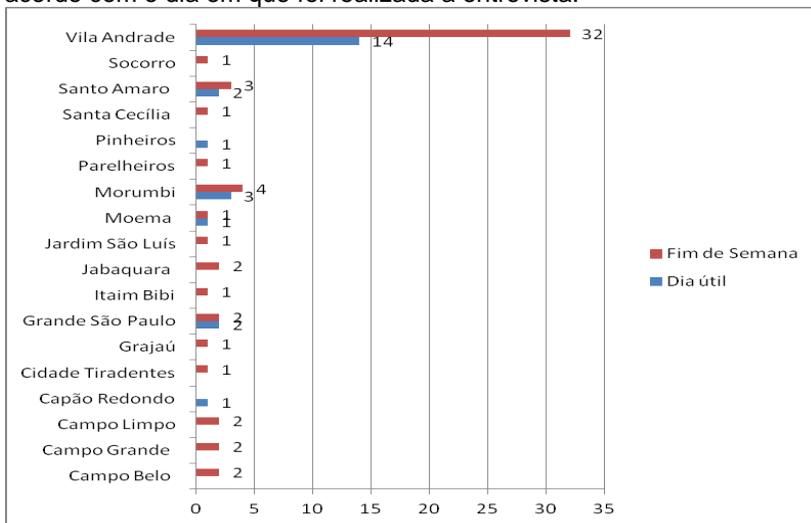
Fonte: Sistematizado pelo autor

O dado apresentado colabora para compreendermos que o uso do parque durante o final de semana tende a ser feito por pessoas de distritos mais distantes, que em boa parte das vezes são usuáries de baixa frequência ou estão conhecendo o parque pela primeira vez. Isso que estamos afirmando é possível de

⁸⁵ Os usuáries de Jabaquara e do Campo Belo que foram enquadrados como de alta frequência, concederam entrevista em um final de semana.

visualizar no Gráfico 4 a seguir, em que fazemos a relação entre o distrito de origem e o dia da semana no qual foi dada a entrevista.

Gráfico 4: Distrito de residência do usuário do Parque Burle Marx de acordo com o dia em que foi realizada a entrevista.



Fonte: Sistematizado pelo autor

O Gráfico 4 mostra que um número maior de distritos tende a ser representado no Parque Burle Marx durante os finais de semana, enquanto que, em dias úteis, há uma tendência de que os usuários venham de distritos mais próximos. Devemos lembrar apenas que o número de entrevistados durante os finais de semana foi bastante superior ao de arguidos em dias úteis pela opção metodológica que fizemos de corresponder mais diretamente ao volume de uso, que é significativamente maior nos sábados e domingos. Esse fato pode influenciar a análise dos dados, porque em um número maior de entrevistas temos mais chance de encontrar situações aleatórias. Por outro lado, se aplicássemos o mesmo número de entrevistas em dias úteis, não respeitaríamos o volume de usuários, o que poderia influenciar a

análise por outro ângulo. Mesmo diante desses percalços para o estabelecimento de fronteiras de validade através de dados objetivos obtidos por meio de pesquisa qualitativa, pode-se observar que o número de usuários entrevistados em finais de semana que são da Vila Andrade, assim como durante os dias úteis, é bem superior aos demais distritos, nos apontando um indício bem forte de uso feito por pessoas que moram próximas ao parque.

Na Figura 22 apresentamos um mapa em que mostramos os distritos dos usuários de acordo com o tipo de dia da entrevista, tornando mais clara essa noção de que o uso de final de semana tende a contemplar pessoas de pontos mais distantes da cidade.

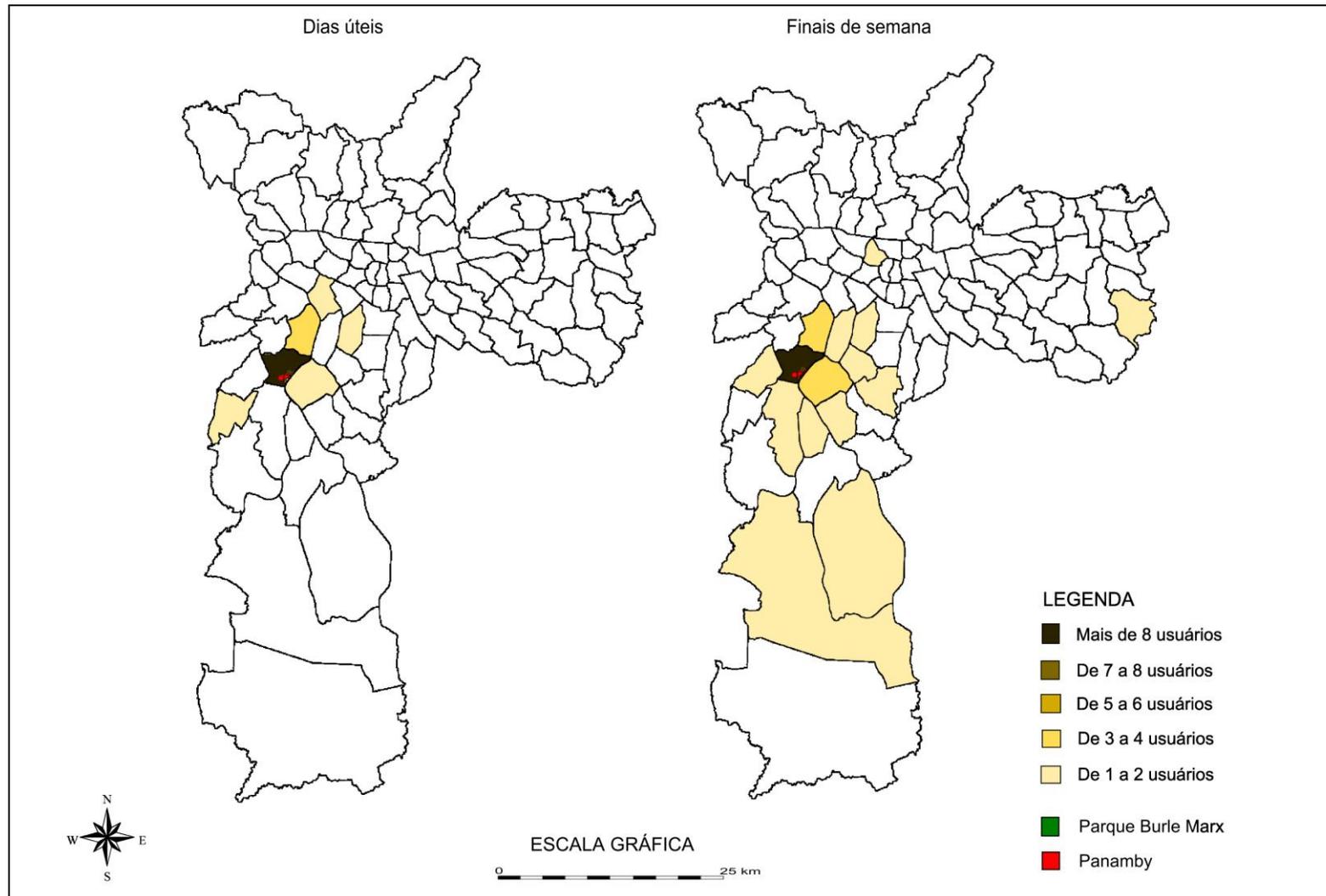
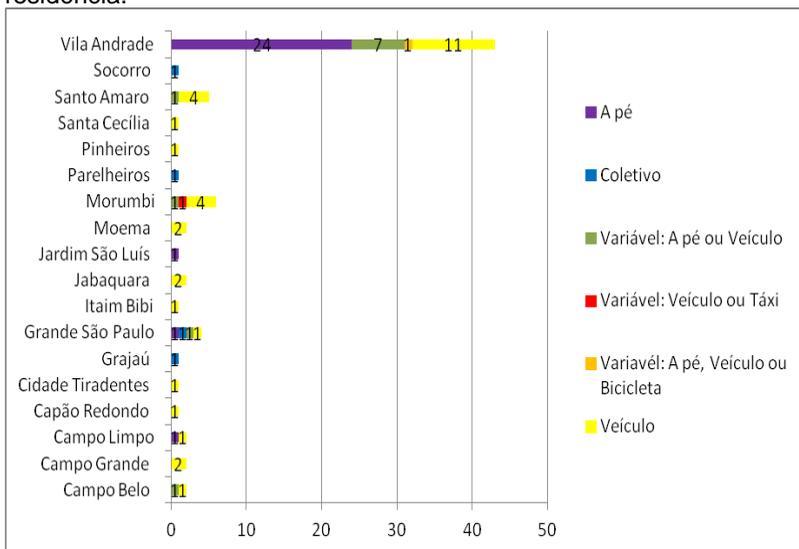


Figura 22: Mapa de distritos de residência dos usuários do Parque Burle Marx de acordo com o dia em que foram entrevistados. Fonte: Elaborado pelo autor.

Tais dados demonstram, através dos usuários entrevistados, que há uma tendência de concentração de uso do Parque Burle Marx por pessoas que são do entorno mais próximo e que as pessoas de lugares mais distantes normalmente visitam o parque nos finais de semana.

Outro dado interessante que produzimos durante a pesquisa foi obtido ao perguntarmos às pessoas com que meio de transporte elas se deslocavam para o parque. Por razões lógicas os usuários que declararam ir a pé, são, em sua grande maioria, do distrito que sedia o parque ou dos adjacentes, conforme mostramos no Gráfico 5 a seguir, porém torna-se bastante evidente que mesmo na Vila Andrade é muito grande o número de pessoas que declararam ir de veículo (moto ou carro particular). Poucas foram as pessoas que declararam ir de transporte coletivo, pois são escassas as opções para aqueles que desejarem ir com esse meio de transporte, na medida em que num raio de 500 metros apenas duas linhas de ônibus atendem (807P-10 e 6291-10). Também acreditamos que pelo fato do parque não ser muito usado por grupos de jovens, isso acaba determinando o baixo uso de transporte coletivo entre aqueles que frequentam esse espaço público.

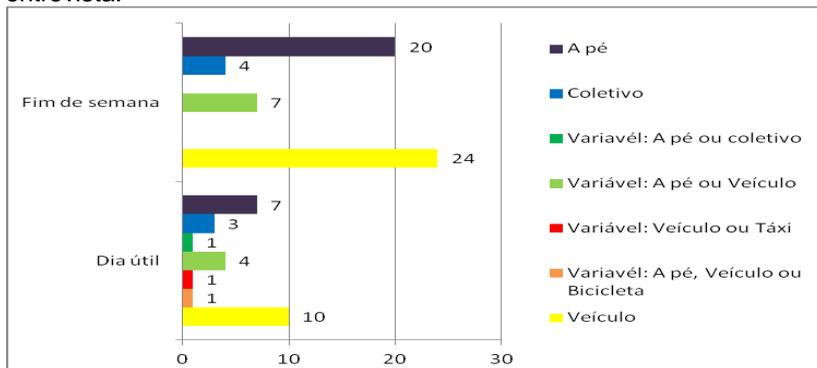
Gráfico 5: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Burle Marx, de acordo com o distrito de residência.



Fonte: Sistematizado pelo autor

Como vemos, somente nos distritos mais próximos temos pessoas que vão a pé ao parque. A exceção é um caso em que uma pessoa da Grande São Paulo vai a pé da casa de sua namorada que fica na Vila Andrade. Mesmo em dias úteis, quando o parque normalmente é mais utilizado por pessoas que moram próximas, o número de pessoas que afirmaram ir de veículo ao parque é maior, conforme demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Burle Marx, de acordo com o dia da entrevista.



Fonte: Sistematizado pelo autor

Percebe-se que no distrito que sedia o Parque Burle Marx (Vila Andrade), onde poderíamos esperar mais usuários que se deslocam a pé, encontra-se um número alto de pessoas que utilizam veículo. De antemão, podemos dizer que o Distrito de Vila Andrade trata-se de uma região bastante heterogênea sócio-economicamente, com áreas muito ricas próximas de favelas. Trata-se de um bairro com grande segregação residencial - seja a auto-segregação das populações mais ricas, seja a segregação imposta aos pobres, se utilizarmos os termos definidos por Corrêa (1989), que foram retomados por Burgos (2003), no momento em que a autora fala sobre o Parque Burle Marx e a Vila Andrade. Para que se tenha uma ideia da diferenciação econômica existente no distrito de Vila Andrade, é interessante observar os dados contidos sobre renda nominal média das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por setores censitários, conforme apresentamos na Tabela 5.

Tabela 5: Renda média nominal por faixa salarial, das pessoas com 10 ou mais de idade dos setores censitários do Distrito de Vila Andrade.

Rendimento Médio Nominal por faixa salarial	Número de setores censitários
Mais de 1 até 2 salários mínimos	53
Mais de 2 até 3 salários mínimos	5
Mais de 3 até 5 salários mínimos	5
Mais de 5 até 10 salários mínimos	43
Acima de 10 salários mínimos	114
Sem dados	6

Fonte: IBGE - Resultado do Universo do Censo 2010 para Setores Censitários e Base Digital dos Setores Censitários

Pela análise da tabela vemos que há pouquíssimos setores censitários com média acima de 2 até 5 salários mínimos, pois o Distrito de Vila Andrade é uma região de extremos, na medida em que a concentração está nas faixas salariais menores e maiores. Há favelas e condomínios luxuosos lado a lado, como mostraremos nas Figuras 23 e 24.



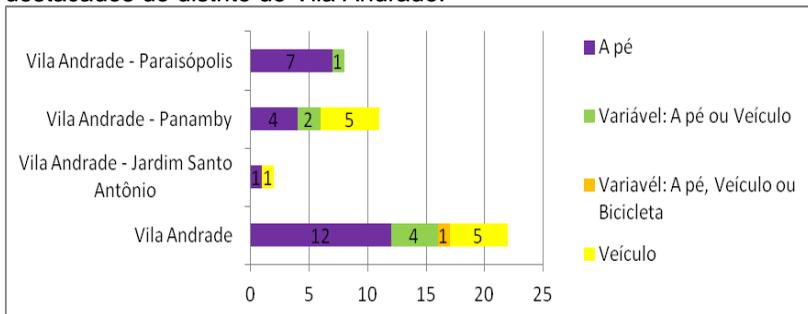
Figura 23: Favela de Paraisópolis e os prédios da Vila Andrade
Fonte: Fotografado pelo autor (Março/2012)



Figura 24: Favela da Peinha e os prédios do Panamby
Fonte: Fotografado pelo autor (Julho/2012)

De certo modo, a partir do dado sobre o tipo de transporte utilizado para ir ao parque, podemos depurar um pouco da complexidade e da desigualdade que compõe o distrito que mais contribui com usuários para o Parque Burle Marx. Para tal, iremos dividir a Vila Andrade em quatro regiões (bairros): Panamby (loteamento que deu origem ao parque); Paraisópolis; Jardim Santo Antônio; e Vila Andrade (como o restante do distrito que não está nas três áreas apontadas anteriormente). No Gráfico 7 apresentamos o tipo de transporte utilizado pelos usuários entrevistados em cada uma dessas áreas.

Gráfico 7: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Burle Marx, de acordo com os bairros destacados do distrito de Vila Andrade.



Fonte: Sistematizado pelo autor

De todos dos dados contidos, é interessante notar que no Panamby o número de usuários que declararam ir de veículo ao parque é superior aos que apontaram se deslocar a pé, enquanto em Paraisópolis nenhum usuário afirmou ir exclusivamente de carro ou moto. Entretanto, o Panamby se encontra junto ao Parque Burle Marx, enquanto Paraisópolis está em um ponto mais distante da Vila Andrade, o que a nosso ver demonstra a diferença sócio-econômica entre essas duas áreas. Na Figura 25 apresentamos um mapa sócio-econômico, feito a partir do rendimento nominal médio das pessoas acima de 10 anos de idade (com renda) da Vila Andrade, por setores censitários, onde podemos observar a localização dos pontos desse distrito que foram destacados por nosso estudo.

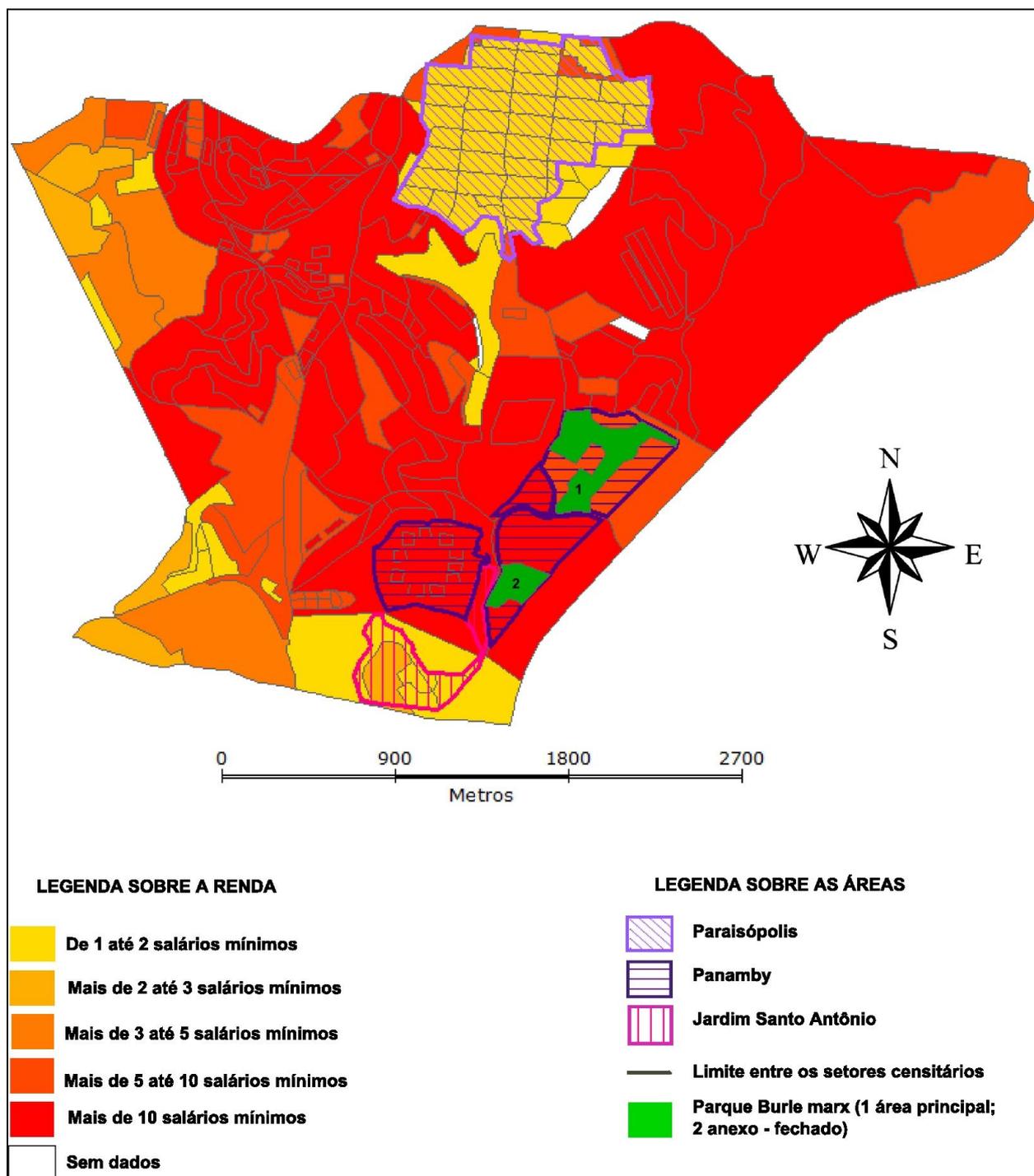


Figura 25: Mapa de rendimento nominal médio por pessoas com mais de 10 anos (com rendimento), de acordo com os setores censitários investigados CENSO 2010, com destaque para os bairros destacados por nosso estudo.

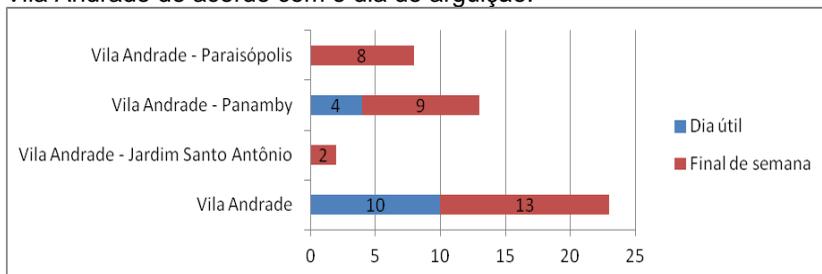
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de IBGE - Resultado do Universo do Censo 2010 para Setores Censitários e Base Digital dos Setores Censitários - com auxílio dos programas Google Earth, Terra View (INPE) e Inkscape.

Pelos dados conseguimos perceber que o Panamby, onde se localiza o Parque Burle Marx, é uma área de alto poder aquisitivo onde os moradores com mais de 10 anos de idade (com renda) recebem, na maioria dos setores censitários que o compõem, em média mais de 10 salários mínimos (em somente um setor a média ficou entre 5 e 10 salários mínimos). Aliás, esse é um padrão que se mantém em uma boa parte da área territorial da Vila Andrade. Porém em favelas como Paraisópolis e/ou em regiões como o Jardim Santo Antônio, que possui habitações desse tipo (como a Favela da Peinha), a média de salários mínimos, recebidos por pessoas acima de 10 anos, fica entre 1 e 2, podendo, em setores censitários de exceção, atingir 3. Tais dados ajudam a explicar a diferença de transporte utilizado entre as populações de Paraisópolis e do Panamby. Dizemos isso, não exatamente porque o uso de veículo particular seja uma marca da classe (os automóveis, inclusive, estão mais acessíveis à população, por uma série de fatores, como pela redução de IPI e facilitação da obtenção de crédito), mas porque o custo para estacionar um carro no Parque Burle Marx é alto e não há como deixar um carro nas ruas adjacentes, pois há proibição desse tipo de prática no entorno. O estacionamento custava no período da pesquisa 6 reais durante os dias úteis e 8 reais nos finais de semana⁸⁶. Para a população de Paraisópolis é um valor alto diante da remuneração mais reduzida que recebem média. Além disso, é importante que se diga, que todos os entrevistados de Paraisópolis foram arguidos durante algum final de semana em que fizemos a pesquisa. Ou seja, há uma tendência de que os moradores de Paraisópolis usufruam do parque justamente no dia em que o estacionamento é mais caro. O Gráfico 8 mostra os usuários da Vila Andrade que frequentam

⁸⁶ Os recursos obtidos com o estacionamento são usados para o financiamento do próprio parque. Contudo, é importante dizer que há uma empresa que gerencia o estacionamento e repassa, posteriormente, parte do valor arrecado à Fundação Aron Birmann que administra o parque. Sobre esse modelo de gestão falaremos em um momento adiante.

o Parque Burle Marx, de acordo com o dia em que foram entrevistados.

Gráfico 8: Usuários entrevistados dos bairros estudados do distrito de Vila Andrade de acordo com o dia de arguição.



Fonte: Sistematizado pelo autor.

É interessante ponderar que a Vila Andrade possuía em 2010, 127.015 habitantes, segundo os dados do Censo Demográfico. Desse total, só o bairro de Paraisópolis contém 55.699⁸⁷, enquanto no Panamby, embora não tenhamos um dado preciso com a delimitação exata do bairro, pela soma total da população dos setores censitários onde se encontram as glebas que deram origem ao loteamento, chega-se a um número de 4.887. Usando o mesmo método de contagem que utilizamos para o Panamby, encontramos uma população de 6.341 para o Jardim Santo Antônio. A população de Paraisópolis, portanto, é muito mais ampla do que a população do Panamby, sendo que este também é menor do que o Jardim Santo Antônio. Todavia, pelas entrevistas que fizemos encontramos mais usuários do Panamby (11 entrevistados), do que das comunidades de Paraisópolis (8) e Jardim Santo Antônio (2). Tal situação é um indicativo de que o Parque Burle Marx atrai mais pessoas de alto poder aquisitivo do que de baixo, o que acreditamos estar

⁸⁷ Esse dado é obtido somando a população dos Aglomerados Subnormais de Paraisópolis (42.826), Panorama I (2.929) e Panorama II (9.944), conforme reivindicação da própria comunidade, já que se trata de uma região contigua (BARRETO, 2013).

relacionado diretamente com as possibilidades de uso que esse espaço público dispõe, pois pelo Decreto 35.537/95 que estipula o regulamento dessa área, ficam proibidas, em seu interior, as práticas que envolvam bola, os pic-nic's, a entrada com animais domésticos, o uso de bicicletas, patins e skates. Sobre esse regulamento falaremos com mais cuidado em um subcapítulo posterior, mas de antemão pode-se dizer que as restrições de uso estabelecidas pelas normas constroem um tipo de uso e conseqüentemente de usuário do Parque Burle Marx. No Quadro 9 apresentamos a identificação feita a partir das respostas obtidas em relação a pergunta “Que atividades costuma realizar no parque?”, com o respectivo número de falas que continham o conteúdo (sendo que algumas manifestações exibiram mais de um tipo de uso).

Quadro 9: Identificação de usos do Parque Burle Marx conforme as respostas obtidas à pergunta “Que atividades você costuma realizar no parque?”

IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE USO DO PARQUE	CARACTERÍSTICA DO USO	NÚMERO DE FALAS ⁸⁸	PRÁTICAS APONTADAS
Esportiva	Utiliza o parque para fazer algum tipo de esporte.	66	Em grande volume: caminhada, corrida e alongamento. Em pequeno volume: tai chi chuan, slackline, ginástica
Contemplativa	Utiliza o parque para contemplar seus aspectos	20	Andar pelas trilhas, observar o lago, estar em contato com a natureza (animais e plantas) da mata original e/ou dos jardins, descansar, ler, meditar.

⁸⁸ Há falas que foram classificadas em mais de tipo de atividade, pois expressavam um grande conjunto de ações. Também há pessoas que não se manifestaram a essa pergunta, especialmente em situações onde mais de uma pessoa era entrevistada.

	naturais e ornamentais, meditar, descansar e/ou ler.		
Recreativa	Utiliza o parque para brincar, especialmente com crianças.	18	Brincar com bola, com pequenas bicicletas, no playground. Houve manifestações de usar o parque para pic-nic.
Comunicacional	Utiliza o parque para encontrar pessoas, para conversar.	5	Bater papo com os amigos, tomar um chimarrão, namorar.
Acadêmica	Utiliza o parque para fazer estudos acadêmicos.	4	Pesquisa de campo feita pela universidade.

Fonte: Sistematizado pelo autor

Antes de apresentarmos esse dado é importante que esclareçamos alguns aspectos da análise. Todas as perguntas do nosso questionário eram abertas e registradas em gravações. Desse modo, quando fizemos a pergunta “Que atividades você costuma realizar no parque?”, algumas pessoas apontaram mais de uma, o que acreditamos ser coerente, já que necessariamente não se executa apenas uma. Portanto, ao apresentar o dado, tivemos uma preocupação com a frequência em que cada grupo de atividades apareceu, independentemente se o usuário faz uma ou mais ações. Mais do que a frequência, também gostaríamos de mostrar a variedade de ações ocorridas no

parque, o que acreditamos ter sido feito a partir do método que utilizamos.

Diante disso, notadamente há um predomínio das atividades esportivas no interior do parque, que é feito, porém, com pouca variedade, já que esportes com bola são proibidos no parque. A grande maioria das pessoas que praticam esportes no Parque Burle Marx fazem caminhadas, corridas e/ou alongamentos, corroborando com nossas observações de campo, na medida em que foi possível ver, ao longo de sua extensão e em todos os dias e turnos de pesquisa, pessoas realizando essas atividades esportivas (Figura 26). Existem aulas de Tai-Chi-Chuan regulares no parque, oferecidas por um professor voluntário, mas não encontramos em nossas entrevistas muitas pessoas que realizam essa atividade. De qualquer modo, a não permissão dos jogos com bola inibe o uso do parque por populações de baixa renda que tem em esportes como o futebol, uma prática comum.



Figura 26: Usuários praticando caminhada e corrida no Pq. Burle Marx
Fonte: Fotografado pelo autor (Julho/2012)

O mapa da Figura 27 ajuda a visualizar a área interna do parque e a compreender as descrições de uso apresentadas.



Figura 27: Mapa da área interna do Parque Burle Marx
 Fonte: Elaborado pelo autor (2013), a partir de imagens do programa Google Earth.

No segundo conjunto destacado aparecem as atividades contemplativas, que são muito variadas em suas formas de expressão (de descanso a passeios para ver o lago) e que correspondem a uma relação introspectiva com o ambiente. O uso contemplativo é favorecido pelo desenho, pelo arranjo físico e organizacional (regras) da área, potencializando a valorização da natureza que foi utilizada, inclusive, como chamada publicitária para os empreendimentos do Panamby. Esse caráter contemplativo, somado aos tipos de esporte possíveis de serem realizados no parque, provoca um baixo uso da área por jovens, como podemos perceber através de nossas observações de campo. Os poucos jovens são compensados por um número grande de crianças, especialmente nos finais de semana, quando muitas famílias se deslocam para o parque em busca de um espaço de recreação e contemplação. Isso explica a representatividade das atividades recreativas listadas na área. É comum ver muitos pais brincando com seus filhos no gramado principal, tornando-o um grande “berçário” (Figura 28).



Figura 28: Famílias com crianças no Gramado Central do Parque Burle Marx

Fonte: Fotografado pelo autor (Novembro/2011)

Esse uso intenso feito por pais e crianças provocou aberturas não regulamentadas no conjunto de regras do parque: a possibilidade de uso de bolas e bicicletas infantis. Como o espaço é utilizado por pessoas de alta renda é bastante comum ver babás vestidas de branco dando suporte as famílias com crianças.

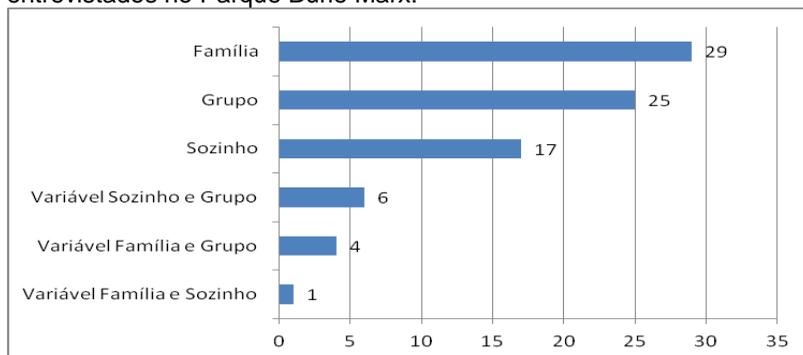
Outro dado interessante da ocupação do parque por famílias com crianças em busca de recreação, é que até meados do ano de 2011 o parque não contava com aparelhos específicos para atividades infantis. Somente no segundo semestre de 2011 é que a fundação gestora do parque compra um conjunto de equipamentos para a construção de um *playground* (que ocorreu tardiamente pela falta de recursos para a aquisição de equipamentos que atendessem as normas estabelecidas pela Prefeitura de São Paulo). Além disso, algumas falas que identificamos dentro do conjunto de práticas recreativas relataram que utilizam o parque para pic-nic's, o que é proibido pela regra, demonstrando que a ordem imposta pelo regulamento permite desvios, embora pequenos.

Chama atenção, por outro lado, o baixo número de pessoas que vão ao parque para encontrar outras pessoas, ou até mesmo para namorar, que registramos como atividades do tipo comunicacional. Acreditamos que essa situação ocorre pelas poucas possibilidades de apropriação espacial que o regulamento rígido produz sobre esse espaço, gerando como reflexo um uso mais funcional do espaço, de acordo com aquilo que é oferecido pela programação feita para o parque.

O baixo número de pessoas que disseram ir ao parque para encontrar outras, contrasta com o cenário apresentado em espaços públicos similares. No Parque Germânia, que também fez parte do estudo, o tipo de uso mais citado é de caráter comunicacional, como veremos mais adiante no texto. Pensando na relação dos parques urbanos como híbridos entre jardins e praças, pode-se dizer que um resultado como esse descrito em nossa pesquisa, mostra que, no caso do Burle Marx, reforça-se muito mais o primeiro lado (o do jardim), do que o segundo. Por isso mesmo, aspectos contemplativos tendem a ter mais força

nas atividades realizadas no parque do que ações comunicacionais. Logicamente que toda atividade realizada em um parque, seja ela esportiva, recreativa e até mesmo contemplativa, tem uma dimensão comunicacional que pode se dar pela simples copresença. Todavia, poucas pessoas manifestaram que iam ao parque por causa de atividades diretamente comunicacionais, como conversar, encontrar amigos, etc. A falta dessa prática inclusive pode explicar o grande número de usuários que praticam sozinhas as atividades apontadas. No Gráfico 9 trazemos respostas à pergunta “*Realiza essas atividades normalmente sozinho (a) ou acompanhado (a) (grupo ou família)?*”

Gráfico 9: Respostas à pergunta “*Realiza essas atividades normalmente sozinho (a) ou acompanhado (a) (grupo ou família)?*”, entre os usuários entrevistados no Parque Burle Marx:



Fonte: Elaborado pelo autor

O número de pessoas que realiza atividades acompanhadas no parque é significativamente maior se comparado aos que frequentam sozinhos. No entanto, o número de pessoas que usam sozinhas o parque é bastante elevado. Para ratificar isso que estamos dizendo, por exemplo, podemos utilizar como referência o nosso outro estudo de caso, o Parque Germânia em Porto Alegre, onde foram entrevistadas 123 pessoas e dessas apenas 6 declararam fazer suas atividades

exclusivamente sozinhas, conforme será apontado no momento de apresentação das características desse espaço público da capital gaúcha.

Interessante também observar o dado sobre os motivos que geram a ida ao parque. Não existe necessariamente uma relação direta entre a motivação e a atividade que será realizada no parque. Dizemos isso porque, mesmo que o uso para atividades esportivas tenha sido o mais citado pelos usuários entrevistados, a motivação para ir ao parque não corresponde compulsoriamente ao esporte. No caso do Parque Burle Marx, a maior parte dos usuários destaca como motivação para ir ao parque, aspectos que correspondem ao ambiente agradável que encontram nesse espaço, seja por condições naturais, seja por aspectos da infraestrutura construída, perpassando pelas delimitações de uso estabelecidas pelo regulamento e pelo sentimento de tranquilidade que é propiciado. Ou seja, a motivação tende a ser gerada mais por aspectos específicos do ambiente do parque, que permite realizar diferentes atividades de um modo mais agradável. Posição similar havia sido ocupada no trabalho de pesquisa feito por Burgos (2003), onde a maioria dos usuários declarou ir ao parque pela *“paisagem, ambiente saudável”*⁸⁹. O Quadro 10 mostra uma classificação onde buscamos agrupar as respostas que foram obtidas através da pergunta *“Por que vem a esse parque?”*.

⁸⁹ Devemos destacar apenas que no trabalho de Burgos (2003) os usuários podiam optar por um dos itens que apresentavam motivos (*paisagem, ambiente saudável; descansar, relaxar; conversar; encontrar amigos, “ver o movimento”; conhecer pessoas diferentes, fazer amigos, paquerar; brincar, praticar jogos informais; praticar esportes; acompanhar pessoas ou animais; conveniência por proximidade, falta de outra opção; outros – diversão/segurança/saúde*) diferentemente do nosso trabalho onde as perguntas eram abertas.

Quadro 10: Identificação dos motivos que levam a ir ao Parque Burle Marx conforme as respostas obtidas à pergunta “Por que vem a esse parque?”

TIPOS DE MOTIVOS QUE LEVAM A IR AO PARQUE	CARACTERÍSTICA DO MOTIVO	NÚMERO DE FALAS ⁹⁰	MOTIVAÇÕES APONTADAS
<i>Ambiente agradável</i>	Vai ao parque pela tranquilidade, pelos aspectos naturais, pela qualidade do espaço construído e de sua manutenção, pela seletividade de uso, pela segurança.	32	<p><i>Tranquilidade:</i> Pelo pouco movimento do parque, pela calma da área, pelas regras que o deixa sossegado para as pessoas caminharem e para as crianças.</p> <p><i>Aspectos Naturais:</i> Pela grande arborização, para fugir do ambiente urbano, pelo ar puro, pela mata natural, por ser bucólico, pelas trilhas.</p> <p><i>Aspectos de Infraestrutura:</i> Pela beleza, pela limpeza, pela facilidade do estacionamento, pelo projeto paisagístico, pelos bancos, por ser pequeno.</p> <p><i>Seletividade:</i> Por ser mais usado por famílias e por pessoas educadas, por não ser usado por determinados grupos sociais, por não permitir determinados usos.</p> <p><i>Segurança:</i> Por se sentir seguro na área.</p>

⁹⁰ Há falas que foram classificadas em mais de um tipo de motivação, pois expressavam um grande conjunto de motivos para usar o parque. Também há pessoas que não se manifestaram durante a pergunta, especialmente quando a entrevista era feita com mais de uma pessoa.

<i>Proximidade</i>	Frequenta pela proximidade do parque em relação à residência, ao trabalho e à escola.	24	Por estar perto de casa, do trabalho ou da escola.
<i>Conhecer</i>	Foi ao parque para conhecê-lo	11	Pelo fato de estar trabalhando próximo, pela feira de orgânicos, pelos bons comentários a respeito da área, para fazer um estudo.
<i>Brincar</i>	Vai ao parque para poder brincar com as crianças ao ar livre.	8	Pelas regras que o tornam tranquilo para levar as crianças (filhos ou alunos), pelos brinquedos disponíveis.
<i>Esporte</i>	Vai ao parque devido às atividades esportivas que podem ser nele realizadas.	4	Por oferecer pistas para caminhada, pelas regras que tornam o espaço calmo para exercícios, por ser diferente de academia.
<i>Sociabilidade</i>	Vai ao parque para encontrar amigos, conversar com pessoas.	3	Pelas conversas, para encontrar amigos.
<i>Trabalho</i>	Vai ao parque para realizar algum tipo de trabalho.	3	Para desenvolver atividades com alunos, no campo recreativo ou esportivo.

Fonte: Sistematizado pelo autor

Ações como brincar com as crianças e fazer esportes, embora tenham sido bastante destacadas como realizadas no parque pelos usuários entrevistados, não são incluídas

diretamente, de modo numeroso, como motivações para as visitas, de maneira que é possível pensar que as características do espaço possuem mais influência na decisão sobre a realização dessas práticas no Burle Marx, do que a atividade em si. Entretanto são muitas as variáveis do Parque Burle Marx que lhe dão o *status* de *ambiente agradável* e que acabam motivando os usuários a retornarem. Seus aspectos naturais, pela presença de uma mata exuberante que garante uma boa qualidade do ar, assim como sua infraestrutura que contém os jardins de Burle Marx, banheiros limpos e equipamentos bem cuidados, destacam-se entre os pontos citados. Mas o que mais nos chamou a atenção foram os discursos que, para valorizar o ambiente do Parque Burle Marx, recorreram a sua seletividade em relação ao uso e aos grupos sociais que o frequentam, através de menções feitas ao regulamento ou ao apontar esse espaço como um ambiente familiar, “de pessoas educadas”. Um exemplo do que estamos falando é possível encontrar na resposta dada por um entrevistado ao apresentar sua motivação para ir ao Parque Burle Marx:

Pela característica dele de não ter muita bagunça, muita gente. Não tem pessoas com bicicleta, para... Não tem fazendo pic-nic, não tem carrinho vendendo as coisas aqui, cachorro-quente. Essa é a melhor, melhor característica. Eu sinto como um parque até de contemplação, não é, por causa dessas coisas que não ocorrem como nos outros aí que é tudo... tem skate, bicicleta. Então é mais tranquilo aqui. (Homem, 51 anos).

Nem todas as falas que apontam àquilo que estamos chamando de *ambiente agradável* como fator de motivação para ir ao Parque Burle Marx, trazem exatamente essa noção, mas esse tipo de argumento nos permite dizer que o regulamento tem um papel decisivo no perfil de usuário desse espaço público, na medida em que estabelece um padrão ou comportamento de uso.

Há outros fatores que influenciam o uso do espaço no Parque Burle Marx. Como é possível ver no Quadro 10, o fator *proximidade* aparece com bastante ênfase, reforçando a noção de que o Parque Burle Marx possui um uso mais local, assim como, também demonstra as dificuldades de usufruto de espaços públicos mais distantes, devido ao trânsito intenso da capital paulista. Na pesquisa de Burgos (2003) esse fator não havia se destacado com tanta ênfase. Todavia, acreditamos que isso se deu pela opção da pesquisadora em obter essa resposta a partir de uma pergunta fechada, com a possibilidade de apontamento de uma só motivação, embora a maior parte dos usuários que manifestaram em nosso trabalho o fator proximidade como o motivo de ir ao parque, não tenha citado outro em conjunto. As distâncias e o trânsito intenso podem também estar relacionados com os usuários que foram ao parque pela Primeira Vez, como apresentamos nos Gráficos 2 e 3, e que aparecem no Quadro 10 através da motivação definida como *conhecer*, seja por motivos de estudo, seja por simples curiosidade, o que reforça, por um lado, a tese desse parque como um espaço ainda desconhecido por boa parte dos paulistanos, e por outro, a valorização dada pela imprensa a esse espaço, que desde uma pesquisa feita pelo SINAENCO (2012), foi apontado como o melhor da cidade⁹¹.

Pessoas que vão ao parque para trabalhar são, como esperado, poucas, na medida em que esse tipo de espaço público se caracteriza por atividades feitas em momentos de tempo livre. Cabe apenas fazer a menção de que os entrevistados que estavam no parque a trabalho estavam orientando atividades esportivas ou desenvolvendo atividades recreativas com crianças.

Por fim, assim como as atividades que classificamos como *comunicacionais* foram pouco apontadas no Quadro 9, nas motivações apresentadas no Quadro 10, a *sociabilidade*, que

⁹¹ Iremos fazer uma discussão mais cuidadosa do estudo feito pelo SINAENCO no Capítulo 4, em que discutiremos a gestão do Parque Burle Marx.

seria seu correspondente direto, foi pouco citada como agente que provoca a ida ao parque. Esse dado nos reforça a ideia de que o Parque Burle Marx não é exatamente um espaço de trocas comunicacionais, como reforçamos no momento em que definimos o que é um espaço público. Não podemos ignorar que a copresença, e não fundamentalmente a comunicação verbal, é capaz de gerar trocas comunicacionais. Contudo, a acessibilidade seletiva dos usos do/no Parque Burle Marx enrijece a espontaneidade das relações que poderiam ser estabelecidas, quebrando a potencialidade de promover encontros nesse espaço. A baixa permeabilidade do Parque Burle Marx às trocas comunicacionais reflete diretamente a forma segregada dos espaços de habitação da Vila Andrade, no qual se inclui o Panamby por um lado, e as favelas da Peinha e de Paraisópolis por outro.

Com um quadro similar de origem, onde o espaço público é resultado de uma obrigação de um empreendedor imobiliário em relação ao Estado, o Parque Germânia, em Porto Alegre, apresenta um cenário mais aberto à diferentes práticas sociais, todavia quando comparado a outros espaços da capital gaúcha percebe-se alguns processos de enrijecimento da permeabilidade pública, conforme veremos no próximo subcapítulo.

3.2 O PARQUE GERMÂNIA:

O parque Germânia localiza-se na Zona Norte da cidade de Porto Alegre, junto ao loteamento Jardim Europa da construtora Goldsztein e da loteadora CEISA (Figura 29). O parque e os empreendimentos imobiliários do Jardim Europa estão em região de grande valorização imobiliária causada pela presença de *shoppings centers* (Iguatemi e Bourbon Country) e centros de negócios, que resultam na criação de uma nova centralidade, conforme aponta os estudos de Soares (2010). Tais equipamentos urbanos valorizaram bastante a região e representam o avanço de uma fronteira urbana pelas grandes

corporações do setor imobiliário, conforme a análise apresentada por Sanfelici (2009).

Enquanto os setores Oeste e Sul (bairros Chácara das Pedras, Boa Vista e Três Figueiras) do Shopping Iguatemi se caracterizaram por uma urbanização elitizada, os setores Norte e Leste desse centro comercial (bairros Vila Ipiranga, Vila Jardim, Passo d'Areia e Cristo Redentor) foram habitados por famílias de classe média e média-baixa. A maior parte da área que compõe esses bairros correspondia a imóveis rurais (chácaras) que foram loteados a medida que a cidade se expandia. A partir do momento em que o Shopping Iguatemi foi se tornando uma nova centralidade em Porto Alegre, cresce o parcelamento do solo para a construção de novos imóveis, principalmente verticais, especialmente no setor Sul e Oeste desse centro comercial. A última chácara da região a ser incorporada ficava no setor leste do referido shopping, em ponto oposto aos primeiros vetores de maior urbanização. Trata-se da Chácara Silva-Bier, que dará origem, na década de 2000, ao empreendimento Jardim Europa e ao Parque Germânia (SANFELICI, 2009).

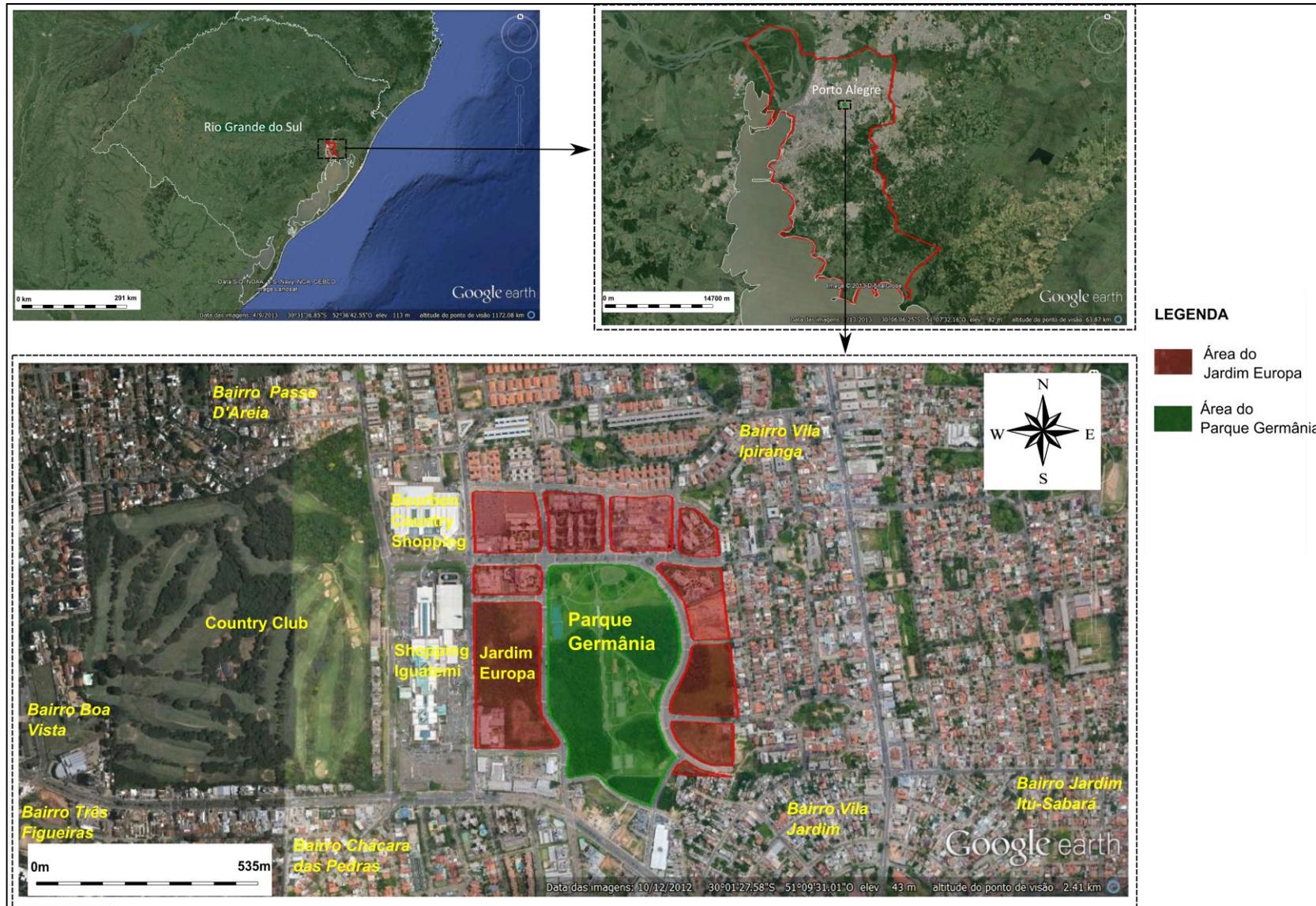


Figura 29: Localização do Parque Germânia em relação à cidade de Porto Alegre
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite do programa Google Earth (2013)

Como já apontamos, essa região, que deu origem ao Jardim Europa e aos bairros do entorno, correspondia a uma porção da cidade ocupada intensamente por chácaras até meados do século XX. Boa parte dessas propriedades rurais serviam como tambos de leite, provocando uma ocupação populacional baixa. Entretanto, a partir da década de 1960, com o estabelecimento de dois colégios de elite na região, o Farroupilha e o Anchieta, as chácaras mais próximas ao Centro, como as localizadas nos bairros Chácara das Pedras e Três Figueiras, foram aos poucos sendo parceladas e transformadas em residências horizontais (SANFELICI, 2009). Em 1983 inaugura-se o Shopping Iguatemi, o primeiro de Porto Alegre, que segundo os estudos de Soares (2010) e Sanfelici (2009) tem sido o principal vetor de desenvolvimento urbano dessa região da capital gaúcha.

Vale dizer que a construção do Shopping Iguatemi foi realizada pela Empresa Gaúcha de Shopping Centers, que comprou terras da antiga chácara Silva-Bier pertencentes ao grupo Schilling-Kuss & Cia (SOSTER, 2007). A empresa loteadora Schilling-Kuss & Cia, fundada em 1926, foi uma das principais responsáveis pela urbanização dos bairros Petrópolis, Bela Vista, Chácara das Pedras e Três Figueiras, através da aquisição de áreas rurais e consequente incorporação como espaço residencial urbano (STROHAECKER, 2012). Sua atuação no mercado se dava através do loteamento parcial das terras que detinham, e assim, com os recursos obtidos pela venda dos lotes, viabilizavam novos projetos - que se tornavam mais valorizados pela existência de uma ocupação anterior. À medida que a cidade se expandia horizontalmente, a empresa passava a cobrar do poder público, a instalação de infraestruturas urbanas como água e luz (SOSTER, 2007).

Em todo caso, com a Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano, 6.766 de 1979 e a exigência de doação de áreas à municipalidade (que já era determinado pela Lei Municipal 1.233/54, mas que não era cumprido), e, principalmente, pela obrigatoriedade de só poder desenvolver o empreendimento imobiliário após a aprovação do poder público municipal, a

empresa Schilling-Kuss & Cia começa a se desfazer de suas terras, pois no novo modo de realizar a incorporação imobiliária, apontado pela nova legislação, necessitaria ter um capital maior ao que possuía, já que precisaria ter recursos para construir infraestruturas que geralmente não oferecia em um primeiro momento (SOSTER, 2007). Nesse contexto, acabou sendo finalmente incorporada, em 1981, pelas Máquinas Condor S.A (STROHAECKER, 2012)⁹².

Também é importante dizer que no mesmo ano de criação da Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano, 1979, foi implantado um novo plano diretor na cidade de Porto Alegre. Essa lei territorial foi chamada de 1º. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre (PDDU, Lei Complementar 43 de 1979) e estabelecia a área onde se localizava a antiga Chácara Silva-Bier como uma Unidade Territorial Funcional (UTF 35) que tinha por objetivo a criação de uma área de preservação, de um parque natural – já que a área contava com banhados e nascentes do Arroio d'Areia. Ou seja, diante desse cenário não seria possível a implantação do Shopping Iguatemi. Contudo, um ano depois da criação do 1o. PDDU, uma nova Lei Complementar - 49/1980 - faz ajustes no zoneamento da área onde se localizava a Chácara Silva-Bier, extinguindo a UTF 35 e estabelecendo uma Unidade Territorial de Comércio e Serviços (UTCS 35) no setor oeste da zona que foi abolida, o que acabou tornando possível a construção do shopping center. Essa mesma lei, incluiu na Unidade Territorial Residencial 09 (UTR 09), o restante da área que correspondia à extinta UTF 35. Na Figura 30 temos um mapa do zoneamento estabelecido no 1º. PDDU após as modificações feitas pela LC 49/1980, onde aproveitamos para destacar as atuais áreas do Shopping Iguatemi (em lilás) e do Parque Germânia (em verde).

⁹² A empresa Máquinas Condor S.A. é uma corporação que atua nos setores de metalurgia, indústria e comércio de implementos agrícolas e de mineração, no setor de silvicultura e de projetos agrícolas e pastoris. No setor imobiliário atua através da Condor Empreendimentos Imobiliários S.A. – CEISA – que é a maior proprietária de terras da cidade de Porto Alegre (STROHAECKER, 2012).

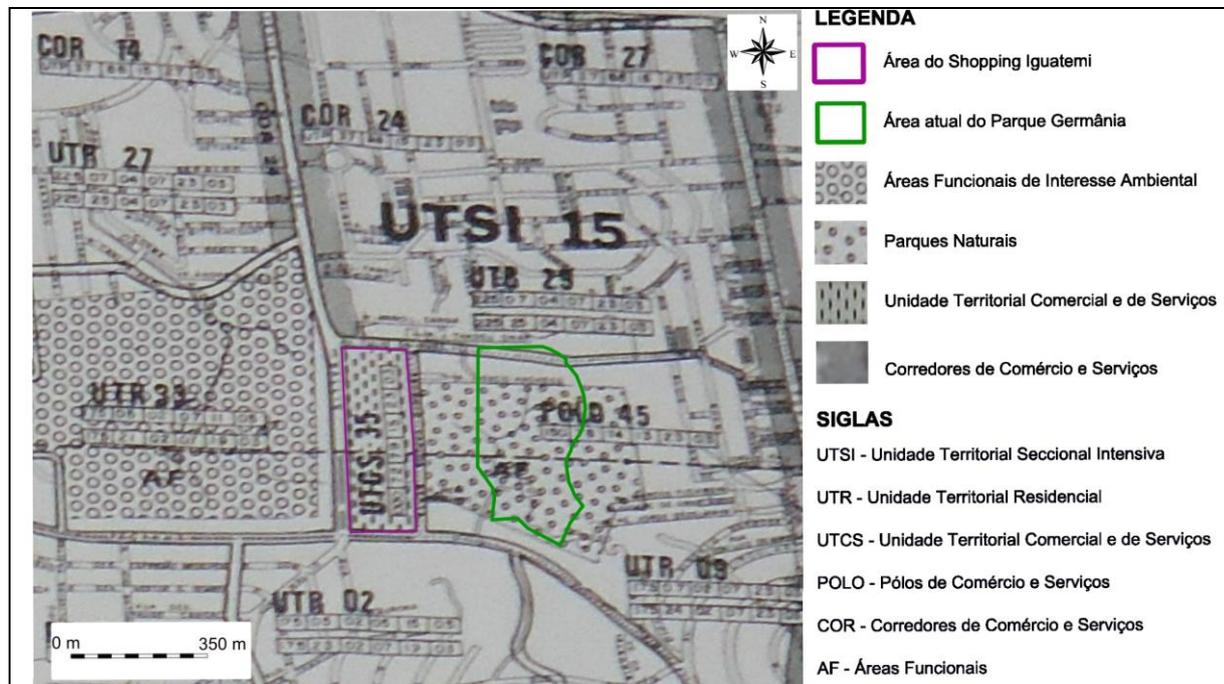


Figura 30: Zoneamento do 1º. PDDU para a região do Shopping Iguatemi após a LC 49/1980

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do mapa de zoneamento do 1º. PDDU.

A área que pertencia à UTF 35 e que foi incorporada pela UTR 09, passou a conter uma Área Funcional (AF), cujo fim estabelecido era a construção de um parque natural. A referida Área Funcional é o lugar onde hoje está implantado o Parque Germânia e o empreendimento imobiliário Jardim Europa, conforme podemos observar, com destaque, na Figura 30.

A vontade de implantar um parque natural na região começa a ser viabilizada pela doação de área à municipalidade que o Loteamento Iguatemi, que deu origem ao shopping, foi obrigado a realizar. A Lei 6.688 de 1990 ratifica o desejo de criação de um parque (já não necessariamente natural) em um terreno do Loteamento Iguatemi, sob propriedade do município, a leste do shopping, definindo que esse logradouro sem nome deveria se chamar Parque Alemanha (era esse o nome do parque originalmente, e não Germânia). A Figura 31 reproduz um croqui, anexado ao Projeto de Lei do Legislativo 56/90, da área que a partir da Lei 6.688/90 passou a ser denominada de Parque Alemanha.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE S. M. O. V. - S. U. P. M. DIVISÃO DE URBANIZAÇÃO		LOGRADOURO: <u>2332</u>	LETRA:
			FICHA Nº <u>22</u>
PRAÇA SEM NOME (LOGRADOURO IRREGULAR) DENOMINAR DE ACORDO COM A LEI 137/86 LOTEAMENTO IGUATEMI BAIRRO BOA VISTA E PASSO DA AREIA DENOMINAR DE: PARQUE ALEMANHA			
		EDIFÍCIO, RUA S DA LTA CHÁCARA SILVA BIER	NÃO EXISTE OUTRO LOGRADOURO COM MESMA DENOMINAÇÃO PROPOSTA.
A RESPONSABILIDADE DA DENOMINAÇÃO PROPOSTA É DO VEREADOR JOÃO DEB		EM CASO DE TROCA DO NOME DO HOMENAGRADO DEVE FEITO NOVO CROQUI. O PRES NTE É VALIDO POR 90 DIAS. EM-04-09-90	
S. M. O. V.		Roberto T. Costa S. C. D. U. S. M. O. V.	
O LOGRADOURO IRREGULAR IRREGULAR .		ESCALA APROPRIADA PARA O TERRENO PARALELEPÍPEDO PÉLO IRREGULAR ALÍQUOTA CONCRETO UNIFICADO TERRENO NATURAL	
Wlly Paulo Machado S. M. O. V.		DATA <u>06/10/89</u>	

Figura 31: Reprodução do croqui do Parque Alemanha contido no PLL 56/90 que originou a Lei 6.688/90
 Fonte: PLL 56/90

A oeste do terreno que originalmente se localizaria o Parque Alemanha estava o Shopping Iguatemi, mas a leste havia um grande vazio urbano que correspondia a área da Chácara Silva-Bier que ainda não havia sido urbanizada e que tinha como proprietária a empresa CEISA (braço imobiliário das Máquinas Condor S.A.). Em parte, o vazio urbano se explica pelo fato de que uma boa porção da área da antiga Chácara Silva-Bier era classificada como Área Funcional pelo Plano Diretor de 1979, o que provocou restrições com relação a construções. Dizemos que essa é uma parte da explicação, porque, como bem sabemos, os planos diretores geralmente podem sofrer modificações ao longo de seu período de validade, como pode ser visto na mudança de zoneamento que permitiu a construção do Shopping Iguatemi. Diante de situações como essa, Villaça (2012) afirma que há ilusões sobre a potencialidade do

zoneamento como um instrumento de limite ao desenvolvimento capitalista, contido nos planos diretores, já que normalmente as zonas estabelecidas tendem a corresponder mais as vontades do mercado imobiliário do que ao interesse público. O “congelamento” da área da Chácara Silva-Bier sob posse da CEISA, definido pelo Plano Diretor de 1979, permitiu, à medida que o Shopping Iguatemi passou a produzir um grande efeito de centralidade, que houvesse a valorização imobiliária do terreno desocupado.

A propriedade da CEISA que deu origem ao empreendimento Jardim Europa tinha aproximadamente 406.562 m², e seu processo de “descongelamento” começa a partir da década de 1990, quando a construtora Goldsztein passa a manifestar o interesse de incorporar essa área, gerando uma parceria entre as duas empresas para execução do negócio imobiliário. Entretanto, pelo fato de que a incorporação imobiliária deveria ser feita através de um loteamento, cerca de 35% da área seria, compulsoriamente, doada à municipalidade para execução da malha viária mínima e de equipamentos urbanos como praças, parques e escolas, conforme exigia o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-Ambiental de Porto Alegre de 1999 (PDDUA, Lei Complementar Municipal 434/99)⁹³, aplicando a Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, 6.676/1979.

Na época do início dos trâmites para a realização do empreendimento, o Plano Diretor de Porto Alegre, LC 434/99, exigia que os loteamentos doassem o mínimo de 35% e o máximo de 50% da área total a ser incorporada. Desse total doado, no mínimo deveriam ser reservados: 15% para a malha viária; 18% para praças, escolas ou outros equipamentos públicos; e 2% para parques. Nos 18% reservados para praças e escolas, poderiam ser implantados outros equipamentos públicos comunitários, desde que fosse a critério da comunidade e do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento. Na proposta apresentada no EIA/RIMA feito pela empresa contratada PROFIL

⁹³ Que substituiu o 1º. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979 (LC 43/79).

Engenharia e Ambiente, em 2001, para a obtenção do licenciamento ambiental junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, os empreendedores propõem que toda a área que deveria ser doada para escolas, praças e parques, fosse destinada apenas para o último desses três. Nesse documento a empresa indica uma doação de 150.809,96 m² para a criação de um parque, mais 73.548,56 m² para a construção do sistema viário, o que compreenderia a 55,18% da área total de 406.562,96 m² do loteamento. Os 150.809,96 m² que as empresas disponibilizaram para a execução de um parque abrangeriam 37,10% da área do loteamento, enquanto os 73.548,56 m² para vias corresponderiam a 18,10% do total. Ou seja, em ambas as situações haveria um excedente em relação ao mínimo estabelecido pelo Plano Diretor, no caso uma sobra de 3,10% da malha viária (cujo mínimo era de 15% de reserva) e de 17,10% da área reservada para parques, praças ou outros equipamentos comunitários (cujo mínimo somado era de 20% de reserva). Esse excedente na Área de Destinação Pública, um total de 82.061,48 m², seria segundo o EIA/RIMA (PROFIL Engenharia e Ambiente, 2001) objeto de permuta dos empreendedores com a Prefeitura. Cabe salientar que essa negociação de permuta entre a Prefeitura e as empreendedoras imobiliárias já transitava na Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) antes mesmo do Plano Diretor de 1999, através do processo no. 02239086008, conforme relatório de pesquisa sobre a área, realizado por alunos do Curso de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pelos professores Maria Luiza Porto e Paulo Luiz Oliveira (1996).

A permuta entre a Prefeitura e a loteadora veio a acontecer, de fato, após o Plano Diretor de 1999, sendo definida pela Lei 9.042 de 2002, que autorizou a transação. No texto da lei consta que dois terrenos da Prefeitura, um com tamanho de 25.256,68 m² localizado na Rua Antônio Carlos Berta, 255, avaliado em R\$ 10.692.162,91, e o outro medindo 5.051,34 m², junto à Avenida Túlio de Rose, 221, no valor de R\$ 2.476.874,06, estavam autorizados a serem trocados por um terreno da

empresa CEISA de 69.648,84 m² - localizado entre as ruas Ivésio Pacheco e Remi Machado, nas adjacências do terreno que pertencia à municipalidade - cotado em R\$ 12.886.192,72, mais o saldo de R\$ 282.844,25, resultado da diferença de valores entre os imóveis do município e o pertencente à empreendedora. O terreno de 25.256,68 m² que foi permutado pela prefeitura com a CEISA correspondia à área que originalmente abrigaria o Parque Alemanha, fruto do Loteamento Iguatemi (Figura 31). Com isso, a construtora ficou com a área mais próxima ao shopping, enquanto a Prefeitura ficou com a área que necessitava de maior preservação (e que inclusive não poderia ser edificada sem autorização ambiental, por conter nascentes do Arroio Areia). Portanto, a área do parque que hoje atinge em torno de 144.000 m², é a soma do que passou a pertencer a prefeitura com a Lei 9.042/02 mais a doação compulsória feita pela CEISA e pela construtora Goldsztein, que foi praticamente na metragem mínima exigida pelo Plano Diretor - de 20% para praças, escolas e/ou parques. Dizemos isso porque com a permuta feita entre a Prefeitura e a CEISA, o terreno do loteamento passou de 406.562,96 m² para 367.222,02 m², onde 20% correspondem à 73.444,40 m², cuja soma com 69.648,84 m² que a municipalidade passou a ter com a troca, atinge 143.093 m² - bem próximo dos 144.000 m² que são divulgados pela Associação dos Amigos do Jardim Europa (2013). Na Figura 32 apresentamos, em uma imagem de satélite de 2002, o terreno onde seria o Parque Alemanha - segundo a Lei 6.688/90 - que foi permutado (em amarelo), e a área atual do Parque Germânia (em verde), que nessa época ainda não estava urbanizado.

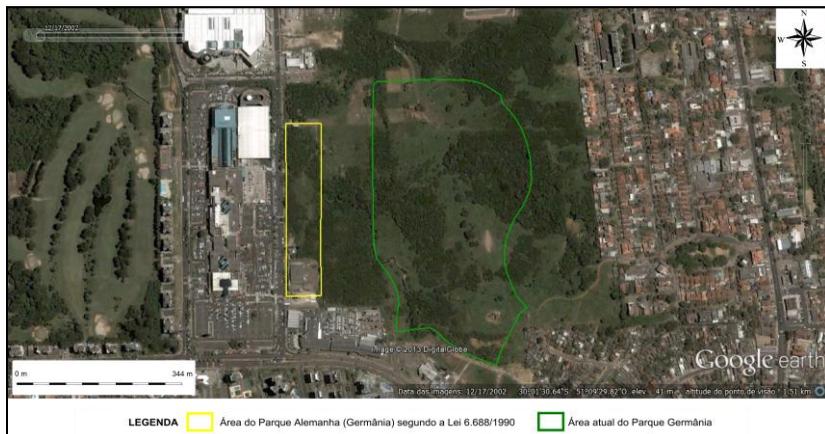


Figura 32: Imagem de satélite de 2002 com a demarcação da área do Parque Alemanha segundo a Lei 6.688/90 e com a localização do terreno que atualmente abriga o Parque Germânia.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagem de satélite de 17/12/2002 do Programa Google Earth.

No momento que foi fechado o acordo entre a Prefeitura e as empreendedoras, com a liberação do licenciamento, houve a divulgação na mídia de que o novo parque teria 150.000 m², garantindo uma área superior a exigida pelo Plano Diretor vigente, que seria na ordem de 80.000 m² (ZERO HORA, 01/10/2004). Entretanto, o valor final que restou para a confecção do parque só foi obtido porque a prefeitura contribuiu com a área que foi permutada pela Lei 9.042/2002.

Ressalta-se também que a Lei 9.042/2002, ao permitir a permuta entre a Prefeitura e a CEISA, também alterou a divisão territorial das Unidades de Estruturação Urbana (UEU) atingidas pela troca. A área que não fosse mais servir ao Parque Alemanha pertenceria à Macrozona 3, UEU 94, subunidade 1, podendo, portanto, ser urbanizada de forma normal. As áreas que foram incorporadas para a criação desse espaço público passaram a ser da Macrozona 3, UEU 94, subunidade 2, cuja nomenclatura corresponde, desde a origem do Plano Diretor de

1999, ao local que abrigaria um parque natural (mas que teve seu traçado alterado). Além disso, toda área do Loteamento Germânia, exceto a área do parque, passa a ter o Regime Volumétrico 13, ampliando o porte das construções a ser recebido.

Em entrevista com um representante da Associação de Amigos do Jardim Europa temos o seguinte relato sobre a permuta:

Bom. Aqui, o que acontecia? Tinha uma gleba urbana... Aliás, vamos dizer assim: era uma área quase rural, aqui dentro de Porto Alegre, do lado de um grande shopping. Então, o que aconteceu? O empreendedor, no caso a Goldstein, e o dono do terreno – que era da antiga Máquinas Condor –, depois de diversas negociações entre eles e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, desenvolveram esse empreendimento. E esse empreendimento tinha como âncora o parque. Então, nasceu primeiro o parque e depois os lotes. Tanto que o parque sofreu uma negociação forte. Como primeiramente ele era aqui junto ao Iguatemi. Só que foi demonstrado pela própria Prefeitura que a valorização desse lote aqui seria melhor do que se fosse o parque. Então o parque foi jogado para dentro e possibilitou a criação de quatro áreas de preservação permanente dentro desse parque. E, em cima disso, foi criado os lotes que margeiam esse parque.

A área que resultou das negociações entre a Prefeitura e as empreendedoras conta, como já comentamos anteriormente, com áreas de pequenos banhados e nascentes que tributam ao Arroio d'Areia, levando ao estabelecimento de Áreas de

Preservação Permanente (APP) no interior do parque, pela legislação ambiental federal.

Por conta disso, somado à mata nativa existente junto aos cursos d'água e as encostas do terreno, o projeto final do parque conta com quatro Áreas de Preservação Permanente que totalizam aproximadamente 73.000 m². Todavia, como o restante da área - que não ficou caracterizada como APP - sofreria intervenções na construção das torres do empreendimento imobiliário e mesmo na área reservada para parque⁹⁴, a Associação Cultural de Meio-Ambiente e Esportes Radicais entrou com uma ação pedindo o embargo das obras do Jardim Europa, para evitar a descaracterização do ambiente natural através da supressão de árvores do local. A ação foi movida, em 2006, contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Construtora Goldsztein - quando já havia sido inaugurado o Parque Alemanha (Germânia) e estavam avançados os trabalhos de construção da malha viária - sob alegação de que as obras do loteamento estavam ocorrendo em uma área de Mata Atlântica, o que obrigaria que a licença ambiental fosse expedida pelo órgão federal e não pelo município. Houve, na época, concessão de liminar, promovendo a interrupção das obras, todavia ela foi posteriormente derrubada. Mesmo assim, a ação ainda tramita na justiça, tendo inclusive chegado ao STJ que, no entanto, não acatou o recurso da associação, já que não haveria mais como conter a supressão de árvores, pois o desmatamento já teria sido

⁹⁴ Um exemplo são as intervenções nos recursos hídricos do local. Duas sub-bacias do Arroio d'Areia foram identificadas no EIA/RIMA, uma mais ao norte do loteamento e outra ao sul. A sub-bacia que passa no norte do loteamento passa junto a área dos empreendimentos e foi praticamente toda canalizada, sendo também tributária do lago que adorna o parque. Àquela que passa ao sul do loteamento é atingida pelas quatro Áreas de Preservação Permanentes contidas no interior do parque. Todavia, em virtude da descontinuidade dessas APP's somada a construção da malha viária, boa parte dessa sub-bacia ao sul teve seu traçado modificado ou até mesmo canalizado.

executado (lembrando que havia autorização dada pelos órgãos ambientais municipais, porque se julgou que a área não era de Mata Atlântica).

A discussão jurídica, assim como a presença de um parque natural previsto na região desde o Plano Diretor de 1979, demonstra que o local possui grande relevância ambiental. Por parte da Prefeitura e dos empreendedores, essa questão foi sanada pela presença do Parque Alemanha (Germânia). Contudo, não podemos considerar essa área como um parque natural, já que, apesar de conter APP's, seu uso a caracteriza como um parque urbano.

As quatro Áreas de Preservação Permanente no Parque Germânia totalizam 73.000 m² compostos por mata arbórea e arbustiva, mais banhados e nascentes do Arroio d'Areia, contudo estão dispostas de modo descontínuo e não estão acessíveis ao público em geral, pois estão isoladas por grades internas. O restante da área (aproximadamente 71.000 m²) tem um funcionamento similar aos demais parques urbanos de Porto Alegre sendo formada por gramados, quadras esportivas, playgrounds e pistas de caminhada, dispostos de modo contínuo e que podem ser usados pela população durante o horário de funcionamento.

O Parque Alemanha, hoje chamado de Germânia, é uma peça fundamental do empreendimento imobiliário Jardim Europa (Figura 33), realizado pela parceria entre a CEISA (proprietária do terreno) e a Construtora Goldzstein, principal empreiteira envolvida na obra. Seu lançamento ocorreu em 2004, quando foram fechados os acordos que geraram o licenciamento ambiental do empreendimento. No ano de 2005 inicia-se a construção das quadras por meio da implantação da malha viária. E em 26 de março de 2006, data de aniversário de Porto Alegre, é inaugurado o Parque Germânia. Somente em 2008 surge o primeiro empreendimento residencial do Jardim Europa, o Nuova Cipriani, demonstrando que o Parque Germânia cumpriu a mesma função que o Parque Burle Marx teve em relação ao Panamby: atrair compradores para os imóveis construídos. Em ambos os casos, o parque é a obrigação legal “com poder de

Midas”, já que permitiu a valorização imobiliária dos empreendimentos.



Figura 33: Localização do Jardim Europa e do Parque Germânia.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagem de satélite de 12/10/2012 do Programa Google Earth.

Outro ponto em comum é que assim como o Panamby em São Paulo, o Jardim Europa (Figura 34) é um empreendimento com imóveis de alto-padrão voltados para a classe média-alta de Porto Alegre, seguindo a expansão de imóveis mais caros, do oeste para o leste da cidade, como apontam os estudos de SANFELICI (2009) e SOARES (2010). A alocação desses imóveis muda a característica econômica do bairro Vila Ipiranga de ser uma área tipicamente de classe média, média-baixa. Inclusive, é interessante observar que a publicidade do empreendimento além de valorizar os aspectos dos imóveis em si (chamando-os de requintados, elegantes, sofisticados, etc.), tenta distinguir/separar esse empreendimento da Vila Ipiranga, colocando o Jardim Europa como um novo bairro, com a vantagem de ser planejado e ter um parque a disposição.

O Jardim Europa foi projetado para oferecer bem estar, tranquilidade e qualidade de vida

para você. É o primeiro bairro inteiramente planejado com um parque à sua disposição. Um verdadeiro oásis localizado no coração da cidade e a tranquilidade que você precisa durante todos os dias de sua vida. Todos os empreendimentos tem um projeto arquitetônico e paisagístico que combinam sofisticação e elegância, características presentes no bairro. O Jardim Europa é completo e perfeito para você. O Jardim Europa é o seu bairro (GOLDZSTEIN, 2011).



Figura 34: Parque Germânia e os prédios do Jardim Europa
Fonte: Do autor (Junho/2012)

No site de vendas do Jardim Europa também é possível ver que os imóveis (Figura 35) são construídos em torno do Parque Germânia, tentando observar um alinhamento para que todas as torres tenham vista para esse espaço público.



Figura 35: Peça publicitária que mostra a área do empreendimento Jardim Europa, com os prédios voltados para o Parque Germânia.
Fonte: GOLDZSTEIN (2011)

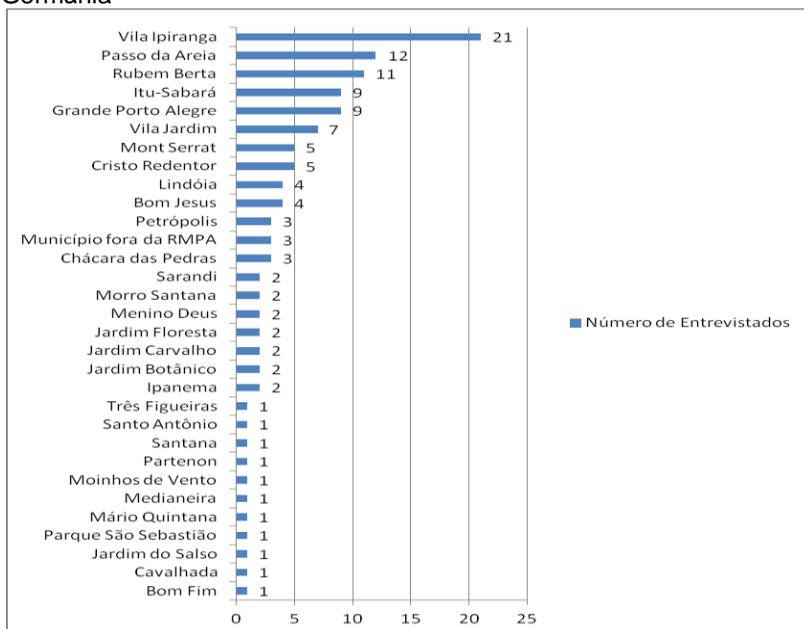
Portanto o papel do Parque Germânia como vetor do empreendimento Jardim Europa segue linhas muito parecidas do Parque Burle Marx em São Paulo, o que a nosso ver demonstra que mesmo em contextos geográficos distintos (no caso duas cidades de dois Estados diferentes), é possível perceber certas similaridades na produção de espaços públicos pela iniciativa privada, especialmente na concepção, que serão exploradas ao longo da discussão. Contudo, é importante destacar que também há diferenças, que estão colocadas mais claramente nos usos dos parques. Pela caracterização de uso do Parque Germânia percebe-se que ele é uma área de uso mais variado, pelos equipamentos que dispõe, pela menor rigidez no regulamento e pela posição geográfica de centralidade (pela presença próxima de centros de compras).

3.2.1 Caracterização de uso

Assim como o Parque Burle Marx, o Parque Germânia tende a ser mais frequentado pelas pessoas do entorno, como foi possível compreender pelas entrevistas que fizemos, onde o bairro de residência mais citado foi a Vila Ipiranga, seguido do

Passo d'Areia, que é o arrabalde adjacente. No entanto, é possível dizer que o uso do Parque Germânia extravasa mais as fronteiras do empreendimento Jardim Europa e do bairro que o sedia, quando comparado com a área estudada em São Paulo. Enquanto no Parque Burle Marx a maioria dos usuários mora bem próxima (mais da metade dos entrevistados disse morar no distrito que o sedia), no Parque Germânia, embora isso também seja verificável, a concentração é menor. Se levarmos em conta só o bairro da Vila Ipiranga, veremos que o número de entrevistados atingiu 21 usuários de 123, cerca de 1/6 do total. O Gráfico 10 apresenta o número de usuários entrevistados de acordo com o local de residência.

Gráfico 10: Bairro de residência dos usuários entrevistados no Parque Germânia



Fonte: Sistematizado pelo autor

Certamente que a análise fica prejudicada já que em São Paulo tivemos que utilizar os distritos como referência geográfica, enquanto em Porto Alegre pudemos estabelecer como base territorial, os bairros, que em geral, numericamente, possuem uma área e uma população inferior. Mesmo assim, se levarmos em conta o número de entrevistados nos bairros diretamente adjacentes ao Jardim Europa e ao Parque Germânia, como Passo d'Areia, Chácara das Pedras, Vila Jardim e Boa Vista⁹⁵, e somarmos ao total obtido com a Vila Ipiranga, teremos 43 usuários dos 123 entrevistados, pouco mais de 1/3. No mapa da Figura 35, onde aproveitamos para apresentar os bairros de Porto Alegre, buscamos mostrar o número de entrevistados de acordo com o local de residência.

⁹⁵ Não foi entrevistado nenhum usuário desse bairro.

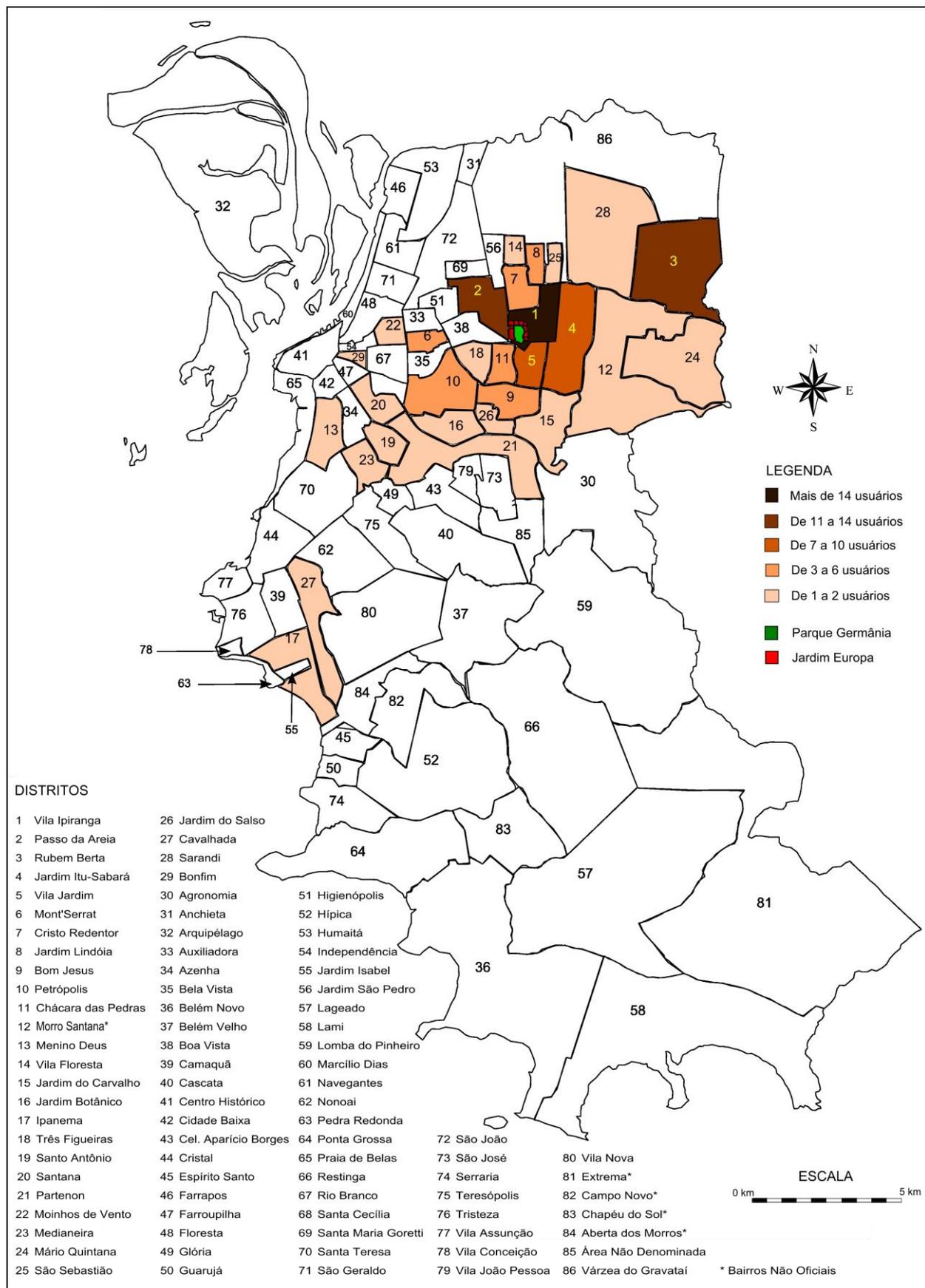


Figura 35: Mapa de Porto Alegre com o bairro de residência dos usuários entrevistados no Parque Germânia

Fonte: Elaborado pelo autor

O uso do parque, portanto, se concentra na Zona Norte da cidade de Porto Alegre, embora também atinja comunidades da Zona Leste e Central, além de municípios da Grande Porto Alegre, como Alvorada e Viamão. Há casos isolados de pessoas que moram na Zona Sul da cidade. De qualquer forma, pode-se dizer que o parque possui uma grande abrangência geográfica. A centralidade exercida pelos shoppings da região, Iguatemi e Bourbon Country, colabora diretamente para que ocorra o uso do parque por pessoas de locais mais distantes da cidade. Por outro lado devemos dizer que essa centralidade possui mais força de atração na Zona Norte da cidade, fazendo com que a maior parte dos usuários venha dessa região. Vale dizer que o parque está a menos de 200 metros do Shopping Iguatemi e no entorno desse centro de compras passam 16 linhas de ônibus de Porto Alegre, além de itinerários de cidades da região metropolitana.

Um dado que está relacionado com esse papel de centralidade é o número baixo de pessoas arguidas que estavam indo pela primeira vez no parque, 7 de 123 entrevistados, um valor muito menor do que o atingido pelo Parque Burle Marx, por exemplo, onde foram encontradas 13 pessoas de 88. O Germânia foi inaugurado no ano de 2006, enquanto o Burle Marx foi aberto em 1995, ou seja, a julgar exclusivamente pelo tempo de existência, o parque paulistano deveria ser mais conhecido do que o porto-alegrense, em suas respectivas cidades. Sobre o fato dos moradores de Porto Alegre conhecerem o Parque Germânia, é interessante observar um dado produzido em uma pesquisa anual de marketing chamada Top of Mind, realizada por uma publicação especializada no assunto, a Revista Amanhã. Nesse tipo de enquete é perguntado ao entrevistado que nome vem imediatamente a cabeça quando lhe dizem determinada atividade econômica, tipo de espaço ou produto, etc. Nos últimos dois anos de pesquisa foi feita uma questão com relação à parques/praças: em 2011, 4% dos entrevistados citaram o parque Germânia, como aquele que lhe vem a mente - ficando em 6º. Lugar (REVISTA AMANHÃ, 2013a); em 2012, foram 8,8% dos entrevistados que citaram o Germânia, colocando-o em terceiro lugar, atrás apenas de parques tradicionais como o

Marinha do Brasil (13,2%) e Farroupilha/Redenção (45%) e a frente do Moinhos de Vento/Parcão (8,0%). Das pessoas entrevistadas da Zona Norte, 21,8% citaram o Parque Germânia, demonstrando o local onde concentra sua influência, já que dos respondentes da Zona Leste foram 7,3%; da Zona Central, 2,4%; e da Zona Sul, 1,2% (REVISTA AMANHÃ, 2013b). Indiretamente, pode-se dizer que o Parque Germânia está ficando cada vez mais conhecido na cidade, a ponto de crescer significativamente nessa pesquisa de um ano para o outro. A velocidade pela qual se tornou conhecido tem a ver com a centralidade de sua localização para a população da Zona Norte da cidade.

Outro dado que chama a atenção com relação a frequência, é a grande quantidade de usuários que declararam ir ao parque entre 1 e 2 vezes por semana (52 de 123 entrevistados) - que classificamos como “Alta”. O número de pessoas que disse ir ao parque mais de 2 vezes por semana também é grande, contabilizando 25 pessoas que identificamos como usuários de “Altíssima Frequência”. Somando esses dois grupos de usuários, temos 77 pessoas, mais da metade dos usuários entrevistados apontando que vão ao parque mais de 2 vezes por semana. Quer dizer, o Parque Germânia tem se tornado um espaço de forte vinculação. No Quadro 11 apresentamos o dado com o número de usuários entrevistados de acordo com a frequência e na Figura 36, através de um mapa, cruzamos esses dados com os bairros de residência.

Quadro 11: Identificação da frequência apontada pelos usuários entrevistados no Parque Germânia

Identificação da frequência do usuário	Número de vezes que o usuário declarou ir ao Parque Burle Marx	Número de usuários entrevistados ⁹⁶
“Altíssima”	Mais de 2 vezes por semana.	25
“Alta”	Entre 1 e 2 vezes por semana.	52

⁹⁶ Apesar de termos ouvido 123 pessoas, houve um entrevistado que não manifestou sua frequência.

“Média”	Entre 1 e 3 vezes por mês.	20
“Baixa”	Menos de 1 vez por mês em um ano.	16
“Baixíssima”	Menos de uma vez por ano.	2 ⁹⁷
“Primeira Veza”	Primeiro dia que foi ao parque.	7

Fonte: Sistematizado pelo autor

⁹⁷ Optamos por criar essa classificação para o Parque Germânia com o objetivo de explicitar aqueles usuários que passaram mais de um ano sem frequentar a área. No Parque Burle Marx não apresentamos esse item, porque nenhum usuário se manifestou com esse tipo de frequência.

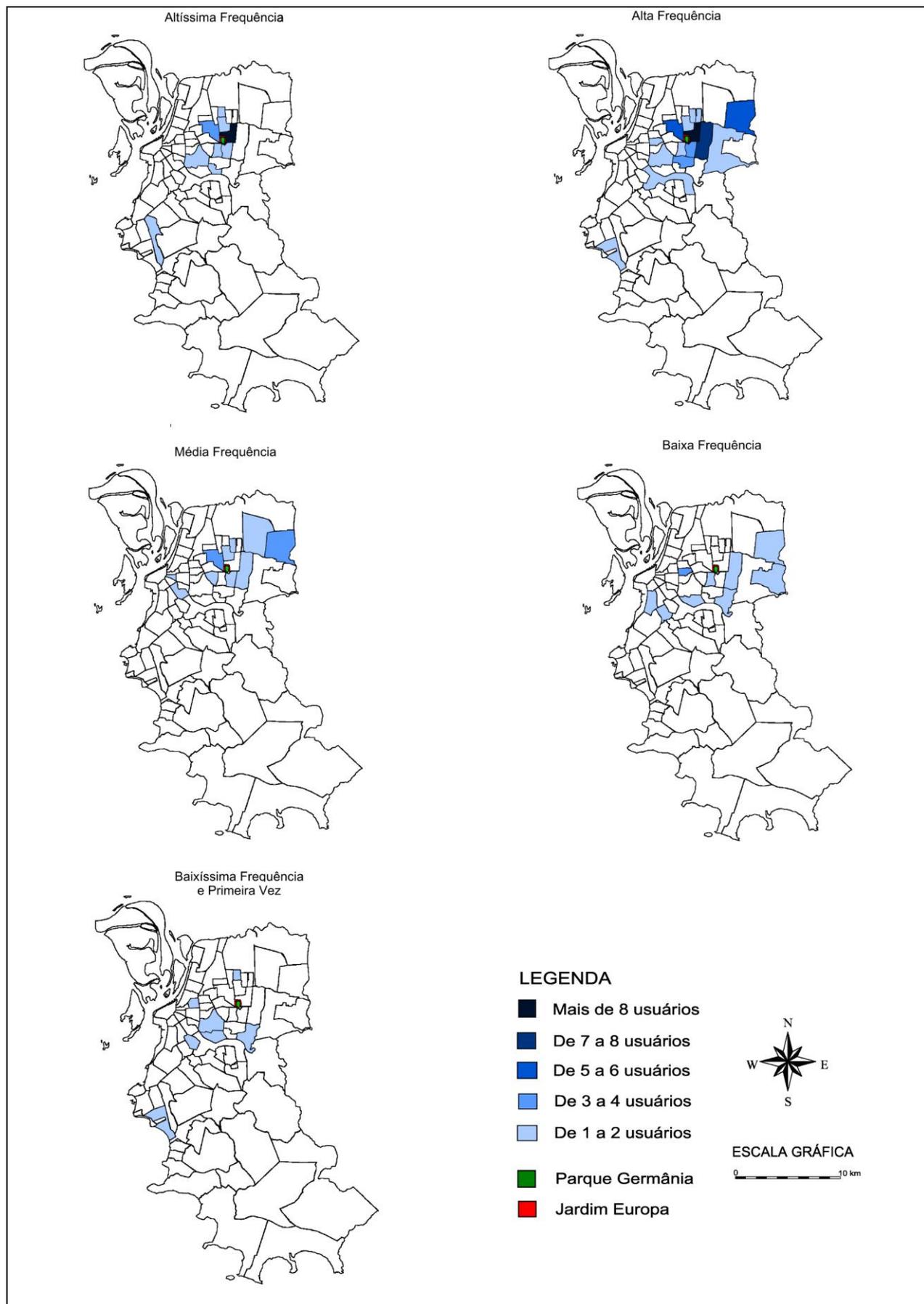
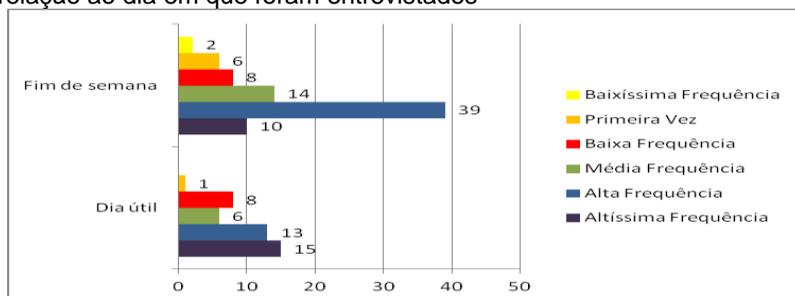


Figura 36: Usuários entrevistados do Parque Germânia, conforme o tipo de frequência e o bairro de origem
Fonte: Elaborado pelo autor

O número de pessoas que vai menos de uma vez por mês no Parque Germânia é pequeno nas entrevistas, fortalecendo a tese de que existe uma grande vinculação a esse espaço público. Esse dado está correlacionado com a proximidade com o parque. Quanto mais próximo dele, maior é a frequência, conforme pode-se verificar na Figura 36. Nenhum entrevistado do bairro Vila Ipiranga foi classificado em outro grupo de frequência que não fosse “Altíssima” e “Alta”.

Afirmamos no início dessa parte que o parque tem usuários mais distribuídos pela cidade, e logo após apontamos que a maior parte das pessoas teve sua assiduidade classificada como “Alta” e “Altíssima”, o que poderia nos contradizer, todavia, pela observação do mapa apresentado na Figura 36, é possível dizer que justamente pelo elevado número de usuários classificados como “Alta Frequência”, há uma boa distribuição desses usuários pela cidade. O número de usuários que foram entrevistados nos finais de semana e que enquadramos como “Alta Frequência”, é grande, permitindo-nos dizer que as pessoas que vão aos sábados e domingos tendem a fazê-lo com recorrência, conforme mostra o dado exposto no Gráfico 11.

Gráfico 11: Tipo de frequência dos usuários do Parque Germânia em relação ao dia em que foram entrevistados⁹⁸

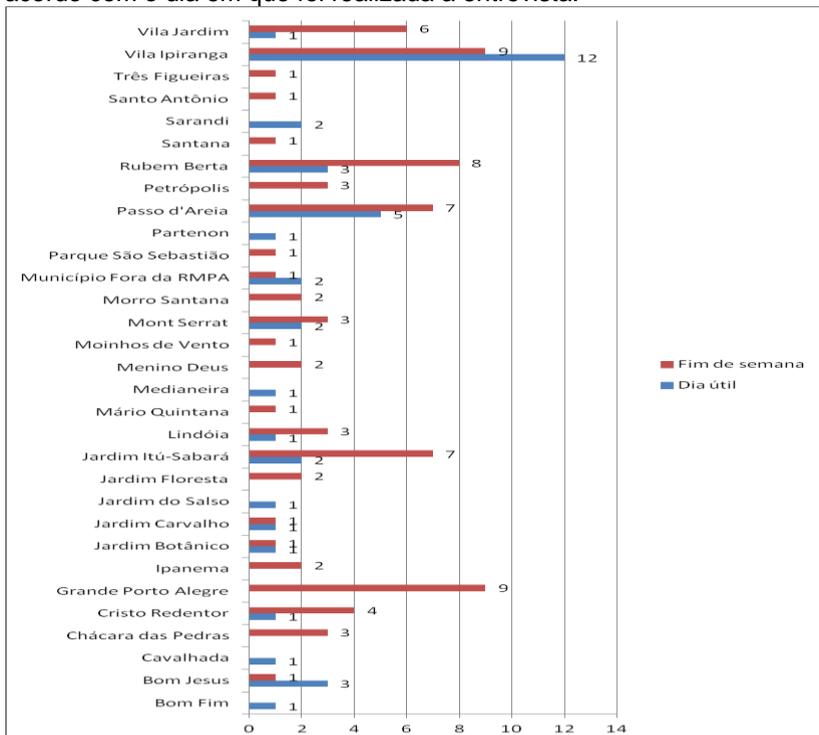


Fonte: Sistematizado pelo autor

⁹⁸ Lembrando apenas que fizemos a opção metodológica de realizar um terço das entrevistas em dias úteis e dois terços nos sábados e domingos.

Também é possível constatar pelo Gráfico 11, que encontramos mais usuários de Altíssima Frequência durante os dias úteis. Isso é até certo ponto esperado, pelo fato de que, em nossa classificação, os usuários que vão ao parque mais de 2 vezes por semana foram colocados nesse grupo. Além disso, as entrevistas feitas nos dias úteis atingiram mais usuários que moram próximos, demonstrando que há uma relação entre a proximidade e o dia de uso do parque. Os maiores deslocamentos tendem a ser feitos nos finais de semana, período de descanso da maioria da população, conforme é possível observar no Gráfico 12 e na Figura 37.

Gráfico 12: Bairro de residência do usuário do Parque Germânia de acordo com o dia em que foi realizada a entrevista.



Fonte: Sistematizado pelo autor

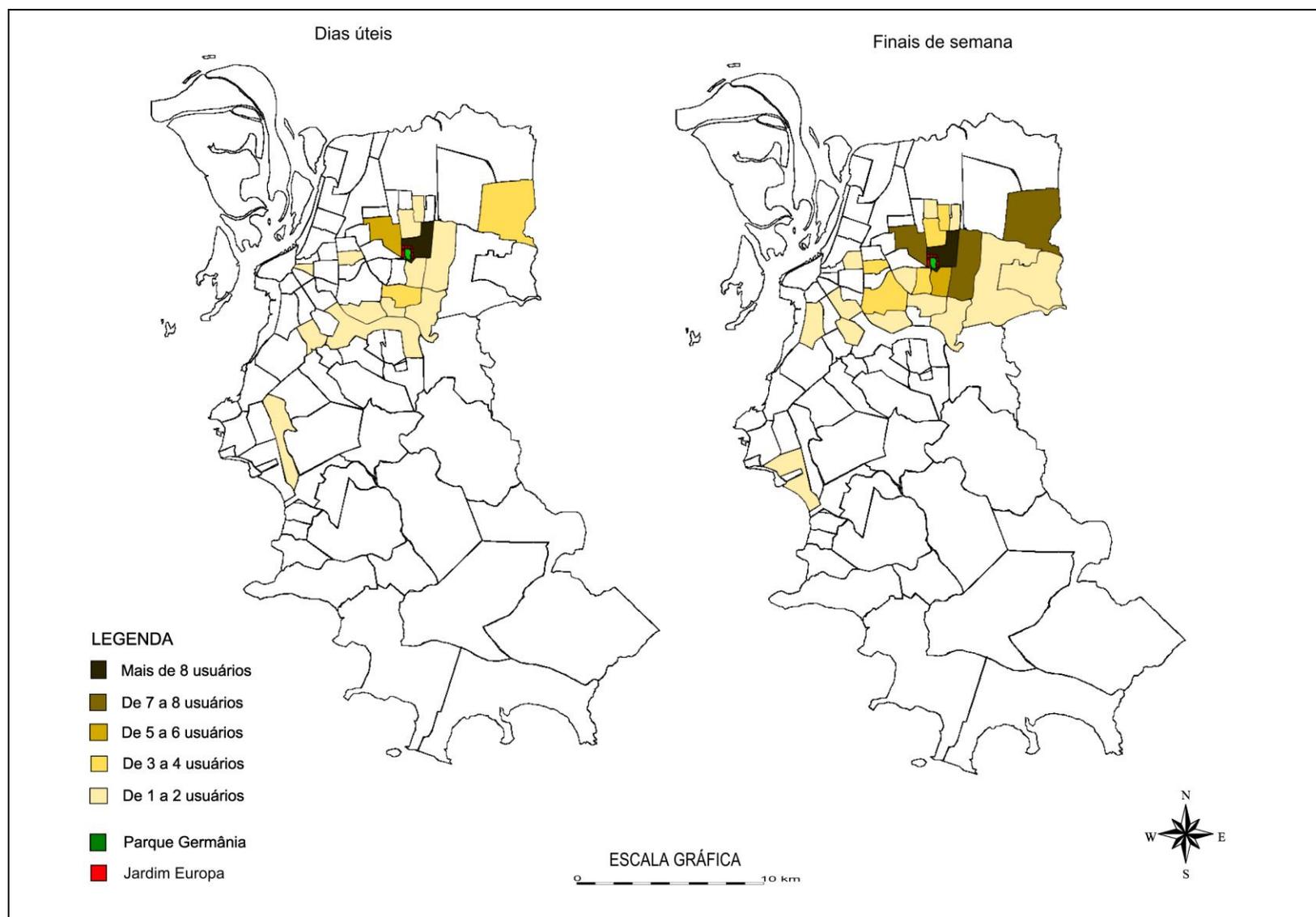
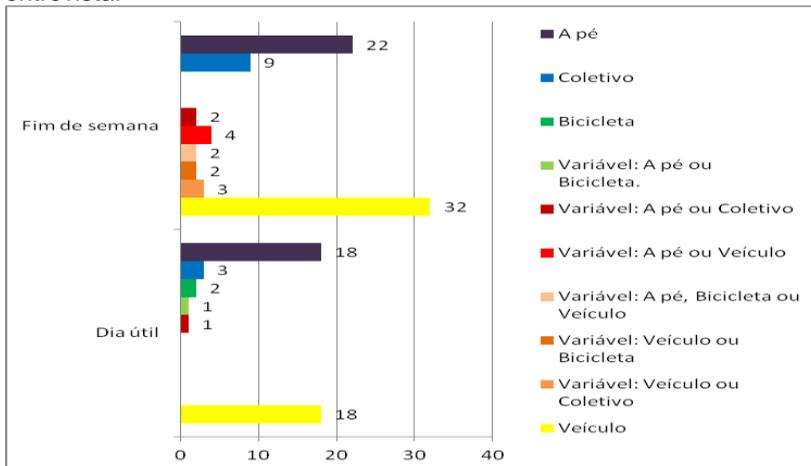


Figura 37: Mapa dos bairros de residência dos usuários do Parque Germânia, de acordo com o dia em que foram entrevistados.
Fonte: Elaborado pelo autor

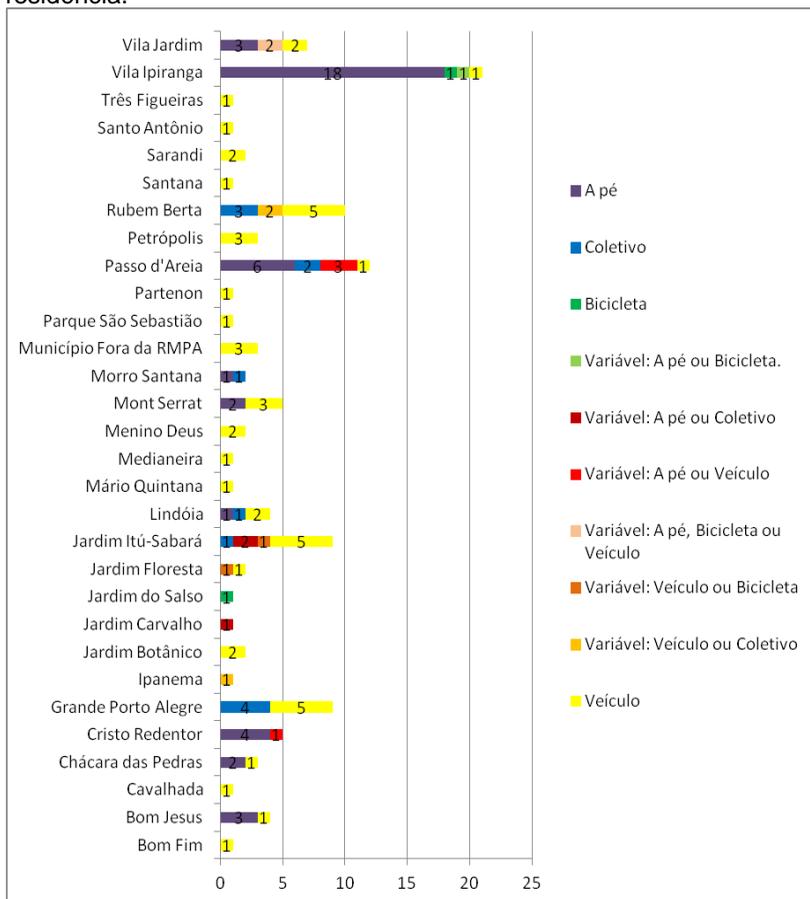
Um dado interessante que o Gráfico 12 mostra, é que entrevistamos, em número absoluto, mais pessoas da Vila Ipiranga em dias úteis do que em finais de semana. Isso não significa necessariamente que os moradores da Vila Ipiranga usem menos o parque durante o final de semana, mas que estão mais dissolvidos entre moradores de outros bairros e cidades, que nesses dias tem mais possibilidades de frequentar esse espaço público. Percebe-se que o número de bairros citados como local de residência nos finais de semana é superior, 23 contra 17 em dias úteis. A citação de municípios diferentes nos sábados e domingos também é maior, 5 contra 1. O número de usuários que foram entrevistados nos finais de semana e que revelou ir ao parque normalmente de veículo motorizado, ou fazendo variações que envolvam esse tipo de transporte, quando comparado com o quadro de dia útil, conforme Gráfico 13, reforça nossa argumentação. Também expomos o Gráfico 14 onde é possível visualizar os dados de transporte de acordo com o bairro de residência.

Gráfico 13: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Germânia, de acordo com o dia da entrevista.



Fonte: Sistematizado pelo autor

Gráfico 14: Tipo de transporte normalmente utilizado pelos usuários entrevistados para ir ao Parque Germânia, de acordo com o bairro de residência.



Fonte: Sistematizado pelo autor

O número de pessoas que vão a pé ao parque poderia ser maior se a Vila Ipiranga fosse mais predominante no conjunto de usuários, já que a grande maioria dos moradores do bairro que sedia o parque se desloca dessa forma, segundo o Gráfico 14. Entretanto, como muitos outros bairros contribuem com usuários

para o parque, o uso de veículos acaba se destacando. Portanto, mesmo que tenhamos um parque bastante utilizado por moradores do bairro que o sedia, assim como pelos adjacentes, o caráter de centralidade da região e os deslocamentos que provoca, especialmente nos finais de semana, permitem-nos dizer que é um parque de caráter setorial, se fossemos aplicar a classificação feita por Rosa Kilass (1993) apresentada no segundo capítulo.

Podemos afirmar também que, com os dados que possuímos, é plausível crer que, diferentemente do Parque Burle Marx onde há uma presença forte de moradores do empreendimento que lhe deu origem, no Parque Germânia isso não acontece. O número de moradores do Jardim Europa ainda é baixo quando comparado ao restante do bairro Vila Ipiranga, entretanto, o Panamby em relação ao Distrito de Vila Andrade, também é. Acreditamos que o Jardim Europa, apesar de sinalizar uma possível mudança no perfil socioeconômico do bairro, ainda não conseguiu fraturá-lo como o empreendimento paulista, que na verdade reforçou um quadro de segregação sócio-espacial já existente.

Quando comparado ao distrito de Vila Andrade em São Paulo, o bairro de Vila Ipiranga demonstra que é uma região menos desigual, já que a grande maioria dos seus setores censitários situa-se numa faixa entre 3 e 5 salários mínimos em relação ao rendimento nominal mensal médio das pessoas com renda e com 10 anos ou mais de idade, conforme podemos ver na Tabela 6.

Tabela 6: Renda média nominal por faixa salarial, das pessoas com 10 ou mais de idade do setores censitários do Bairro da Vila Ipiranga.

Rendimento Médio Nominal por faixa salarial	Número de setores censitários
Mais de 1 até 2 salários mínimos	1
Mais de 2 até 3 salários mínimos	4
Mais de 3 até 5 salários mínimos	28
Mais de 5 até 10 salários mínimos	7
Acima de 10 salários mínimos	2
Sem dados	6

Fonte: IBGE - Resultado do Universo do Censo 2010 para Setores Censitários e Base Digital dos Setores Censitários

No mapa de renda média nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, da Vila Ipiranga (Figura 38), pode-se visualizar territorialmente essa característica de menor desigualdade.

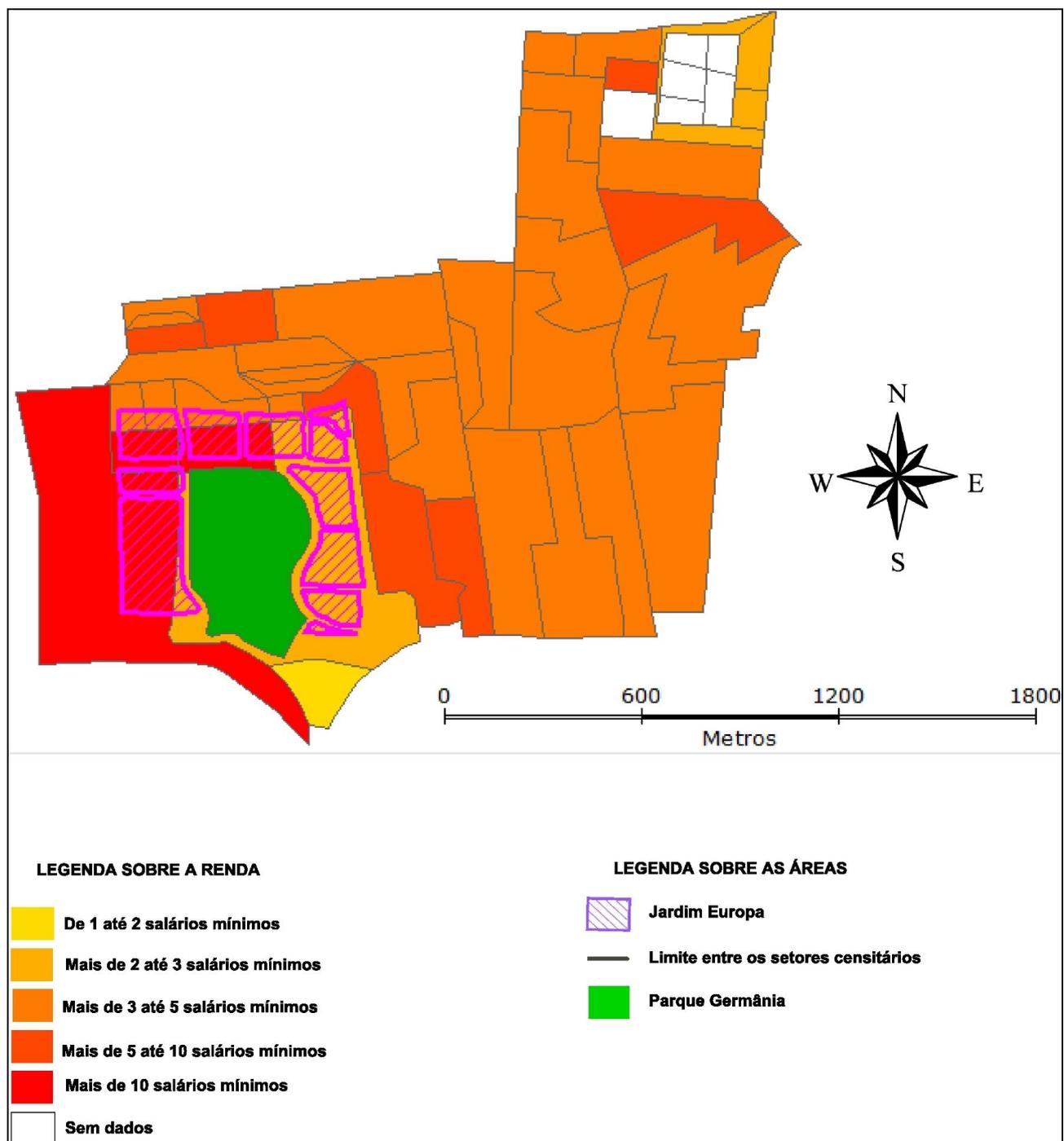


Figura 38: Mapa de rendimento nominal médio por pessoas com mais de 10 anos (com rendimento) do Bairro de Vila Ipiranga, de acordo com os setores censitários investigados CENSO 2010, com destaque para o Jardim Europa.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de IBGE - Resultado do Universo do Censo 2010 para Setores Censitários e Base Digital dos Setores Censitários - com auxílio dos programas Google Earth, Terra View (INPE) e Inkscape.

Há extremos, mas do total de 48 setores censitários do bairro, em somente um, as pessoas de 10 anos ou mais de idade (com rendimento) recebiam em média menos de de um salário mínimo, enquanto apenas 2 setores contavam com moradores que ganhavam em média mais de 10 salários mínimos

O setor mais pobre fica ao sul do Parque Germânia, em um local onde existe ocupações por populações carentes da época em que a região ainda funcionava de forma rururbana (Figura 39) - cujo Censo 2010 apontou 346 moradores. Os setores censitários com as maiores médias de renda são aqueles que incluem o Jardim Europa, contornando o oeste e o norte do Parque Germânia, onde os prédios desse empreendimento fazem fronteira com prédios típicos do BNH (Figura 40). Esses dois pontos do Jardim Europa, eram os locais onde já javiam empreendimentos no ano de 2010 – que corresponde ao período em que foi realizado o CENSO.

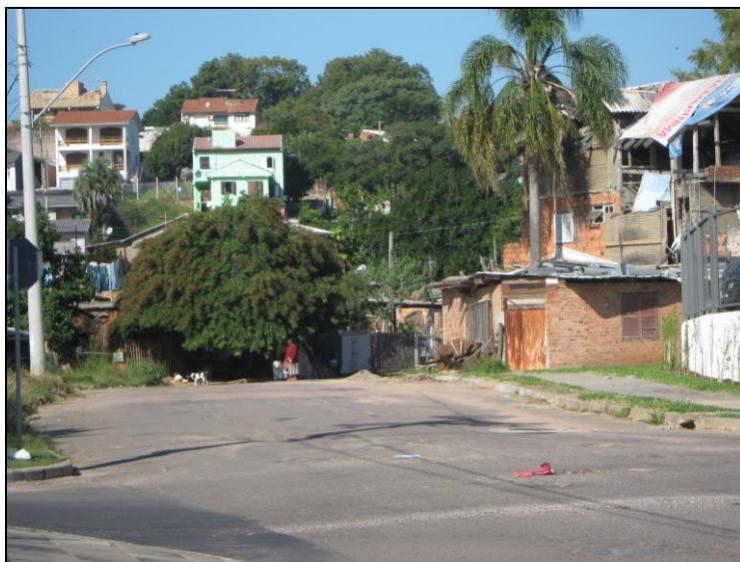


Figura 39: Moradias precárias no sul do Parque Germânia
Fonte: Fotografado pelo autor (Maio/2012)



Figura 40: Condomínios do BNH limítrofes ao Jardim Europa (norte do Pq. Germânia)

Fonte: Fotografado pelo autor (Maio/2012)

A população dos setores onde está o Jardim Europa atingiu o total de 1.365 pessoas, enquanto o total atingido pelo bairro é de 20.958 habitante. Ou seja, é pouco expressiva a população do Jardim Europa em relação a Vila Ipiranga, representando aproximadamente 6,51 % do total desse bairro. No entanto das 21 pessoas entrevistadas da Vila Ipiranga, 5 eram do Jardim Europa, um número alto diante dos poucos moradores desse empreendimento se comparado com o restante da população do bairro, o que pode estar relacionado com a proximidade.

Não podemos dizer que os moradores do Jardim Europa possuem grande expressão no todo que frequenta o parque, pois foram entrevistados 5 pessoas de um total de 123, diferentemente do quadro visto em São Paulo, quando arguimos 11 pessoas do Panamby entre 87. Tiramos como conclusão

dessa comparação, que o Parque Germânia acaba sendo mais aberto do que o Parque Burle Marx porque se localiza em uma região menos desigual. Também não podemos esquecer que a ausência de um regulamento rígido e a facilidade de acesso pela posição de centralidade, favorecem que haja uma maior abertura a diferentes práticas sociais.

Em relação a ausência de um regulamento rígido, temos uma situação por nós presenciada no Parque Germânia e registrada no Diário de Campo (Figura 41), que reflete a maior espontaneidade das relações estabelecidas nele, quando comparado ao parque paulistano estudado, conforme apresentamos a seguir:

Cheguei no parque por volta das 14h e 30, sentei em um banco no eixo central em frente a quadra. Havia uns meninos jogando bola fora da quadra. Estavam jogando o “driblinha” que eu jogava quando criança. Dois meninos disputavam uma partida entre si, enquanto havia apenas um goleiro. A goleira (trave) era formada entre uma árvore e uma lixeira. O campo era o barranco, mas volta e meia a bola vinha até o eixo central, tornando-o visível para quem estava no eixo central. Pequenos desvios da vida pública (Maio de 2012, domingo, 14h e 30 min).



Figura 41: Futebol improvisado no barranco – Parque Germânia

Fonte: Fotografado pelo autor (Maio/2012)

Essa abertura que estamos falando pode ser demonstrada também pela maior oferta de equipamentos, que permite aos usuários a realização de diferentes atividades. Para as pessoas que procuram esportes, o Germânia possui, como podemos ver na Figura 42, 4 quadras poliesportivas, 2 quadras de tênis, 1 cancha de bocha, há pistas para caminhada, aparelhos de ginástica e não há restrições para o uso de skate, bicicleta e patins, como ocorre no Parque Burle Marx. Também é possível entrar com animais, desde que sejam conduzidos em uma guia, assim como é permitido tocar instrumentos musicais.



Figura 42: Mapa da área interna do Parque Germânia

Fonte: Elaborado pelo autor (2013), a partir de imagem de 12/10/2012 do programa Google Earth.

Para além da flexibilidade das regras e da variedade de equipamentos esportivos, o Parque Germânia tem um grande grupo de pessoas que o procura para “ver, encontrar pessoas”, denotando um aspecto comunicacional bastante forte, conforme pudemos notar pelas entrevistas que fizemos. No Quadro 12 trazemos a identificação dos usos do Parque Germânia, segundo as respostas obtidas com a pergunta “*que atividades costuma realizar no parque?*”.

Quadro 12: Identificação de usos do Parque Germânia conforme as respostas obtidas à pergunta “*Que atividades costuma realizar no parque?*”

IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE USO DO PARQUE	CARACTERÍSTICA DO USO	NÚMERO DE FALAS ⁹⁹	PRÁTICAS APONTADAS
Comunicacional	Utiliza o parque para encontrar pessoas, para conversar.	62	Tomar um chimarrão (muito citado), bater papo com os amigos, namorar.
Esportiva	Utiliza o parque para fazer algum tipo de esporte.	58	Caminhada, corrida, alongamento, ginástica. Andar de: skate, patins e bicicleta. Jogar: futebol, basquete, vôlei e bocha.
Recreativa	Utiliza o parque para brincar, especialmente com	22	Brincar com as crianças: com bola; com pequenas bicicletas; no playground. Comer.

⁹⁹ Há usuários que apontaram fazer no parque diversos tipos de atividade. Nós fizemos questão de contabilizá-las, mesmo que isso implicasse em uma contagem que agrupasse usuários que fazem uma atividade só com outros que realizam várias. Portanto a soma das falas, não corresponde diretamente ao número de usuários entrevistados.

	crianças.		
Contemplativa	Utiliza o parque para contemplar seus aspectos naturais e ornamentais, meditar, descansar e/ou ler.	21	Descansar, ler, meditar, conhecer a estrutura do parque, tomar sol, deitar na grama, olhar o movimento, estar em contato com a natureza (animais e plantas).
Com animais domésticos	Utiliza o parque para atividades com animais domésticos	8	Diversas atividades com animais domésticos, principalmente cães, embora também ocorra com gatos.
Musical	Utiliza o parque para tocar instrumentos musicais ou para ouvir músicas.	5	Tocar violão, ouvir mp3, tocar percussão.
Acadêmica	Utiliza o parque para fazer estudos acadêmicos.	3	Pesquisa de campo feita por ONG.

Fonte: Sistematizado pelo autor

Tivemos que criar novas identificações em relação ao quadro que fizemos do Parque Burle Marx, incluindo as

atividades *Com animais domésticos* e *musical*, que no espaço público paulistano eram restritas.

Pelo fato de ser um espaço bastante amplo, muitos usuários levam seus animais domésticos ao parque, frequentando uma parte do gramado que hoje inclusive é chamada de *cachorródromo* (Figura 43). Nas principais portas do parque, encontram-se porta-sacos, patrocinados por empresas, que tem o objetivo de fazer com que as pessoas acompanhadas de bichos de estimação, recolham os dejetos dos animais.

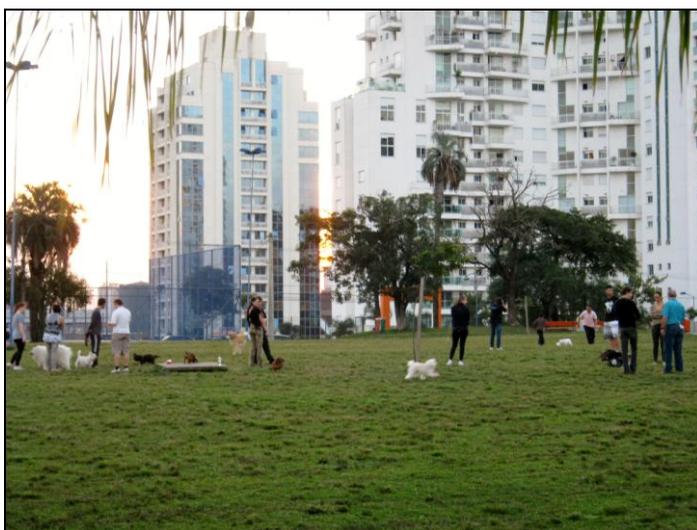


Figura 43: “Cachorródromo” do Parque Germânia
Fonte: Fotografado pelo autor (Agosto/2012).

Sobre as atividades musicais, é comum ver grupos de jovens fazendo rodas de violão ou, até mesmo, alguém tocando instrumento sozinho. Por esse último modo de uso, preferimos não colocar essa atividade como de caráter comunicacional, embora, como qualquer outra, ela tenha inserida em si também esse papel.

Por outro lado, o hábito tipicamente gaúcho de tomar chimarrão, comum em vários espaços públicos da cidade (e que

também foi encontrado sendo feito por gaúchos na pesquisa de São Paulo), foi muito citado pelos entrevistados do Parque Germânia, fazendo com que optássemos em definir essa manifestação cultural como atividade comunicacional, já que normalmente é feita em grupos de conversa, onde o chimarrão é passado de mão em mão. Tomar o chimarrão serve de motivo para que os amigos se encontrem nos finais de semana (principalmente). Diante do volume de pessoas que tomam chimarrão nesse parque (embora isso definitivamente não seja uma exclusividade do Parque Germânia em Porto Alegre), uma empresa de água mineral instalou, como estratégia de marketing, um equipamento que serve água quente para a confecção da bebida (Figura 44).



Figura 44: Máquina que serve água quente para chimarrão – Parque Germânia

Fonte: Fotografado pelo autor (Novembro/2012)

A quantidade de pessoas que disseram ir ao parque para conversar, bater-papo, namorar, foi bastante significativo e muito diferente do cenário encontrado no Parque Burle Marx. No parque paulistano, pelo caráter mais contemplativo da proposta do parque, que provoca a ausência de equipamentos esportivos para jogos e que acentua o controle sobre as práticas dos seus usuários, muitas pessoas afirmaram fazer atividades que identificamos como contemplativas e recreativas¹⁰⁰. No Parque Germânia essas práticas também ocorrem com intensidade, porém se encontram mais dissolvidas diante das práticas comunicacionais. Em relação às práticas recreativas, cabe destacar o trabalho feito por Wenetz (2012), no qual foram aplicados questionários com crianças de primeira à quarta série de uma escola pública da região para entender os lugares em que elas brincavam, onde o Parque Germânia teve um grande destaque, ficando atrás apenas da própria casa e da escola, como local de recreação¹⁰¹.

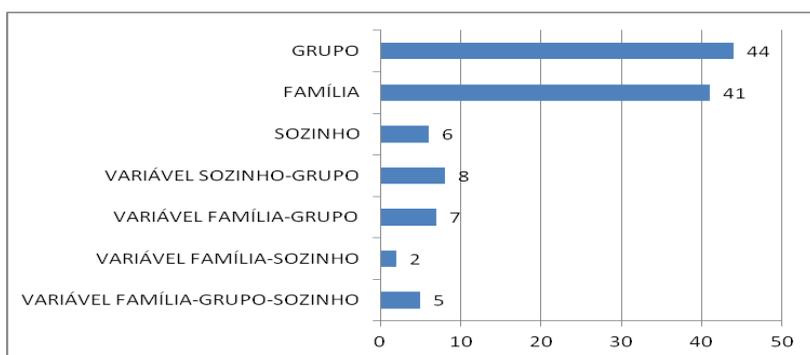
O fato das pessoas irem ao parque para se encontrar teve reflexos diretos em nossa pesquisa com relação ao número de usuários entrevistados. Havíamos decidido de antemão fazer o mesmo número de entrevistas no Parque Burle Marx e no Parque Germânia, ainda que soubéssemos que o espaço público porto-alegrense era mais frequentado do que o paulistano. Em todo caso, quando fomos à campo sempre entrevistávamos a pessoa sozinha, se assim ela estivesse, ou o grupo de pessoas que estavam juntas no momento da arguição (desde que todas quisessem falar). Diante disso, como muitos usuários estavam em grupo no Parque Germânia, o número de entrevistados ficou

¹⁰⁰ Embora seja relevante lembrar que o tipo de atividade mais identificado tenha sido a esportiva, que se explica pela grande presença de pessoas que vão fazer caminhadas no local.

¹⁰¹ Devemos salientar que a pesquisadora através de outras técnicas de coleta de dados, como a observação de campo a partir da etnografia, por outro lado chegou a conclusão de que, embora bastante citado, o uso do parque e das praças da região para brincadeiras infantis era baixo, especialmente pelo medo dos pais com relação a violência urbana.

significativamente maior (123 pessoas em 71 entrevistas) do que no Parque Burle Marx (87 pessoas em 68 entrevistas). O dado obtido em relação à pergunta “*realiza essa(s) atividade(s) normalmente sozinho(a) ou acompanhado(a) (em grupo ou família)?*” (Gráfico 15), confirma essa situação de que estamos falando.

Gráfico 15: Respostas à pergunta “Realiza essas atividades normalmente sozinho (a) ou acompanhado (a) (em grupo ou família)?”, entre os usuários entrevistados no Parque Germânia:



Fonte: Sistematizado pelo autor

É significativamente maior o número de usuários que realizam acompanhados suas atividades no parque em relação aos que disseram ir sozinhos, permitindo-nos reforçar a tese de que o Parque Germânia é um local usado intensamente para atividades comunicacionais, ou seja, mais próximos do caráter de uma praça do que de um jardim. As fotografias a seguir mostram dois perfis de encontros no Parque Germânia: entre amigos (Figura 45) e entre família (Figura 46).



Figura 45: Rodas de amigos no Parque Germânia
Fonte: Fotografado pelo autor (Maio/2012)



Figura 46: Famílias junto ao playground do Parque Germânia
Fonte: Fotografado pelo autor (Maio/2012)

Essa proximidade com a característica de uma praça, pela capacidade de promover encontros, faz com que possamos utilizar o termo *pracialidade*¹⁰², cunhado por Queiroga (2003), para dizer que o Parque Germânia possui muito desse atributo, pelo menos enquanto está aberto, conforme discutiremos mais adiante.

Por outro lado, assim como ocorreu no Parque Burle Marx, as motivações que levam os usuários ao Parque Germânia nem sempre correspondem diretamente às atividades que realizam. E pelas características das manifestações feitas pelos entrevistados, com relação aos motivos lhes levavam ao Parque Germânia, percebe-se que a diferença com o Parque Burle Marx não é tão grande, já que quando foi feita a pergunta “*Porque você vem a esse parque?*” boa parte dos usuários respondeu de modo muito similar aos respondentes do espaço público paulistano, conforme é possível notar no Quadro 13.

¹⁰² Queiroga (2003, p. 140) define que *pracialidade* é uma “*prática espacial própria da esfera da vida pública que se pode estabelecer em determinados momentos para diferentes sistemas de objetos integrantes do espaço intra-urbano, envolvendo ações comunicativas do cotidiano da vida pública até momentos da vita activa harendtiana, da ação política e sua representações simbólicas. Pracialidades são, portanto, concretudes, existências que se situam no tempo-espaço, participando da construção e das metamorfoses da esfera da vida pública*”.

Quadro 13: Identificação dos motivos que levam a ir ao Parque Germânia conforme as respostas obtidas à pergunta “Por que vem a esse parque?”.

TIPOS DE MOTIVOS QUE LEVAM A IR AO PARQUE	CARACTERÍSTICA DO MOTIVO	NÚMERO DE FALAS ¹⁰³	MOTIVAÇÕES APONTADAS
<i>Ambiente agradável</i>	Vai ao parque pela tranquilidade, pelos aspectos naturais, pela qualidade do espaço construído e de sua manutenção, pela seletividade de uso, pela segurança.	49	<p><i>Tranquilidade:</i> Pela segurança oferecida pelo seu cercamento, pela calma da área, porque não há confusão.</p> <p><i>Aspectos Naturais:</i> Pela grande arborização, para fugir do ambiente urbano, pelo ar puro, pela mata natural preservada, pelas áreas de gramado que permitem tomar Sol no inverno.</p> <p><i>Aspectos de Infraestrutura:</i> Pela beleza, pela limpeza, pelo cuidado, pela setorização das atividades, pela amplidão, pela variedade de opções de lazer, por ser cercado, pelo grande número de bancos.</p> <p><i>Segurança:</i> Por se sentir seguro na área: pelo cercamento, não há histórico de roubos, é mais</p>

¹⁰³ Há falas que foram classificadas em mais de um tipo de motivação, pois expressavam um grande conjunto de motivos para usar o parque. Também há pessoas que não se manifestaram durante a pergunta, especialmente quando a entrevista era feita com mais de uma pessoa.

			protegido que outros parques, há vigias. <i>Seletividade:</i> Por ser mais usado por famílias e por pessoas educadas, por não ser usado por determinados grupos sociais.
<i>Proximidade</i>	Vai ao parque por proximidade do parque em relação à residência, ao trabalho, à escola e aos shoppings.	39	Por estar perto de casa, do trabalho ou da escola, do Shopping Iguatemi e do Bourbon Country.
<i>Esporte</i>	Vai ao parque para fazer atividades esportivas.	14	Pelas pistas para caminhada, pelo bom espaço para andar de skate e patins, pelas várias quadras esportivas, para andar de bicicleta,
<i>Sociabilidade</i>	Vai ao parque para encontrar amigos, conversar com pessoas.	10	Por ser um local de encontro, para tomar chimarrão, para conversar entre amigos.
<i>Conhecer</i>	Foi ao parque para conhecê-lo	7	Pelo fato de ter ido ao shopping, por ter ido Hospital de Olhos, para compará-lo com outros parques.
<i>Animais de estimação</i>	Vai ao parque para propiciar ao animal de estimação um local livre para se movimentar.	4	Por ser cercado permite soltar os cachorros, para passear com animais.

<i>Brincar</i>	Vai ao parque para brincar com as crianças ao ar livre.	3	Pelos brinquedos disponíveis, pela ampla área, pela tranquilidade da área para brincar.
<i>Trabalho</i>	Vai ao parque para realizar algum tipo de trabalho.	1	Para coordenar uma atividade esportiva.

Fonte: Do autor

Quando falamos que a motivação para estar no parque não é sempre diretamente relacionada com a atividade que se realiza, é porque as ações que são feitas nesses espaços podem ser feitas em outros, como conversar e encontrar amigos. Uma pessoa pode ir ao parque para conversar com amigos e ter uma atividade diretamente comunicacional, todavia o motivo que lhe faz ir ao parque é, muitas vezes, outro, que corresponde a uma propriedade que aquele espaço possui e que lhe dá *agradabilidade*. Isso explica porque as atividades comunicacionais, que foram as mais citadas entre as realizadas no parque, não correspondem exatamente ao motivo que as levou para esse espaço público, já que isso provocaria, a nosso ver, um maior número de falas identificadas, no Quadro 13, como *sociabilidade* (que apareceu nas respostas de 10 pessoas). As falas cujas motivações identificamos como *proximidade*, assim como aquelas que foram definidas como *ambiente agradável*, revelam que ir ao parque está mais relacionado com atributos da área - no primeiro caso com a localização, enquanto no segundo por condições que lhe tornam um lugar aprazível. As demais motivações identificadas, com exceção de *conhecer*, correspondem mais diretamente às atividades feitas, ou seja, os pretextos para ir ao parque estão mais relacionados ao que vai se fazer na área do que por ela própria.

Portanto, pelos dados apresentados no Quadro 13, percebe-se que a maior parte dos usuários do Parque Germânia ressaltou mais os atributos do parque como motivação, do que

as atividades que nele são realizadas, tal como o quadro encontrado no Parque Burle Marx.

A proximidade é um fator atrativo de qualquer equipamento urbano de lazer e não seria diferente com relação a um parque. Entretanto, para além da adjacência com a residência, o que chamou nossa atenção foram as pessoas que disseram estar no parque por causa de alguma atividade que foram fazer em algum dos shoppings da região, demonstrando que há de fato uma interação entre esses dois equipamentos, pela centralidade produzida pelo segundo.

Os maiores destaques feitos pelos usuários em relação aos motivos que os levaram a estar no parque, no entanto, foram aspectos que identificamos como “*Ambiente Agradável*”. Nesse ponto a semelhança com o cenário paulistano que estudamos é muito grande. Dizemos isso, porque para além da valorização de aspectos naturais e paisagísticos da área e do elogio à manutenção e a conservação do espaço, que foram aspectos muito presentes nesse tipo de discurso, também foi encontrado, em algumas falas, a questão da segurança e da ordem, e em menor grau, da seletividade espacial, tal qual nos deparamos no parque paulistano. Um exemplo disso que estamos apontando está contido nas falas que reproduzimos a seguir, quando fizemos a pergunta “*Por que vem a esse parque?*”.

*(...) justamente pela preservação dele, por esse aspecto de lazer que ele apresenta e sobretudo pela relativa segurança que eu encontro aqui. Moro em um bairro ao lado que tem vários parques, mas nem todos oferecem a suposta segurança. (Homem, 56 anos)
É o melhor frequentado digamos assim. A maior parte dos parques é frequentada por uma gente assim, que não é muito legal, meio violento (...) (Homem, 19 anos)*

Os aspectos de segurança e de ordem acabam sendo ressaltados, em nossa concepção, porque o Jardim Europa e o Parque Germânia possuem uma série de dispositivos que trazem

esses elementos a tona. Na área do empreendimento como um todo, há câmeras de segurança e vigilância privada motorizada que faz rondas (Figuras 47 e 48).



Figura 47: Carro da ronda privada motorizada do Jardim Europa
Fonte: Do autor (Setembro/2009)



Figura 48: Câmera de vigilância do Jardim Europa
Fonte: Do autor (Junho/2012)

O Germânia é um parque cercado, com horário de funcionamento, diferentemente dos demais existentes na cidade. Essas cercas lhe dão conotação de segurança, a ponto dos empreendedores ressaltarem em seus anúncios publicitários que morar no Jardim Europa tem a vantagem de estar em frente ao primeiro parque cercado da cidade de Porto Alegre (o que é falso, já que há casos anteriores), como um sinal da segurança oferecida, e porque não, de exclusividade. Um dado interessante é que na já citada pesquisa Top of Mind de 2012, quando o Germânia foi o terceiro mais lembrado no geral, atingindo 8,8% no total, ele foi indicado por 12,3% dos entrevistados da classe A/B, por 9,1% da C e por 1,7% da D/E. Embora nossas observações de campo não apontem um uso majoritário de uma classe média-alta e nem mesmo de classe média-baixa, havendo, sim, uma diversidade de classes e grupos sociais na área, esse espaço é moldado a partir de referências espaciais da elite, que pressupõem o controle das práticas sociais. Seu cercamento e consequente fechamento a noite são as principais referências espaciais de controle e seletividade que apresenta.

Por isso, é que apesar de ser um espaço de encontro durante o dia, revelando um forte conteúdo comunicacional, está presente nele, como não está em outros parques tradicionais de Porto Alegre, o controle sobre as manifestações noturnas - que correspondem aos usos feitos por moradores de rua, prostitutas, michês, usuários de drogas, que nesse contexto não são compreendidos como cidadãos com direitos ao usufruto do espaço público.

Creemos que esse controle é resultado da origem do parque, como produto de um empreendimento imobiliário voltado para a classe média-alta, que necessita ser mantido em ordem para que o processo de valorização do espaço não seja perdido. Diante desse fato, torna-se fundamental, para além de fazer/construir o espaço público, que esses empreendedores o administrem, como é possível ver tanto no Parque Burle Marx quanto no Parque Germânia.

4. A INTERFERÊNCIA DOS INTERESSES PRIVADOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: ORDEM E CONTROLE

Neste capítulo vamos adentrar nas especificidades da gestão dos parques Burle Marx e Germânia, que são a grande diferença em relação a outros espaços públicos do mesmo tipo nas cidades onde se localizam. Trata-se de uma interferência direta dos interesses privados na produção do espaço público. Dizemos isso, porque através da gestão desses espaços públicos, as incorporadoras conseguem criar um ambiente mais favorável a seus objetivos como empresas da construção civil, ou seja, através das medidas de controle espacial que implantam nessas áreas, conseguem eliminar ou atenuar possíveis adversidades que poderiam comprometer a venda dos imóveis construídos.

O espaço público é um local híbrido de manifestações ordenadas que correspondem a sua própria programação (equipamentos e aparelhos que possui, regras de uso, horário de funcionamento, etc.) e de expressões livres e espontâneas que podem ocorrer dentro do próprio programa, ou fora, como um grande desvio. Essa característica do espaço público o torna bastante imprevisível e sujeito à ecologia da ação proposta por Morin (2005b, 2007), em que todo ato ao entrar em interação com o meio, pode ter sua trajetória alterada. Dependendo dos usos desviantes que surgem, o empreendimento imobiliário construído em seu entorno pode se desvalorizar comercialmente. Perde valor comercial porque os imóveis são voltados para um *público específico* que pode não aceitar (ou não conseguir conviver com) determinadas práticas (usos) sociais.

Destacamos a expressão *público específico*, pois ela por si só é contraditória, já que a primeira palavra se refere à povo, a todos que fazem parte de uma coletividade, enquanto a segunda nos remete a uma barreira, a um limite que restringe esse todo. O espaço público criado pelo empreendedor imobiliário buscará atender um determinado perfil de indivíduo, se tornando também específico. Ou seja, será um espaço público menos permeável, pois é construído em cima de uma programação mais rígida que

visa diminuir a imprevisibilidade característica dessas espacialidades.

Nos dois casos pesquisados foram criadas associações/fundações privadas ligadas aos empreendedores imobiliários e ambas participam ativamente da gestão desses espaços públicos. Elas (associações) os mantêm financeiramente, contratando funcionários para fazer a administração, a manutenção e a segurança. Isso dá condições para que se estabeleça o controle dos usos que é tão necessário para os interesses das incorporadoras.

4.1 A GESTÃO DE PARQUES URBANOS EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS: COMPARAÇÕES ENTRE O PARQUE BURLE MARX E O PARQUE GERMÂNIA

A gestão de parques urbanos através de parceria entre o Estado e a iniciativa privada nas cidades de São Paulo e de Porto Alegre, não é algo comum. O que ocorre nos parques Burle Marx e Germânia é uma excepcionalidade. Enquanto no Parque Burle Marx quem administra a área é a Fundação Aron Birmann, no Parque Germânia existe uma gestão compartilhada entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Associação dos Amigos do Jardim Europa. Nos dois casos, conforme pudemos averiguar através de entrevistas com representantes das organizações que administram esses parques, a tarefa de gestão não é encarada como um ônus, mas como algo importante para a manutenção desses espaços públicos.

No exemplo do Parque Burle Marx, a Fundação Aron Birmann, hoje uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público), após o convênio firmado em 1995, tem a incumbência de gerir o parque por 25 anos, ou seja, ela administrará esse espaço público até o ano de 2020 (embora o contrato possa ser rompido por qualquer uma das partes, em qualquer momento, pois desde 2005, quando se transcorreu 10 anos do acordo, é admissível a desistência, segundo os termos do convênio assinado). Uma primeira apresentação da Fundação Aron Birmann pode ser feita a partir do que ela expõe no seu

sítio na internet, colocando-se como um novo modelo de gestão de espaços públicos que visa desonerar o Estado. Transcrevendo a apresentação da Fundação Aron Birmann no seu sítio na internet, temos:

A Fundação Aron Birmann, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, foi criada em 1995 com o objetivo de promover, através de estudos, pesquisas e ações, a busca de soluções para os problemas ambientais dos grandes centros urbanos. Na ótica da Fundação estas soluções passam por parcerias da iniciativa privada com o Estado, pois se faltam recursos ao governo para tais soluções, não devem faltar ideias eficazes, econômicas e viáveis, dentro de uma visão moderna de mercado (FUNDAÇÃO ARON BIRMANN, 2011).

Em correspondência com o acordo de cooperação firmado no ano de 1995, cabe a Fundação Aron Birmann, entre outras coisas: cumprir e fazer cumprir o Regulamento do Parque; manter, conservar e preservar a área; manter serviço de vigilância sem armas; obter e prover o parque dos recursos necessários a sua manutenção; subsidiar a prefeitura com dados e informações sobre a gestão; submeter-se a comissão criada pela SVMMA para gerenciar o trabalho feito; e prestar contas administrativas e financeiras de sua administração.

A Fundação Aron Birmann foi criada no dia 11 de maio de 1995, poucos meses antes da inauguração do Parque Burle Marx (que é de 29 de setembro de 1995), a partir da iniciativa da construtora Birmann, uma das principais empreendedoras imobiliárias que promoveram o desenvolvimento do Projeto Panamby. É da Birmann, por exemplo, o primeiro empreendimento do loteamento, o Chácara Tangará, assim como o Palácio Tangará Hotel & Spa, que era previsto para 2001, mas que por dificuldades financeiras da construtora não foi

finalizado¹⁰⁴. Segundo entrevista realizada com representante da Fundação Aron Birmann, ela surgiu da seguinte forma:

(...) Então, em 95, isso aqui era um empreendimento que a gente tinha uma participação aqui e em 95 finalmente foi aprovado e assim construiu o parque. Lá, a gente já tinha uma ideia, eu já tinha uma ideia de criar uma fundação, um instituto urbanístico, que era um projeto meu, a mil, ainda latente. Aí quando surgiu o parque, nós ficamos preocupados: Poxa, mas o parque, como todo o bom parque de São Paulo, vai logo ser tomado por camelôs, por aquela ocupação irregular, então como é que a gente pode fazer para fazer o melhor? (...)

(...) Então surgiu essa ideia, vamos fazer um convênio com a prefeitura, aí a gente optou por fazer o seguinte: nós pagamos todo o custo, a fundação bancaria o parque, mas seria também a gestão. A gente achou que

¹⁰⁴ O Palácio Tangará Hotel & Spa é um projeto hoteleiro inconcluso que tinha como sócios a construtora Birmann e o Fundo de Pensão PREVI. Esse empreendimento se localiza em um lote adjacente ao Parque Burle Marx. Tratava-se de um hotel de alto luxo com área construída de 27 mil m², com 126 apartamentos, os mais simples tendo 58 m² e as suítes entre 74 m² e 230 m². Sua estrutura é composta por um edifício principal com 7 pavimentos (4 com unidades habitacionais, um térreo e dois subsolos) e cobertura para a casa de máquinas. Em seu projeto também constam piscinas cobertas e descobertas, salas de conferências e festas, restaurantes, bares, SPA e diversas áreas de apoio e serviços (PREVI, 2013a). A obra, que foi iniciada no ano de 1999, parou no início de 2002 por dificuldades financeiras da construtora Birmann. Devido a essa situação, os sócios entraram em litígio. Nesse período a construtora Birmann teve que se desfazer da maior parte de seus ativos (TEREZA, CIARELLI, SCHELLER et al, 2010). Em 2013 o PREVI vende sua parte no negócio, 49% das ações, para a GTIS Partners, fundo de *private equity* norte-americano (PREVI, 2013b).

seria importante. Então a proposta nossa era fazer uma gestão, com um foco privado, uma gestão sem todas aquelas amarras que tem a gestão pública e, por outro lado, tinha um custo, um ônus que era bancar. Mas entre outros, servia também de parte da proposta, da experiência, que era o quê? Achávamos que os parques teriam que ser mais autossustentáveis, não no sentido novo, mas no sentido de autofinanciável. (...)¹⁰⁵

Pelo convênio firmado, a responsabilidade de gerenciamento e custeio do parque fica atribuída a Fundação Aron Birman, enquanto a Prefeitura de São Paulo passa a ser responsável apenas pela fiscalização do trabalho feito. A Prefeitura não repassa para o parque nenhum tipo de recurso financeiro direto, apenas faz o acompanhamento da gestão do parque e dispõe dos profissionais que fazem o acompanhamento técnico da área (como biólogos e engenheiros agrônomos). Nesse sentido, a Fundação Aron Birman deve cobrir todas as despesas e para isso pode contar com uma série de fontes de arrecadação do próprio parque. Entre as fontes de arrecadação da Fundação Aron Birman estão: o estacionamento do parque (que está em terreno adjacente a Marginal Pinheiros, que foi cedido por uma construtora que ainda não realizou seu empreendimento); a venda de cocos nos fins de semana; os eventos realizados no parque (como casamentos e festas corporativas); a permissão de uso do parque para fotografias e filmagens em campanhas publicitárias (e também em fotos particulares para casamento, Figura 49); as mensalidades pagas no programa de associação dos Amigos do Parque Burle Marx; e a contribuição financeira mensal de um dos condomínios que estão em frente a esse espaço público.

¹⁰⁵ Segundo entrevista realizada com funcionário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a sugestão de passar a administração para uma fundação, foi da prefeitura.



Figura 49: Fotografias para casamento tiradas no Parque Burle Marx
Fonte: Fotografado pelo autor (Julho/2012)

Mesmo com tantas fontes de arrecadação, a Fundação Aron Birmann não consegue cobrir os gastos somente com os recursos obtidos no parque. Com isso, a Fundação Aron Birmann acaba repassando recursos financeiros complementares – através de doações feitas diretamente a ela, especialmente pela Construtora Birmann (Tabela 7).

Tabela 7: Demonstrativo Financeiro 2007-2011 do Parque Burle Marx

Ano	Receita	Despesas	Aporte da Fundação	Passivo
2007	R\$ 480.350,26	R\$ 548.369,38	R\$ 68.013,13	-
2008	R\$ 334.964,50	R\$ 528.101,91	R\$ 193.137,41	-
2009	R\$ 239.713,33	R\$ 496.523,33	R\$ 256.810,00	-
2010	R\$ 506,171.41	R\$ 569,944.85	R\$ 63,773.44	-
2011	R\$ 609.803,68	R\$ 677.322,20	R\$ 72.000,00	R\$ 100.000,00

Fonte: Fundação Aron Birmann

A ideia original da Fundação Aron Birmann era, segundo o trecho da entrevista que já apresentamos, a de tornar o parque autossustentável financeiramente, mas não houve sucesso nessa operação. Entre os motivos apontados, em entrevista, estão: a pouca participação financeira da comunidade (na comparação, por exemplo, com os EUA, onde há muita doação para parques); e a ausência de recursos de boa parte dos

empreendedores do Panamby (já que essas outras construtoras não participam da Fundação Aron Birmann).

Para sanar esse problema, a fundação tem sugerido aos construtores dos novos empreendimentos junto ao parque, que coloquem nas taxas condominiais uma ajuda de custo ao parque. Mesmo assim não tem obtido grande sucesso em ampliar a arrecadação.

A dificuldade de obter recursos, de certa forma, foi o ônus que a fundação assumiu ao querer gerenciar o parque. Conforme a explicação dada pelo entrevistado da Fundação Aron Birmann, fica evidente que a opção pela gestão privada do Parque Burle Marx está originalmente relacionada com a necessidade de um controle maior sobre o uso do parque. Isso talvez explique que entre as maiores despesas está a segurança, que no ano de 2010 foi responsável por 43,74% dos gastos e em 2011 por 33,75% do total. Tal situação demonstra a preocupação com esse quesito nos espaços públicos atualmente, conforme explicitamos no capítulo 1. Cabe salientar que o convênio firmado entre a Fundação Aron Birmann e a Prefeitura de São Paulo define que a primeira deve contratar equipe de vigilância sem armas (Tabela 8). Aliás, segundo entrevista dada pelo representante da fundação, o Parque Burle Marx foi o primeiro a contar com um serviço de vigilância privada em São Paulo.

Tabela 8: Distribuição das despesas do parque entre 2010 e 2011

Ítem de despesa	Custo em %	
	Ano de 2010	Ano de 2011
Manutenção	20,23%	22,66%
Funcionários	36,03%	43,59%
Segurança	43,74%	33,75%

Fonte: Fundação Aron Birmann

Os gastos com segurança é um ponto de conexão entre as entidades do *terceiro setor* que gerenciam os parques estudados. No Parque Germânia, em Porto Alegre, cuja administração é feita pela Associação dos Amigos do Jardim Europa (AAJE), a maior parte do orçamento é, também, para o pagamento do serviço de

vigilância. Segundo dados fornecidos em entrevista, por representante da Associação dos Amigos do Jardim Europa, cerca de 70% dos gastos dessa organização são em segurança (com a manutenção de um sistema de vigilância monitorada por câmeras, com a presença de uma equipe de segurança no Parque Germânia e por um serviço de ronda motorizada que atende as ruas que compõem o empreendimento).

No Parque Germânia, portanto, vigora um modelo de similar ao do Parque Burle Marx, na concepção e nas prioridades. A maior diferença na gestão desses dois parques é que, em Porto Alegre, há representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente no interior do Germânia diariamente, demonstrando uma gestão mais compartilhada, embora todo o processo de manutenção e conservação do parque seja feito por uma empresa terceirizada contratada pela Associação dos Amigos do Jardim Europa (AAJE). Essa associação é a principal gestora do Parque Germânia durante seus primeiros 10 anos, conforme o documento de compromisso assinado, que no caso foi o *“Termo de Cooperação para Adoção do Parque Alemanha¹⁰⁶”*.

A assinatura do Termo de Cooperação para Adoção foi uma obrigação imposta pelo poder público municipal de Porto Alegre para que houvesse a concessão da licença ambiental para implantação do Loteamento Germânia, que deu origem ao empreendimento Jardim Europa. Por isso, quem assina o documento que firma a cooperação é a Construtora Goldshtein, que é a empreendedora imobiliária que desenvolveu o loteamento. A Construtora Goldshtein, a medida que os lotes começam a ser incorporados e surgem os condomínios, cria a Associação dos Amigos do Jardim Europa, que será a responsável por fazer os repasses financeiros que garantem a manutenção e a conservação do Parque Germânia.

A Construtora Goldshtein pode ser vista como a principal força da Associação de Amigos do Jardim Europa (AAJE), e seu

¹⁰⁶ Originalmente, conforme a Lei Municipal 6688/90, o nome do Parque Germânia é Alemanha.

presidente, inclusive, era um funcionário da empresa. Na AAJE, os condomínios, a medida que surgem, tornam-se compulsoriamente sócios dela. Já nos lotes ainda não incorporados, o proprietário do terreno torna-se o contribuinte da AAJE. Por isso, a medida que há o desenvolvimento do empreendimento, diminui a participação da Construtora Goldsztein na AAJE, pela participação dos condomínios construídos. Segundo representante da AAJE, os moradores dos condomínios contribuem em média com R\$ 30 mensais para a organização que se responsabiliza pela manutenção, conservação e segurança do Parque Germânia e do Jardim Europa (embora, devemos dizer, que há a presença constante de policiais militares e guardas municipais no interior desse espaço público, conforme nossas observações de campo).

A preocupação com o controle do uso do espaço, visualizada pelos gastos com segurança, também é um dos fatores que alinhavou o estabelecimento da parceria com o poder público, conforme fala transcrita, a seguir, de um representante da AAJE - que se assemelha ao discurso apresentado pelo membro da Fundação Aron Birmann.

A Associação começou da seguinte forma: quando foi pensado o empreendimento como um todo e, pelo fato da existência do parque, a ideia da empresa foi criar uma associação que tivesse um comando sobre o bairro e, em especial, sobre o parque. Para que não caísse na administração pública. E aí, os parques já não são... poderiam cair na situação dos parques de Porto Alegre, como a maioria deles – que ficam sem investimento. Enfim... Problemas de valor... Até para... Se a gente tivesse um parque super bem cuidado, a valorização dos imóveis era constante e crescente. Então, essa foi a ideia. Então, junto... Logo depois que o loteamento estava concluído e começou-se os empreendimentos, foi criada, então, a Associação. E essa Associação,

quem são sócios são os condomínios, e não os moradores. Eles são indiretamente, né? Mas, por convenção são os condomínios.

O desejo que os parques fossem mais controlados, mais ordenados, tem relação direta com o desejo de valorização dos imóveis dos empreendimentos desenvolvidos. Pode-se dizer que sob o viés da manutenção e da conservação, tais parques urbanos têm sido bem cuidados.

O fato da Associação de Amigos do Jardim Europa colaborar com recursos para a manutenção do Parque Germânia, inclusive provoca em alguns moradores do empreendimento imobiliário a sensação de que são proprietários desse espaço público. Essa situação pode ser compreendida, indiretamente, em entrevistas onde usuários demonstraram acreditar que a área ainda pertencia à Construtora Goldsztein ou como na fala de representante da Associação de Moradores do Divina Providência (uma comunidade de baixa renda do bairro Vila Jardim) onde aponta-se que os moradores da comunidade tinham medo, *“que ele fosse ser um parque para os apartamentos, que estavam em construção, não para a comunidade como um todo”*. O sentimento de propriedade dos moradores do Jardim Europa em relação ao Parque Germânia aparece no relato do representante da AAJE, quando perguntamos como era a relação dos habitantes do empreendimento com esse espaço público:

É excelente. Às vezes é até preocupante porque eles se sentem mais donos do que qualquer um. Então a Associação tem que fazer o papel de, digamos assim, equilibrar a relação, né? Porque, como eles pagam, eles imaginam que são donos. Não são todos, mas alguns se sentem donos demais do negócio e não enxergam o parque como um parque público. Mas isso até é bom! Essa visão de que o parque é deles ajuda mais a cuidar do parque. É muito tranquilo. É muito tranquilo. É

muito boa. Eles estão participando cada vez mais. Porque, no primeiro momento, a participação do morador era muito pequena dentro da Associação e, em consequência, no parque, né? Hoje, a gente está vendo que ela está crescente e está ficando madura.

É possível concluir, a partir dessa fala, que a boa manutenção do Parque Germânia torna-se uma exigência do morador do Jardim Europa que, por colaborar com a AAJE, cria uma relação “cliente-mercadoria”. Como essa “mercadoria” ainda está à venda, na medida em que os empreendimentos não foram todos implantados, a construtora tende a atender aos pedidos de cuidado.

O trabalho realizado pelo terceiro setor nos dois parques estudados, segundo as entrevistas feitas com funcionários dos órgãos municipais responsáveis pelos parques urbanos, é bem avaliado, em especial, por desonerar o caixa das prefeituras e pela continuidade da gestão, na medida em que as alternâncias de poder, comuns no Estado pelos processos eleitorais, não são corriqueiras nessas fundações, assim como pela maior agilidade em responder às demandas exigidas pela comunidade usuária, já que a estrutura de Estado tende a ser mais burocrática. Assim, o trabalho dessas entidades é visto, ainda que indiretamente, como positivo pelos usuários nas entrevistas que fizemos, na medida em que a maior parte dos inquiridos pela pesquisa ao responder a questão “*como você percebe a manutenção e a conservação do parque?*”, afirmou que elas são “ótimas” ou “boas”. O Quadro 14 apresenta a identificação da percepção dos usuários em relação aos itens destacados.

Quadro 14: Identificação da percepção em relação a manutenção e conservação nos parques Burle Marx e Germânia.

Identificação da percepção em relação a manutenção e conservação	Conteúdo da fala do entrevistado	Número de pessoas no Parque Burle Marx	Número de pessoas no Parque Germânia
"Ótima"	Avalia como "ótima", "excelente", "muito boa" a conservação do parque, tecendo somente elogios.	42	56
"Boa"	Avalia como "boa" e/ou sua fala expressa satisfação com algumas ressalvas.	34	41
"Razoável"	Avalia como "razoável" e/ou sua fala faz mais críticas que elogios.	4	2
"Péssima"	Avalia como "ruim" "péssima" e/ou sua fala é toda feita de críticas.	2	4
"Indiferente"	Diz que não repara na manutenção.	0	2

Fonte: Sistematizado pelo autor

No entanto, embora as associações gestoras sejam geralmente bem avaliadas pelos usuários, há algumas críticas. No Parque Burle Marx, destaca-se, por exemplo, algumas manifestações contrárias aos eventos - que são uma das principais fontes de arrecadação de recursos - pelo impacto que

causam ao próprio meio ambiente e infraestrutura da área. A Figura 50 registra o desmonte da estrutura de um casamento que levou três dias para ser finalizada e que nos pareceu impactar os Jardins de Burle Marx.



Figura 50: Estrutura para evento sobre os Jardins de Burle Marx.
Fonte: Fotografado pelo autor (Setembro/2011)

Devemos destacar que o Burle Marx, assim como os demais parques da cidade de São Paulo, possui, além da administração convencional, um Conselho Gestor formado por 9 representantes da sociedade civil (6 usuários eleitos, mais 3 indicados de entidades representativas), 2 representantes dos trabalhadores do parque, e 7 representantes do poder executivo (o administrador da área mais 1 indicado pela subprefeitura, 1 pela SVMA, 1 pela Secretaria de Cultura, 1 pela de Esportes, 1 pela de Saúde, 1 pela Guarda Civil Metropolitana), totalizando no mínimo 18 pessoas, conforme definido pela Lei Municipal 13.539/2003 e pelo Decreto 43.685/2003. Entre suas atribuições está *“analisar e opinar sobre os pedidos de autorização de uso dos espaços dos respectivos”* (Lei 13.539, Art. 2, Inciso III). O dilema é que mesmo que esse Conselho viesse a dar um parecer negativo para um evento, essa decisão poderia não ser

efetivada, já que não está claro o seu poder de deliberação, pois analisar e opinar não correspondem diretamente a decidir. Esse é um problema geral dos conselhos de usuários implantados em todo o Brasil: são esferas geralmente consultivas, cuja capacidade deliberativa é limitada e desse modo se distanciam da capacidade de produzir autonomia, conforme afirma Marcelo Lopes de Souza (2004). Além disso, existe um grande desconhecimento sobre a existência desse tipo de esfera em São Paulo, como apontado pela pesquisa feita pelo Datafolha, que foi encomendada pelo Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis do PNUMA, onde 70% dos usuários disseram desconhecer esse fórum político - dos 30% conhecedores, 47% tinham ensino superior (Whately et al, 2008). Esses dados reforçam algo que já havíamos dito em nossa dissertação de mestrado (SOUZA, F. S. 2008), quando afirmamos que se percebe, nos conselhos de parques urbanos, que a diversidade contida no conjunto geral de usuários não se reflete nesses espaços, seja pelo desconhecimento da existência dessa esfera, seja pela própria recusa em participar desse tipo de fórum – especialmente em parques com muitos grupos culturais juvenis. Embora o Parque Burle Marx não seja uma área com grande diversidade de usuários, a presença de um conselho com pouca variedade representativa pode significar o congelamento dos usos possíveis nessas áreas, já que toda diversidade pode ser vista como algo não desejado. Na eleição para conselheiros do Parque Burle Marx no ano de 2012, temos um exemplo disso que estamos afirmando, já que mesmo havendo três vagas para entidades representativas, somente 2 inscrições foram feitas, uma pelo Colégio Porto Seguro (escola particular do bairro) e outra pela Associação Cultural e de Cidadania do Panamby. Não houve inscrição de associações das comunidades carentes do entorno, o que, de certa forma, pode ser encarado como sintomático das características do parque. Por outro lado, foram feitas 15 inscrições para a eleição entre usuários – um número alto na comparação com outros parques – visando o preenchimento de 6 vagas (que se tornaram 7, na medida em que 1 vaga para entidade representativa não foi ocupada).

Apesar do cenário de baixa diversidade, se compararmos o Burle Marx com o Germânia, podemos dizer que o parque paulistano está na frente, pois mesmo que a figura do Conselho Consultivo exista na legislação porto-alegrense desde 2008 (Lei 11.929/08), o parque gaúcho não possuía, até 2012, esse tipo de estrutura de participação. Em entrevista com representante da Associação de Moradores do Divina Providência (comunidade de baixa renda próxima ao Parque Germânia), por exemplo, nos foi informado que nunca houve um contato para que essa entidade participasse de algum aspecto de gestão da área. Mesmo que os conselhos em geral não representem a variedade de usuários de um parque e que sua capacidade de decisão seja limitada, eles criam um ponto importante de abertura da gestão do espaço público e por isso seria fundamental que fossem mais divulgados.

Retomando às atribuições do Conselho Gestor do Parque Burle Marx, em São Paulo, devemos dizer que para além do acompanhamento dos eventos propostos, cabe a ele também propor medidas de manutenção e organização. No caso do Parque Burle Marx esses aspectos de cuidado e de preservação podem ser apontados como referências, conforme o relato dos próprios usuários entrevistados. Isso, inclusive, foi destacado em um estudo feito pelo SINAENCO (Sindicato Nacional das Empresas de Engenharia e Arquitetura Consultivas) que avaliou as condições de uso dos parques da capital paulista a partir de oito itens: vegetação, acessibilidade¹⁰⁷, play-grounds, quadras esportivas, pistas esportivas, equipamentos de ginástica, banheiros e bebedouros. Cada item analisado no parque ganhava uma nota que poderia ser: 10,0 para ótimo; 7,5 para bom; 5,0 para regular e 2,5 para ruim. No caso de parques que não tivessem algum item, como quadras, por exemplo, nenhuma

¹⁰⁷ Embora em nenhum momento seja explicado no relatório de pesquisa do SINAENCO o que foi avaliado exatamente em cada item, acreditamos que o quesito “acessibilidade”, no caso, corresponde a capacidade dos equipamentos, contidos no parque, de receberem pessoas portadoras de necessidades especiais, com destaque para cadeirantes.

nota era atribuída a esse componente, e ao mesmo tempo, ele não era considerado na ponderação final. Ou seja, parques que contavam com todos os oito elementos avaliados, obtiveram sua média ponderada de acordo com todos esses critérios, enquanto as áreas que foram avaliadas em apenas 6 itens, apresentaram suas médias calculadas levando em consideração somente os aspectos considerados, ignorando aquilo que não foi pontuado. A partir desse cálculo, o parque que atingiu a melhor média foi o Burle Marx, que obteve: 10,0 (ótimo) em vegetação, acessibilidade, pista de esportiva e banheiros; 7,5 (bom) em bebedouros. Com essas notas, o Parque Burle Marx obteve 9,5 de média. Os itens playground, equipamentos de ginástica e quadras esportivas não foram avaliados, pois o parque não os possuía na época do levantamento do SINAENCO¹⁰⁸.

Contudo, a pesquisa do SINAENCO tem vários problemas de concepção, especialmente porque, apesar de desconsiderar os itens não contidos no parque para evitar comparações entre áreas com tipologias distintas, o ranqueamento construído faz com que o processo comparativo ocorra. Além disso, parques que contam com um maior volume de atividades, pelo método utilizado, correm mais risco de terem notas descontadas¹⁰⁹.

Mesmo diante desses problemas, a pesquisa feita pelo SINAENCO teve visibilidade midiática, conforme é possível ver na reportagem da Folha de São Paulo intitulada *“Burle Marx é o melhor parque de SP, diz estudo; veja os endereços dos 41 parques”* (VIEIRA, 2009). Na reportagem se descreve muito brevemente a metodologia adotada pelo SINAENCO para fazer o ranqueamento. Na descrição do Parque Burle Marx, que foi tratado pela reportagem como o melhor da cidade de São Paulo,

¹⁰⁸ Desde o final de 2012, o parque conta com um playground, já que muitas crianças eram levadas pelos pais para usar o parque.

¹⁰⁹ A pesquisa feita pelo Datafolha, para o Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis do PNUMA, mostra que, em geral, a população paulistana está satisfeita com seus parques urbanos no que corresponde à manutenção e a conservação, já que 72% dos entrevistados classificaram esse item de avaliação como ótimo ou bom (Whately et al., 2008)

fala-se da sua grama bem cortada, das flores, das árvores com placas que tem os seus nomes, das trilhas. O interessante é que o único relato colhido de usuário do Parque Burle Marx, é de uma moradora do Panamby que usa o parque para manter a saúde e faz a seguinte colocação:

"O parque é lindo. Não tem farofa, tem trilhas limpinhas, micos e pássaros que dão a sensação de estar fora de São Paulo, mesmo ao lado da marginal [Pinheiros]."
(VIEIRA, 2009).

A entrevistada ao defender o título de melhor parque para o Burle Marx, destacou, ao dizer que ele não tinha "farofa", os aspectos que o regulamento rígido do parque impõe. Ou seja, torna-se visível, nessa fala, uma concepção de que o parque mais normatizado tende a ser melhor qualificado.

Nessa mesma reportagem, a entrevista feita com o responsável pelo estudo aponta que os maiores problemas encontrados nos parques durante a pesquisa eram em relação a acessibilidade, playgrounds e quadras esportivas. Estes dois últimos itens não foram avaliados no Parque Burle Marx, porque ele não os tem. Além disso, o próprio responsável pela pesquisa reconhece que deve-se levar em consideração o volume de usuários da área, e nesse quesito, o Parque Burle Marx fica em 17º entre os lugares locais estudados. Por outro lado, através dos dados da pesquisa, pôde-se ressaltar o abismo existente entre os parques da área nobre e em relação aqueles da região mais pobre de São Paulo (Zona Leste).

A pesquisa feita pelo SINAENCO e a reportagem apresentada, apesar dos problemas de concepção (lembrando que falaremos mais sobre o papel da mídia no subcapítulo 4.3), demonstram que a manutenção e a conservação das áreas caminham, lado a lado, com o desejo de conservação/congelamento dos usos do parque (que permite um controle maior sobre as ações existentes). Assim, é interessante observar que os exemplos dos parques Burle Marx e Germânia

revelam tentativas de um controle maior sobre as práticas sociais, que a nosso ver está relacionado com a estreita relação que esses espaços possuem com a iniciativa privada. Diante disso, buscaremos apontar no próximo ponto de debate da pesquisa, como surgem os elementos normativos nos parques estudados e de que forma podem ser pensados em relação ao conjunto de áreas públicas de suas cidades.

4.2 O REFORÇO DA NORMA: CARACTERÍSTICA COMUM EM PARQUES URBANOS GERIDOS POR EMPREENDEDORES IMOBILIÁRIOS

Algo que chama a atenção nos parques Burle Marx e Germânia é o fato de possuírem meios de controle acentuados na comparação com outras áreas públicas das cidades onde se localizam. No Burle Marx o destaque normativo está no regulamento rígido de uso, enquanto no Germânia ressalta-se o seu cercamento e o estabelecimento de um horário de funcionamento, algo raro no cenário porto-alegrense.

Quando falamos que o regulamento do Parque Burle Marx, definido pelo Decreto nº35.537 de 29/9/95, é rigoroso no controle das formas de uso do espaço é porque ele apresenta uma série de restrições que acabam por inviabilizar diversas formas de manifestação pública, como esportes coletivos, pic-nics e atividades políticas, conforme apresentado no sítio do Parque Burle Marx na internet (Quadro 15)

Quadro 15: Regulamento do Parque Burle Marx

<p>Não é permitido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A prática de qualquer atividade esportiva, à exceção de caminhadas (incluindo o uso de bicicletas, bolas, patins, patinetes, skates, pipas, etc) • A entrada de visitantes conduzindo animais • Vendedores, camelôs e ambulantes • Pessoas alcoolizadas ou que agredam a moral e os bons costumes • Colher flores, mudas ou plantas • Subir ou escrever em árvores • Danificar ou subtrair bens municipais • Lançar galhos, detritos ou qualquer objeto nos cursos d'água

<ul style="list-style-type: none"> • Caçar e pescar • Usar churrasqueiras ou fogueiras • Molestar ou alimentar indevidamente os animais do Parque • Montar barracas ou acampamentos • Importunar, de qualquer forma, os demais usuários do Parque • Usar alto-falantes ou aparelhos para amplificação de som • Operar miniaturas de veículos, barcos ou aeroplanos de modelismo • Distribuir material publicitário • Filmar ou fotografar para fins publicitários ou comerciais • Comercializar bebidas alcoólicas • Fazer pic-nic • Realizar eventos com finalidades políticas ou religiosas
<p>Os visitantes devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeitar as determinações dos monitores e guardas em serviço. • Cumprir as normas do regulamento do Parque. • Comunicar à administração do parque qualquer irregularidade observada. • Preservar a limpeza e a conservação do Parque, bem como a flora e a fauna. • Depositar o lixo nos recipientes específicos para coleta.
<p>Atividades liberadas excepcionalmente¹¹⁰</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para crianças até 5 anos de idade será permitido o uso moderado de bicicletas (até aro 16), patins, patinetes. • Apenas para bebês e crianças pequenas, será permitido o uso de bolas leves.

Fonte: PARQUE BURLE MARX (2010)

As restrições foram estabelecidas com objetivo de caracterizar o parque como contemplativo, assim como para facilitar a gestão do espaço público, delimitando as práticas sociais possíveis de ocorrerem nesse espaço, conforme o relato dos gestores da Fundação Aron Birmann.

O controle das ações ocorridas no parque, a nosso ver, colabora para o processo de valorização imobiliária do

¹¹⁰ Essas atividades são consideradas “liberadas excepcionalmente”, porque o Decreto 35.537, que institui o regulamento do parque, diz que toda a prática esportiva, à exceção de “jogging”, é proibida. Com o intenso uso do parque por crianças, abriu-se uma condição de excepcionalidade.

loteamento Panamby, porque diminui a possibilidade de estar sujeito à imprevisibilidade do mundo, pela oferta da segurança (ou pelo menos da sensação) à seus usuários.

No entanto, as restrições impostas não atendem todos os anseios dos moradores do entorno do Parque Burle Marx. Vale lembrar que o loteamento Panamby é uma área cercada por populações de baixa renda, com destaque para as comunidades da Peinha, Jardim Santo Antônio, Jardim Monte Azul e Paraisópolis, que possuem, entre outras carências, a falta de espaços esportivos, por exemplo. Desse modo, a seletividade de usos do regulamento não contempla as necessidades de boa parte da população carente. Um relato esclarecedor é feito por uma liderança comunitária da Peinha quando lhe perguntamos se a oferta de atividades feita pelo Parque Burle Marx atendia a sua comunidade:

Não, de forma alguma. A única área esportiva que tem no Burle Marx, tipo assim, não tem nada. Tem uma... eu vejo isso... tem uma pista de cooper lá, mas o resto não tem nada. Não tem equipamento, não tem uma quadra, não tem campo, não tem nada, nada, nada. Eu, pelo menos... só se está escondido lá pra dentro do mato, porque não vejo nada lá.

Salientamos que ao lado da comunidade da Peinha, há cerca de 600 metros, está o Anexo do Parque Burle Marx (Figura 51) que possuía 14.799,17 m² até 2011, quando com o Decreto 52.700 passou a contar com 38.909,95 m², pela transformação da área disponibilizada pelo loteamento Panamby para uso institucional com 24.110,78 m², em parte integrante desse espaço público. Todavia no anexo, que é chamado de “parquinho” pelos gestores, não há visitas¹¹¹ (nem mesmo

¹¹¹ Devemos dizer que a pesquisa feita com os usuários do Parque Burle Marx foi realizada na em sua área principal, de 123.480,05 m²,

funcionários). Há relatos de que já foi aberta em tempos distantes, todavia ninguém com quem conversamos da comunidade da Peinha tinha conhecimento de que esse anexo também era parte integrante do Parque Burle Marx, já que nunca tinham usado essa área.



Figura 51: Entrada do Anexo do Parque Burle Marx
Fonte: Fotografado pelo autor (Julho/2012)

Outro dado interessante que podemos registrar, é que no período em que fizemos a entrevista na comunidade da Peinha, estava sendo entregue uma quadra esportiva reformada pela própria comunidade (com apoio da empresa P&G, através de um projeto olímpico), entre a lateral da Marginal Pinheiros Oeste e a Avenida Itapaiúna (Figura 52). Essa última via está sendo duplicada para favorecer o fluxo de carros no interior da região do Panamby¹¹², em um projeto que inclusive prevê a construção

que está na Gleba C, pois como fora dito no texto, o anexo do parque que está na Gleba A não está aberto.

¹¹² Projeto base que foi doado pela Associação Cultural e de Cidadania do Panamby à municipalidade, para a melhoria do sistema viário da

de duas novas pontes sobre o Rio Pinheiros, o prolongamento da Avenida Chucri Zaidan ligando-a Avenida João Dias, no setor leste desse curso d'água. Tal projeto viário fará desaparecer a quadra esportiva que naquela ocasião (dos nossos levantamentos) fora reformada, conforme nos foi relatado e confirmado através da leitura do Relatório de Atendimento ao RT n.º 004/DECONT n.º 2/2010 que lista as obras do Prolongamento da Avenida Chucri Zaidan (GEOTEC, 2013). Segundo o relato do líder comunitário será computada mais uma perda de espaço esportivo diante de grandes obras na região, pois, com a ampliação da Marginal Pinheiros e a construção do conjunto Cingapura, foram perdidos campos de futebol que serviam à população.



Figura 52: Quadra esportiva reformada pela comunidade da Peinha
Fonte: Fotografado pelo autor.

região, conforme entrevista dada por representante da Associação de Moradores do Jardim Sul.

A falta de quadras esportivas do Parque Burle Marx, como já dissemos, é resultado da compreensão dos gestores desse espaço público como um lugar contemplativo, tal como um jardim botânico ou horto-florestal. Todavia, a falta desses equipamentos para esportes coletivos somada a um regulamento que proíbe uma série de práticas esportivas comuns nas comunidades carentes, como as atividades com bola e o uso de bicicletas, torna o espaço mais seletivo e com isso os encontros entre as diferentes classes sociais que poderiam se dar no interior do Parque Burle Marx, acabam por ocorrer de forma reduzida e com uma série de condicionantes comportamentais estabelecidas pelas regras.

Um espaço público do bairro que ajuda a traçar um paralelo do que estamos falando é a Praça Ayrton Senna, que fica próxima as glebas originais do projeto Panamby (Figura 53). Nela não há grades, nem proibições aparentes, contudo nesse espaço com menos de um hectare, há encontros sociais bem significativos. Isso porque apesar de não ter uma quadra de futebol demarcada com traves, ocorrem jogos em seu gramado, com crianças e jovens das comunidades carentes do entorno, especialmente da comunidade de Paraisópolis, ao mesmo tempo em que pessoas moradoras do entorno (ou à serviço delas) passeiam com seus animais de estimação (Figura 54).



Figura 53: Localização da Praça Ayrton Senna

Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagem de satélite de 14/12/2008 do Programa Google Earth.



Figura 54: Jogo de Futebol, cachorros e bicicleta na Praça Ayrton Senna

Fonte: Fotografado pelo autor (Setembro/2011)

Segundo relato de uma liderança da Associação de Moradores do Jardim Sul (que abrange a área do Panamby), essa praça era um verdadeiro depósito de lixo até uma intervenção da entidade, que acabou revitalizando o local. Hoje em dia, mesmo sem traves e demarcação de futebol, há jogos de bola realizados por jovens e crianças das comunidades carentes da região, já que por ser gramada e plana, a praça favorece esse tipo de prática, ainda mais porque há poucos espaços disponíveis na região. Por outro lado, se existe ausência de traves e de demarcação formal do campo de futebol, há, na praça, bebedouros para cachorros, demonstrando uma contradição nos aspectos que foram valorizados no projeto do local, já que a mesma infraestrutura não foi pensada para a prática do futebol.

Essa contradição é característica do desenvolvimento urbano da região, que privilegia mais determinados usos do que outros, gerando seletividade. Todavia no caso da Praça Ayrton

Senna, houve margem para que fosse permitida uma reordenação de seus usos. E isso só foi possível porque as regras não foram tão rígidas e implacáveis quanto àquelas que dão guarida à existência do Parque Burle Marx.

O espaço público criado a partir de regras rígidas de uso, como o Parque Burle Marx, demonstra uma condição de acessibilidade afetada porque dificulta o processo de apropriação espacial. Além desse fato, em nossas observações de campo percebemos um processo de aplicação seletiva das normas em mais de uma situação, normalmente com relação a pessoas que identificamos – principalmente pelas vestimentas – como de baixa renda. A seguir apresentamos uma situação que relatamos em diário de campo, que demonstra isso que estamos apontando:

Nesse exato momento passa uma senhora por mim, eu estou sentado na escadaria de frente a administração. Essa senhora carrega uma placa publicitária em forma de seta. Ela passa por mim e me avisa que vai ao banheiro. Eu digo, “fica a vontade porque o banheiro é público”. Logo após ela entrar no banheiro, eu vejo um guarda do parque caminhar em direção à área da administração e dos banheiros. Quando a senhora sai do banheiro ele avisa: “A senhora não pode entrar no parque com essa placa. Você tem que deixá-la ali na portaria”. A senhora contra argumentou que não poderia deixar a placa na portaria, por ser responsabilidade dela o cuidado com esse material. A senhora estava saindo do parque pela saída da rua Dona Helena, quando foi abordada novamente pelo guarda e convidada a sair pelo portão junto ao estacionamento. E foi por essa saída que ela foi embora. O mais contraditório dessa história é que ao mesmo tempo que essa senhora cometia supostamente uma infração

ao regulamento do parque (proibição à publicidade), no gramado central, adultos aparentemente de classe média-alta jogavam bola entre si – realizavam passes entre si com a bola no ar. Ou seja, cometiam outra contravenção em relação as regras do parque. Entretanto, não sofreram nenhum tipo de constrangimento em relação a ação que realizavam, ao contrário da senhora que entrou com a placa de publicidade (Abril de 2012, sábado, 16 horas).

Nesse relato, a partir de duas situações de contravenção às regras do parque pudemos perceber a seletividade da aplicação da regra por parte dos seguranças privados que cuidam da área, já que somente em uma das situações pudemos observar algum tipo de constrangimento. A seguir apresentamos duas ocasiões que envolviam grupos que objetivavam realizar no parque práticas sociais similares em momentos distintos do mesmo dia, e que tiveram tratamentos diferenciados, os quais foram registrados no nosso diário de campo.

Chego no parque e ouço um barulho incomum. Muita gritaria, que nem nos finais de semana é comum. Quando chego a área central há muitas crianças brincando. Situação semelhante ao que vi em um dia de semana no Parque Germânia. Fora esse grupo de crianças que vai de 3 a uns 10 anos (imagino), que provavelmente são de uma comunidade carente próxima, há mães, provavelmente de classe média, ocupando o canteiro central, com suas crianças. O peculiar é que as pessoas que fazem caminhada e normalmente ocupam os bancos, não estão fazendo esse uso hoje. Conversei com as professoras das crianças. Elas são de uma associação chamada (...). Elas, logo no início já falaram, após eu explicar que estudo o parque em função do

loteamento, que o parque é praticamente dos “prédios”. Há muita restrição para as crianças, segundo elas. O jogo de bola para eles é proibido, mas para as crianças dos “prédios” não há restrição. Segundo elas, os guardas ficam de marcação com as crianças e fica muito difícil desenvolver as atividades. São 10 horas e 50 minutos e as professoras levam seus alunos embora.

(...) As 11h chega um novo grupo de crianças. Parecem ser de classe média. Chegam de ônibus¹¹³ no parque, trazem todo um aparato de brinquedos. Bambolês, discos (frisbees), violão, raquetes de badmington, petecas, panos. Aparentemente nada foi restringido. O guarda perguntou algo a eles quando entraram, eles explicaram e puderam usar todos os materiais. Baseando-se no relato da professora do grupo anterior, nota-se diferença de tratamento. Outra coisa, é possível dizer que as férias de inverno mudam a característica do parque pela manhã.

Falei com a professora do grupo de classe média – é um grupo de recreação pago de férias. Sempre vem ao Parque Burle Marx, por ser pequeno, seguro e bonito.

(...) O povo da escola (recreação) vai fazer um “pic-nic” (salgadinhos, maçãs e pães)¹¹⁴. Que paradoxo. (Julho de 2012, quinta-feira, entre 10 e 12 horas e 30 minutos).

As Figuras 55 e 56 registram os dois momentos descritos, onde é possível visualizar pelos elementos presentes nas fotos, a diferença na forma de usar o espaço entre os dois grupos.

¹¹³ Ônibus fretado.

¹¹⁴ O grupo de recreação havia sido autorizado, antecipadamente, a realizar suas práticas no parque.



Figura 55: Grupo de recreação de comunidade carente
Fonte: Do autor (Julho/2012)



Figura 56: Grupo de recreação de classe média
Fonte: Do autor (Julho/2012)

Todas as situações expostas demonstram que tão limitante quanto o regulamento para a apropriação do espaço é a

aplicação diferenciada da norma. A rigidez do regulamento tende a ser maior para a população de baixa renda, por essa aplicação seletiva da norma, possibilitando que um grupo se aproprie do espaço mais facilmente do que outro.

A realidade imposta pelo regulamento específico, independentemente de sua aplicação seletiva, não ocorre em Porto Alegre, pois todos os parques possuem o mesmo conjunto de regras, diferentemente de São Paulo, onde cada parque tem o seu. Em parte isso se explica pela grande variedade de tipologias de parque urbano na capital paulista. Contudo, isso permite compreender que em São Paulo há diferentes níveis de acessibilidade ao espaço público, parque urbano, o que pode ser um grande problema para o processo de apropriação do espaço.

O Quadro 16 apresenta um comparativo entre as normas de 44 parques urbanos de São Paulo¹¹⁵ e o Regulamento dos Parques Urbanos e Praças de Porto Alegre (Decreto Municipal 15343/06). O levantamento de coleta e análise, que originou o Quadro 16, chegou a um conteúdo de 70 proibições. Como essas interdições possuem temas diferenciados (ambientais, de práticas e comportamentos sociais, comerciais, etc.) e que muitas vezes são extremamente pontuais (relativas a uma especificidade espacial) ou reforçam regras já existentes e válidas para a cidade como um todo, tivemos que estabelecer alguns critérios para montar uma seleção que contemplasse, de forma mais objetiva, nossas necessidades analíticas. As proibições contidas no Quadro 16, que são analisadas “parque a parque”, foram estabelecidas a partir dos seguintes critérios:

- a) Aparecem em mais de um parque como interdição total ou restrição parcial (eliminando com isso os casos muito pontuais);
- b) Não aparecem como interdição total ou restrição parcial em todos os parques (retirando, com isso, as regras mais gerais e comuns nesses espaços);

¹¹⁵ Nem todos os parques de São Paulo possuíam regulamento aprovado no DEPAVE, durante o período da pesquisa.

c) Não correspondem a uma especificidade paisagística da área - parques com lagos, barragens, etc. (pois nos parques em barragens, por exemplo, é permitido usufruto para banho, entretanto com um conjunto de regras a serem obedecidas perante essa prática);

d) Não condizem a leis e normas que se aplicam na cidade como um todo (evitando redundâncias, na medida em que a pesquisa se interessa pela peculiaridade dos regulamentos dos parques urbanos);

e) Interditam práticas que são possíveis em qualquer parque urbano - pelas características gerais desse tipo de equipamento (tornando evidente que as restrições correspondem a um grupo de parques);

f) As interdições ocorrem na maioria dos parques por norma específica e não pela aplicação de outra regra (para tornar visível regras explícitas, e não aquelas subentendidas);

g) Não correspondam diretamente a aspectos de preservação ambiental e segurança (para retirar da análise regras que são comuns em parques, mas que não implicam em uma interdição da sociabilidade).

A partir dessa triagem, conseguimos chegar a um conjunto de 15 proibições (as demais restrições que não estão elencadas são apresentadas nos anexos de 1 a 6). As interdições são assinaladas em vermelho nos parques em que são totais, ou seja, em que não há permissão para realizar tais atividades. Grifamos em amarelo aqueles parques onde a restrição é parcial, que dizer, onde a prática é permitida em alguns setores da área ou é condicionada a algum outro fator (como no caso da entrada de animais que deve ser feita com guia). Os campos deixados em branco sinalizam que não há proibição, ou que, pelo menos, nada consta no regulamento (SOUZA, F. S. 2013).

Observando a tabela é possível notar que o Parque Burle Marx, com 9 proibições totais, é o mais restritivo da lista (no segundo lugar ficou o Parque dos Eucaliptos, que também é oriundo de um empreendimento imobiliário da mesma época). É importante destacar apenas, que em relação as práticas com bola e com bicicleta, existe autorização para que crianças pequenas possam fazê-las no Burle Marx, mas isso não está contido em seu regulamento. É uma abertura feita pela prática e tratada como excepcionalidade (se retomarmos o Quadro 15). Como não tivemos a oportunidade de ir a todos os parques que tiveram o regulamento analisado, optamos por manter a análise do que estava expresso no decreto ou na resolução que os contêm, pois isso aponta a intencionalidade original com relação ao uso desejado nessas áreas (pelo Estado ou por outros agentes). Desse modo, pelo regulamento, em sua forma literal, pode-se dizer que, baseado nos critérios que estabelecemos, o Parque Burle Marx é aquele que possui mais restrições.

Outro fato que chama a atenção no Quadro 16 é o regulamento geral de uso dos parques de Porto Alegre, por ser menos normativo do que os encontrados nos espaços públicos analisados de São Paulo. Esse aspecto garante uma grande diversidade de práticas sociais nos parques da capital gaúcha. Entretanto, diferentemente do cenário paulistano, onde os parques tendem a ser cercados, em Porto Alegre, como já dissemos anteriormente, não é comum os parques terem grades. É aí que o Parque Germânia se diferencia dos demais da cidade de Porto Alegre em termos normativos.

O Parque Germânia (Figura 57) é um parque urbano de Porto Alegre totalmente cercado que possui horário de funcionamento, estando fechado aos usuários durante a noite (fica aberto das 6h às 21h no verão e das 6h às 19h no inverno).



Figura 57 – O Jardim Europa e o Parque Alemanha (área verde cercada à direita)

Fonte: Fotografado pelo autor (Setembro/2009)

O pedido para o cercamento do Parque Germânia partiu da construtora que desenvolveu o empreendimento Jardim Europa, a Goldsztein, conforme é possível observar nas atas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano do dia 17 de janeiro de 2006 e do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre do dia 14 de fevereiro de 2006. Entretanto, para que esse pedido pudesse ser feito foi necessária uma modificação na legislação porto-alegrense, já que pela Lei Complementar Municipal 507/04, que incluiu um novo artigo no Código de Posturas de Porto Alegre (Lei 12/1975), um parque só poderia ser cercado se houvesse um plebiscito público que aprovasse tal ação¹¹⁷. A alteração da LC 507/04 foi feita pela Lei

¹¹⁷ Essa lei surge de uma polêmica na cidade sobre o cercamento de parques urbanos. Em 2003 foram roubadas, do Parque Farrroupilha, placas de bronze de monumentos históricos, o que levou a administração da área a guardar outras peças que poderiam ser motivo

Complementar 541/06, cujo projeto foi formulado pelo vereador Nereu D'Ávila (PDT). A LC 541/06 inseriu um Parágrafo Único ao artigo que foi incluído pela LC 507/04 na Lei Municipal 12/1975, e torna possível que as áreas verdes públicas que surgirem de terrenos privados incorporados à municipalidade possam ser cercadas apenas com a consulta ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, sem a necessidade de um plebiscito. A LC 541/06, cujo projeto foi encaminhado à Câmara Municipal de Porto Alegre no dia 22 de junho de 2005, foi aprovada no dia 09 de novembro do mesmo ano, e sua publicação ocorreu no dia 03 de janeiro de 2006. Graças a essa lei o empreendedor pode solicitar o cercamento do parque através de processos rapidamente encaminhados para os conselhos de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Urbano da cidade. A aprovação do cercamento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano ocorreu no dia 17 de janeiro de 2006 (por 21 votos favoráveis e 2 abstenções), enquanto no Conselho Municipal de Meio Ambiente, no dia 14 de fevereiro de 2006 (por 14 votos a favor, 3 contras e 1 abstenção). Dessa forma o parque pode ser inaugurado no dia 26 de março de 2006, já com a presença de grades¹¹⁸. Todo esforço feito pela construtora Goldsztein para

de furto. Esse contexto fez com que o vereador Elias Vidal (PTB) encaminhasse um projeto a Câmara dos Vereadores com o objetivo de cercar o Parque Farroupilha. Esse projeto não foi aprovado, entretanto, diante dessa situação, o vereador Professor Garcia (na época no PSB) propõe que toda proposta de cercamento de parque deva ser aprovada, ou não, mediante um plebiscito público e consequente aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Tal matéria é aprovada na Câmara Municipal de Porto Alegre, com a Lei Complementar 507/04, que acrescenta um artigo à Lei Municipal 12/1975 que trata do código de posturas da cidade.

¹¹⁸ A aprovação no Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) ocorreu na segunda reunião em que se debateu o pedido de cercamento do Parque Germânia feito pela construtora Goldsztein. Na primeira reunião, realizada no dia 26 de janeiro de 2006, não houve consenso e se encaminhou o assunto para a Câmara Técnica de Áreas

cercar o Parque Germânia explica-se, a nosso ver, pelo uso publicitário nas propagandas do empreendimento Jardim Europa. No sítio da internet, onde se realiza a divulgação e a venda de unidades imobiliárias do Jardim Europa, o cercamento do Parque Germânia merece destaque como elemento valorativo (Figura 58).

Naturais, para que fosse dado um parecer a ser considerado pelo COMAM (COMAM, 2006a). Na reunião do dia 14 de fevereiro de 2006, a Câmara Técnica de Meio Ambiente sinaliza que não conseguiu chegar a algum consenso pela falta de tempo, repassando a decisão sobre a questão ao COMAM. Após abrir o assunto para o debate, antes da votação derradeira que decidiu pelo cercamento do Parque Germânia, houve o pedido, feito por um dos conselheiros, de vistas ao processo, o que inviabilizaria a tomada de decisão nessa data. Contudo, pelo entendimento da presidência do COMAM, esse seria o segundo pedido de vistas, já que na primeira reunião houve encaminhamento para a Câmara Técnica de Áreas Naturais. Houve discussão se o fato de passar pela Câmara Técnica seria, ou não, um pedido de vistas. Caso fosse considerado uma solicitação de vistas, o pedido feito pelo conselheiro na reunião presente seria o segundo, e necessitaria passar pela aprovação dos demais participantes do COMAM, mediante votação. Para resolver o imbróglio, houve três votações: a primeira para decidir se o pedido de vistas feito era o primeiro, ou não, e cujo resultado foi a consideração de que era a segunda solicitação; a votação seguinte foi para aprovar ou não o pedido de vistas, que acabou sendo negado; e a terceira foi para decidir se o Parque Germânia seria cercado, o que acabou sendo aprovado (COMAM, 2006b).

JARDIM | EUROPA Conheça os Empreendimentos | Depoimentos de Clientes | Conheça o Jardim Europa | Parque Germânia | Novidades | Corretor Online

PARQUE GERMÂNIA
Desperte ao som dos pássaros. Faça sua leitura diária acompanhado de natureza por todos os lados. Ou, se preferir, finalize o dia desfrutando da completa infra-estrutura de esporte e lazer. Localizado no centro do Jardim Europa o Germânia é o primeiro parque cercado e com áreas verdes de preservação permanente. Tudo para proporcionar uma vida completa.



Figura 58: Sítio da internet do Jardim Europa e a valorização Parque Germânia como cercado
Fonte: Goldsztein (2012).

A valorização que o empreendedor dá ao cercamento do Parque Germânia nos seus anúncios publicitários ocorre porque esse discurso encontra aderência na sociedade. Pelo fato de ser cercado, o Parque Germânia é muito pouco utilizado por grupos marginalizados pela sociedade, como prostitutas, michês, moradores de rua, etc., que normalmente fazem uso dos espaços públicos arquitetônicos pela noite, quando essa área já se encontra fechada.

Esse cenário de controle sobre quem usa o parque angaria um apoio social que aceita e deseja que a cidade seja mais seletiva em seus espaços públicos. A perspectiva apresentada demonstra que existe um desdobramento que afeta aquilo que é mais fundamental na existência do espaço público, o princípio da acessibilidade (SOUZA, F. S. 2013).

4.3 O APOIO DOS USUÁRIOS E DA MÍDIA: A SEGURANÇA COMO PRIORIDADE EM DETRIMENTO DA LIBERDADE

Durante a realização dos levantamentos para esta pesquisa, fizemos entrevistas abertas com usuários dos parques estudados (Burle Marx e Germânia) onde foi possível constatar discursos que na maioria acenam para uma grande aceitação dos objetos/medidas normativas criadas nestes espaços, por aspectos que transitam entre a segurança pessoal, a manutenção da ordem estabelecida, a preservação material das áreas e a conservação das práticas sociais já existentes.

No questionário aplicado junto aos usuários do Parque Burle Marx, a última pergunta feita era a seguinte: “*O que você acha do regulamento do parque e suas restrições?*”. O objetivo que tínhamos, ao fazer essa indagação, era o de verificar o apoio da população às restrições contidas no conjunto de regras e as motivações que levavam ao posicionamento adotado. Tratando-se de uma questão aberta, primeiramente identificamos as respostas obtidas para confirmar se havia aprovação, ou não, do conjunto de regras estabelecidos. O Quadro 17 traz a

identificação do apoio ao regulamento, o conteúdo da fala classificada e o número de entrevistados que se expressaram de acordo com cada grupo argumentativo no Parque Burle Marx.

Quadro 17: Identificação do apoio para analisar a posição dos usuários do Parque Burle Marx em relação ao regulamento da área.

IDENTIFICAÇÃO DO APOIO ¹¹⁹	CONTEÚDO DA FALA DO ENTREVISTADO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS ¹²⁰
“Aprova”	Apoia e defende o conjunto de regras.	51
“Aprova com ressalvas”	Aceita o regulamento, mas faz algumas ponderações sobre determinadas regras.	17
“Não Aprova”	Expressa contrariedade ao conjunto de regras.	5
“Não conhece”	Desconhece as regras estabelecidas	9

Fonte: Sistematizado pelo autor

As entrevistas feitas com os usuários permitem dizer que há grande apoio ao regulamento do Parque Burle Marx, já que 51 pessoas “aprovam” e 17 “aprovam com ressalvas” (especialmente por causa das normas que proíbem cachorros, uso de bicicletas e pic-nics). Para entender as motivações que levam à concordância com as regras, fizemos a identificação do tipo de apoio a partir das respostas de aprovação (plena ou com ressalvas) obtidas na mesma pergunta (“O que você acha do regulamento do parque e de suas restrições?”). O Quadro 18

¹¹⁹ Também há a unidade de análise “*Não se manifestou*”, que foi usada para descrever os usuários que nada falaram durante essa pergunta. Isso ocorreu durante as entrevistas que foram feitas com mais de uma pessoa.

¹²⁰ Outras 5 pessoas não se manifestaram sobre essa pergunta. Como dissemos na nota 116, esse tipo de situação ocorreu em entrevistas realizadas com mais de uma pessoa.

aponta o conteúdo das respostas favoráveis ao regulamento e o número de falas correspondente a cada grupo de identificação, com exemplos que representam esses conteúdos.

Quadro 18: Identificação do tipo de apoio ao regulamento, a partir dos usuários classificados como “Aprova” e “Aprova com Ressalvas” no Quadro 17.

IDENTIFI- CAÇÃO DO TIPO DE APOIO	CONTEÚDO	NÚME- RO DE FALAS ¹²¹	EXEMPLO DE FALA
1) Conserva- ção de Práticas Sociais Existentes	Compreende que as regras ajudam manter as atividades existentes no parque como estão, respondendo ao seu perfil de usuário.	26	<i>Acho notável, esse é um parque realmente para se caminhar. Ele não tem aquele conflito de um parque como o Ibirapuera, que tem uma utilização por bicicletas, por qualquer equipamento que pode ocasionar acidentes. É um parque voltado mesmo de aeróbico.(Homem, 64 anos).</i>
2) Manuten- ção da Ordem	Acredita que o regulamento ajuda a manter a ordem e o controle sobre aquilo que se faz no parque.	15	<i>Eu acho que as restrições são porque como atende vários tipos de público então precisa para ter um limite entre o que é meu e o que é seu. Então não vejo problema.(Mulher, 17 anos)</i>
3) Conserva- ção da Área Física	Entende que o regulamento ajuda na preservação dos equipamentos e da	11	<i>Tem que ter regras, não é. Tudo na nossa vida tem que ter regras. Principalmente a higiene, a preservação. Eu acho que você estabelece as regras justamente para se ter</i>

¹²¹ Há falas que foram classificadas em mais de uma identificação, pois expressavam um grande conjunto de motivações. Existem outras falas que foram muito sucintas e que expressaram a aprovação, mas nada além disso, e por isso não foram classificadas.

	vegetação do parque.		<i>essa paisagem. Aqui você não vê muita sujeira, você não vê coisas jogadas na grama. Então é isso, tem que ter regras. A parte ali do lago, você não deve dar comida para os peixes, patos, cisnes. É importante isso aí, porque pode fazer mal para os animais (Homem, 31 anos)¹²².</i>
4) Restrição de algumas práticas sociais	Compreende que o regulamento é importante para não permitir que determinadas ações sociais possam ocorrer no parque.	8	<i>Eu gosto. Eu aprovo. Embora esteja escrito lá que seja proibido pic-nic e tudo, eu acho que isso seja uma coisa talvez para coibir aqueles pic-nic's assim como uma festa de aniversário. Que eu já vi comemorações de aniversário aqui, mas é bem restrito, sabe? Porque as vezes as pessoas não entendem, às vezes acaba fazendo parque com muita gente de uma vez, enfim, aí eu não concordo. (Mulher, 43 anos)</i>
5) Segurança	Acredita que o regulamento colabora para a segurança daqueles que usam o parque.	4	<i>Eu acho importante, porque, assim, todo o parque, não só o parque, não é, quando tem regulamento, tem essas coisas, é justamente para proteger o pessoal, para segurança, não é. Então acho que é importante a população seguir, não é, corretamente, de jeito que tem que ser(...). (Homem, 27 anos)</i>

¹²² Essa fala também foi categorizada como “Manutenção da ordem”. Todas as falas feitas no Parque Burle Marx que classificamos como “Conservação da área física”, também foram incorporadas em outras identificações criadas.

6) Tamanho do Parque	Crê que as regras são necessárias pela área pequena do parque.	2	<i>É, aqui tem restrição de bicicleta para adulto, que não pode. Mas aqui nem tem espaço para isso. (...) (Mulher, 29 anos)</i>
----------------------------	---	---	---

Fonte: Sistematizado pelo autor

A partir das falas de aprovação ao regulamento podemos, portanto, revelar uma série de motivações para o apoio, com destaque para a “Conservação das Práticas Sociais Existentes”, quer dizer, demonstram um desejo de permanência das características atuais do parque. Outros tipos de apoio que tiveram destaque como “Manutenção da Ordem”, “Conservação da Área Física”, “Restrição de Algumas Práticas Sociais” e “Segurança”, que por algumas vezes apareceram juntas na mesma resposta, também podem corresponder a um anseio de controle das ações e de cristalização do espaço por diferentes vieses, e por esse motivo definimos que elas formam uma grande categoria que chamaremos de “Discurso ordenador”¹²³. A categoria “Discurso Ordenador” nos permite retomar o debate feito Baumann (2003), conforme apresentamos no capítulo 3, reafirmando que a sociedade atual está em uma busca incessante pelo “Paraíso Perdido” (comunidade), o que nos dias atuais só se alcança com o controle das fronteiras, e consequentemente, com a retenção/eliminação da diferença.

Tal condição também é visível nas entrevistas feitas com os usuários do Parque Germânia. A última pergunta colocada no questionário aplicado aos usuários desse parque tinha, assim como no Burle Marx, o objetivo de averiguar o apoio a medida

¹²³ O tipo de apoio identificado como “Tamanho do Parque”, por outro lado, não pode ser incorporado ao “Discurso Ordenador”, porque não expressou, a nosso ver, os desejos contidos de controle do uso do espaço, mas destacou apenas a capacidade de atender a demanda pela área do parque. Podemos categorizar essas falas como um “Discurso sobre capacidade física”.

restritiva que havíamos apontado em nossa investigação. Como a medida restritiva levantada pela pesquisa no Parque Germânia é a presença de grades, foi feita seguinte pergunta: “*O que você acha do fato do parque ser cercado?*” As respostas obtidas foram classificadas de acordo com a identificação do apoio à medida e são apresentadas com o número de usuários correspondentes a cada grupo (Quadro 19).

Quadro 19: Identificação do apoio para analisar a posição dos usuários do Parque Germânia em relação ao cercamento da área.

IDENTIFICAÇÃO DO APOIO ¹²⁴	CONTEÚDO DA FALA DO ENTREVISTADO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
<i>Aprova</i>	Apoia e defende a implantação das cercas.	91
<i>Aprova com ressalvas</i>	Apoia, mas faz determinadas ponderações sobre as cercas.	10
<i>Não Aprova</i>	Manifesta contrariedade ao uso de grades no parque.	4
<i>Em dúvida</i>	Não sabe se é favor ou contra, vê a questão como dilemática.	4
<i>Sem opinião</i>	Não se sente a vontade para opinar ou não tem uma visão sobre o assunto.	4

Fonte: Sistematizado pelo autor

A identificação das respostas de aprovação no Parque Germânia teve um caráter um pouco diferente do que a realizada com as entrevistas feitas no Parque Burle Marx, já que o cercamento, embora seja considerado um elemento normativo pela pesquisa, possui uma natureza distinta do regulamento, na medida em que é um objeto geográfico, e não uma ação, como

¹²⁴ Assim como nas entrevistas feitas no Parque Burle Marx, também registramos a categoria “*Não se manifestou*”, que foi usada para descrever os usuários que não se expressaram nessa pergunta. Isso ocorreu especialmente nas entrevistas feitas com mais de uma pessoa. No Parque Germânia, 10 pessoas foram classificadas dessa forma.

as leis e as regras - se partirmos de uma leitura de espaço geográfico baseada em Milton Santos (2004)¹²⁵. Por corresponder a naturezas espaciais distintas (além do próprio contexto geográfico), as respostas obtidas também terão outro caráter, por isso a mudança sutil na identificação da resposta sobre o cercamento do Parque Germânia quando comparada à obtida com relação ao regulamento do Parque Burle Marx. Mesmo assim, como o número de apoiadores do cercamento do Parque Germânia foi significativamente maior entre os entrevistados, é viável tecer uma correspondência de pensamento com os usuários do parque paulista.

De modo análogo ao que fizemos no espaço público de São Paulo, procuramos entender as motivações que levaram a aprovação do cercamento no parque gaúcho, identificando o tipo de apoio contido nas respostas favoráveis que expressavam alguma justificativa à pergunta “O que você acha do fato do parque ser cercado?” O Quadro 20 apresenta o resultado dessa análise.

Quadro 20: Identificação do tipo de apoio ao cercamento, a partir dos usuários classificados como “Aprova” e “Aprova com Ressalvas” no Quadro 19.

IDENTIFI- CAÇÃO DO TIPO DE APOIO	CONTE- ÚDO	NÚME- RO DE FALAS POR UNIDA- DE DE ANÁLIS E	EXEMPLO DE FALA
1) Conser- vação da Área Física	Entende que o cercamen- to ajuda na preserva- ção dos	39	<i>(É bom) para a limpeza também, quem tá fora pode ver que é bem limpo, não tem problema com o mato, e nem de ninguém tomar conta. (Mulher, 70 anos)</i>

¹²⁵ Para Milton Santos (2004) o espaço geográfico é um conjunto indissociável de objetos e ações.

	equipamentos e da vegetação do parque.		
2) Segurança	Acredita que o cercamento colabora para a segurança daqueles que usam o parque.	38	<i>Ma-ra-vi-lho-so. Acho que tinha que ser cercada a Redenção, o Parcão, o Marinha, porque, porque não é que vai prevenir de alguém fugir, mas por exemplo, eles fecham lá as 6 horas todos os portões, só deixam esse aqui aberto e aquele ali, se der algum problema aqui, para eles fugir vai ser difícil, né, porque a polícia cerca. Para mim tinha que ser todos os parques fechados (Mulher, 51 anos)</i>
3) Restrição de algumas práticas sociais	Compreende que o cercamento é importante para não permitir que determinadas ações possam ocorrer no parque.	12	<i>Ótimo, excelente, deveriam ser todos assim. Não é, inclusive houve muita crítica na época quando queriam cercar os parques. A Redenção eu sou a favor de cercar ela, por causa disso aqui, olha o que é isso aqui, isso aqui é uma tranquilidade total. A gente tá conversando aqui numa boa e não ninguém atrapalhando, certo? Tu vai nos outros parques aí, abertos 100%, é assédio total, tu não consegue se sentar numa boa. É, pessoas que usam droga ficam, né, se vulgarizando, entendeu? Eu não vou levar o guri para ficar num lugar, ambiente pesado, né? Então se tu cercar, não é que questão de cercar e privar o acesso. Não, tu tá limitando, tu tá selecionando as pessoas que vão vim aqui,</i>

			<i>entendeu? Ah ficar preso. Preso a gente fica dentro de casa, entendeu? (Homem, 23 anos)</i>
4) Tamanho do Parque	Crê que o cercamento ajuda a delimitar o espaço do parque.	2	<i>Não me incomoda, eu acho até que é legal delimitar o espaço dele e não vejo problema. (Mulher, 30 anos)</i>

Fonte: Sistematizado pelo autor

Como fora dito anteriormente, mesmo que sejam elementos normativos, cercas e regras possuem naturezas geográficas distintas, assim, não podemos definir as respostas de aprovação obtidas no Parque Germânia de modo idêntico ao que fizemos no Parque Burle Marx. Por exemplo, no parque paulistano as respostas dadas sobre o seu regulamento permitiram a identificação de 6 tipos de aprovação, com relação ao cercamento do parque porto-alegrense conseguimos registrar apenas 4 (que também aparecem na análise do material obtido no espaço público de São Paulo, só que com intensidades diferenciadas). No Parque Germânia, a maioria dos usuários entrevistados aprova as cercas pela “Conservação da Área Física” e pela “Segurança”¹²⁶, diferentemente do Burle Marx onde o regulamento é apoiado principalmente pela “Conservação das Práticas Sociais Existentes” e pela “Manutenção da Ordem”, cujas noções não foram encontradas nos posicionamentos manifestados pelos usuários do espaço público porto-alegrense. Por podermos acomodar as respostas em tipos de apoio identificados com expressividade no Parque Burle Marx, embora com intensidades diferenciadas (“Conservação da área física”,

¹²⁶ Em relação à segurança devemos mencionar o trabalho de Wenez (2012) que, a partir de conversas com pessoas da Vila Ipiranga, aponta que havia um grande uso de praças do bairro, como a Praça “do Oito” e a Praça Vinte de Maio (dos Patos). Todavia com a inauguração do Parque Germânia, esse se tornou a principal opção de lazer em espaço público, por seus aspectos de segurança.

“Segurança” e “Restrição de Algumas Práticas Sociais”), é possível dizer que encontramos no Germânia o mesmo desejo de permanência e de controle sobre as ações, revelando um conteúdo que busca, também, uma cristalização do espaço, ou seja, também podemos categorizar essas manifestações naquilo que estamos chamando de “Discurso Ordenador”. Quer dizer, a produção do espaço alavancada de modo normativo pelos empreendedores privados que deram origem a esses parques urbanos, promove e/ou atrai um conjunto de usuários que deseja espaços públicos mais controlados.

Um exemplo desse controle que é exigido por parte dos usuários tem relação direta, no caso do Parque Germânia, ao uso feito por tribos urbanas, conforme termo cunhado por Maffesoli (1998). Aos sábados pela tarde, esse espaço público porto-alegrense promove encontros entre tribos urbanas juvenis ligadas a culturas musicais como o rock, o emo e o funk - as duas primeiras formadas por indivíduos de classe média, enquanto a última ligada a jovens de periferia. Esses grupos se encontram próximos uns aos outros, entre a entrada principal junto a Rua Túlio de Rose (Portão 1) e o início do eixo central do parque, e nos gramados adjacentes (Figura 59).



Figura 59: Encontro entre jovens num sábado à tarde no Parque Germânia

Fonte: Fotografado pelo autor (Agosto/2012)

O convívio entre esses diferentes grupos não é necessariamente harmônico, já que existem relatos de brigas. Porém no período que fizemos a pesquisa pudemos notar que havia certa tolerância entre os grupos. Os relatos de conflitos que ouvimos, inclusive falam de brigas entre *bondes* (ganguês) de comunidades de periferia que foram sinalizadas previamente para ocorrer no local. Nos arriscamos dizer que esse tipo de encontro marcado para brigas, reforça nosso argumento de que o Germânia tem um forte apelo comunicacional, como fora dito na caracterização de seu uso, ou seja, sendo ele um lugar para encontrar pessoas, ver e ser visto, isso acaba contribuindo para a própria origem do conflito, já que gera o “bônus” da visibilidade.

Em função das características do uso que os jovens fazem no Parque Germânia, com a presença de som alto, álcool, gritarias e com situações esporádicas de brigas, é bastante comum que os outros usuários, que não compartilham dos mesmos valores, tendam a ver esses grupos como um problema,

evitando, inclusive, estar no parque aos sábados pela tarde. Tais situações estariam no bojo das motivações dadas por responsáveis de crianças da região para não deixá-las irem sozinhas ao parque, conforme aponta Wenzel (2012). Ou seja, há uma tensão entre as diferentes formas de estar no espaço, porque todo tipo de uso corresponde a um perfil. Esse uso do espaço por tribos urbanas juvenis se constitui geograficamente na forma de territorialidades bem delimitadas (espacialmente e temporalmente), gerando conflitos com outras práticas que também estão presentes no mesmo local. Portanto, apesar dos problemas que os tensionamentos entre os grupos geram, a presença do conflito é mais uma marca da vitalidade do espaço público do que de seu recuo, contrariamente ao que diz Gomes (2003) quando afirma o reforço das territorialidades como um problema para a vida pública, conforme havíamos criticado no Capítulo 1. Se entendermos a territorialidade como um comportamento espacial, presente em todas as escalas, que busca o controle sobre uma área, conforme aponta Sack (1986), é possível dizer que a falta de conflitos pode indicar justamente que alguém já exerceu o domínio do espaço a ponto de sufocar qualquer desvio. É justamente isso que parece ocorrer no parque paulistano e que ainda não acontece no parque porto-alegrense, pelo menos durante o dia (já que à noite está fechado).

Nosso estudo mostra que a percepção de conflitos entre os usuários dos dois parques é distinta. O Quadro 21 apresenta nossa sistematização às respostas obtidas em relação à pergunta *“já percebeu algum tipo de conflito entre usuários pelas diferentes formas de uso que são feitas no parque?”* onde é possível observar a diferenciação que estamos falando.

Quadro 21: Identificação das respostas de usuários dos parques Burle Marx e Germânia obtidas em relação a pergunta “*Já percebeu algum tipo de conflito entre usuários pelas diferentes formas de uso que são feitas no parque?*”

Parque	Nunca presenciou	Já presenciou	De que tipo:	
			Tipo	Número de usuários
Burle Marx ¹²⁷	59	12	<i>Conflito pelas regras do parque: provocado por divergências em relação a algum item do regulamento da área.</i>	10
			<i>Conflito entre tipos de uso: gerado pelas diferentes formas de utilização do parque.</i>	2
Germânia ¹²⁸	57	43	<i>Conflito entre tribos urbanas ou entre pessoas isoladamente: provocado por divergências culturais ou por situações específicas (podendo haver briga corporal).</i>	24
			<i>Conflito entre tipos de uso: gerado pelas diferentes formas de utilização do parque.</i>	19

Fonte: Sistematizado pelo autor

A grande maioria dos usuários do Parque Burle Marx nunca viu algum tipo de conflito no parque, enquanto no Parque

¹²⁷ 16 pessoas não se manifestaram durante essa pergunta no Parque Burle Marx.

¹²⁸ 23 pessoas não se manifestaram durante essa pergunta no Parque Germânia.

Germânia quase metade dos entrevistados relatou ver algum tipo de rusga. A explicação para o que ocorre no Burle Marx está na antecipação ao conflito pelo controle gerado por seu regulamento rígido. Essas regras geram um público mais homogêneo, e conseqüentemente menos propenso a entrar em atrito. A maior parte das rivalizações identificadas no Parque Burle Marx não são conflitos diretos entre pessoas e os tipos de uso que elas fazem, mas sim contra as regras que inibem antecipadamente práticas (e indivíduos, logicamente) que poderiam gerar algum tipo de descompasso, de desvio ao que foi programado previamente. Nesse ponto há uma grande diferença em relação ao Parque Germânia, pois sua maior abertura suscita mais contatos e conseqüentemente, maiores desvios à programação. O Parque Germânia, por sua maior acessibilidade durante o dia, tende a presenciar mais conflitos entre grupos (tribos urbanas) que se veem distintos em suas práticas. Em ambos os casos, encontra-se conflitos entre usos – que no caso corresponde mais diretamente à prática executada do que a quem executou – o que, no entanto, é mais forte no Parque Germânia justamente porque seu espaço, pela diversidade de equipamentos e pela maior abertura de seu regulamento, tende a gerar mais situações de enfrentamento.

Não é a segregação que gera o enfrentamento, mas sim o contato. Entre os maiores conflitos de uso no Parque Germânia, estão: a entrada de cachorros (que às vezes são treinados na área); as “algazarras” promovidas por jovens em relação à crianças pequenas levadas pelos pais; o uso de álcool e de drogas; os tipos de práticas nas quadras esportivas; as pistas ocupadas por ciclistas e skatistas que atrapalham quem caminha; o despejo de lixo pelo chão; as rusgas entre donos de cachorros grandes e pequenos. No Parque Burle Marx, os únicos dois conflitos de uso que nos foram descritos correspondem a dificuldade de conjugar a meditação com o jogo de bola (que entre crianças é possível) e a presença da Feira de Produtos

Agroecológicos¹²⁹ que ocorre no local – justamente uma atividade recente que existe nesse espaço que, a nosso ver, ajuda a torná-lo mais aberto. Nos dois casos, o relato pode ser muito pontual, não correspondendo a generalidade da população. De qualquer forma são registros que demonstram certas situações de tensão.

Embora o cenário de conflitos seja muito diferente entre os dois parques estudados, em relação a quantidade e a qualidade, pode-se dizer que em ambos os espaços há uma grande dificuldade de conviver com esse tipo de situação, inclusive se tomarmos por referência que a maior parte das repostas às perguntas “O que você acha do regulamento do parque e suas restrições?” e “O que você acha do fato do parque ser cercado?” resultaram naquilo que chamamos de *discurso ordenador*. Ou seja, a abertura encontrada no Parque Germânia não conduz necessariamente à sua aceitação. Porém essa negação pode corresponder a um distanciamento da democracia, se tomarmos por base a defesa de Morin (2003) de que ela é alimentada por conflitos que lhe dão vitalidade.

O *discurso ordenador* é mobilizado diante de situações reais como a insegurança urbana, e promove a construção de

¹²⁹ A Feira de Produtos Orgânicos ocorre no Parque Burle Marx aos sábados pela manhã, nas proximidades do portão de acesso que fica em frente ao estacionamento. Ela foi inaugurada em outubro de 2011, a partir da parceria entre a Secretaria de Coordenação de Subprefeituras, através da Supervisão Geral de Abastecimento (Abast), e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, com apoio da Fundação Aron Birmann. Os produtos de feira são colhidos por agricultores do distrito paulistano de Parelheiros que fazem parte da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (COPERAPAS). A feira é uma forma que os agricultores encontraram para escapar de atravessadores que tornavam pouco rentável a produção por eles realizada. Segundo relato de feirante, quando a feira surgiu houve reclamações da comunidade usuária do parque por causa das barracas, contudo, ao longo do tempo, com o desenvolvimento das atividades, está havendo uma maior receptividade, inclusive havendo a criação de vínculos com usuários que fazem questão de comprar os produtos trazidos para a venda.

um consenso, onde se passa a acreditar que o controle é a melhor forma de viver publicamente e que todo desvio é necessariamente algo a ser eliminado. Ou seja, é a crença de que toda alteração de curso gera insegurança e que por isso é preferível a padronização de práticas sociais.

No bojo dessa confusão está, como dissemos, a insegurança, que se relaciona a um dos maiores problemas existentes nas grandes cidades brasileiras que é a criminalidade urbana, que envolve furtos, assaltos, homicídios, sequestros, agressões físicas, etc. Sem querer entrar no mérito de tentar compreender a origem da criminalidade urbana, pela grande complexidade do tema, podemos afirmar que a existência de fatos criminosos provoca uma sensação de insegurança na população em geral. Um dado produzido pelo IBGE no estudo “Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil”, integrada à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, demonstra que, no interior de uma mesma cidade, quanto mais distante de casa está uma pessoa, menos segura ela se sente. Isso é até certo ponto esperado, mas chama a atenção o número baixo de pessoas que se sente segura fora de seu bairro nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo, que independentemente da faixa salarial, não atingiu, em caso algum, mais de 50%. Uma situação que supera de longe a sensação de insegurança média no Brasil, conforme podemos ver na Tabela 9.

Tabela 9: Porcentagem das pessoas que declararam se sentir seguras nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, e no Brasil, de acordo com a referência espacial e com as classes de rendimento nominal *per capita*, na população com mais de 10 anos de idade.

Classes de rendimento domiciliar mensal <i>per capita</i> , em salários mínimos	Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)			Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)			Brasil		
	Em Casa	No Bairro	Na Cidade	Em Casa	No Bairro	Na Cidade	Em Casa	No Bairro	Na Cidade
	Menos de ¼	77,8	62,7	48,9	76,4	63,1	42,9	77,8	71,3
¼ a menos de ½	79,9	63,9	51,4	73,9	59,9	36,5	77,4	67,9	56,5
½ a menos de 1	80,5	62,6	47,4	75,4	60,7	38,6	78,2	67,4	53,8
1 a menos de 2	79,2	61,2	42,7	76,5	60,7	36,1	78,9	67,1	52,2
2 ou mais	82,5	56,6	34,4	78,9	58,2	30,2	80,7	64,7	46,2
Sem rendimento	78,8	53,4	39,0	66,3	60,3	39,7	73,8	65,4	53,4
Total	80,4	60,3	42,1	76,1	59,8	35,0	78,6	67,1	52,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (IBGE, 2013).

O dado mostra também que na maior faixa salarial *per capita*, temos o grupo que se sente mais seguro em casa, que, por outro lado, também é aquele que se vê menos protegido na cidade. Isso está relacionado com o fato de que os segmentos sociais de maior renda tendem a morar em residências com mais dispositivos de segurança, como câmeras, alarmes, vigilância privada, conforme mostra outro dado da pesquisa sobre Vitimização e Acesso à Justiça do IBGE, que infelizmente não foi

recortado na escala das regiões metropolitanas, sendo fornecido somente para o cenário nacional e estadual. Na Tabela 10 expomos o dado nacional sobre o uso de dispositivos de segurança por faixa de rendimento *per capita*, fazendo a ressalva de que provavelmente esses dados devem ser percentualmente maiores nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, pela tendência observada na Tabela 9 apresentada anteriormente.

Tabela 10: Percentual de domicílios com cada tipo de dispositivo de segurança, no total de domicílios particulares permanentes, por tipo de classes de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil - 2009

Classes de rendimento domiciliar mensal <i>per capita</i> , em salários mínimos	Percentual de domicílios com cada tipo de dispositivo de segurança, no total de domicílios particulares permanentes (%)								
	Olho mágico, abertura na porta, corrente no trinco da porta e/ou interfone	Fechaduras extras, barras na porta e/ou janela contra arrombamento	Grade na janela e/ou porta	Cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2 m ou com cacos de vidro ou arame farpado e/ou alarme eletrônico	Câmera de vídeo	Segurança privada e/ou cancela	Cachorro	Outro mecanismo de segurança	
Sem rendimento a menos de 1/4	6.7	10.3	16.6	6.6	0.7	1.6	7.7	0.5	
1/4 a menos de 1/2	7.6	12.2	24.6	9.0	0.3	1.7	9.1	0.5	
1/2 a menos de 1	11.9	14.4	33.4	13.9	0.8	2.9	10.6	0.8	
1 a menos de 2	17.9	17.1	39.5	18.8	2.1	5.2	9.7	1.2	
2 ou mais	46.8	32.0	48.1	35.6	14.6	18.1	8.5	2.9	
Total	20,4	18,4	35,7	18,8	4,2	6,7	9,4	1,3	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (IBGE, 2013).

Pelo dado apresentado, quanto mais elevada for a renda, maior é a porcentagem de pessoas que possuem os dispositivos de segurança citados (com exceção do uso de cachorros), assim como maior é a sensação de segurança no domicílio e menor é na cidade. Parece-nos que pelo fato de se acharem mais protegidas em casa, pela disponibilidade de aparatos de segurança, as pessoas com maior renda, quando estão na rua (na cidade), sentem que a ausência desses equipamentos lhes deixa fragilizados. A cidade dentro desse contexto passa a ser vista como perigosa. Baumann (2009) ao fazer a crítica da *mixofobia* presente nas populações de alta renda que vivem em *gated communities*, profere a seguintes palavras:

Tornar os bairros residenciais uniformes para depois reduzir ao mínimo as atividades comerciais e as comunicações entre um bairro e outro é uma receita infalível para manter e tornar mais forte a tendência a excluir, a segregar. Tais procedimentos podem atenuar o padecimento de quem sofre de mixofobia, mas o remédio é por si mesmo patogênico e torna mais profundo o tormento, de modo que – para mantê-lo sob controle – é preciso aumentar continuamente as doses. A uniformidade do espaço social, sublinhada e acentuada pelo isolamento espacial dos moradores, diminui a tolerância à diferença; e multiplica, assim, as ocasiões de reação mixofóbica, fazendo a vida na cidade parecer mais "propensa ao perigo" e, portanto, mais angustiante, em vez demonstrá-la mais segura e, portanto, mais fácil e divertida. (BAUMANN, 2009, p.50)

Ao ser vista como perigosa, começa-se a exigir que a cidade contenha os mesmos aparatos de controle dos domicílios. Portanto, a expectativa de controle por parte dos usuários dos parques estudados tem relação com a sensação de insegurança urbana que a sociedade brasileira em geral possui. Outra

pesquisa sobre o tema da insegurança urbana foi encomendada pelo Ministério da Justiça e feita pelo Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP-UFMG) em conjunto com o Datafolha, e foi divulgada pela Revista Veja de 25 de julho de 2012, onde aponta que 63,6% dos paulistanos entrevistados e 61,7% dos porto-alegrenses evitam sair a noite ou chegar muito tarde em casa por causa do medo. Com relação a pessoas que deixam de ir a alguns locais da cidade por causa da criminalidade, o número atinge 55,3% em São Paulo e 55,0% em Porto Alegre. Entre os entrevistados da capital gaúcha 15,1% revelaram ter alarme em casa, enquanto na capital paulista esse número chega a 10,2% (DINIZ, 2012). Embora não tenhamos tido contato direto com a referida pesquisa, apenas com a reportagem (sensacionalista, diga-se de passagem¹³⁰) que a divulgou, não é possível sonegar a ressonância dos dados e a relação que esse quadro tem com o desejo de espaços públicos mais normatizados. Todavia, acreditamos ser importante adicionar o papel da mídia dentro desse quadro de insegurança urbana.

Souza, M. J. L (2008), ao discutir sobre a fobópole – *uma cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta* – ressalta o tratamento cada vez maior dado pela mídia corporativa ao fenômeno da violência urbana. Para além do sensacionalismo característico do modo como os meios jornalísticos tratam a questão, o autor reitera que realmente existe um aumento do número de crimes violentos e da *sensação de insegurança*.

¹³⁰ Para se ter uma ideia do sensacionalismo contido na reportagem, a capa da revista, que tinha essa matéria como principal, trazia a manchete “*TRAUMA: Para milhões de brasileiros nunca termina o terror das agressões e humilhações sofridas em sequestros e assaltos*” com a foto de uma modelo com queimaduras no rosto, que foi vítima de criminosos que incendiaram um ônibus em que ela estava no Rio de Janeiro. Contudo, as entrevistas concedidas pelos pesquisadores para a matéria intitulada de “*Vítimas do Crime: A Cicatriz da Alma*” relatavam uma queda nos índices de violência, o que contrastava com as fotos e os relatos das vítimas de violência que ocupavam quase toda a página (que possuía um rodapé com um arame farpado desenhado).

Entretanto, chama a atenção para o fato de que o crescimento das taxas de criminalidade violenta não é necessariamente acompanhado de forma linear pelo sentimento de insegurança da população. Por vezes a insegurança cresce mais velozmente do que as taxas de criminalidade. É nesse ponto que residiria o papel da mídia no processo, já que ao divulgar cada vez mais dados e informações sobre a criminalidade urbana, na medida em que o assunto é bastante vendável, acaba por ampliar e retroalimentar o medo (SOUZA, M. J. L. 2008)¹³¹.

MORIN (2003c), por outro lado, chama a atenção sobre o papel da comunicação e das mídias nos dias atuais, apontando que devemos ter cuidado ao inferir sobre a capacidade que elas possuem de influenciar os indivíduos. Para o autor, a influência das mídias só pode ser lida a partir dos contextos sociais em que estão inseridas. Um problema contextual e estruturante é o da educação, que não tem colaborado para a organização da informação recebida e nem tem provocado o interesse por assuntos/conhecimentos mais teóricos. Para compreender melhor a questão sobre o papel da mídia, Morin defende que teríamos de reconhecer a diferença entre: a informação (dados, narrativas, histórias); a comunicação (os meios que permitem a propagação das informações); o conhecimento (que permite a organização da informação recebida) e a compreensão (capacidade de nos relacionarmos com o mundo, com o Outro). Para o autor, o problema da sociedade atual está relacionado mais com a compreensão do que com a comunicação (que, todavia, pode ser a origem desse problema maior). O autor ousa afirmar que o desenvolvimento dos meios de comunicação reduz a capacidade de compreensão:

¹³¹ Milton Santos (2008), de modo similar, aponta o uso do medo pela mídia para alertar sobre problemas ambientais como Aquecimento Global e Efeito Estufa. A seu ver, os cenários catastróficos descritos pela mediação interessada, às vezes interesseira, da grande mídia, mais confundem do que ajudam a esclarecer os dilemas do campo ambiental.

Ora, na atualidade, temos excesso de informação e insuficiência de organização, logo carência de conhecimento. Eis a razão para evitar o discurso publicitário que produz uma euforia que excede os ganhos conquistados e mascara os problemas surgidos. Ao discurso eufórico que diz “tudo comunica” oponho outra afirmação: quanto mais desenvolvidos são os meios de comunicação, menos há compreensão entre as pessoas. A compreensão não está ligada à materialidade da comunicação, mas ao social, ao político, ao existencial, a outras coisas. (MORIN, 2003c, p.8)

Como temos afirmado ao longo desta tese, estamos vivendo um momento social de grande fragmentação sócio-espacial, que, em relação aos espaços públicos, provoca o estreitamento da condição de acessibilidade. O espaço construído, nesse caso, é mais avassalador para a compreensão do que a comunicação feita pelas mídias. Mesmo assim, nesse contexto de pouca empatia social, as mídias podem, como fora registrado por Souza, M. J. L (2008), amplificar o fenômeno, no caso a criminalidade urbana, e conseqüentemente reforçar/retroalimentar a falta de compreensão social apontada por Morin (2003c).

A posição defendida pelo filósofo francês tem bastante pertinência, especialmente em um mundo onde se está cada vez mais mergulhado em informações que são, em contrapartida, menos compreendidas. Não é possível ocultar o alerta de Milton Santos (2001) ao apontar que aquilo que recebemos como informação pela imprensa formal, não é propriamente o fato, mas sua interpretação, ou seja, a notícia. Como a informação fornecida/obtida é o resultado de uma interpretação, o que é (re) transmitido depende dos parâmetros estabelecidos por quem passa a mensagem. O próprio Morin (1990), em um debate mais ampliado sobre a cultura de massas no século XX, ressalta que a produção da informação pela imprensa é extremamente

burocratizada, com vários processos de filtragem, que podem corresponder a rentabilidade eventual do assunto proposto (iniciativa privada) e a sua oportunidade política (Estado). No entanto, Morin também afirma que a produção industrial da cultura e da informação não consegue burocratizar todo o processo, havendo margem para a novidade, já que o consumo cultural reclama produtos individualizados e novos. Sobre a necessidade da imprensa de produzir, de criar a novidade, no interior de uma estrutura burocratizada, Morin faz os seguintes apontamentos:

A indústria do detergente produz sempre o mesmo pó, limitando-se a variar as embalagens de tempos em tempos. A indústria automobilística só pode individualizar as séries anuais por renovações técnicas ou de formas, enquanto as unidades são idênticas umas às outras, com apenas algumas diferenças-padrão de cor e enfeite. No entanto, a indústria cultural precisa de unidades necessariamente individualizadas. Um filme pode ser concebido em função de algumas receitas-padrão (intriga amorosa, *happy end*) mas deve ter sua personalidade, sua originalidade, sua unicidade. Do mesmo modo, um programa de rádio, uma canção. Por outro lado, a informação, a grande imprensa pescam cada dia, o novo, o contingente, o “acontecimento” isto é, o individual. Fazem o acontecimento passar nos seus moldes para restituí-lo em sua unicidade. (MORIN, 1990, p. 25).

Diante dessa análise, é importante destacar que toda a informação é parcial, por ser resultado de uma interpretação, de uma filtragem e de uma criação. Esse modo de produzir informação, diante de um mundo carente de compreensão social, como resultado de fatores como a própria configuração sócio-

espacial urbana, atravancam/confundem a capacidade de enxergar os problemas de modo mais complexo.

Um exemplo interessante (e caricatural) que mostra bem a distinção entre fato e notícia apontada por Santos (2001), e o processo de produção da informação no interior da cultura de massa segundo os parâmetros defendidos por Morin (1990), foi coletado ao acaso, por estarmos assistindo televisão bem na hora do evento. Trata-se da cobertura jornalística feita no dia 24 de janeiro de 2013 pelo programa policial Brasil Urgente da Rede Bandeirantes, que transmitiu ao vivo uma perseguição policial que ocorreu no Panamby, onde criminosos entraram armados no Parque Burle Marx, levando ao fechamento da área. Na cobertura jornalística feita, percebemos como a questão da segurança pública é espetacularizada, o que por outro lado não permite negar que ocorrem situações de criminalidade no ambiente urbano.

No caso apresentado pelo programa, os policiais utilizaram viaturas (inclusive uma teve os pneus alvejados) e um helicóptero para fazer o cerco aos criminosos que haviam se emaranhado junto à mata do parque. A seguir trazemos a fala do repórter (Peterson Isidoro) que estava *in loco* durante a perseguição, descrevendo a situação ao apresentador do programa, José Datena:

Apresentador: Temos imagens impressionantes de uma perseguição policial enorme aqui em São Paulo. Imagens exclusivas. Inclusive, teve um cara detido, não é? Falta de polícia é que não vai ter. O bandido pode ficar esperto que não vai ter aquela moleza que ele teve durante as férias, de assaltar, porque a polícia botou um verdadeiro esquadrão nas ruas. Imagem ao vivo do helicóptero em detalhes. Peterson Isidoro pode passar mais informações. Vai Peterson.

Repórter: Datena, A preocupação dos policiais é que os dois assaltantes que continuam foragidos, Datena, estão armados,

viu? E foram eles que trocaram tiros com policiais que estavam numa viatura que fazia o policiamento na Zona Sul de São Paulo. Isso foi por volta de quatro e meia da tarde, esses assaltantes fugiram em direção ao Parque Burle Marx, e essa área do parque, Datena, está completamente cercada. São pelo menos 25 policiais em terra, além do apoio do helicóptero Águia, o Águia 6, que leva uma tripulação fortemente armada fazendo esse policiamento aéreo e repassando todas as informações para os policiais da viatura, Datena. Uma pessoa detida e os outros dois assaltantes ainda foragidos.

Ao longo da reportagem, o apresentador e um repórter que faz o acompanhamento em estúdio (Márcio Campos), descrevem o Parque Burle Marx (Figura 60) como se ele fosse um cenário de guerra, cuja mata torna-se um grande obstáculo para a ação policial.

Apresentador: (...) Um bandido tá preso ali, mas veja essa imagem do helicóptero, parece o combate ao crime na selva, né. A gente não consegue entender ainda como é que sobra uma área verde imensa numa região de ocupação de extrema, extrema ocupação demográfica. Mas é impressionante o que tem de gente nessa região. Parece que o helicóptero tá na selva. Existem ainda alguns nichos de área verde aqui em São Paulo. Obviamente a tripulação defende o helicóptero, com as armas para baixo, eles só observam ali, se houver necessidade também, entram em ação. Mas é difícil achar esses caras no meio desse matagal todo, não é Márcio?

Repórter de estúdio: Pois é, Datena, é uma mata muito fechada, preservada inclusive por

lei, dentro da Zona Sul de São Paulo. São 140 mil metros quadrados desse parque, que chama bastante atenção, por onde os bandidos fogem nesse momento. Então a polícia cercou a área. Todas as entradas e saídas do parque estão fechadas, Datena, mas o helicóptero tenta auxiliar, mas é muito difícil, viu Datena, porque, olha, o parque tem uma mata muito fechada, muito bem preservada, que dificulta a visibilidade de quem, mesmo, está dentro do helicóptero.



Figura 60: Imagem da reportagem feita pelo Programa Brasil Urgente sobre uma ocorrência no Parque Burle Marx

Fonte: Fotografado pelo autor

Esse tipo de programa como o Brasil Urgente, já foi analisado por uma série de artigos que tratam da espetacularização da criminalidade. Nessa cobertura, devemos dizer que os elementos que levam ao entendimento de que há uma espetacularização da criminalidade ficam evidentes: parcialidade (no caso, a defesa da atuação da polícia), dramatização (relatando que os policiais estão fortemente

armados defendendo o helicóptero) e ironia (ao comparar o parque com a selva), que, conforme o estudo feito por NEGRINI & TONDO (2007), tornam-se uma marca presente desse programa de televisão.

O tipo de jornalismo produzido ao longo do Programa Brasil Urgente talvez seja o extremo de uma forma de produção midiática voltada para a criação de espetáculos com os fatos cotidianos, se retomarmos o debate feito por Debord (1997).

A imagem de São Paulo como uma cidade que vive uma crise de segurança pública, não se trata, necessariamente, de uma invenção. Ainda assim, a amplificação do fenômeno do crime pelas mídias em uma sociedade que tem dificuldades para assimilar a informação a ponto de construir conhecimento (pela capacidade de compreensão reduzida), torna os problemas mais agudos, e põe em debate/em ação soluções que por combaterem o sintoma (que é o crime em si), não resolvem o problema original (que é as próprias bases da sociedade capitalista contemporânea), gerando a necessidade de doses cada vez maiores de controle e de coação.

Nossa análise sobre as origens do debate sobre o cercamento de parques em Porto Alegre, conclui que há um forte imbricamento entre a propagação midiática dessa ideia e a permanência desse ponto como pauta e solução para os problemas de insegurança nos espaços públicos da capital gaúcha.

A construção do discurso sobre cercamento de parques urbanos e a aderência a essa ideia, em Porto Alegre, podem ser tratadas como fenômenos recentes. Dizemos isso, porque o debate contemporâneo sobre o cercamento de parques urbanos tem como marco a década de 1970, quando, na Câmara Municipal de Porto Alegre, o vereador Paulo Sant'Ana (ARENA) entra com um projeto que prevê o cercamento do Parque Farroupilha. Esse projeto não foi aprovado na época, mas como Paulo Sant'Ana era (e continua sendo) jornalista da Zero Hora (um dos maiores jornais do Rio Grande do Sul e pertencente ao Grupo RBS), esse assunto continuou presente em seus artigos e passou, aos poucos, a ocupar cada vez mais espaço na esfera

pública. Com o aumento da criminalidade violenta nas cidades a partir da década de 1980, a ideia de cercamento dos parques, que era vista pela população com olhar desconfiado, passa a ter cada vez mais adeptos, inclusive no próprio jornalismo local, ou seja, torna-se frequente a presença de artigos defendendo essa medida nas publicações de Porto Alegre.

Em nossa dissertação de mestrado (SOUZA, F. S. 2008) já havíamos demonstrado essa situação de defesa do cercamento por inúmeros articulistas locais, como Martha Medeiros, Luiz Antônio de Assis Brasil, Liberato Vieira da Cunha, Luiz Zini Pires, Paulo Brossard, além de Paulo Sant'Ana. Certamente existem vozes dissonantes sobre o tema, mas são poucas, como o jornalista Juremir Machado da Silva (2011) que escreveu um texto intitulado "Cercar a Redenção"¹³², criticando a defesa do cercamento. As crônicas jornalísticas em geral reforçam a ideia de que há um atraso porto-alegrense em relação ao restante da civilização que possui os seus parques fechados. Para exemplificar essa situação destacamos alguns excertos de artigos que defendem o cercamento de parques na capital gaúcha, usando, como artifício argumentativo, outras cidades do mundo:

Óbvio que a Redenção já deveria ter sido cercada para preservação de seus jardins e maior segurança da população, mas oh, que disparate, e nossa liberdade de ir e vir? Ninguém pensa um segundo antes de colocar grade na basculante do banheiro, mas quando se trata do patrimônio público, todo mundo vira bicho-grilo. O Central Park, de Nova York, o Hyde Park, de Londres, e o Jardim de Luxemburgo, de Paris, só para citar três cartões-postais universais, são cercados e nem por isso perdem seu impacto de beleza e a integração com a população. Mas aqui tudo tem que ser debatido por pelo

¹³² Publicado no Jornal Correio do Povo no dia 7 de maio de 2011.

menos 20 anos até se chegar a um consenso. Eu também adoraria que para tudo existisse um consenso, não fosse isso um contrassenso. Não é possível agradar a todos, quem não sabe? (MEDEIROS, Martha, 2010, p.4).

Estive esses dias em São Paulo para visitar meus netos. Pude ficar encantado com o Parque Ibirapuera, cujo único e essencial segredo é a cerca que o circunda inteiramente. Todos os dias, invariavelmente todos os dias, o Ibirapuera é a atração máxima da cidade de São Paulo, ocorrendo para seus recantos milhares de cidadãos. Chega a dar dó a comparação entre o Ibirapuera e a Redenção. Enquanto no Parque Farroupilha todos os monumentos e recantos são literalmente demolidos durante a noite, no Ibirapuera, fechado durante a noite, mal surgem as manhãs e ele é oferecido intacto com seus serviços à população.

A ticanhez porto-alegrense não tem permitido nesses anos todos que se cerque a Redenção e se a torne o espaço de praças mais rico da cidade. (SANT'ANA, Paulo, 2011, p.47)

No texto de Martha Medeiros evocam-se referências espaciais do exterior, como parques de Nova Iorque, Londres e Paris, enquanto no texto de Paulo Sant'Ana se aponta um exemplo de outra cidade brasileira: São Paulo. Em ambos os casos são tecidos elogios aos parques e as suas cidades, para colocar a posição de Porto Alegre em atraso. Todavia, o surgimento do Parque Germânia inaugura uma nova fase argumentativa, pois o exemplo passa a vir de dentro da própria Porto Alegre. Paulo Sant'Ana que é, sem sombra de dúvida, o articulista que mais escreve sobre o tema, já proferiu essas palavras sobre o Parque Germânia:

AS CERCAS LIBERTÁRIAS

(...) Os céticos finalmente acreditaram: há vários portões dando acesso às pessoas, o parque é inteiramente cercado, mas aberto e ofertante para o público, quando os que não querem cercar os parques públicos pensavam erradamente que as cercas tinham o objetivo de impedir a entrada do público.

Nada disso, os portões são feitos para que as pessoas entrem nos parques por eles. E saiam. Ficam cercadas lá dentro, mas livres. É imposta a elas apenas a circunstância de ter de sair por portões, podendo ser seguramente responsabilizadas por desordem ou destruição.

O Parque Germânia é um recanto alemão dentro de Porto Alegre. Falando a verdade, a gente parece que não está dentro de Porto Alegre, há um clima de Primeiro Mundo, uma atmosfera de país civilizado.

Cheguei a pensar que ainda não tinha voltado da Copa do Mundo para casa, senti-me ontem na Europa no Parque Germânia.(...)

(...) Escrevendo e falando, foi difícil de as pessoas entenderem. Foi preciso a Goldsztein, em parceria com a prefeitura, erguer este Parque Germânia aprazível e acolhedor a todos os que nele ingressam para que as pessoas se convencessem. (...)
(SANT'ANA, Jornal Zero Hora, 24/07/2006, p. 35)

PASSEIO NO PARQUE

(..) Mas vale a pena visitar o Parque Germânia. Porque ele é inteiramente cercado, o que o preserva dos vândalos à noite e abrem-se seus portões durante o dia para a entrada livre do público.

É um monumento ecológico-urbano o Parque Germânia. Sob certo aspecto, cabe na idealização que fiz durante anos para um parque: cercado, gramado e arborizado.

E as gentes gozando de tudo isso lá dentro. (SANT'ANA, Jornal Zero Hora, 20/09/2010, p.)

Paulo Sant'Ana, especialmente no primeiro texto, quando faz menção ao Parque Germânia, usa o artifício de dizer que ele é um espaço diferenciado do conjunto existente em Porto Alegre, inclusive permitindo a sensação de estar em um país rico e civilizado. No segundo texto o Germânia aparece como um espaço idealizado – como um paraíso perdido, tal como aquele que inspira a busca pela comunidade de que nos fala Baumann (2003). A força dos argumentos de Paulo Sant'Ana, inclusive foram lembrados durante a entrevista que fizemos com um membro da Associação de Amigos do Jardim Europa, que ao elogiar o papel do cercamento do Parque Germânia, disse que se tivessem o ouvido *“há vinte ou trinta anos atrás em relação ao fechamento dos parques, vários parques de Porto Alegre seriam iguais ao Germânia”*.

Acreditamos que o aumento da exposição midiática do tema cercamento somado a presença do Parque Germânia, passa a estabelecer, de um modo mais intenso, a crença de que as cercas são a solução mais apropriada para os problemas de insegurança no interior dos parques urbanos. A mídia corporativa porto-alegrense, através de pesquisas de opinião, tem tentado mostrar que os moradores da cidade são cada vez mais adeptos do cercamento de parques urbanos. Em pesquisa encomendada pelo Grupo RBS, realizada pelo IBOPE no ano de 2008, 63% dos

porto-alegrenses entrevistados afirmaram que os parques deveriam ser cercados, enquanto 33% se posicionaram contra (JORNAL ZERO HORA, 2008). No ano de 2003, uma pesquisa similar já havia sido realizada e na época 51% dos entrevistados se mostraram favoráveis ao cercamento dos parques da cidade e 47% rejeitavam essa proposta (JORNAL ZERO HORA, 2003). Ou seja, se levássemos em conta esses dados, isoladamente, seria possível afirmar que existe um crescimento, na década passada, da opinião favorável ao cercamento dos parques.

No entanto outro levantamento realizado, no ano de 2007, por alunos de administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual foram entrevistadas 600 pessoas de diferentes pontos da cidade (CASANOVA et al, 2012), traz uma visão um pouco diferente da apontada pelas pesquisas promovidas pelo Grupo RBS. Os estudantes utilizaram uma escala de importância de 1 (um) a 5 (cinco), para verificar a relevância que os entrevistados davam ao cercamento como elemento de um parque ou praça, onde: 1 significava “Não importante”; 2 “Pouco importante”; 3 “Indiferente”; 4 “Importante” e 5 “Muito Importante”. O resultado médio obtido foi de 2,90, ou seja, um valor entre “Não importante” e “Indiferente”. Todos os demais itens analisados tiveram valores médios superiores na avaliação do grau de importância: Iluminação (com média 4,16), Limpeza (4,54), Segurança (4,52), Áreas Verdes (4,44), Eventos culturais (3,42) e Áreas para práticas de esportes (3,81). Em outro ponto do questionário foi pedido aos entrevistados que se posicionassem, em uma escala de concordância, diante da seguinte afirmação: *“As pessoas se sentem mais seguras nos parques ou praças que são cercados”*. A escala de concordância também tinha valores de 1 (um) a 5 (cinco), onde: 1 correspondia a “Discordo totalmente”; 2 a “Discordo em parte”; 3 a “Nem discordo, nem concordo”; 4 a “Concordo em parte”; 5 a “Concordo totalmente”. A média com as respostas obtidas foi de 3,42, estando entre “Nem concordo, nem discordo” e “Concordo em parte”. A concordância com outra afirmação similar - *“As pessoas se sentem mais seguras quando o parque ou a praça está bem iluminado”* - foi bem mais significativa, atingindo 4,51.

A pesquisa dos estudantes de administração da UFRGS nos fornece um importante indício de que a relevância dada pela população a esse ato não é tão grande quanto se imagina. Por outro lado não é possível inferir objetivamente se há uma aprovação, ou não, do ato de cercar parques e praças, já que não houve a formulação de um pergunta direta sobre o apoio. Além disso, vale lembrar que a pesquisa realizada pelos alunos de administração da UFRGS foi realizada em 2007, um ano depois da inauguração do Parque Germânia, que se tornou o maior exemplo de espaço público cercado da cidade. Esse pode ser um dos motivos que tornam distante o posicionamento da população entrevistada pelos estudantes de administração em relação aos usuários do Parque Germânia que participaram da nossa pesquisa – pois o trabalho dos alunos foi feito com pessoas que não são necessariamente usuárias do espaço público estudado.

De qualquer modo, a preocupação desses estudantes em analisar a opinião sobre o cercamento de parques e praças, demonstra que o assunto é realmente uma polêmica que paira sobre Porto Alegre. Polêmica que a nosso ver se mantém acesa pelo papel que a mídia corporativa tem no processo, realizando pesquisas de opinião sobre o tema (tais como a realizada pelo Grupo RBS), em reportagens especiais ou em artigos assinados por colonistas dos jornais locais. Esse excesso de material produzido sobre o cercamento não permite que surjam outras possibilidades para o enfrentamento da insegurança nos parques urbanos, criando uma dicotomia – cercar ou não – que limita o debate público, não viabilizando o surgimento de olhares mais complexos sobre o tema. Diante do volume de material sobre o cercamento de parques, fica o questionamento se essa produção é o resultado do afloramento ou é a tentativa de fazer aflorar uma opinião pública sobre o tema.

Resta dizer, também, que a pauta do cercamento na última década passou a ser mais presente entre os políticos locais, e o Parque Germânia passa a se tornar uma referência a ser levada em consideração para a gestão de outros espaços públicos de Porto Alegre. Falas de gestores do Estado, publicadas em

reportagens de jornais da capital gaúcha, demonstram que o Parque Germânia pode ser utilizado como referência para a decisão de cercar outros parques da cidade. O ex-secretário de meio-ambiente de Porto Alegre, Luís Fernando Zachia, manifestou-se dizendo que o Parque Germânia traz novas informações sobre parques cercados, e que é possível ver dados positivos. Na reportagem *“Usuários são contra cercar a Redenção: Conselho defende outras alternativas para garantir segurança”*¹³³ do Jornal Correio do Povo de 06 de maio de 2011, realizada durante um episódio de depredação (onde três bancos do Recanto Oriental do Parque Farroupilha foram destruídos), o ex-secretário de meio-ambiente, depois de dizer que dos 38 monumentos desse espaço público apenas um não estava estragado, se reportou ao Parque Germânia. Para ele o cercamento daquele parque provocava um número baixo de entradas irregulares de pessoas durante a madrugada (foram registradas duas em cinco anos), e conclui: *“Quando o assunto sobre o cercamento começou, há duas décadas, não tínhamos dados dos benefícios, e agora temos”*. Em outra reportagem, o mesmo secretário disse, após a revitalização do Recanto Oriental do Parque Farroupilha:

*“O Parque Germânia é cercado e lá ocorreu um ato de vandalismo. Enquanto na Redenção todos os 36 atos de vandalismo contra monumentos foram à noite (...)” “É preciso de uma vez por todas fazer a discussão. Os grandes parques do mundo são públicos, mas são cercados” (JORNAL CORREIO DO POVO, 07/04/2013)*¹³⁴

¹³³ Essa reportagem traz, além do posicionamento do Secretário de Meio Ambiente da época, a defesa contrária ao cercamento feita pelo Conselho de Usuários do Parque Farroupilha.

¹³⁴ O nome da reportagem era: *“Recanto Oriental da Redenção é restaurado e entregue ao público: Investimento na área do parque de Porto Alegre foi de R\$ 355 mil”*. O investimento foi feito pela Pepsi em

A visão do ex-secretário de meio-ambiente de Porto Alegre, exteriorizada pela mídia, mostra como o debate sobre o cercamento de parques urbanos da cidade está cada vez mais presente como pauta política. Na década de 2000, para que se tenha uma noção da força desse ponto nas discussões feitas na esfera pública, foram apresentados na Câmara Municipal de Porto Alegre, 4 (quatro) projetos de lei que tratavam do tema cercamento. O primeiro projeto, feito pelo vereador Elias Vidal (PTB), em 2003, previa o cercamento do parque Farroupilha e foi rejeitado. O segundo projeto foi apresentado pelo vereador Professor Garcia (na época no PSB) e buscava definir que os parques da cidade, mediante plebiscito específico sobre o assunto, poderiam ser cercados, sendo aprovado e tornando-se a Lei Complementar 507/2004. O terceiro projeto foi encaminhado pelo vereador Ibsen Pinheiro (PMDB), com base na Lei 507/04, para que houvesse, em 2006, juntamente com as eleições, um plebiscito sobre o cercamento de parques urbanos com mais de 5 hectares (ou seja, todos), o que foi reprovado. E o quarto projeto foi apresentado pelo vereador Nereu D'Ávila (PDT) com o objetivo de promover uma alteração da Lei 507/04, permitindo que os parques urbanos que surgissem a partir de doações feitas por empreendedores privados à municipalidade pudessem ser cercados sem a necessidade de um plebiscito, precisando apenas de pareceres favoráveis dos conselhos municipais de meio ambiente e de desenvolvimento urbano, o que foi aprovado e tornou-se a Lei Complementar 541/06. Durante todo o processo de discussão das respectivas leis houve o acompanhamento midiático da questão, o que manteve a visibilidade desse debate. Nas eleições municipais o cercamento tem sido pauta da imprensa e dos candidatos. Para exemplificar tal situação temos a reportagem publicada nas eleições de 2012, *“Cercamento de parques e emergências de hospitais esquentam*

conjunto com a Sinergy Novas Mídias, que são adotantes do Parque Farroupilha.

primeiro debate” (CLICRBS, 06/07/2012 – Rollsing, 2013) e no pleito de 2008 “*Cerca de parques separa candidatos em Porto Alegre*” (CLICRBS, 13/07/2008 – CLICRBS, 2013).

O volume de material produzido pela imprensa porto-alegrense sobre o cercamento de parques urbanos na cidade de Porto Alegre não nos permite dizer, diretamente, o quanto essa intensidade de informações cria um sentimento nos porto-alegrenses de que esses espaços públicos deveriam ser gradeados. Por outro lado, podemos ver o aumento de informações sobre esse tema como um reflexo da sociedade que, de um modo geral, possui essa limitação de compreensão (no sentido de empatia, como sugere MORIN, 2003c). A aderência à defesa do cercamento nas entrevistas que fizemos no Parque Germânia se insere nesse escopo.

A manutenção da pauta cercamento pela grande mídia e sua assimilação pelos políticos locais acarretam outra circunstância, já que diante dos problemas existentes de manutenção, conservação e segurança nos parques, desenvolve-se a sensação de que essa medida é a única que pode resolver os problemas urbanos que surgem nos espaços públicos. A dicotomia criada – cercar ou não – dificulta o debate amplo sobre o que é de fato o espaço público, para que a partir dessa discussão se reflita sobre seu principal aspecto, a acessibilidade.

Se utilizarmos a reportagem de TV sobre a fuga de bandidos através do Parque Burle Marx, temos a constatação de que as grades não são, necessariamente, decisivas no que diz respeito à segurança. Logicamente, sabemos que o fato noticiado trata-se de uma exceção em relação aos parques urbanos de São Paulo, que são praticamente todos cercados, por outro lado, também seria uma raridade ver esse mesmo tipo de fenômeno ocorrer nos parques sem grades de Porto Alegre.

Os defensores do cercamento geralmente reforçam o coro diante da depredação do patrimônio físico (especialmente o histórico) que ocorre a noite nos parques, e não tanto por questões de segurança pessoal. Todavia, em outro trabalho (SOUZA, F. S. 2012), também chamamos a atenção para a

trajetória de abertura física dos parques de Porto Alegre, que deveria ser pensada como um patrimônio democrático construído historicamente. Um patrimônio que uniria a dimensão física com a social (simbólica).

A dicotomização do debate entre cercar, ou não, os parques de Porto Alegre não permite essa leitura mais ampla sobre o que é o patrimônio e sobre o que é o espaço público urbano. A imprensa tem sua responsabilidade nesse processo onde o estreitamento da acessibilidade é parte do enrijecimento da norma frente a espontaneidade das ações. As cercas do Parque Germânia e o regulamento do Parque Burle Marx não foram inventadas ou postas diretamente pela mídia. Porém, a filtragem da pauta, a escolha do que será tornado visível, isso sim pode ser considerado como fator de influência da mídia sobre a sociedade. Normalmente o filtro da mídia trabalha sobre a perspectiva do que é imediato e, nesse sentido, opera mais sobre os sintomas do que sobre a origem dos problemas. E se a cidade é insegura e é alvo de depredação, o problema é de civilização, conforme termo cunhado por Morin (2003c). Problemas de civilização não se resolvem de modo simples, por serem resultados de uma complexidade. Trazer a tona o pensamento complexo talvez seja uma tarefa fundamental no processo de aprofundar o debate sobre o espaço público contemporâneo e a importância que possuem como locais de afloramento da democracia urbana.

CONCLUSÕES: A PROGRAMAÇÃO RÍGIDA DO ESPAÇO PÚBLICO E O CONTRAPONTO DADO POR COLETIVOS URBANOS: COMPLEXIDADE, ACESSIBILIDADE E DEMOCRACIA

Pelo que pudemos demonstrar até o momento, nos parques urbanos programados e geridos por empreendedores imobiliários, que foram estudados em Porto Alegre e em São Paulo, ocorre a produção de espaços públicos mais normativos, seja pelo desenho arquitetônico, seja pelos regulamentos de uso. Isso provoca um efeito contraditório àquilo que compreendemos como espaço público, já que a ampla acessibilidade, sua principal característica, é afetada, provocando uma apropriação espacial mais seletiva.

Os interesses da iniciativa privada envolvida na criação e na gestão dos espaços públicos estudados são vetores que geram esse engessamento da acessibilidade. Na busca pelo sucesso dos empreendimentos imobiliários que estão postos à venda no entorno dos parques urbanos que foram obrigados, por lei, a construir, concluímos que os agentes privados buscam minimizar os efeitos que por eles são entendidos como negativos e potencializar aqueles que são vistos como positivos. Entre os que são considerados positivos está a “natureza verde”, tão rara na cidade, que os parques urbanos dispõem, assim como a área aberta para atividades esportivas e comunicacionais. Quando falamos em área aberta, devemos deixar claro que nesse caso o que queremos dizer é sinônimo de área livre de edificações, já que a abertura como correspondente direto da acessibilidade ampla é vista como um problema. O acesso amplo é compreendido como uma dificuldade, pelo fato de que ao permitir diversos usos do espaço, e por consequência diferentes indivíduos e grupos sociais - o que por si só não é desejado, já que a simples presença de determinados sujeitos, especialmente grupos marginalizados (como moradores de rua), causa desconforto – cria-se um ambiente mais propício à imprevisibilidade. A falta de controle sobre as ações do/no espaço público pode criar situações não desejadas por quem

compra (ou pode comprar) os imóveis produzidos, por isso, os agentes privados da construção civil tentam programar rigidamente o parque urbano sob sua responsabilidade, para que do ponto de vista mercadológico seus produtos imobiliários continuem atraentes.

A iniciativa privada torna menos permeável o espaço público por ela produzido, porque existe na sociedade como um todo, não só entre os compradores dos imóveis criados, um sentimento de que o controle dos usos do espaço é a melhor garantia de segurança – já que o mundo é visto como inseguro. Isso é visível nos produtos imobiliários que cada vez mais seduzem pelos aparatos de proteção que oferecem e também foi perceptível nas manifestações dos usuários dos parques urbanos estudados, que, em geral, fizeram elogios as medidas de controle espacial adotadas. Não foi possível saber, pela metodologia adotada por nossa pesquisa, se esse sentimento de controle ocorre em outros parques urbanos menos normatizados, mas não é difícil deduzir que há uma grande preocupação com a questão da segurança urbana na sociedade brasileira, como mostramos com os dados da pesquisa de Vitimização e Acesso à Justiça feita pelo IBGE em 2009.

Essa angústia social acaba, pelo que podemos concluir, colaborando fortemente para que se tente controlar os usos do espaço, como forma de dar mais proteção aos indivíduos. Acontece que todo controle é restrição de acesso, por isso a contradição aflora quando mecanismos desse tipo chegam ao espaço público, já que fatalmente atingem aquilo que lhe dá sentido de existência, tornando-o mais seletivo. Como todo controle cria fronteiras, no sentido de que separa usos permissíveis daqueles que não são possíveis, ele sempre é definido por alguém em relação ao outro que não se adequa aos critérios estabelecidos, objetivando que esse outro se adapte a seus parâmetros ou que seja excluído pela sua diferença e/ou falta de capacidade/desejo de ajustamento. Essa noção de controle (distante do chamado “Controle social”, mas sinônimo de domínio) cria uma espécie de *behaviorismo*, ou seja, busca definir padrões ideais de comportamento sob o pretexto de

melhorar a vida de quem vive na cidade. As tecnologias produzidas pela ciência e cada vez mais eficientes, no que diz respeito ao controle rígido, podem atender essa demanda como sugere Arendt (1991):

O problema das modernas teorias do behaviorismo não é que estejam erradas, mas sim que podem vir a tornar-se verdadeiras, que realmente constituem as melhores conceituações possíveis de certas tendências óbvias da sociedade moderna. É perfeitamente concebível que a era moderna - que teve início com um surto tão promissor e tão sem precedentes de atividade humana - venha a terminar na passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu (ARENDR, 1991, p.335-336).

Quando Hannah Arendt atribui passividade, entendemos que isso pode ser lido como resultado da subserviência à programação rígida feita através do controle do espaço. É a descrença na política como mediadora das relações sociais e o depósito na capacidade que os instrumentos técnicos-científicos possuem de produzir resultados programados. O espaço geográfico, nesse contexto, por si só é controle, se compreendermos que objetos e ações que lhe dão origem, são intencionais e cada vez mais dotados de informação, como aponta Milton Santos (2004). Não podemos esquecer, diante desse argumento, que os parques urbanos são, antes de tudo, como materialidade, objetos geográficos que cumprem, dentro de uma cidade, funções pré-estabelecidas, que podem ser mais ou menos flexíveis em relação às ações que serão por eles suscitadas ou que lhe transformarão e lhe darão novos sentidos. O aparato tecnológico-informacional do atual momento histórico tende a tornar mais eficaz a intenção original que produz e move objetos e ações que compõem o espaço geográfico, e diante disso, também afetam a produção dos parques urbanos. Antas Jr (1995), inspirado pela obra de Milton Santos, afirma:

Os parques são objetos técnicos cada vez mais elaborados. As curvas de nível são estrategicamente medidas com o fim de evitar a erosão natural ou declives íngremes que inviabilizam o seu uso (a menos que se tenha a intenção de evitar o acesso da população em determinadas áreas). As espécies de árvores e a quantidade são também previamente estabelecidas, conforme a área disponível e, naquelas áreas onde já existe uma vegetação natural a se manter, os caminhos são produzidos com o fim de otimizar o consumo dos parques.

O efeito dos designs dos parques, organizam – objetivamente ou não – as formas de vivência e comportamento das pessoas no interior do parque, tanto em seu sentido prático da ocupação, onde são criadas determinadas funções recreativas e/ou esportivas quanto no sentido de que seus usuários ficam submetidos aos valores estéticos idealizados pelo Estado (ANTAS JR., 1995, p. 75).

As relações entre objetos e ações são, portanto, mediadas por leis e normas que visam tornar mais realizável as intencionalidades premeditadas quando da inserção de novos elementos no espaço. Isso não exime o espaço geográfico de surpresas, já que toda prática espacial está sujeita à ecologia da ação. Todavia a projeção das leis e normas sobre o espaço, especialmente quando diretamente relacionadas ao interesse das corporações privadas, torna o espaço menos sujeito a imprevisibilidades. Milton Santos sobre o poder das normas no espaço geográfico traz a seguinte definição:

Mediação jurídica e mediação técnica se completam. O espaço, por seu conteúdo técnico, é regulador, mas um regulador

regulado, já que as normas administrativas (além das normas internas às empresas) é que em última análise, determinam os comportamentos (SANTOS, 2004, p. 230).

As mediações jurídicas e técnicas dentro de um Estado burguês tendem a reforçar comportamentos sociais que não permitem a contestação do *status quo* existente, pois, como já dissemos, operam a partir de mecanismos seletivos que legitimam determinadas práticas em detrimento de outras. Serpa (2005), sobre a capacidade de apropriação social oferecida pelos parques urbanos às camadas mais populares da sociedade, traz uma importante contribuição quando afirma que “a *apropriação social dos parques urbanos mobiliza códigos de conduta supostamente conhecidos de todos, mas são as classes médias que impõem suas concepções e usos*” (SERPA, 2005, p.119).

Ou seja, os códigos de conduta, as mediações técnicas e jurídicas, geralmente são frutos de processos unidirecionais, sendo resultado e matriz de uma programação rígida que dificulta processos de apropriação espacial mais amplos.

Serpa (2005) alerta sobre a capacidade que a construção de parques urbanos tem na articulação de consensos, na medida em que dificilmente alguém se coloca contra a origem de equipamentos desse tipo, em especial pelo poder de persuasão que as representações da Natureza possuem no contexto urbano. Acrescentaríamos mais um fator a essa capacidade conciliatória que tem os parques urbanos: a crença difundida de que são espaços que permitem a apropriação social de todos – mesmo que haja uma série de exemplos que mostram que essa visão é no mínimo ingênua.

Quando falamos em apropriação espacial, os parques urbanos simbolicamente estão entre os espaços que representam essa possibilidade no tecido urbano. Por isso raramente os parques urbanos são contestados como elementos fundamentais no espaço urbano. “*Todos gostam de parques urbanos*” poderíamos facilmente dizer, atribuindo isso ao fato de que grupos sociais bastante distintos como moradores de rua,

esportistas, jovens, empreendedores imobiliários, etc. valorizam esse tipo de espaço. No entanto, nem todos tem o mesmo poder sobre o processo de produção dos parques urbanos, de modo que os interesses em relação a esse território são distintos e disputados de forma desigual, pois os grupos com maior poder econômico e/ou institucional tendem a ter mais poder na esfera pública e, conseqüentemente, são atendidos mais facilmente em seus anseios. Pode-se, diante disso, dizer, guardadas as ressalvas, que *“todos gostam de parques urbanos, mas que nem todos gostam de espaços públicos”*, isso porque a afeição pelo último pressupõe a aceitação da diferença e da imprevisibilidade que está contida na diversidade de relações sociais. Não queremos com isso apontar que os parques urbanos que estudamos não sejam espaços públicos, pois eles definitivamente são, porém em ambos os casos, por ação da iniciativa privada em acordo com o Estado, tivemos limitações à possibilidade de apropriação social, já que pelos mecanismos normativos que dispõem, diminui-se a permeabilidade espacial.

Além disso, é importante notar que pelo fato de que *“todos gostam de parques urbanos”*, diversos projetos imobiliários controversos tentaram emplacar – e alguns obtiveram êxito – a partir da alocação de áreas para a construção desse tipo de equipamento. Serpa (2005) sugere que os parques urbanos são álibis utilizados em processos de requalificação urbana, conforme suas pesquisas nas cidades de Salvador e Paris, já que sempre *“representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais”* (p. 113), ou seja, reúnem valores que reforçam uma metáfora de integração social e espacial das cidades.

A. UM PARÊNTESE IMPORTANTE - O CASO DA PONTA DO CORAL EM FLORIANÓPOLIS: REPETIÇÃO DE MODELOS E ARTICULAÇÃO POPULAR COMO RESISTÊNCIA

O uso dos parques urbanos como álibis, tal como discutido por Serpa (2005), não foi diferente daquilo que encontramos ao estudar a origem dos locais que foram objetos de pesquisa em

São Paulo e em Porto Alegre. Assim como não é diferente na cidade de Florianópolis¹³⁵, onde, diante da polêmica sobre a construção de um megaempreendimento na área chamada de Ponta do Coral, o empreendedor imobiliário, com o objetivo de convencer a opinião pública, oferece um parque urbano. O projeto do empreendimento, chamado de Parque Hotel Marina Ponta do Coral do Grupo Hantei Engenharia, prevê a construção de uma torre com 4 pavimentos de atividades gastronômicas e comerciais, mais 16 pavimentos de unidades hoteleiras, com ático e heliponto e 1000 vagas para estacionamento, além de uma marina flutuante junto ao mar que permitiria o abrigo de 237 embarcações, o que dá a área uma característica de produto 5 estrelas (HANTEI ENGENHARIA, 2013). Somada a essa estrutura, no projeto apresentado no Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) do empreendimento, uma área de 33.200 m² seria usada para a construção de um parque urbano, o que, todavia, só seria viabilizado diante de um aterro feito sobre a baía, em área limítrofe ao terreno original. Ou seja, tal parque urbano está previsto em uma área não existente, cujo surgimento só pode ocorrer mediante um grande impacto natural, contradizendo os valores de preservação da natureza que normalmente se agregam a esses espaços¹³⁶. A Figura 61 apresenta a área de Florianópolis onde se localiza a Ponta do Coral, que é o local previsto para o empreendimento em questão.

¹³⁵ Falamos de Florianópolis, pois atualmente resido em sua Região Metropolitana, mais precisamente em São José-SC.

¹³⁶ Embora devamos dizer que parques como o do Flamengo no Rio de Janeiro e do Marinha do Brasil em Porto Alegre, que surgiram em aterros, hoje em dia atendem aspectos naturais de preservação. Porém, isso não parece estar contido no projeto do Parque da Ponta do Coral.

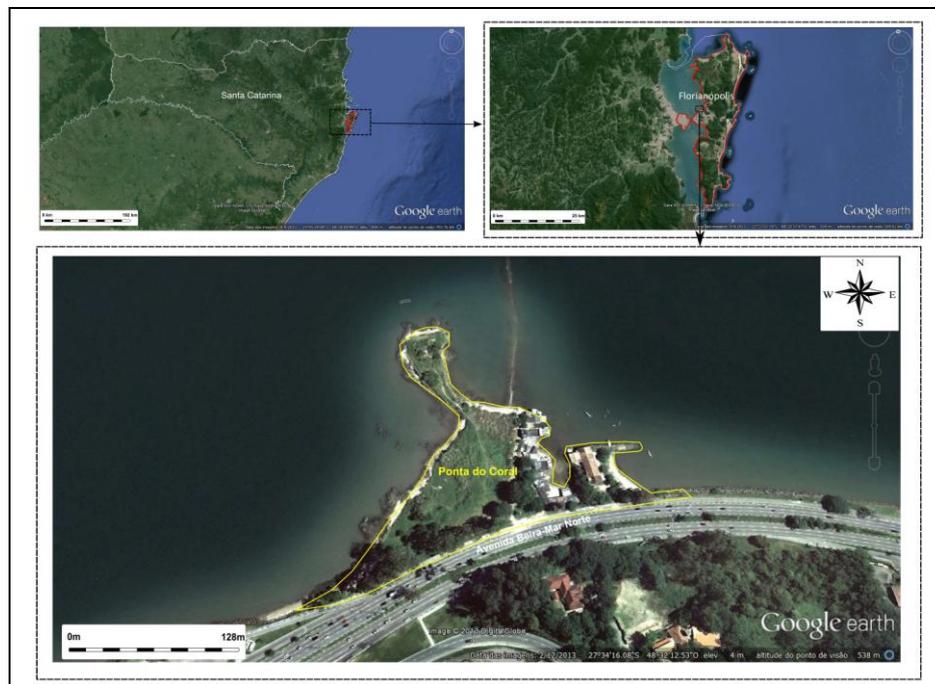


Figura 61: Localização da Ponta do Coral em relação a cidade de Florianópolis
Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens de satélite do programa Google Earth (2013)

O parque urbano do projeto imobiliário da Ponta do Coral trata-se, portanto, de um alibi para a operação, na medida em que existe o senso comum de que esse tipo de equipamento necessariamente leva a uma apropriação ampla do espaço, logo agradando a todos e conquistando a opinião pública. No entanto, quando analisamos os equipamentos que serão oferecidos no interior do parque, percebe-se, por exemplo, que há certo distanciamento do projeto com práticas populares, conforme pode se deduzir pela falta de quadras esportivas, o que de algum modo aproxima o perfil desse espaço público, em relação aos elementos projetados, com a concepção do Parque Burle Marx¹³⁷. A presença de um Caminho Literário, no qual os pedestres andarão por estruturas que contém poemas e trechos de obras de autores catarinenses, e de diferentes praças temáticas (do Ócio, dos Ventos, do Pôr do Sol) com o objetivo de contemplação da Baía Norte, nos remete a crítica feita por Serpa (2005) quando diz que os arquitetos e paisagistas têm demonstrado uma preocupação exagerada com a forma e o desenho dos novos parques urbanos, destacando aspectos pedagógicos e midiáticos desses espaços, colocando-os como “museus da natureza”, o que, ao final, acaba por restringir a capacidade de apropriação espacial desses equipamentos urbanos.

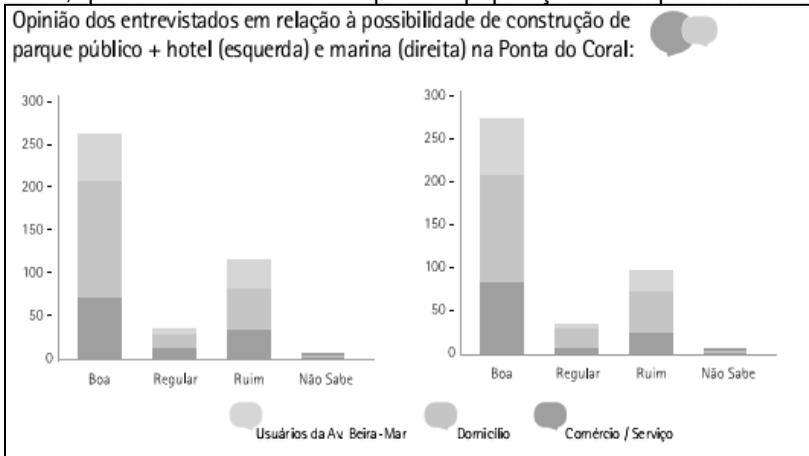
Diante de uma polêmica de longa data sobre o fim dado à Ponta do Coral¹³⁸, o RIMA do empreendimento apresenta o apoio da população ao projeto, baseado em entrevistas feitas com 410 pessoas da área do empreendimento, através de perguntas que casam a construção do Hotel com o parque que será oferecido, como a que podemos apresentar através do Gráfico 16 que está

¹³⁷ No projeto do espaço público do Parque Hotel Marina Ponta do Coral estão previstas: 9 praças; anfiteatro; 2 playgrounds; esteiras de descanso; academia ao ar livre; ciclovias; e pista de caminhada.

¹³⁸ A área pertencia ao Governo do Estado de Santa Catarina e foi vendida para a família proprietária da Carbonífera Metropolitana de Criciúma, no ano de 1980, em um processo considerado bastante controverso.

contido no documento que visa conquistar o licenciamento ambiental.

Gráfico 16: Dado exposto no RIMA do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, que busca demonstrar o apoio da população ao empreendimento.



Fonte: HANTEI ENGENHARIA, 2013.

Os dois gráficos explicitam perguntas ligadas ao parque público exposto no projeto, colocando a relação com hotel no primeiro e com a marina no segundo, ou seja, colocam a área verde de lazer em situação mais destacada que os próprios empreendimentos. Tal modo de expor o apoio reflete o poder de sedução e persuasão que é oferecido pelo equipamento parque. Pelo modo como o dado foi apresentado não é possível concluir se a aceitação ao projeto se dá pela via do empreendimento em si, ou por meio do parque urbano oferecido. Florianópolis é uma cidade carente de espaços públicos de lazer ao ar livre, com isso a presença de um parque urbano no projeto se torna bastante apelativa.

Também é apresentado no RIMA que 76% dos entrevistados acreditam que um empreendimento desse porte é importante para a cidade de Florianópolis, o que na verdade não diz muita coisa, pois não é possível fazer a avaliação sobre o que

está sendo colocado em análise quando o sujeito responde favoravelmente. Não há como separar o parque do hotel/marina, logo não se sabe o que está sendo valorizado. Mas podemos inferir pelos próprios dados da pesquisa apresentada no RIMA, que há uma má avaliação das áreas de lazer disponíveis na cidade, já que 42% dos entrevistados apontaram esse serviço público como “ruim”, 26% como “razoável” e 27% como “bom” (5% não sabiam). Quer dizer, pode-se deduzir que a demanda por áreas de lazer, como parques urbanos, acaba colaborando para o apoio dado ao empreendimento.

Chama a atenção que o serviço público mais mal avaliado nessa pesquisa foi a segurança, apontado como “ruim” por 49% dos entrevistados, como “razoável” por 27%, e como “bom” por 20%. Agrega-se a esse dado o fato de que 82% dos respondentes avaliam a atual estrutura da Ponta do Coral como não convidativa e 57% dizem não adentrar na área por insegurança. Com esses dados queixosos com relação à segurança e à falta de áreas de lazer, a construtora aponta que seu empreendimento auxiliará nos dois eixos, pois permitirá criar uma nova área de lazer que contará com toda segurança para a população (HANTEI ENGENHARIA, 2013). Ou seja, mais uma vez estamos prestes a assistir a construção de um parque similar aos modelos que estudamos em Porto Alegre e São Paulo, onde o espaço público criado pela iniciativa privada é carregado de mecanismos de controle e segurança para que a população adaptada a esse conjunto de medidas possa usufruir, mesmo que para isso muitos fiquem de fora¹³⁹. Mas essa é a melhor das soluções? Não há alternativas?

¹³⁹ Em julho de 2013, por exemplo, é apresentado pela Prefeitura de Florianópolis um projeto de parque urbano no bairro Abraão, que seria desenvolvido pelas empreendedoras PDG e Goldsztein-Cyrella (a mesma do Jardim Europa e do Parque Germânia em Porto Alegre), que na área adjacente desenvolvem um empreendimento chamado Neoville. A realização desse parque pelos empreendedores, assim como a manutenção do mesmo por 3 anos, faz parte de um Termo de Ajuste de Conduta correspondente a uma área empreendida no Córrego Grande – Fazendinha (QUARTIERO, 2013). Pela presença de pórticos de entrada

Sim, há alternativas. E o mais interessante é que o aparecimento delas recoloca o papel de disputa e do conflito que necessariamente deve mover uma esfera pública democrática. No caso de Florianópolis, os movimentos de resistência ao projeto imobiliário na Ponta do Coral também propõem um parque – aliás, a proposta é bem anterior a da construtora, que percebendo o efeito positivo, tratou de incluir esse conteúdo em seu projeto.

Atualmente diversos movimentos sociais, articulados através do chamado Fórum da Cidade, propõem que a área da Ponta do Coral seja 100% pública e livre de edificações, através da implantação do Parque Cultural das Três Pontas (que incluiria também as pontas do Lessa e do Goulart). A noção de que a área da Ponta do Coral deve ser totalmente pública tem como raiz as mobilizações populares contra os projetos imobiliários que rondam a área desde 1980, quando essa área que pertenceu à Fundação Catarinense para o Bem Estar do Menor (FUCABEM) foi vendida pelo Governo do Estado de Santa Catarina para a família proprietária da Carbonífera Catarinense, com o objetivo de angariar recursos para a construção de um novo abrigo de menores, já que no início desse mesmo ano, o educandário existente no local havia sofrido um incêndio – considerado criminoso segundo um laudo do Instituto de Análises Laboratoriais do Departamento de Polícia Técnica¹⁴⁰ (SILVEIRA, 2005). Como a área possui relevância histórica e cultural para a cidade de Florianópolis, na medida em que serviu ao longo do tempo como porto natural (que até os dias de hoje é utilizado por pescadores artesanais), inclusive abrigando, durante o início do século XX, um depósito de combustíveis da Standart Oil Co.,

na planta do projeto, que será feito em uma área pública hoje ocupada pela Associação de Moradores do Bairro Abraão, é possível deduzir que ele será cercado (embora não tenhamos essa certeza). Além disso, será construído um posto policial no local. Ambas as medidas demonstram a precupação com o controle – uma característica comum dos parques ligados a empreendedores imobiliários.

¹⁴⁰ Como não foram encontrados culpados, o crime prescreveu no ano de 1992 (SILVEIRA, 2005).

ocorre uma mobilização popular em prol de um parque urbano na área, com o objetivo de evitar sua transformação pela incorporação imobiliária.

Vale dizer que a venda por si só da Ponta do Coral para o Governo do Estado de Santa Catarina não teria a capacidade de modificar essa região, se não fossem as alterações feitas no Plano Diretor de Florianópolis. Em 1984, quatro anos após a venda do terreno onde está a Ponta do Coral, foi alterado o zoneamento dessa área no plano diretor através da Lei 2.090, permitindo que nesse local, onde inclusive havia a previsão da construção de um parque (conforme a Lei 1.516/77), pudesse ser realizada a construção de prédios de 18 pavimentos e/ou 4 pavimentos em prédios com atividades de comércio e serviços. Outra legislação de 1989 (Lei 2.090/84) amplia a concessão, permitindo o direito de fazer 6 pavimentos ao invés de apenas 4, em prédios de serviços e comércio (SILVEIRA, 2005). No ano de 2000, o vereador Mauro Passos (PT) entra com um Projeto de Lei Complementar (245/2000) com um pedido de alteração do zoneamento da Ponta do Coral para Área Verde de Lazer (AVL), que é aprovado em primeira votação. Todavia, em 2005 é aprovada uma nova Lei Complementar (180/2005), que altera o zoneamento de AVL para ATE-2 (Área Turística Exclusiva), permitindo a construção de um grande empreendimento com execução de aterro, desde que o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) seja apresentado com a reordenação e construção dos ranchos de pescadores, com a implantação da ciclovia, dos ajardinamentos, dos passeios, dos equipamentos de lazer e de um pequeno píer para apoio náutico. Essa situação de modificação do zoneamento do Plano Diretor para que se atendam as expectativas do empreendedor imobiliário foi identificada também no estudo de caso que fizemos em Porto Alegre, reforçando a ideia de que esse tipo de legislação é facilmente alterada, numa flexibilidade que torna o planejamento urbano muito frágil (ou muito maleável aos interesses imobiliários). No entanto, todas as ações parciais que foram tomadas em benefício do projeto imobiliário na Ponta do Coral, serviram também para fomentar um processo de resistência

popular que possui grande efeito na medida em que, até hoje, o empreendedor não conseguiu autorização para executar essa obra.

Ao propor que a Ponta do Coral seja 100% pública, os movimentos populares colocam em pauta a necessidade da construção de um espaço público pelo público (sem necessariamente ser sinônimo de Estado) e para o público (no sentido da acessibilidade ampla de que temos falado tanto). Florianópolis já teve como experiência fecunda a luta para efetivação do Parque da Luz, no Centro da cidade, junto a cabeceira da Ponte Hercílio Luz, que conseguiu barrar interesses imobiliários, como a construção de um edifício para a Prefeitura Municipal e de um Hotel 5 estrelas no local que o abriga. O Parque da Luz é um caso interessante, ou fora da norma por ser (in) comum, conforme definição dada por Agostinho (1999), já que foi implantado por um processo diferenciado de mobilizações populares e hoje em dia é gerido pela associação que permitiu sua existência – a Associação dos Amigos do Parque da Luz (AAPLuz), tornando esse espaço comum ao convívio social de todos. Outro parque de Florianópolis com origem na luta de uma associação é o de Coqueiros, revelando por um lado a importância da mobilização popular para a construção do espaço público, e por outro, que os agentes do Estado na capital catarinense demonstram uma preocupação muito pequena com a efetivação de políticas que privilegiem esse tipo de espaço, de modo que hoje é possível ver lutas pela implantação de parques em outras comunidades da cidade, como Lagoa da Conceição, Pântano do Sul e Campeche.

Esse parêntese que fizemos para refletir um pouco sobre a situação do espaço público – parque urbano - em Florianópolis demonstra grande similaridade com aquilo que vimos durante o processo de pesquisa nas cidades de Porto Alegre e São Paulo. O modo como a iniciativa privada tem desenvolvido especialidades públicas, como no caso da Ponta do Coral, fortalece nossos argumentos sobre uma programação mais rígida do espaço público. Ou seja, o parque proposto pela empreendedora catarinense tende a repetir os padrões de

controle e segmentação social vistos nos locais estudados nas capitais gaúcha e paulista. Por outro lado, diante da dificuldade para a implantação de novos parques em Florianópolis (o que a diferencia de Porto Alegre e São Paulo), surgem movimentos populares que colocam em pauta a necessidade desses espaços na estrutura urbana, como locais de comunicação, encontro e contemplação. Mais do que isso, demonstram pela prática, especialmente pelo que é visto na luta pela Ponta do Coral, que não é qualquer modelo de parque que será aceito. Movimentos questionando o espaço público produzido também estão sendo realizados em Porto Alegre e São Paulo, não tanto para criar novas áreas como em Florianópolis, mas para pressionar e manter o sentido público de lugares cada vez mais ameaçados por uma programação rígida engendrada pelas parcerias do Estado com a iniciativa privada.

B. PELO RESGATE DA COMPLEXIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO: A DEMOCRACIA EM PAUTA DIANTE DA PROGRAMAÇÃO RÍGIDA

Porto Alegre é uma cidade que nos últimos anos, conforme mostramos durante os capítulos que apresentaram os estudos de caso, tem sido envolvida por um debate sobre a necessidade de implantar mais mecanismos de controle em seus espaços, como no exemplo da discussão do cercamento. Analogamente a esse cenário, observa-se que a solução para as dificuldades de financiamento que precarizam a qualidade dos espaços públicos (inclusive com relação a segurança) é colocada, nos discursos burocráticos, como solucionável mediante o estabelecimento de parcerias entre Estado e iniciativa privada. O problema é que a iniciativa privada, por objetivo, é seletiva em sua ação, já que pauta seus movimentos na capacidade de obter retorno financeiro/mercadológico. Os projetos de adoção de parques e praças, tanto em Porto Alegre, como em São Paulo, por exemplo, demonstram que só as áreas de interesse comercial tornam-se amparadas pelos recursos da iniciativa privada, aprofundando o abismo entre as áreas mais ricas e/ou visíveis e

as mais pobres e/ou invisíveis. A criação de parques pelos empreendedores imobiliários, como outro exemplo, revela que o controle das ações do espaço público é desejado diante da necessidade de tornar as construções do entorno mais vendáveis. Ou seja, a capacidade que a iniciativa privada tem de atuar na gestão dos espaços públicos é, no mínimo, muito limitada, e porque não dizer, limitadora. Diante dessa percepção neoliberal de Estado que vê na parceria com a iniciativa privada a melhor solução para os problemas do espaço público contemporâneo, começam a surgir vozes discordantes, que organizadas propõem uma ruptura com processos que desestimulam a possibilidade da democracia do convívio público.

Um exemplo de vozes dissonantes são os movimentos/eventos Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria, que em Porto Alegre tem articulado (em conjunto com uma série de outros grupos organizados) ações de ocupação cultural e política de espaços públicos. Entre as ações está uma manifestação no Largo Glênio Peres (em frente ao Mercado Público da cidade), que se tornou um marco, no dia 04 de outubro de 2012, ao questionar, entre outras coisas: o uso do local como estacionamento em dias úteis a partir das 19h e nos sábados durante todo o dia (o que inclusive foi o estopim de todo o processo de crítica); a proibição de feiras (como a de economia solidária) e a restrição de eventos que não sejam institucionais no local, estabelecida pela Lei Municipal 11.213/2012¹⁴¹; a

¹⁴¹ A Lei 11.123 foi aprovada em 06 de fevereiro de 2012 e disciplina a realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres, definindo que: são proibidas feiras no local, com exceção da Feira do Peixe durante a Semana Santa; mediante autorização do Executivo Municipal poderão ser realizados eventos ou campanhas de assistência social, saúde ou programas governamentais de caráter estritamente institucional, que poderão durar no máximo 7 dias; a realização de shows artísticos, espetáculos e eventos culturais que façam uso de palco e sonorização é possível, no máximo, 2 vezes por mês (com duração total de um dia cada); os artistas de rua deverão ser autorizados pelo Executivo

parceria feita entre a Prefeitura e a Coca-Cola para revitalização desse espaço público, com a implantação de chafarizes e bangalôs privados que se estendem dos restaurantes do Mercado Público em direção ao Largo, além da instalação de um boneco inflável do mascote da Copa do Mundo patrocinado pela marca de refrigerantes. Esse evento tornou-se um marco diante da violência policial disparada sobre os manifestantes que ocupavam o Largo Glênio Peres, quando houve o esvaziamento do mascote inflável da Copa do Mundo. Pode-se dizer que, diante da situação de agressão, a pauta sobre a comunhão do Estado com a iniciativa privada com relação aos espaços públicos, ganha mais expressão. Depois desse evento, muitos outros foram chamados pelos coletivos Largo Vivo¹⁴² e Defesa Pública da Alegria (Figura 61).



Figura 62: Cartazes eletrônicos para divulgação dos eventos chamados pelos movimentos Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo
Fonte: CHIST (2013) e CIRCO HÍBRIDO (2013).

Municipal para poder realizar suas atividades no local; fica vedado o uso de som amplificado, com exceção dos eventos autorizados.

¹⁴² Desde 2011, nas terças-feiras à noite, ocorre o evento Largo Vivo, que teve como motivo original o descontentamento com a proposta da prefeitura de utilizar a área do Largo Glênio Peres como estacionamento para o Mercado Público.

No final de novembro de 2012 tivemos a oportunidade de participar do evento Defesa Pública da Redenção, cujo objetivo principal era questionar o processo de cercamento do Auditório Araújo Vianna que fica no interior do Parque Farroupilha (Redenção). Esse processo de fechamento do auditório é resultado da parceria público-privada entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Opus Promoções, empresa responsável pela reforma desse equipamento urbano, que em contrapartida ganhou o direito de ter 75% das datas, enquanto o poder municipal ficou com 25% (91 dias)¹⁴³. Ocorre que na elevação do terreno que circunda o Auditório, muitas pessoas utilizavam para tomar sol e bater papo. Além disso, os telhados desse mesmo local serviam de abrigo para moradores de rua. Ou seja, o cercamento dessa área eliminou essas práticas do local. Diante de tal arbitrariedade espacial, foi chamado um evento à noite que tinha caráter político e cultural, com protestos, bate-papo, música e arte, recolocando a necessidade de tornar o espaço público mais permeável, e não o contrário conforme se percebe nos projetos de parceria Estado-Iniciativa Privada realizados. Um evento pacífico acompanhado de perto por dezenas de policiais. A Figura 62 mostra a movimentação durante o evento:

¹⁴³ Esse processo de privatização do Auditório Araújo Vianna foi criticado durante nossa dissertação de mestrado (SOUZA, 2008a) por ser resultado de um modelo neoliberal de gestão que repassa bens públicos de modo muito vantajoso à iniciativa privada.



Figura 63: Movimentação no evento Defesa Pública da Redenção
Fonte: Fotografado pelo autor (Novembro/2012)

Desde então, outros eventos ocorreram em Porto Alegre, com destaque para os que, nos primeiros meses de 2013, tinham objetivo de evitar o corte de árvores em áreas verdes do entorno da Usina do Gasômetro, iniciado pela prefeitura para fazer a ampliação da Avenida Loureiro da Silva, em uma obra voltada para a melhoria do fluxo em direção ao estádio Beira-Rio, sede da Copa do Mundo em 2014, assim como a mobilização pela redução do valor da passagem de ônibus, iniciada em março e que conseguiu reverter o aumento que seria para R\$ 3,05, mantendo o preço em R\$ 2,85 (e que posteriormente foi reduzido para R\$ 2,80). Ou seja, fermentam movimentos de reivindicação do espaço público pelos mais diferentes vieses, possuindo em comum uma crítica à impermeabilização da acessibilidade no interior da cidade.

Portanto, é possível dizer que esses movimentos reivindicatórios de abertura do espaço público tiveram e tem um papel importante sobre a questão da acessibilidade no meio urbano, de direito à cidade em termos *lefebvrianos*, e de construção de cidadania ao invés de consumo em termos *miltonianos*. Esses eventos na verdade refletem uma angústia

muito grande com relação a acessibilidade àquilo que é necessário para uma vida digna, que a nosso ver devem atingir, conforme Marcelo Lopes de Souza (2004), dois pontos: *qualidade de vida* (como satisfação das necessidades tanto básicas como não básicas de um número cada vez maior de pessoas); e *justiça social* (como garantia de que realmente todos tenham acesso aos equipamentos urbanos e sociais). Pode-se dizer que está aí o amálgama que une o debate sobre o espaço público arquitetônico como ruas, praças e parques com a luta pela implantação de um transporte público de qualidade e acessível, que foi promovida por grupos como o Movimento Passe Livre – grande responsável pelo início dos protestos que animaram a esfera pública brasileira no ano de 2013.

Apesar de termos mais proximidade com os coletivos de questionamento à produção contemporânea do espaço público em Porto Alegre do que em relação a São Paulo (pelo fato de que vivemos 27 anos na capital gaúcha), de longe pudemos acompanhar as mobilizações geradas pelo Movimento Passe Livre na capital paulista (que a nosso ver está nesse escopo de coletivos reivindicatórios) tanto antes como, principalmente, após a repercussão nacional do evento de 13 de junho de 2013, quando a polícia agiu de forma desproporcional ao ato, causando um número grande de feridos. A mobilização do dia (13/06/13) tornou-se um marco e deu maior visibilidade ao movimento paulistano, pois evidenciou que a luta pela acessibilidade, pelo direito à cidade, pela conquista da cidadania, não é bem vista pelos agentes de Estado, que no fim agem de acordo com as vontades dos agentes do mercado. Desse modo, pode-se dizer que vivemos, especialmente após a onda neoliberal, em um Estado privatista, ou seja, que acredita que o privado é a melhor saída para gerir a coisa pública. Com relação a acessibilidade essa situação cria uma contradição, já que o privado possui como conteúdo inerente: a privação.

Por isso, concluímos que a distinção entre o público e o privado no plano social, em resumo, é medida através da acessibilidade. Tudo que é privado tem acesso limitado. Em nossas casas só entra quem queremos. Em um bar, só quem

consome pode ficar. O mundo privado seleciona a partir de critérios que normalmente são o dinheiro e/ou a vontade de quem estabelece a fronteira.

Público, no plano social, corresponde, por outro lado, àquilo que tem acesso a todos. Ruas, praças, parques e calçadas representam esse lugar de ampla acessibilidade no ambiente urbano. Porém, percebemos que nem tudo que traz em si o rótulo de público tem significado acessibilidade. Uma passagem de ônibus cara dificulta o uso do transporte público, um hospital sem o mínimo de equipamentos e profissionais torna complicada a vida de quem depende da saúde pública, uma cerca ou uma regra rígida em um parque público podem representar a impossibilidade de uso por parte de um determinado grupo ou classe social. O privado não pode ser público por uma questão de origem. O privado é seletivo, ou seja, distante da acessibilidade. E o público, ou melhor, o Estado, não consegue ser público. Mas porque o Estado não consegue ser público? Justamente porque é privado demais. Os gritos nas ruas, no qual o Movimento do Passe Livre de São Paulo e outros coletivos organizados pelo país fizeram ecoar (antes da apropriação de parte das mobilizações por bandeiras conservadoras articuladas pelas mídias), estavam em busca da acessibilidade efetiva e não fictícia. Ou seja, era a tentativa de abrir a esfera pública para que ela se tornasse verdadeiramente democrática.

Morin (2003, p.195) aponta que *“a democracia constitui a união da união e da desunião; alimenta-se endemicamente de conflitos que lhe dão vitalidade”*¹⁴⁴, ou seja, nesse contexto, o silêncio é par do autoritarismo. Um espaço público democrático não é necessariamente harmônico e consensual. É claro que esses dois atributos são importantes na sociedade, mas também é fundamental que haja movimentos de ruptura, especialmente

¹⁴⁴ Esse trecho também foi usado em nossa dissertação de mestrado (SOUZA, 2008a), todavia optamos por usá-lo novamente por acharmos que, em poucas palavras, Morin consegue expressar de forma densa e complexa o que é a democracia.

quando se está distante de uma sociedade que garanta o mínimo de qualidade de vida e justiça social.

Concluimos que a programação rígida do espaço público que pudemos observar nos parques estudados durante a nossa pesquisa não é, portanto, um fenômeno sem contraponto. Há tensão, que pode não aparecer diretamente nesses parques urbanos (já que neles estão colocados mecanismos de controle), mas que na escala da cidade surge nas manifestações que reivindicam a abertura da esfera pública e a acessibilidade à cidade. Ou seja, é possível dizer, que um contraponto a um fenômeno espacialmente delimitado não precisa realizar-se exatamente na escala de sua origem, nem ficar preso a ela. Ao saltar escalas, tal como aponta Smith (2000), amplia-se a visibilidade do fenômeno. Em cidades cada vez mais fragmentadas e segregadas sócio-espacialmente, ou seja, com fronteiras cada vez mais reforçadas, essa possibilidade torna-se fundamental. Segundo o autor: *“saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana”* (SMITH, 2000, p.138).

Tal argumento demonstra como a complexidade sócio-espacial permite-nos deduzir a importância dos eventos (sejam eles grandes ou pequenos), já que pelo poder de saltar escalas que possuem, têm a força de causar desvios na história. Devemos lembrar que para Milton Santos (2004) um evento é algo não identificável antes de ser percebido, de ser integrado ao meio. Essa característica dos eventos corresponde a ecologia da ação proposta por Morin (2005b), onde não é possível a previsão plena já que a intenção do ato é somente um dos vetores que o direcionam, pois na interação com o meio haverá outros combinantes, complementares e/ou antagonicos, de modo que é difícil prever qual será o resultado exato depois de imprimida a ação. Diante dessa situação que é uma prerrogativa ontológica de qualquer ação, estruturas de grande poder na esfera pública, como o Estado e a iniciativa privada, tendem a projetar o mundo cada vez mais sob a ótica de uma programação rígida, tentando

tornar mais difícil os saltos de escala, os desvios – nem que para isso seja necessária a força, como ocorreu nas mobilizações pelo passe livre.

A esperança de complexificação do espaço reside, portanto, nas resistências que são oriundas da própria dinâmica de um todo complexo, já que nem nos sistemas mais totalitários houve total supressão das contraposições (MORIN, 2003). Os resultados não dependem exclusivamente das intenções, como bem diz Milton Santos:

Lembre-mos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há sempre uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio. (SANTOS, 2004, p. 94).

Uma programação que acarrete uma *excelência social*¹⁴⁵ só pode ser feita mediante uma máquina carcerária digna de ficção científica. Assim, por mais que alertemos os riscos da programação rígida do espaço, também sabemos que, de outro modo, ela não se concretiza totalmente, já que sua realização plena depende da aceitação total à seus códigos, o que só ocorreria em uma sociedade de indivíduos *idênticos* ou *sem identidade* – o que não corresponde à *natureza humana* e nem ao *caráter humano do meio*.

As intencionalidades que almejavam a construção de um comportamento padrão do operariado através dos parques urbanos do século XIX, que foram grandes responsáveis pela propagação desse tipo de equipamento urbano, subverteram-se aos poucos no decorrer do desenvolvimento histórico. Isso porque a história e a geografia não são estanques, assim como a própria sociedade que lhes produz e dos quais também é reflexo.

¹⁴⁵ Conforme termo utilizado por Morin (2003a) para se referir a sociedades altamente normatizadas, que para o autor se caracterizam por serem de baixa complexidade.

A história e o espaço não são uma evolução constante, pois sempre há sobreposições do ontem, conforme a noção de que o espaço é a acumulação desigual de tempos, como diria Milton Santos (1980). Ao mesmo tempo que os parques urbanos se popularizam, eles também retomam parâmetros antigos de comportamento social, conforme pudemos observar nos estudos de caso que fizemos. Isso demonstra uma complexidade que devemos compreender como tal, deixando de lado fórmulas simplificadoras que facilitam a representação da realidade para o pesquisador, o que, todavia, diminui a capacidade de vermos o desenrolar da história, já que ela não se desenvolve de modo linear.

Embora não tenham sido investigados com maior profundidade, como os parques urbanos criados pela iniciativa privada, não poderíamos deixar de falar neste último capítulo dos movimentos sociais que estão provocando uma abertura do espaço e da esfera pública, pois percebemos que eles são, até certo ponto, o resultado (como resistência) e os produtores (pela re-ativação do desejo de controle) da programação rígida do espaço, formando um anel retroativo de grande complexidade, onde a causa se torna efeito e o efeito transforma-se em causa (MORIN, 2003b).

Mais do que nos ajudar a demonstrar que estamos tratando de um quadro complexo, o debate proposto pelos movimentos sociais que põem na pauta a questão do espaço público urbano, nos permite ter esperança, pois pode ser o indício de uma metamorfose em curso, ou seja, de uma grande transformação social, que esperamos ser para uma sociedade melhor e mais justa. Nas palavras de Morin (2010):

Hoje tudo deve ser repensado. Tudo deve ser recomeçado.

De fato tudo recomeçou, mas sem que se saiba disso. Encontramo-nos no estágio dos começos modestos, invisíveis, marginais, dispersos. Em todos os continentes já existe uma efervescência criativa, uma abundância de iniciativas locais, no sentido de uma

regeneração econômica, social, política, cognitiva, educacional, ética, ou da reforma de vida. Essas iniciativas desconhecem sua existência mútua, nenhuma administração as contabiliza, nenhum partido toma conhecimento delas. Elas, porém, constituem o viveiro do futuro. É preciso reconhecê-las, enumerá-las, examiná-las, repertoriá-las e conjugá-las em uma pluralidade de vias reformadoras. São essas múltiplas vias que, ao se desenvolverem conjuntamente, poderão conjugar-se para a nova Via, aquela que nos conduzirá rumo à ainda invisível e inconcebível Metamorfose (MORIN, 2011, p. 261)

Os movimentos pelo espaço público podem ser vistos dentro desse escopo de iniciativas locais que representam essa possibilidade de mudança, que por sua escala local no atual momento, podem passar despercebidas em sua potencialidade. É fato que a programação do espaço possui força para gerar uma vida segregada e normatizada, ainda mais com o reforço dado pela grande mídia que reproduz essa ideia como medida necessária a cidade e a vida como um todo. Porém, mais forte que a programação, é a própria natureza da totalidade social, que constantemente mostra que o mundo é ao mesmo tempo ordem-desordem-organização.

Todo espaço geográfico é um ponto de complexidade. É preciso buscar a complexidade e aceitar que a organização do mundo é constituída por movimentos de ordem-desordem, e não somente pelo primeiro item desse par. Que os espaços públicos, como os parques urbanos, fomentem, a partir de sua ampla acessibilidade, ao invés do medo, encontros que permitam encarar a desintegração do mundo, para que voltemos a ter esperança em dias melhores.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, M. G. Um lugar (in) comum: Interesses, disputas e resistências nas formas de apropriação de um espaço público urbano em Florianópolis. Disponível em: <

<http://www.anpur.org.br/inicio/images/anais/ena13/ARTIGOS/GT6-933-702-20081220182224.pdf>>. Acesso em: 10. jun. 2013.

ANDERSON, P. As idéias e a ação política na mudança histórica. In.: BORON, Atílio et. al. (org.) **A teoria marxista hoje:** problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 365-377.

ANTAS JR., R. M. Espaços públicos de lazer globalização e instrumentalização do tempo livre em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, 96p.

ARENDDT, H. **A condição humana**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO JARDIM EUROPA. **Estrutura e Infraestrutura**. Disponível em: <

<http://parquegermania.com.br/estrutura.html> >. Acesso em : 20 abr. 2013.

BARRETO, J. **IBGE divulga levantamento impreciso sobre população de Paraisópolis**. Disponível em: <

<http://paraisopolis.org/ibge-divulga-levantamento-impreciso-sobre-populacao-de-paraisopolis/>> Acesso em: 10 abr. 2013.

BARROSO, D. A. **Projeto Urbanístico Panamby:** uma “nova cidade” dentro de São Paulo? Análise do parcelamento e loteamento da Chácara Tangará. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, 100p.

_____. **O verde como estratégia de valorização imobiliária:** a formação de um projeto urbanístico em São Paulo. Disponível em http://web.observatoriodasmetrolopoles.net/download/cm_artigos/cm18_109.pdf. Acesso em mar. 2011.

BARTALINI, V. **Parques Públicos Municipais de São Paulo:** A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999. 221 p.

BAUMANN, Z. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BERNARDI, M. A. **Revista Veja SP.** Solução à vista. São Paulo. 27 set. 1989, p. 28-30

BLANCO, G. Breve histórico e comentários sobre a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei Federal nº 6.766/79). In: SAULE JR., N. (org) **A perspectiva do Direito à Cidade e da Reforma Urbana na revisão da lei do parcelamento do solo.** São Paulo: Instituto Pólis, 2008, p. 34-41.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOTELHO, A. **Os dois lados da moeda:** Panamby e City Jaraguá: Exemplos da fragmentação do espaço urbano paulistano. In: Geosp – Espaço e Tempo. No. 27. São Paulo: p 09-31, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURGOS, R. **Parques públicos urbanos na metrópole paulistana**: Concepção e usos dos parques públicos na produção do espaço urbano. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, 196 p.

_____. Parques urbanos na metrópole paulista: conflitos socioespaciais no uso de espaços públicos em áreas residenciais segregadas. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. (Org.). **Geografia da metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 301-319.

BURKE, A. **History of Central Park and the Lower Reservoir**. Disponível em:<

<http://macaulay.cuny.edu/eportfolios/boycottboathouse/history-of-central-park-and-the-lower-reservoir/>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2003, 2ª ed.

CAMP II, J. M. **The Athenian Agora**: A Short Guide. Disponível em: < <http://www.agathe.gr/lcons/pdfs/AgoraPicBk-16.pdf>> Acesso em: 10. Mai. 2013.

CAPEL, H. **La Morfologia de Las Ciudades (Vol.1)**: Sociedad, Cultura Y Paisaje Urbano. **Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.**

CASANOVA, A. C. et al. **A experiência de uso dos parques e praças pelos moradores de Porto Alegre**. Disponível em:< http://www.ea.ufrgs.br/graduacao/disciplinas/adm01163/download/relatorio_parques.pdf> Acessado em: 10 de maio de 2012.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

CHALAS, Y. **O Urbanismo**: Pensamento “Fracó” e Pensamento Prático In: PEREIRA, E. M. (Org.) . Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

CHIST. **Defesa Pública da Redenção**. Disponível em: < <http://chistufrgs.wordpress.com/2012/11/27/828/>>. Acesso em: 15. jul. 2013.

CIRCO HÍBRIDO. **Palco Aberto de Circo e Variedades**. Disponível em: < <http://www.circohibrido.com.br/2011/12/palco-aberto-de-circo-e-variedades.html>>. Acesso em 15 jul. 2013

CLICRBS. **Cerca de parques separa candidatos em Porto Alegre**. Eleições 2008 (13/07/2008). Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/eleicoes2008/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&id=2042218§ion=Not%EDcias>> Acesso em: 18 abr. 2013.

COMAM. **Ata da Reunião Ordinária do COMAM de 26 de janeiro de 2006** (a), p. 1-16.

COMAM. **Ata da Reunião Ordinária do COMAM de 14 de fevereiro de 2006** (b), p. 1-8.

CORRÊA. Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p. p.92-123

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DEBORD, GUY. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

DINIZ, L. Vítimas do Crime. A Cicatriz da Alma. **Revista Veja**, São Paulo, Ed. 2279, Ano 45, n. 45, 25 jul. 2012, p. 80-90.

FERNANDES, E. **Do Código Civil ao estatuto da cidade**. Algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. *Urbana*, n.30. p.43-59, 2002

FUNDAÇÃO ARON BIRMANN. Fundação. Disponível em: <<http://www.fundacaoaronbirmann.org.br/>>. Acesso em fev. 2011.

FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS PANAMBY. **Projeto Panamby/Villaggio**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/renda-variavel/download/FII-Panamby-Prospecto.pdf>> Acesso em: dez. 2011.

GEOTEC. **Prolongamento da Avenida Chucri Zaidan até a Avenida João Dias, Ponte Burle Marx e complementos viários necessários**. Relatório de atendimento ao RT n.º 004/DECONT n.2/2010. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/meio_ambiente/cades/eia_rima/0005/rel2_atend_decont_chucri.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2013.

GOLDZSTEIN. **Conheça o Jardim Europa**. Disponível em: <http://www.goldsztein.com.br/~aldeia/jdeuropa/conheca_goldsztein.php>. Acesso em: mar. 2011.

_____. **Parque Germânia**. Disponível em: <http://www.goldsztein.com.br/~aldeia/jdeuropa/conheca_goldsztein.php>. Acesso em: mar. 2012.

GOMES, P. C. C. **Geografia fin-de-siècle**: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. In: **CIDADES - Revista Científica**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 4, p. 249-265, 2005.

GRAÇA, M. S. **Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados**. Disponível em: <<http://ecultura.sapo.pt/Anexos/EspaçosPublicos&Privados%20.pdf>>. Acesso em: 16 jun 2007.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma nova categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, 2ª. ed..

HANTEI ENGENHARIA. **Parque Hotel Marina Ponta do Coral**. Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). Disponível em: <http://www.hantei.com.br/Relatorio_de_Impacto_Ambiental.pdf> Acesso em: 01 jun. 2013.

HARVEY, D. **O neoliberalismo:** História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HENRIQUE, W. **A Cidade e a Natureza:** A apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. In: Geousp, v. 1. São Paulo: p. 65-77, 2006

HORN, D. C. G. **O parcelamento do solo urbano em questão:** Experiências alternativas ao esgotamento de um modelo e perspectivas na nova ordem jurídico-urbanística. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_2/daniel_colombo.pdf> . Acesso em: 18 mai 2013.

HOWARD, E. **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

IBGE. Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios – 2009**. Disponível em <
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/pnadvitimizacao.pdf>> Acesso em: 12.mai.2013.

JORNAL CORREIO DO POVO. **Usuários são contra cercar a Redenção**: Conselho defende alternativas para garantir a segurança. Porto Alegre, 06 de mai. de 2011. p. 23.

_____. **Recanto Oriental da Redenção é restaurado e entregue ao público**: Investimento na área do parque de Porto Alegre foi de R\$ 355 mil. Disponível em:
<<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=495882>>
Acesso em: 07 abr. 2013

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Maluf aprova projeto do caso Lubeca**. Empreendimento Imobiliário na marginal Pinheiros prevê a construção de 42 prédios. São Paulo, 01 de set. de 1993, s/p.

_____. **Novo tipo de aplicação viabiliza projeto**. Terreno de 715 mil m² foi vendido por meio do maior fundo de investimentos imobiliários lançado no país. São Paulo, 12 de nov.1995, p. 9-9

JORNAL ZERO HORA. **Porto-alegrense vota pelo cercamento da Redenção**. Porto Alegre, 21 jul. 2003.

_____. **Maioria é a favor de cercar parques**. Porto Alegre, 15 set. 2008.

KLIASS, R. G. Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade. São Paulo: Pini, 1993.

KROPOTKIN, P. **A lei e a autoridade**. Disponível em: <
<https://we.riseup.net/assets/84287/Kropotkin-A-Lei-e-a-Autoridade.pdf>> Acesso em: 10.mar.2013.

LAVALLE, A. G. As dimensões constitutivas do espaço público: Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: NERU. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, 2005, v.25, n. 46, p. 33-44.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro: 2001.

LEVY, J. Espace Public (I). In: LEVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie**: et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, 2003.

LUDKE, M. C. Evolução das áreas verdes: dos largos às praças e parques arborizados. In: MENEGAT, R; PORTO, M. L.; CARRARO, C. C.; FERNANDES, L. A. D (Coord.). Atlas ambiental de Porto Alegre.3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 119-120.

LUDKE, M. C.; MOHR, F. V.; MENEGAT, R. Mapa de áreas verdes. In: MENEGAT, R; PORTO, M. L.; CARRARO, C. C.; FERNANDES, L. A. D (Coord.). **Atlas ambiental de Porto Alegre**. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 131-132.

LUSSAULT, M. Espace Public (I). In: LEVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie**: et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, 2003.

MACARRÃO, L. F. **O Parque Público na cidade de São Paulo 1989-2008**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, 206 p.

MACEDO, S.S. & SAKATA, F.G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAMIGONIAN, A. **Estudos de Geografia Econômica e de História do Pensamento Geográfico**. Tese de Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Nunca fomos tão participativos**. In: Revista Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3774> . Acesso em: 18. mar. 2013.

MARICATO, E.; FERREIRA, J. S. W. Operação urbana consorciada: Diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, L. M. (Org.), **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre/São Paulo: S. A.Fabris Editor, 2002, p.215-250.

MASCARENHAS, G. Contribuições da geografia ao estudo do lazer. In: **Anais do VII Seminário Lazer em debate**. Rio de Janeiro: CD-ROM, 2006.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: **GEOGRAPHIA**, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 6, n.12, Niterói, 2004, p. 7-23.

MEDEIROS, M. Agilidade não é nossa praia. In: **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, 10 de nov. 2010, p. 4.

MORIN, E. **Cultura de Massas no Século XX: neurose**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

_____. **O método 5:** a humanidade da humanidade. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2003a.

_____. **Da necessidade de um pensamento complexo.** In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M (Org.). *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura.* 3. ed. Porto Alegre: Sulinas/Edipucrs, 2003b. p. 13-36.

_____. **A comunicação pelo meio** (teoria complexa da comunicação).Revista Famecos, Porto Alegre, nº 20, p. 6-12, abril 2003c.

_____. **Ciência com consciência.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

_____. **O Método 2:** a vida da vida. Porto Alegre: Sulina, 2005b

_____. **O Método 6:** ética. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **O Método 1.** a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2008. 2ª. ed.

_____. O elogio da Metamorfose. In: MORIN, E. **A minha esquerda.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004

MURET, J. P. Parc. In: MERLIN, P.; CHOAY, F. (org.). **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement.** Paris: Presses Universitaires de France, 2000, 3a. ed. p. 561-563.

NATENZON, C. E. Las plazas de Buenos Aires. Apuntes para uma investigacion. In: MESQUITA, Z; BRANDÃO, C. R. (orgs). **Territórios do Cotidiano** – uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Editora UFRGS e Edunisc, 1995. p. 130 a 143.

NEGRINI, M.; TONDO, R. O apresentador espetáculo: o discurso de José Luiz Datena. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis. Vol. IV No 1 - 1º semestre de 2007

OLIVEIRA, A. R. **Nove anos sem Burle Marx**. In: ARQUITEXTOS. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.037/675>> . Acesso em: dez. 2012.

OTTONI, D. A. B. **Introdução**. Cidade-Jardim: Formação e Percurso de uma Ideia. In: HOWARD, E. **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PARQUE BURLE MARX. **Regulamento**. Disponível em: <<http://www.parqueburle marx.com.br/files/pdf/RegulamentoPqBurleMarx.pdf>>. Acesso em: abr. 2010.

PIMENTA, M. C. A. Florianópolis como espaço do público. In: PIMENTA, M. C. A. (org) **Florianópolis do Outro Lado do Espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

PORTO, M. L.; OLIVEIRA, P. L. (coord.). **Avaliação e zoneamento preliminar de condições ambientais visando a implantação de um parque municipal em Porto Alegre, RS**. Porto Alegre: Instituto de Biociências/UFRGS, 1996. Trabalho Não publicado.

PREVI. **Palácio Tangará Hotel & Spa**. Processo Estruturado de Venda. Disponível em:

<http://www.previ.com.br/pls/portal/docs/PAGE/PREVI_DESENV/MENU_DO_RODAPE/OCULTA_PAGINADEBUSCADENOTICIAS/NOTICIAS_2009/20090126_EDITAL_PALACIO_TANGARA/EDITAL_VENDA_TANGARA.PDF>. Acesso em: 11 jun. 2013a.

_____. **PREVI vende participação no Palácio Tangará**.

Disponível em:

<http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,2353975&_da_d=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 11 jun. 2013b.

PROFIL ENGENHARIA E AMBIENTE. **Relatório de Impacto Ambiental do Loteamento Germânia**. Porto Alegre, 2001.

QUEIROGA, E. F. O lugar da praça: pracialidades contemporâneas na megalópole do sudeste brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003, p. 131-145.

QUARTIERO, M. **Folha de Coqueiros**. Abraão passa a contar com área de lazer. No. 166. Agosto, 2013, p. 15.

RECLUS, E. **Renovação de uma cidade**; Repartição dos Homes. São Paulo. Expressão e Arte: Editora Imaginário, 2010.

REVISTA AMANHÃ. **Porto Alegre é Top**. Os Top's 2011.

Gastronomia e Entretenimento. Disponível em: <

<http://www.portoalegreetop.com.br/2011/#/alimentacao>> Acesso em: 10 mai. 2013a

_____. **Porto Alegre é Top**. Resultados 2012.

Disponível em:

<<http://www.portoalegreetop.com.br/#/resultados2>> Acesso em: 10 mai. 2013b

REVISTA VEJA SP. **Sonho Ameaçado**. São Paulo. 14 jun. 1989a, p. 26-30.

ROLLSING, C. Cercamento de parques e emergências de hospitais esquentam primeiro debate. In: **CLICRBS**. Zero hora. Eleições 2012 (06/07/2012). Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/eleicoes-2012/noticia/2012/07/cercamento-de-parques-e-emergencias-de-hospitais-esquentam-primeiro-debate-3813180.html>>. Acesso: em 18 abr. 2013.

SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANFELICI, D. M. A produção do espaço como mercadoria: Novos eixos de valorização imobiliária em Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANT'ANA, P. As cercas libertárias. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, 24 jul. 2006, p. 35.

_____. Passeio no parque. In: **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre. 20 de set. de 2010.

_____. O Ibirapuera. In: **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, 10 de dez. 2011, p. 47.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. A. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998. 4ª ed. , p. 15-20

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **O Espaço do Cidadão.** 7. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1980

SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008, 10ª ed.

SEGAWA, H. **Ao amor do público:** jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 240p

SENNETT, R. **Vida Urbana e Identidad Personal:** Los Usos Del Desorden. Barcelona: Península, 1975.

_____. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. **Carne e Pedra:** O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SERPA, A. S. P. Apropriação social versus requalificação dos parques e praças na capital baiana. In: ESTEVES JÚNIOR, M.; URIARTE, U. M. (Org.). **Panoramas urbanos:** reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003.

_____. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana?. In: **CIDADES - Revista Científica.** Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.

SILVA, J. M. **Cercar a Redenção**. In: **Jornal Correio do Povo**. Porto Alegre, 07 de mai. 2011, p. 4.

SILVA, T. A. R. F. **Urbanismo e mobilidade na metrópole paulistana**. Estudo de caso: o Parque Dom Pedro II. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999. 280 p.

SILVEIRA, L. R. M. A defesa de um espaço público por natureza: a Ponta do Coral como um bem coletivo. In: PIMENTA, M. C. A. (org) **Florianópolis do Outro Lado do Espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

SMAM. **Os Parques de Porto Alegre**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=290>. Acesso em: 15 out. 2012

_____. **Áreas Verdes**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=283>. Acesso em: 02. mar. 2013.

SOARES, P. R. R. Metamorfoses da metrópole contemporânea: Considerações sobre Porto Alegre. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp20/Artigo_Paulo.pdf>. Acesso em: 10 ago 2010.

SOBARZO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Tese de doutorado, 2004.

SOSTER, A. R. M. **A complexidade comunicacional nos espaços de relação do Shopping Center Iguatemi de Porto Alegre**: um estudo de caso. Porto Alegre: PUCRS, Faculdade de Comunicação Social. Tese de Doutorado, 2007, 253p.

SOUZA, F. S. **O espaço público contemporâneo**: A complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado, 2008.

_____. A adoção de parques urbanos na cidade de Porto Alegre: Publicidade e reprodução do capital da iniciativa privada através de espaços públicos. In: AGB. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**: Crise, práxis e autonomia: Espaços de resistência e de esperança. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=inscricoes.nome>> Acesso em: nov. 2010.

_____. O debate sobre o cercamento de parques urbanos em Porto Alegre e suas possíveis consequências sócio-espaciais. In: AGB: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos**: *Entre escalas, poderes, ações, Geografias*..Disponível em: < www.eng2012.org.br/trabalhos-completos?...eng2012-felipe-silveira-de-souza> Acesso em: out. 2012.

_____. A tensão entre a segurança e a liberdade em parques urbanos públicos ligados a empreendimentos imobiliários privados em Porto Alegre e São Paulo. In: UGI-PERU. **Anais do ??? Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Lima: UGI-Peru (CD-ROM), 2013

SOUZA, M. J. L. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L.. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 , p.43-87.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A prisão e a agora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão de cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Fobópole:** O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008c.

SINAENCO. **Estudo dos parques paulistanos.** Disponível em: <http://www.sinaenco.com.br/downloads/Estudo_Parque_Relatorio.pdf>. Acesso em: 18 set. 2012.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios.** São Paulo: Futura, 2002. Capítulo 3: Liberdade de Escolha?

STROHAECKER, T. M. **Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950).** Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-13.htm>>. Acesso em: 17. Abr. 2012.

SVMA. **Guia dos parques municipais de São Paulo.** 3ª Edição Atualizada e Revisada. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/index.php?p=49467>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. **Indicadores SVMA.** Disponível em:<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/arquivos/verde%20e%20meio%20ambiente%20indicadores.xls>> Acesso em: 02 Mar. 2013.

TEREZA, I.; CIARELLI, M.; SCHELLER, F. **Jornal O Estado de São Paulo.** Abandonado há oito anos no Parque Burle Marx, empreendimento da Previ e do grupo Birmann está sendo vendido para a espanhola OHL. São Paulo. 30 mai. 2010.

VOLOCHKO, D. A produção do espaço e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 182 p.

VIEIRA, W. Burle Marx é o melhor parque de SP, diz estudo; veja os endereços dos 41 parques In: **Jornal Folha de São Paulo**.

Disponível em: <

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u493382.shtml>>

Acesso em 23 jan. 2009.

VILLAÇA, F. As ilusões do plano diretor. Disponível em:

<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf> Acesso em: 07 out. 2012.

WENETZ, I. **Presentes na Escola e Ausentes na Rua:**

Brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade. Tese de Doutorado. Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, 229 p.

WHATELY, M. et al (org.) **Parques Municipais de São Paulo:** subsídios para a gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

ANEXO IV

Regras não analisadas pelo Critério “d”, pois “CONDIZEM a leis e normas que se aplicam na cidade como um todo”. (p. 252);

	Abandonar animais domésticos e deixá-los sem um responsável	Molestar os animais do parque	Caçar	Danificar ou subtrair bens municipais	Importunar os demais usuários	Montar barracas e acampamentos	Subir nos monumentos ou equipamentos tomabados
Proibição							
PARQUE BURLE MARX (7h às 19h)							
Parque Ibirapuera (6h às 22h)							
Parque Rodrigo de Gasperi (6h às 18h)							
Parque Chácara das Flores (8h às 20h)							
Parque dos Eucaliptos (7h às 19h)							
Parque Cidade de Toronto (6h às 18h)							
Parque Vila Guilherme (6h às 18h)							
Parque Jardim Felicidade (7h às 18h)							
Parque da Aclimação (6h às 20h)							
Parque Chico Mendes (7h às 18h) 8							
Parque Guarapiranga (6h às 18h) 10							
Parque da Luz (9h às 18h) 10, 11							
Parque da Previdência (7h às 18h)							
Parque Raul Seixas (6h às 18h)							
Parque São Domingos (6h às 18h)							
Parque Vila dos Remédios (7h às 18h)							
Parque Independência (5h às 20h) 15							
Parque do Cordeiro (7h às 18h)							
Parque Lina e Paulo Raia (7h às 18h)							

ANEXO V

Regras não analisadas pelo Critério “f”, pois são situações que na maioria dos parques são interditas indiretamente por alguma regra. (p. 253);

Proibição	Comercializar bebidas alcoólicas	Pedintes e/ou pessoas sem controle emocional ou alcoolizadas que incomodem os usuários	Pessoas cujas atitudes ou trajes agridam a moral e os costumes dos demais usuários
PARQUE BURLE MARX (7h às 19h)			
Parque Ibirapuera (6h às 22h)			
Parque Rodrigo de Gasperi (6h às 18h)			
Parque Chácara das Flores (8h às 20h)			
Parque dos Eucaliptos (7h às 19h)			
Parque Cidade de Toronto (6h às 18h)			
Parque Vila Guilherme (6h às 18h)			
Parque Jardim Felicidade (7h às 18h)			
Parque da Aclimação (6h às 20h)			
Parque Chico Mendes (7h às 18h) 8			
Parque Guarapiranga (6h às 18h) 10			
Parque da Luz (9h às 18h) 10, 11			
Parque da Previdência (7h às 18h)			
Parque Raul Seixas (6h às 18h)			
Parque São Domingos (6h às 18h)			
Parque Vila dos Remédios (7h às 18h)			
Parque Independência (5h às 20h) 15			
Parque do Cordeiro (7h às 18h)			
Parque Lina e Paulo Raia (7h às 18h)			
Parque Santa Amélia (6h às 18h)			
Parque Lions Clube Tucuruvi (8h às 18h)			

Parque do Piqueri (6h às 18h)			
Parque Luis Carlos Prestes (7h às 18h)			
Parque Colinas de São Francisco (6h às 18h) 15			
Parque Alfredo Volpi (6h às 18h)			
Parque Tenente Brigadeiro Roberto Faria Lima (7h às 18h)			
Parque Jacintho Alberto (6h 30min às 18h)			
Parque Lydia Natalizio Diogo (6h às 22h)			
Parque Pinheirinho d'Água (6h às 18h)			
Parque Santo Dias (6h às 18h)			
Parque Severo Gomes (7h às 19h)			
Parque Shangrilá (6h às 18h)			
Parque Vila do Rodeio (6h às 20h) 18			
Parque Buenos Aires (6h às 19h) 19			
Parque Praia do Sol (7h às 19h)			
Parque Zilda Natel (9h às 21h)			
Parque Barragem (6h às 19h)			
Parque Linear São José (7h às 19h)			
Parque Tenente Siqueira Campos - Trianon (6h às 18h)			
Parque Mário Covas (6h às 22h)			
Parque Linear Guaratiba (6h às 20h)25			
Parque Mário Pimenta Camargo - do Povo (6h às 22h)			
PARQUES DE PORTO ALEGRE			

